

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E SABERES NA AMAZÔNIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BRAGANÇA

NOVA REVISTA AMAZÔNICA

Vol. VI - Nº. 2 - Junho 2018 - ISSN 2318-1346

**SABER E CONHECIMENTO
NA AMAZÔNIA PARAENSE**



Foto:

**REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E
SABERES NA AMAZÔNIA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - CAMPUS BRAGANÇA

VOLUME VI - NÚMERO 2 - JUNHO 2018 - ISSN - 2318-1346

QUALIS B3

Os artigos publicados na Nova Revista Amazônica são indexados por:

Periodicos – CAPES; Diadorim; LivRe – Revistas de Livre Acesso; latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; ROAD – Directory of Open Access Scholarly Resources; CiteFactor – Academic Scientific Journals

NOVA REVISTA AMAZÔNICA
SABER E CONHECIMENTO NA AMAZÔNIA PARAENSE

APRESENTAÇÃO

PROF. DR. FRANCISCO PEREIRA SMITH JÚNIOR

PROFA. MA. FRANCISCA ANDRÉA RIBEIRO DA SILVA _____ 5

DOSSIÊ AMAZÔNIA

**A LINGUAGEM E A VULNERABILIDADE DO CORPO NA AMAZÔNIA:
DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO À DENÚNCIA EM BRAGANÇA, PARÁ, BRASIL**

ADRIANO VASCONCELOS DOS SANTOS

LUCIANA CARVALHO DAS NEVES

JOSÉ DIAS SANTANA

FRANCISCO PEREIRA DE OLIVEIRA

NORMA CRISTINA VIEIRA _____ 11

**A PERSONAGEM DINAURA, DE ÓRFÃOS DO ELDORADO: VOZES NARRATI-
VAS E ALTERIDADE NA CONSTRUÇÃO DO ENIGMA DA FEMINILIDADE**

FRANCISCA ANDRÉA RIBEIRO DA SILVA

SYLVIA MARIA TRUSEN _____ 27

**CARACTERIZAÇÃO PROSÓDICA DO PORTUGUÊS FALADO NA AMAZÔNIA:
VARIEDADE LINGUÍSTICA DE MOCAJUBA (PA)**

MARIA SEBASTIANA DA SILVA COSTA | ALBERT RILLIARD

REGINA CÉLIA FERNANDES CRUZ _____ 43

COM QUANTOS ENUNCIADOS SE PRODUZ O MAU ALUNO?

SANDRA NAZARÉ DIAS BASTOS

SÍLVIA NOGUEIRA CHAVES _____ 59

**HABILIDADES SOCIAIS E HABILIDADES DE LIDERANÇA:
REFLEXÕES SOBRE OS CURSOS TECNOLÓGICOS SUPERIORES PRIVADOS NA
AMAZÔNIA**

ANA PAULA DE ANDRADE SARDINHA

ROSINELE DA SILVA DE OLIVEIRA _____ 73

**LEGISLAÇÃO AMBIENTAL: UM HISTÓRICO DE DESAFIOS E CONQUISTAS
PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS**

RODRIGO FRAGA GARVÃO

SIMONE ANDREA LIMA DO NASCIMENTO BAIA _____ 93

MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA NA OBRA DE ODETTE DE BARROS MOTT

JOSÉ VALTEMIR FERREIRA DA SILVA

FRANCISCO PEREIRA SMITH JÚNIOR

ALINE COSTA DA SILVA

103

**O MAR ENGOLIU A PRAIA NA AMAZÔNIA:
ORIGEM DA COMUNIDADE DO CASTELO NARRADA PELOS MORADORES
LOCAIS, BRAGANÇA, PARÁ.**

MARIA ADRIANA LEITE

DIVINO BRUNO CUNHA

LUIS JUNIOR COSTA SARAIVA

123

PRINCESA DO XINGU: COLONIZAÇÃO E MIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA PARAENSE

SUZANNY DA SILVA LIMA

FRANCISCO PEREIRA SMITH JÚNIOR

139

**TEXTO DE OPINIÃO E SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA:
UMA ANÁLISE DO TEXTO ARGUMENTATIVO PRODUZIDO NO ENSINO SUPERIOR**

ANA PAULA MARTINS ALVES

MARÍLIO SALGADO NOGUEIRA

161

SEÇÃO LIVRE

**AS RELAÇÕES ENTRE IMAGEM E ARQUITETURA: UM OLHAR SOBRE A
CATEDRAL DIOCESANA DE SANTA MARIA, MÃE DE DEUS, CASTANHAL (PA)**

MARCOS MURELLE AZEVEDO CRUZ

DANIEL S. FERNANDES

177

**REALIDAD E IMAGINARIO EN LA RELACIÓN DE GASPAR DE CARVAJAL
SOBRE EL DESCUBRIMIENTO DE LA AMAZONÍA**

JOCENILDA PIRES DE SOUSA DO ROSÁRIO

CARLOS HENRIQUE LOPES DE ALMEIDA

197

**TRADIÇÃO E MATEMÁTICA: A ETNOMATEMÁTICA DA CERÂMICA CAE-
TEUARA DA VILA “CUÉRA” EM BRAGANÇA-PA**

SAMUEL ANTONIO SILVA DO ROSARIO

LUIS JUNIOR COSTA SARAIVA

211

RESENHA

**RECENSÃO AO LIVRO VIVA, SENHOR PRESIDENTE, LISBOA, FOLIO EXEM-
PLAR, 2017, DE SIMION DORU CRISTEA**

MARIA JOÃO COUTINHO

233

ENSAIOS ETNOFOTOGRAFICOS

PAMONHA: TRAÇO CULTURAL NA ALIMENTAÇÃO DE TAUARI

SAVANA CRISTINA LIMA CARDOSO

DANIEL DOS SANTOS FERNANDES _____ 237

SABERES E TRADIÇÃO: A CERÂMICA CAETEUARA DA COMUNIDADE FAZENDINHA

DIONE VIEIRA SALIS

DAMIANA BARROS NASCIMENTO

JOÃO PAULO MARTINS SARMENTO

FLÁVIO LEONEL ABREU SILVEIRA _____ 249

VÍDEO ETNOGRÁFICO

BELÉM, CIDADE APAIXONANTE

CLAUDIA VALERIA FRANÇA VIDAL _____ 261

APRESENTAÇÃO

Saber e Conhecimento na Amazônia Paraense

Saberes e conhecimentos são modos distintos de conhecer o mundo que necessitam dialogar. Os conhecimentos institucionalizados, ditos acadêmicos, devem unir-se às sabedorias advindas das comunidades tradicionais, dos intelectuais não escolarizados e dos mestres e mestras da tradição, que trabalham o pensamento a partir da sabedoria advinda das vivências e experiências. Isso porque a ciência não pode ser desvinculada dos contextos sociais, assumindo uma postura de distanciamento com o cotidiano. Mas o fazer ciência perpassa pelo resultado de uma transformação na forma de compreender os fenômenos, a vida, as relações humanas, o que exige uma atitude multidimensional. Ciências e saberes devem caminhar em diálogo, num trânsito de respeito e solidariedade, em que o Outro é incluído nos discursos científicos. E essa atitude requer um despir-se de estereótipos e de preconceitos. Exige um sair de si e ir ao encontro do Outro, de maneira que ideologias não interfiram nos resultados, pelo menos não de forma a obscurecê-los, já que o processo de compreensão pode ser visto como um ato tradutório e este, conforme argumenta André Lefevre (2007), não é imune às ideologias.

Desta feita, a edição **Saber e Conhecimento na Amazônia Paraense** traz ao leitor uma reunião de produções que, juntas, vinculam saber e conhecimento como lógicas complementares e cooperativas à compreensão de práticas locais, já que o universo paraense é um espaço intercultural, permeado de mitos, lendas, crenças e saberes diversos, aspectos que demandam uma atitude epistemológica pautada em perspectivas múltiplas, já que as necessidades na contemporaneidade vêm exigindo cada vez mais que o indivíduo esteja pensando e buscando soluções para questões do cotidiano numa dimensão plural interdisciplinar. E a Nova Revista Amazônica, desde sua primeira publicação, tem revelado discussões científicas que cumprem esse papel. Assim, não seria diferente com esta edição, a qual promove a divulgação da valorização de saberes e conhecimentos interdisciplinares, tendo em vista que nenhum aspecto, relacionado à vida, ao homem e à cultura, pertence de maneira estanque a uma única área de conhecimento.

Tendo isso em vista é que se faz necessário a prática da interdisciplinaridade, a qual perpassa pelo elo entre as disciplinas, com o intuito de um desenvolvimento sistêmico do pensamento, viabilizado, sobretudo, pelo diálogo e pela permissividade das relações entre diferentes ciências, com a manutenção da coerência entre os múltiplos fragmentos de conhecimentos, buscando unidade na diversidade. Ademais, compreender que a vida e as

relações humanas são dinâmicas é, portanto, saber que não há como sustentar “verdades” tidas absolutas, concluídas, unilaterais e reducionistas, como argumenta Morin (2005), em *Ciência com consciência*. Há, sim, que se considerar que o processo de conhecimento é pautado na inquietação, nas interrogações e na diligência de descobertas que alcance a dinamicidade do homem e sua cultura, da vida e sua representação.

Conseqüentemente, estudiosos apreciadores de pesquisas desse âmbito passam a observar que o diálogo é um caminho para construir ciência de forma crítica. Com isso, não se pode negar que a fragmentação de conhecimento isola o homem na alcova da especialização, enquanto a interdisciplinaridade empondera o pensamento humano, possibilitando-o abrir as janelas e contemplar o horizonte, porque permite o perguntar-se ao mundo, envolver-se nas memórias, atualizá-las no presente e cogitar o porvir, reflexivamente.

Ver-se-á, na leitura das produções seguintes, que local e universal dialogam-se por meio da superação de barreiras disciplinares. Assim, **A linguagem e a vulnerabilidade do corpo na Amazônia: da violência de gênero à denúncia em Bragança, Pará, Brasil**, de Adriano Vasconcelos dos Santos *et al*, investiga a maneira como a violência contra a mulher é tratada pelas instituições de denúncia e observa as principais formas de violências presentes na Região Bragantina. Para a análise dos dados, os autores apoiam-se nos estudos de gênero e discurso, buscando compreender a vulnerabilidade do corpo diante dos diversos tipos de agressões sofridas por mulheres.

Em **A personagem Dinaura, de Órfão do Eldorado: vozes narrativas e alteridade na construção do enigma da feminilidade**, das autoras Francisca Andréa Ribeiro da Silva e Sylvia Maria Trusen, é discutido como as vozes e perspectivas narrativas, presentes na obra *Órfãos do Eldorado*, de Milton Hatoum, constroem a personagem Dinaura, observando as relações de alteridade étnicas, religiosas e de gênero. Ademais, para a análise da personagem, discute-se as conseqüências do colonialismo no período moderno, as negociações culturais e os aspectos da tradução cultural. Assim, reafirma-se a relevância da escrita de Hatoum acerca de temáticas plurais e universais.

Já em **Caracterização prosódica do português falado na Amazônia: variedade linguística de Mocajuba (PA)**, de Maria Sebastiana da Costa, Albert Rilliard e Regina Célia Fernandes Cruz, é realizada uma abordagem da variedade linguística de Mocajuba, Pará, no seio do projeto AMPER-POR (Costa, 2005), evidenciando os fatores escolaridade e sexo na determinação de diferenças prosódicas nessa variedade.

O estudo **Com quantos enunciados se produz o mau aluno?**, de Sandra Dias Bastos e Silvia Nogueira Chaves, discute relações de poder em sala de aula, atentando-se aos discursos

de um professor, em duas situações postas em análise. Para embasar o trabalho e entender a relação que se estabelece de hierarquia e submissão entre professor e aluno, as autoras recorrem às teorias de Michel Foucault.

A pesquisa **Habilidades sociais e habilidades de liderança: reflexões sobre os cursos tecnológicos superiores privados na Amazônia**, de Ana Paula de Andrade Sardinha e Rosinele da Silva de Oliveira, propõe a descrição de comportamentos de professores de cursos tecnológicos, do setor privado, na cidade de Belém, Pará, observando as habilidades sociais e as habilidades de liderança desses atores da educação, com base no inventário elaborado por Del Prette e por intermédio de questionário, respectivamente. Em ambos os aspectos notados, verificou-se que os educadores apresentam bons repertórios dessas habilidades.

Por sua vez **Legislação ambiental: um histórico de desafios e conquistas para as políticas públicas brasileiras**, de Rodrigo Fraga Garvão e Simone Andrea Lima do Nascimento Baia, discute os marcos normativos de proteção ao meio ambiente no Brasil, por intermédio de um recorte histórico entre o início do século XVII até o século XXI, como estratégia de análise para perceber os avanços e conquistas garantidos em leis.

Em **Migração e colonização da Transamazônica na obra de Odette de Barros Mott**, dos autores José Valtemir Ferreira da Silva, Francisco Pereira Smith Júnior e Aline Costa da Silva, a discussão é centrada no processo de migração na rodovia Transamazônica, em 1970, a partir da análise da obra *A Transa Amazônica (a grande ilusão)*, de Odette de Barros Mott, juntamente com observação e o diálogo com outras fontes bibliográficas, as quais centram a discussão na temática da migração. Assim, os autores realizam uma interessante reflexão acerca do cotidiano dessa rodovia representado na ficção e colaboram com os trabalhos sobre os grandes projetos na Amazônia e seus desdobramentos.

O trabalho **O mar engoliu a praia na Amazônia: origem da comunidade do Castelo narrada pelos moradores locais, Bragança, Pará**, de Maria Adriana Leite, Divino Bruno Cunha e Luis Junior Costa Saraiva, utiliza fotografias e narrativas de sujeitos como estratégias metodológicas à compreensão do processo de fundação e povoamento da comunidade do Castelo, em Bragança, Pará, e sua relação com a pesca. Dessa forma, o trabalho revela a importância de fotografias e narrativas para os estudos de campo da memória social.

Princesa do Xingú: colonização e migração na Amazônia paraense, de Suzanny da Silva Lima e Francisco Pereira Smith Júnior, trata de discussões teóricas referentes ao processo de migração, no intuito de refletir sobre o contexto de criação e implantação da agrovila Princesa do Xingú, no município de Altamira, Pará, já que a mesma surgiu a partir de

migrações. Ademais, apoia-se também em entrevistas de residentes dessa vila, que presenciaram eventos marcantes na história da fundação de tal comunidade.

Por fim, **Texto de opinião e sequência argumentativa: uma análise do texto argumentativo produzido no ensino superior**, de Ana Paula Martins Alves e Marílio Salgado Nogueira, discute uma proposta de análise textual-discursiva de produções de textos de opinião de estudantes recém-ingressos no ensino superior, reconhecendo a sequência e a teoria proposta por Adam (2011), para uma análise textual dos discursos.

Com isso, percebe-se que há na proposta da Nova Revista Amazônica a compreensão de que é necessário enriquecer o leitor com assuntos que fujam da trivialidade, mas que outrossim não desconsidere louvável de ser posto em análise o que não é tido como cânone, clássico e temas considerados elitizados. Há espaço para o convívio, numa relação dialógica, do que é cientificamente prestigiado, em relação às teorias, com o que é resultado da produção e da história das camadas periféricas e subalternas, que até certo ponto da história da humanidade eram considerados não pertinentes à análise. Assim, a Nova Revista Amazônica vem rompendo paradigmas por acolher estudos que associam teorias científicas com saberes locais, entendendo que o fazer ciência cabe o singelo, o trágico, o menor, o interior, o global, a cotidianidade, a tradição, a memória, os costumes, a fala, o som, a arte, a cultura, enfim, a vida pretérita ou em curso e tudo que coopera para ela. Portanto, recortá-la, revivê-la, traduzi-la, pensá-la, ressignificá-la e sabê-la!

Prof. Dr. Francisco Pereira Smith Júnior

Profa. Ma. Francisca Andréa Ribeiro da Silva

DOSSIÊ AMAZÔNIA

A LINGUAGEM E A VULNERABILIDADE DO CORPO NA AMAZÔNIA: DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO À DENÚNCIA EM BRAGANÇA, PARÁ, BRASIL

Adriano Vasconcelos dos Santos¹
Luciana Carvalho das Neves²
José Dias Santana³
Francisco Pereira de Oliveira⁴
Norma Cristina Vieira⁵

RESUMO

Este trabalho se propõe a visibilizar de que maneira a violência contra a mulher é tratada pelas instituições de denúncia, identificando as principais formas de violência denunciadas contra a mulher na Região Bragantina, nordeste do estado do Pará. Os dados foram coletados no período de dezembro de 2016 a junho de 2017, na Delegacia da mulher (Deam Bragança / PROPAZ integrado - 6ª Região de Segurança Pública (RISP) Caeté). Os estudos de gênero esclarecem os danos causados à mulher, através da vulnerabilidade do corpo, como a violência simbólica, física, sexual, religiosa entre outras, do homem sobre a mulher. Grande parte dos agressores são pessoas da família. A violência se percebe como um fenômeno crucial para delimitar, espaços e territórios e suas ações criam capilaridades e se propagam na ideologia, na linguagem, na palavra, no som, os são assimilados pelos sentidos, corpos, grupos, nações, com o objetivo de sempre reduzir o outro a um estado mínimo.

Palavras-chave: Gênero. Discurso. Vulnerabilidade. Violência.

ABSTRACT

This paper proposes to make visible in what way violence against women is handled by institutions of complaint, identifying the main forms of violence denounced against women in the Bragantina Region, northeast of state of Pará. Data were collected in the period the December 2016 to June 2017 in the women's police station (Deam Bragança / PROPAZ integrated - 6th region of public security (RISP) caeté). Gender studies clarify the damage done to women through the vulnerability of the body through symbolic, physical, sexual and religious violence among others, of man over the woman. Most aggressors are family people. Violence is perceived as a crucial phenomenon to delimit, spaces and territories, their actions create capillaries, and propagate themselves at ideology, at language, at word in the sound and are assimilated by the senses, bodies, groups, nations, with the aim of always reduces the other to the minimum state.

Keywords: Gender. Discourse. Vulnerability. Violence.

¹ Graduado em Licenciatura em Letras, bolsista de iniciação científica PIBIC/PRODOUTOR 2016/2017, Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança. E-mail: adriano_braganc@hotmail.com

² Graduanda em Pedagogia, bolsista de iniciação científica PIBIC/PRODOUTOR 2017/2018, Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança. E-mail: lucianaped2015@yahoo.com.br

³ Graduado em Pedagogia, UFPA/Bragança. Membro do Grupo de Estudos de Educação Socioambiental (GUEAM) E-mail: josediasufpa@hotmail.com

⁴ Doutor em Biologia Ambiental. Professor Adjunto da Faculdade de Educação, UFPA/Bragança. Pesquisador do Laboratório de Ecologia de Manguezal (LAMA). E-mail: foliveiranono@yahoo.com.br

⁵ Doutora em Biologia Ambiental. Professora Adjunta da Faculdade de Educação, UFPA/Bragança. Pesquisadora do Grupo de Estudos Socioambiental Costeiro (ESAC). Coordenadora do Grupo de Estudos de Educação Socioambiental (GUEAM). E-mail: normacosta@ufpa.br

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XIX foram marcadas pela chamada primeira onda do feminismo. Esse movimento, liderado por mulheres conhecidas por *sufrajetes*, teve início na Inglaterra, cuja reivindicação calcava-se na justiça político-social das mulheres, dentre elas o direito ao voto.

O movimento das *sufrajetes* alastrou-se por vários países ocidentais, incluindo o Brasil. As *sufrajetes* brasileiras também se manifestaram em prol da equidade entre homens e mulheres, porém o direito ao voto a estas foi a bandeira principal de luta.

Este feminismo inicial, tanto na Europa e nos Estados Unidos como no Brasil, perdeu força a partir da década de 1930 e só aparecerá novamente, com importância, na década de 1960 (PINTO, 2010).

Em 1949 é publicado o livro Segundo Sexo, de Simone Beauvoir, que, por sua vez, marcou a segunda onda do feminismo através de concepções sobre a condição da mulher enquanto uma construção social.

O segundo movimento do feminismo teve início no final da década de 1960. As motivações de lutas e reivindicações do movimento neste período se estendem para além das preocupações sociais e políticas e abrangem os campos propriamente teóricos, problematizando, entre as militantes e estudiosas, o conceito de gênero. Neste período, mais precisamente em 1963, Betty Friedman lança o livro A mística feminina que veio a se tornar um marco nesse novo tempo.

Nesse contexto, as lutas feministas fundamentam-se muito mais em questões de ordem estratégica, envolvendo demandas de transformação das relações sociais, para assegurar um reposicionamento das mulheres dentro da ordem de gênero, do que simplesmente em questões de ordem práticas, voltando-se para a satisfação de necessidades que surgem da posição das mulheres na divisão sexual do trabalho (SARDENBERG COSTA, 2011).

Para Sardenberg e Costa (2011), as primeiras manifestações feministas deste período no Brasil aconteceram sob severo controle do regime militar. Os discursos estratégicos das mulheres militantes brasileiras eram diluídos nos discursos dos outros movimentos sociais contra o Estado, materializado no regime militar ditatorial como o inimigo comum a ser enfrentado.

Na década de 1980, com o novo cenário político de redemocratização do país, o movimento feminista encontra fôlego para ampliar sua luta e suas reivindicações pelos direitos das mulheres. Especialmente após o retorno ao país das militantes feministas exiladas

por questões políticas e que atuavam em movimentos da mesma ordem na Europa e nos Estados Unidos (PINTO, 2010).

Ainda para Pinto (2010), uma das mais significativas vitórias do feminismo brasileiro foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984. Em 1988 é promulgado a Constituição Federal, com garantias de direitos em regime de lei para as mulheres brasileiras. Ainda na última década do século XX foram criadas por todo país as Delegacias Especiais da Mulher e na década seguinte a Lei Maria da Penha (Lei n. 11. 340, de 7 de agosto de 2006), a qual possibilitou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Os estudos de gênero humano assumem relevante importância por meio da vertente pragmática/semiótica, gerando a tríade: linguagem, poder e ideologia, em que a primeira relaciona ser e realidade num conjunto maior: contexto sociolinguístico, e se realiza no discurso social, influenciado numa prática sociodiscursiva dominante, atualiza-se, e se reproduz num projeto de poder linguístico, poder este predominante na linguagem; a segunda coincide com o domínio de signo, como palavra e como imagem da locução verbal, uma vez que a palavra é o fenômeno ideológico por excelência, pois se ajusta ao corporativismo do mercado semiológico, baseada em estruturas fundantes da linguagem, exercido no eu para o outro, pretendido no discurso; funda um domínio para punir, dominar e se estabelece como figura necessária (BAKHTIN, 1999, p. 36). Dessa forma, o trabalho da linguagem visa criar uma rede de reprodução para atender a relação de alteridade, objetos e sujeitos envolvidos nesse processo de dominados e de dominadores.

Chauí (1985, p. 36) relata que “a violência é uma ação capaz de transformar diferenças em desigualdades hierárquicas com a finalidade de dominar, explorar e oprimir”. A identidade da mulher tem passado por subversões, a dualidade do sexo depõe-se numa estrutura binária e exclusivista do modelo heterossexual (BUTLER, 2003). A mulher é inserida no constructo social, na cultura, na política e na linguagem como um viés de reprodução do gênero humano, e a discordância aguda sobre os significados do gênero, do sexo é mais fundamental, ou talvez a noção de mulheres ou mulher e/ou de homens ou homem estabeleça a necessidade de repensar radicalmente as categorias da identidade no contexto das relações de uma assimetria radical de gênero (BUTLER, 2003, p. 31).

A ênfase atribuída ao preconceito contra a mulher está afirmativamente posta na linguagem, relegando-a a peculiar condição de fragilidade física, intelectual, econômica e/ou política. Isso se dá pelo enunciado verbal que externa e materializa o discurso androcêntrico em linguagem (BAKHTIN, 1981). Tal linguagem é empregada sobre uma suposta fragilidade

do corpo, em marcas gramaticalmente definíveis pela cultura homocêntrica⁶ e pelo aparato linguístico de conceitos afirmados no sexo, no gênero e no sujeito-mulher, apregoados no discurso como produção material da linguagem (BAKHTIN, 1981).

A língua como sistema de significados torna-se volúvel à prática de expressões infames que tem como recorte fundamental o enunciado, que se realiza por um sujeito real (SENA FILHO, 2014). Portanto, “A violência engloba um caráter semiótico” (LOTMAN, 1990, p. 125), é constituída como parte interna do discurso, do signo e da linguagem.

A mulher, de modo geral, prende-se a peculiar condição de fragilidade, construída culturalmente: física, intelectual, econômica e/ou política. Desse modo, é notável o emprego, em boa medida, do corpo feminino como conceito-imagem; desencadeados em argumentos taxativos, vindos de distintas camadas sociais, de sujeitos cultos a iletrados que ditam a regra do jogo numa linguagem detentora de verdades, reenviada e reproduzida no seio social, sem a consciência respeitosa do que fala, para que fala e para quem fala.

O pragmatismo do discurso sexual e estético do corpo tende a estabelecer a sexualidade feminina num plano essencial do prazer para outros corpos como objeto de uso. A mulher, objeto, culturalmente estabelecido, desse prazer, segue-se numa espécie de pacote padrão de beleza voltada para um campo de referencialidade sexual, onde o objetivo primordial encontra-se marcado na centralidade do discurso machista.

Sendo assim, este trabalho se propõe a visibilizar de que maneira a violência contra a mulher é tratada pelas instituições de denúncia, identificando as principais formas de violência denunciadas contra a mulher na Região Bragançana, nordeste do Estado do Pará.

1. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na Delegacia da Mulher (DEAM Bragança / PROPAZ Integrado - 6ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP - Caeté)⁷, localizada na sede do município de Bragança, Estado do Pará. Os dados foram coletados no período de dezembro de 2016 a junho de 2017.

No primeiro momento foi realizada observação direta e sistemática (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2009) na Delegacia de atendimento às mulheres vítimas de violência, no sentido de perceber como os atores do sistema de justiça, naquilo que lhes

⁶ A figura masculina como referência do constructo cultural.

⁷ A implantação do PRO PAZ em Bragança aconteceu em 26/09/2012.

competem, estão capacitados e sensibilizados para compreender a violência de gênero para além de um modelo de gênero normativo, centrado na subordinação da mulher.

Paralelo às observações, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os profissionais que atuam diretamente nos casos de mulheres vitimizadas por violência no sentido de saber: quais as principais formas de violência contra as mulheres na região estão sendo denunciadas; como essas denúncias são tratadas e quais seus desdobramentos; quais as redes de atenção e atendimento a essas mulheres presentes e disponíveis; que formação e concepção de relação de gênero os profissionais atores do sistema de justiça possuem para lidar com os casos de violência contra a mulher.

O quantitativo dos casos de violência denunciados no período de janeiro a junho de 2017 foi disponibilizado para este estudo. Esse material foi analisado com auxílio da estatística descritiva.

As narrativas apresentadas no material coletado nas entrevistas foram trabalhadas a partir da análise do discurso, que privilegia a função e o processo da língua no contexto interativo e social em que é prolatada, considerando a linguagem como uma prática social. O discurso, por sua vez, é a expressão de um sujeito no mundo que explicita sua identidade e suas relações sociais, políticas e ambientais (CHIZZOTTI, 2008). Sendo assim, através do discurso, é revelado o contexto histórico e social, o poder, os conflitos e as resistências nas inter-relações entre indivíduos e entre indivíduos e ambiente (natureza).

2. VIOLÊNCIA, GÊNERO E LINGUAGEM: A VULNERABILIDADE DO CORPO.

Nas teorias da estética verbal e filosófica da linguagem a palavra assume a matriz principal para comunicar e criar sentidos na interação dos interlocutores. Portanto, o ato de falar predica-se a (re) produtores (re) constituintes do discurso. O transeunte da palavra realiza uma intenção viva em função de um conjunto de sentidos e percepções (inter) subjetivas dentro de uma superestrutura chamada língua.

A palavra tem similitude de uma arena, onde há os conflitos situacionais da fala. O registro de um discurso é dinâmico não somente em virtude do conjunto de formas e estruturas concebidas, mas pela energia e constituição dos arranjos vocais enunciados na fala, estabelecendo uma necessidade da interação verbal.

Considerando os casos de denúncia do PROPAZ em Bragança, o principal elemento gerador da violência, seja o ataque da força em posição do discurso, seja a linguagem

verbalizada entre culpados e vítimas, está calcado em práticas de poder e autoridade sobre o corpo da mulher – jovem, idosa, adolescente.

Observa-se que apesar de todos os esforços e avanços obtidos em direção à pesquisa, no que diz respeito às relações de gênero em situação de violência, principalmente na atualidade, nota-se que as mulheres continuam sendo discriminadas, marginalizadas, envergonhadas pelo simples fato de serem mulheres e de terem olhares sobre o mundo diferentes do padrão hegemônico, qual seja, o do homem (ALMEIDA; BANDEIRA, 2004). Esse tipo de violência constitui-se em fenômeno social persistente, multiforme e articulado por múltiplas facetas: psicológicas, morais e físicas. A manifestação de violência se dá de maneira a estabelecer uma relação de submissão e/ou de poder, implicando sempre em situações de medo, isolamento, dependência, intimidação para a mulher (BANDEIRA, 2014). Homens, idosos e adolescentes são igualmente vítimas do sistema de punição, no entanto, a mulher está em maior número.

Quando uma mulher vítima de violência se apresenta para a denúncia na DEAM Bragança / PROPAZ integrado - 6ª região integrada de Segurança Pública (RISP), primeiramente ela é atendida pelos serviços de enfermagem, se necessário. Em seguida, essa mulher dirige-se aos cuidados dos serviços de psicologia e de assistência social para avaliação do caso e da situação da violência. Concluída essa fase, a mulher é encaminhada para a delegada, lotada exclusivamente na delegacia, para consolidar a denúncia. A denúncia é o primeiro passo para ajudá-la contra o perigo de morte, em alguns casos, em virtude das ameaças e das múltiplas violências sofridas (verbal, física, econômica, moral, religiosa, simbólica).

O PROPAZ Mulher no município de Bragança dispõe de uma equipe multidisciplinar composta por enfermeira, médicas legistas, assistentes sociais e psicóloga. Ele engloba todos os serviços necessários para o acolhimento e assistência às mulheres que procuram a Fundação PROPAZ, como a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) – que funciona nos turnos da manhã e da tarde, de segunda a sexta, onde podem iniciar o processo de denúncia sobre qualquer tipo de abuso sofrido, seja físico ou psicológico (PARÁ, 2017). Caso a violência ocorra em dias ou horários de não funcionamento da Deam a denúncia é realizada na delegacia comum.

A Delegacia da Mulher proporciona um cuidado à integridade da mulher, buscando interditar a assunção do poder do homem sobre seu corpo e reestabelecer a inserção dela num ambiente capaz de assegurá-la um convívio que garanta segurança e equidade de direitos e deveres.

O fórum em particular é uma rede que tem a intenção de punir, combater, prevenir, erradicar por meio das audiências públicas, na sua maioria, de casos que atentam contra corpo e ao psicológico, para sustar conflitos de caráter jurídico. Haja vista, que é desta unidade jurídico-policial que surge a contabilidade de um volume considerável de processos que demandam assuntos tanto de caráter popular como da esfera empresarial. Apesar disso, não é exclusivo do fórum cuidar de casos relativos à recuperação, manutenção do bem-estar psicofísico-social, isto cabe ao PROPAZ também fazer.

Todas essas instituições presentes no município de Bragança trabalham conjuntamente no combate à violência de gênero.

O PROPAZ é uma unidade de atendimento às pessoas em estado de vulnerabilidade, articulado com a delegacia da mulher. Atende crianças, mulheres, idosos/idasas e adolescentes. Há 10 anos atua na cidade de Bragança em conjunto com a Deam. O objetivo da rede é restaurar o convívio interpessoal e auxiliar nos conflitos familiar e social (PARÁ, 2017). As denúncias e acompanhamentos dos casos de violência, sobretudo doméstica, são as atividades mais recorrentes em Bragança.

De diversas formas, você pode ver o poder que o homem desempenha sobre a mulher, ele ver a mulher como um apoio ou como um instrumento de escolha para satisfazer suas necessidades. Isto também é visto entre homossexuais, idosos e jovens, quando há definido quem é mais forte e os ditos fracos pela imagem prescrita da sociedade, mantendo uma relação de conflito e instabilidade entre eles (informação verbal)⁸.

A unidade especializada atende todas as mulheres amparadas pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) e que estejam sofrendo qualquer tipo de violência praticada por homens; em situação de gênero, como casos que tenham características claras de abuso cometido somente pelo fato de a vítima ser mulher; e em relações trans e homoafetivas entre mulheres (PARÁ, 2017).

Gênero é instrumento simbólico de uma pluralidade de dimensões da vida social. É poder e é também violência. E poder e violência, assim como tantas outras dimensões afetivas e estéticas, também são atravessados pela simbologia de gênero, como confirmam os autores Machado (2010) e Almeida E Bandeira (2004).

Poder, para Foucault (2014), exerce-se a partir de inúmeros pontos, bem como em meio a relações desiguais e móveis. Mas, o poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, os quais

⁸ Psicóloga entrevistada em 2017.

têm diante de si um campo de possibilidades em que diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer (FOUCAULT, 1995).

Assim, gênero deve ser pensado/refletido como uma categoria analítica, como um instrumento metodológico para o entendimento da construção, da reprodução e das mudanças das identidades de homens e mulheres (SCOTT, 2009). Trata-se, portanto, de um conceito relacional entre homens e mulheres, mas também entre homens e homens, e mulheres e mulheres. Uma categoria relacional, na qual, também se consideram as relações de poder, a importância da experiência, da subjetividade, dos saberes (ARRUDA, 2002).

As principais formas de violências (física e sexual) denunciadas na Deam em Bragança enquadram o perfil elementar da violência como um fenômeno que está presente principalmente nas relações familiares, como afirma a psicóloga entrevistada:

Violência doméstica é a mais presente das denúncias, a mulher chega batida e tomamos as devidas providências, aqui tem uma técnica de enfermagem para fazer a limpeza, alguma coisa assim. Na maioria das vezes a assistente social encaminha para a delegada os casos de violência mais graves. Mas há casos que a mulher denunciante desiste por não querer continuar fazendo o acompanhamento. Quando necessário conduzimos a mulher agredida para o hospital (informação verbal).

A situação de violência doméstica revela a aproximação relacional no cruzamento das concepções hierárquicas e assimétricas do poder. Para Gregori (1992, p. 138-139):

Na situação familiar, cruzam-se concepções sobre sexualidade, sobre educação, sobre vivência, sobre dignidade de cada um. Exercer um papel é agir em função de vários dessas concepções, é combiná-las mesmo quando conflitivas. As combinações são as mais variadas possíveis e mostram que é equivocado atribuir genericamente ao fenômeno da violência contra a mulher um conflito de padrões entre casal ou mesmo excluir essa hipótese também de maneira genérica.

Izumino (2004) lembra que gênero é percebido entre os parceiros refletidos por situações de sujeição do mais fraco, geralmente a mulher é enquadrada nesse termo. Contudo, é previsível a polarização entre os sexos, que certamente alinha-se nesta estrutura ilegível de homem versus mulher. Dentre as muitas formas que a violência se apresenta, a mais evidente conta-se nos laços de parentesco, que se entende como violência doméstica. E é nesse contexto que se realiza potencialmente tanto a cumplicidade da mulher quanto as queixas e desafetos.

Todas as formas de denúncias são tratadas com a atenção devida. Há casos em que o depoente não vítima (amigo ou parente) chega ao PRO PAZ para relatar a situação de violência. Porém, há casos em que a mulher inviabiliza a realização da denúncia por

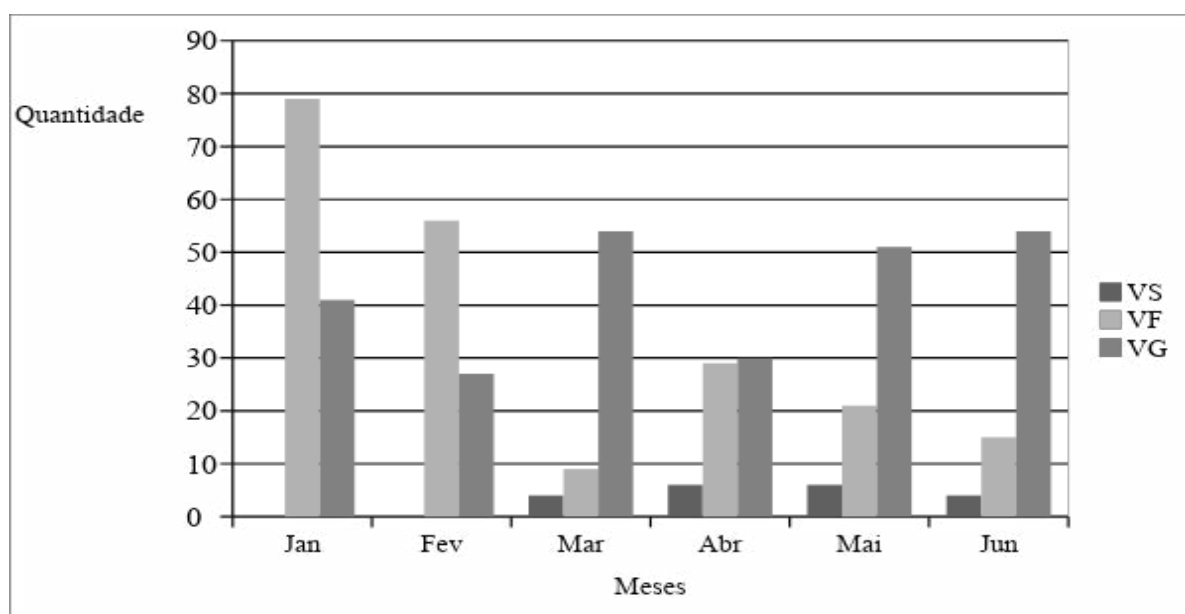
pressentir um posterior atentado contra seu corpo. E quando ela chega a fazer a denúncia, seu corpo já tem algum tipo de lesão e/ou rebaixamento da autoestima. É feito o boletim de comunicação para ser registrado nos autos do Programa. Após essa etapa, a vítima é encaminhada aos cuidados da polícia, localizada no mesmo prédio.

Se houver necessidade, a vítima, sendo criança e/ou adolescente, é designada para um abrigo, que conta com o auxílio da Assistente Social, que também é coordenadora do mesmo. O abrigo é para menores de idade (menor de 18 anos), vítimas de extrema violência e incapaz de estar em convívio social com o agressor. Não há abrigo para as mulheres maiores de 18 anos, vítimas de violência.

Tem um abrigo no município, a delegada faz a solicitação à coordenadora do abrigo e encaminha pra lá. Já a delegada é chamada para cuidar de violência física, sexual que é exclusivo da Deam. Lá são feitos os procedimentos, mas daqui do PRO PAZ fazemos o encaminhamento para o hospital, caso necessário (informação verbal)⁹.

A ênfase ao estado violento praticado contra o sujeito-vítima – mulher; se dimensionada numa postura de supressão ao direito de integridade/liberdade, em vista ao uso de forças físicas, expressões verbais irascíveis, classificações quanto à imagem do sujeito-mulher violentado numa linguagem de ressentimento e exclusão. Vê-se que as ações violentas são produzidas em contexto e espaços sociais e relacionais, quer sejam da ordem impessoal ou das grandes guerras (ALMEIDA, 2014).

Gráfico 1: Tipos de violências denunciadas de janeiro a junho de 2017 na Delegacia da Mulher, Bragança-Pará.



Fonte: Delegacia da Mulher 6ª Região de Segurança Pública (RISP) Caeté.

⁹ Enfermeira entrevistada em 2017.

De acordo com o gráfico 1, a violência física (VF) é o principal motivo da presença das mulheres na delegacia para denúncia. A violência geral (VG) abrange um conjunto de violências sofridas por ela ao mesmo tempo (sexual, verbal, física, econômica, moral, religiosa, simbólica). Essa violência é consideravelmente representativa em todo o período da pesquisa, sobretudo nos meses de março, maio e junho. Grande parte dos agressores são pessoas da família.

Em relação à violência física, o número de vítimas é maior entre janeiro e fevereiro. Embora haja presença desse tipo de violência na estatística da violência geral.

A violência física se realiza no *habitus* do ato impulsivo, os fatores ambientais, sociais e psicológicos contribuem, geralmente, para que o sujeito dentro do histórico social aflija e transgrida o corpo do outro. A força configura o ego em exercício, o sequestro da liberdade do corpo funde-se na defesa e resistência assistida. É assim que a degradação do outro é subtraída. Segundo Rocha (1996, p. 10) “A violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma força que transgride os limites”.

Dados do IBGE revelam que o tipo de registro de violência contra a mulher que aparece em maior número no Brasil é a violência física que pode variar de lesão corporal leve, grave ou gravíssima, tentativa de homicídio e homicídio consumado. Foram 63.838 em 2010, 45.953 em 2011 e 26.939 até julho de 2012 (BRASIL, 2012).

A violência geral se manifesta de muitos modos. Esse conjunto de violências, em boa medida, é comum entre os diversos grupos etários e de gênero: idosos, crianças, adolescentes, homossexuais e mulheres. Assim, a figura orgânica e ideológica de gênero é a mesma essencial para desestabilizar o pensamento unívoco dos discursos.

A violência sexual (VS), não menos significativa, compreende um número menor de casos. Nos dois primeiros meses do período em estudo não foram registradas ocorrências.

A violência de gênero é um tipo de violação dos direitos humanos mais fundamentais, tais como à vida, à dignidade, à segurança e à integridade física e psíquica (PEREIRA; PEREIRA, 2011). Para as autoras, as normas sociais que regem a convivência entre homens e mulheres contêm violência e a simples obediência a tais regras é uma forma de violência simbólica. Trata-se, portanto, de uma violência instalada no nível macro da sociedade e não somente nas relações interpessoais.

A violência contra a mulher é definida pelas Nações Unidas, como todo ato de violência baseado no gênero que tem como resultado possível ou real um dano físico, sexual ou psicológico, em que se incluem as ameaças, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, seja na vida pública ou na vida privada, segundo a *Organización Panamericana de*

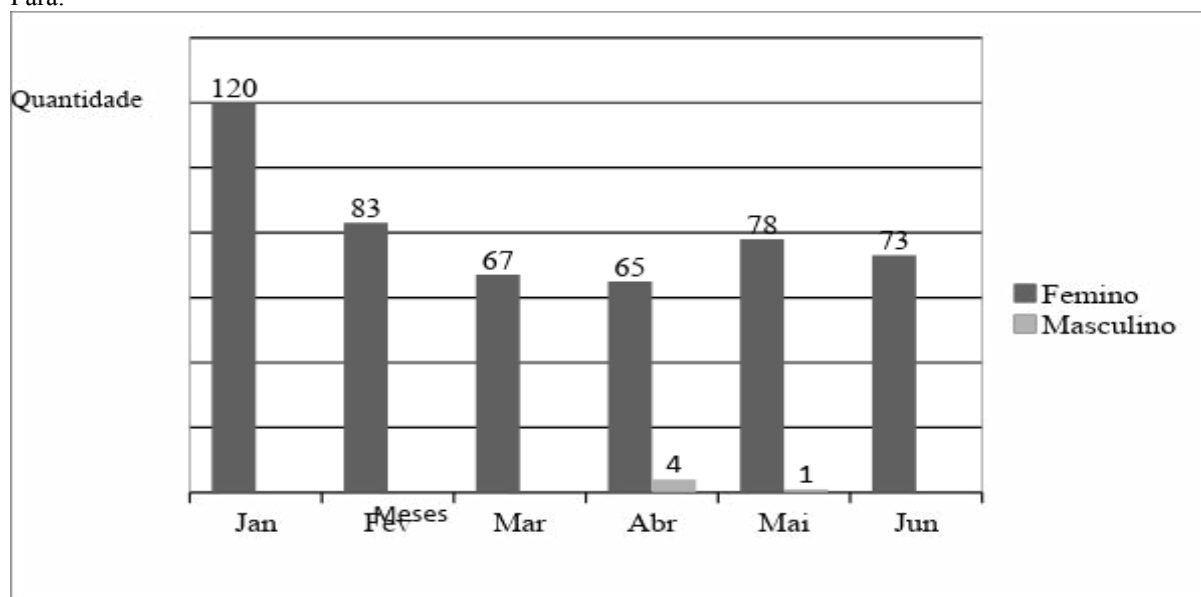
la Selud - OMS/OPS (1998). Isto é, são produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, que têm cenários sociais e históricos não uniformes (BANDEIRA, 2014).

Na lei nº 11.340/06 é considerado violência de gênero ou violência doméstica, qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, bem como dano moral ou patrimonial (BRASIL, 2006).

Sobre essa questão, Cavalcanti (2008) afirma que a violência de gênero é a mais perversa manifestação de poder e de desigualdade entre os sexos. As diversas formas de agressão existentes têm sua gênese no cenário histórico cultural de discriminação e de subordinação das mulheres. Na maioria das vezes, a violência não só viola, agride e causa dor, como é capaz de destruir a autoestima das mulheres, produzindo-lhes sentimento de culpa, medo e vergonha (MENEZES; ALMEIDA; BANDEIRA, 2004).

Ainda para estas autoras, os diferentes estudos que analisam as características dos agressores e das vítimas de maus tratos, sobretudo crianças e mulheres, assinalam que este fenômeno se desenvolveu em todas as culturas e que o nível econômico e intelectual não é determinante da sua ocorrência. As desigualdades de gênero e as relações de poder que os incluem perpassam por todas as gerações, classes sociais, etnias. Por isso, são transversais e estruturantes.

Gráfico 2: Número de violências denunciadas de janeiro a junho de 2017, na Delegacia da Mulher, Bragança-Pará.



Fonte: Delegacia da Mulher 6ª Região de Segurança Pública (RISP) Caeté.

No gráfico 2, os dados confirmam a dominação e violação do corpo em sua grande maioria dirigido às mulheres. Da totalidade das denúncias de violência realizadas na Delegacia da Mulher, em Bragança, 1% são de homens. Estas denúncias estão relacionadas à violência sexual e física em adolescentes.

Os meses de janeiro e fevereiro apresentam o maior número de violência. Este fato pode estar relacionado ao período de férias escolares e ao carnaval, na qual o uso de bebidas alcólicas nesse período é maior. Nestes meses a violência física (VF) foi predominante, seguida de outras violências (VG).

A relação desigual instaura-se no sexo, retornando-se à dicotomia entre os gêneros que se posicionam numa relação desigual, Sandra Harding (1993) situa o surgimento da dicotomia sexo-gênero no moderno dualismo natureza/cultura:

A dicotomia cultura e natureza reaparece de modo complexo e ambíguo em outras oposições nucleares para o pensamento ocidental moderno: razão e paixões ou emoções; objetividade e subjetividade; mente e corpo, intelecto e matéria física; abstrato e concreto; público e privado, para citar apenas algumas. Tanto na ciência quanto na nossa cultura, a masculinidade é identificada com o lado da cultura e a feminilidade com o da natureza em todas essas dicotomias (HARDING, 1993, p. 24).

As demandas monocráticas criadas ao corpo da mulher detêm-se numa disputa autocrática, pois a natureza do discurso corporifica uma propaganda sexualizada e biologicizante. Por sua vez, o discurso torna-se autossuficiente para prolar seus códigos morais, privando-as de seus direitos e negando uma política de direitos e reconhecimento.

A violência se percebe como um fenômeno crucial para delimitar espaços e territórios, suas ações criam capilaridades e se propagam na ideologia, na linguagem, na palavra, no som e são assimilados pelos sentidos, corpos, grupos, nações, com o objetivo de sempre reduzir o outro a um estado mínimo.

Para Menezes, Almeida e Bandeira (2004) as diversas formas de violência exercidas contra as mulheres configuram-se como um termômetro para chegarmos ao grau de desigualdade de gênero de dada sociedade. Quanto menores forem a liberdade, a igualdade nas leis, a oportunidade de trabalho e a autodeterminação das mulheres, maiores são o sofrimento e a opressão vividos rotineiramente por elas.

Bandeira (2014, p. 459) também destaca que

A violência de gênero, gerada na intimidade amorosa, revela a existência do controle social sobre os corpos, a sexualidade e as mentes femininas, evidenciando, ao mesmo tempo, a inserção diferenciada de homens e mulheres na estrutura familiar e

societal, assim como a manutenção das estruturas de poder e dominação disseminadas na ordem patriarcal (BANDEIRA, 2014, p. 459).

Sobre essa questão, Foucault (2006) destaca que as relações de poder têm uma extensão consideravelmente grande nas relações humanas. Nessas há todo um conjunto de relações de poder que podem ser exercidas entre indivíduos, no corpo político e no seio de uma família. Nessas relações a hierarquia e a desigualdade de gênero estão sempre presentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência está em todos os lugares e se estabelece pela força da palavra, pois dela é possível mudar uma realidade por outra. A Coreia do Norte, país do leste asiático, admite um sistema baseado na ideologia do silêncio pela tradição do regime unipartidarista. O ato de enunciar uma ideologia enumera propositalmente a intenção de suprimir o outro em detrimento da verdade tida como concreta e unívoca. Em relação à mulher, a retratação sobre o poder da política machista afirma o homem na centralidade das questões humanas e retira da mulher o direito de se posicionar igualmente nos diversos campos do saber, pois as histórias foram escritas e contadas em sua maioria por homens, estando ela somente como parte de um todo integrada e articulada na sociedade.

O vetor ideológico principal na sociedade atual é a verdade, uma verdade que impõe a maneira que deve ser conduzida as coisas pelo padrão etário patriarcal. Gênero não pode ser simplificado a mero conceito, pois a vida humana não está assentada em estruturas biológicas ou simplesmente naturais, funda-se nas percepções do corpo e mente através do constructo cultural. Portanto, os conflitos que geram a violência advêm da cultura androcêntrica, em sua maioria que dita as regras, em que vale aquilo que é dito como mensagem final, conduzindo o sujeito mulher a um papel secundário de cumpridora desta verdade.

O feminicídio é outra realidade da degradação do corpo. A vulnerabilidade se manifesta quando não há autodefesa, impotência diante da destrutividade do outro. O PROPAZ torna evidente o mapa de violência em Bragança, dado que deixa claro a vitimização da mulher. Vale destacar que tal unidade encontra muitas dificuldades em atender todos os casos e acompanhar as vítimas violentadas, que em grande medida abandona o andamento do caso, por inúmeras questões, dentre elas as de âmbito social e familiar, sobretudo.

Sendo este o primeiro estudo em Bragança que trata e identifica os eixos da violência e seus desdobramentos, percebe-se uma necessidade de continuação de outras pesquisas no

intuito de aprofundar as análises e viabilizar além de um retrato, um trabalho sociocultural para os envolvidos nos casos de violência na região bragantina.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. BANDEIRA, Lourdes. Políticas públicas e violência de gênero: uma discussão com base na rotina das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) da região Centro-Oeste. In: MENEZES, Andrea Mesquita de; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; BANDEIRA, Lourdes (Org.). **Violência contra as mulheres: a experiência de capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste**. Brasília: Cadernos Agende; v. 5, 2004.

ARRUDA, A. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero**. Cadernos de Pesquisa, n. 117, nov. 2002.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 36.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. Sociedade e Estado, v. 29, n. 2, maio-agosto, pp. 449-469. Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 2.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Violência contra a mulher**, 2012. Disponível em: <http://teen.ibge.gov.br/noticias-teen/2822-violencia-contra-mulher>. Acesso em: 20 de jun. 2017.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Presidência da República. Casa Civil**, 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>>. Acesso em: 18 de nov. 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAVALCANTI, S. F. **Violência doméstica: análise da lei Maria da Penha n. 11.340/06**. Salvador: JusPodivm, 2008.

CHAUÍ, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. In: CHAUÍ, Marilena et al (Org.) **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984, p. 25-62.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FOUCAULT, M. A Ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: MOTTA, M. B. de (Org.). **Ética, Sexualidade e Política**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. v. 5.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, M. O sujeito e o Poder. Apêndice da primeira Edição (1982). In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Lucia Carrero. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e terra, 1992, p. 138-139.

HARDING, Sandra. **A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7-32, 1993.

IZUMINO, Wania. Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: mulheres, violência e acesso à justiça. In: XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS, 28., 2004, Caxambu, Minas Gerais, **Seminário...** Minas Gerais, out. de 2004.

LOTMAN, Yuri Universe of the Mind. **A Semiotic Theory of Culture**. Bloomington: Indiana University press, 1990.

MACHADO, Lia Zanota. Antropologia e feminismo diante da Violência. In: _____. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010.

MINAYO, C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

OMS/OPS-ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SELUD. **Violencia contra la mujer, un tema de salud prioritario**. Washington (DC): División de Salud familiar y reproductiva; División de salud y desarrollo humano. Junio, 1998.

PARÁ, **Secretaria de Estado de Segurança Pública e defesa social – SEGUP**. 2004. Disponível em: <http://www.segup.pa.gov.br/?q=node/101>. Acesso em: 10 de jul. 2017.

PEREIRA, M. da C.; PEREIRA, M. Z. da C. **A violência doméstica contra a mulher**. Espaço do currículo, v. 4, n. 1, p. 22-34, mar./set., 2011.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, v. 18, n. 36. Curitiba, jun. de 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>.

ROCHA, Z. Paixão. **Violência e solidão: o drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII**. Recife: UFPE, 1996, p. 10.

SARDENBERG, C.; COSTA, A. A. **Feminismo no Brasil: enunciando e canalizando demandas das mulheres em sua diversidade**. Labrys, Estudos Feministas, jul./dez., 2011.

SCOTT, J. Perguntas não respondidas. **Debate Feminista**. México, ano 20, v. 40, p. 100-239, out. 2009.

SENA FILHO, José (Org.). **Olhares em movimento: cinema e cultura na Amazônia marajoara**. Belém: Editora Açaí, 2014.

A PERSONAGEM DINAURA, DE *ÓRFÃOS DO ELDORADO*: VOZES NARRATIVAS E ALTERIDADE NA CONSTRUÇÃO DO ENIGMA DA FEMINILIDADE¹

Francisca Andréa Ribeiro da Silva²
Sylvia Maria Trusen³

RESUMO

Este artigo discute o como a personagem Dinaura, pertencente à obra *Órfãos do Eldorado*, de Milton Hatoum, é construída pela voz narrativa e pelas perspectivas dos personagens que, com ela, participam do enredo. Dessa forma, observa-se as relações de alteridade e a influências dessas relações na constituição dessa personagem. Além disso, nota-se como Dinaura e as outras órfãs ambientadas nesta novela relacionam-se com alteridades étnica e religiosa, nas negociações culturais, linguísticas e de crenças, não deixando de retratar as consequências da colonização no período moderno, como o processo de tradução cultural presente nessas relações, as quais são de sujeitos pós-coloniais. Assim, para tanto, apoia-se nas concepções de Fanon (1968; 2008), Burke (2009), Beauvoir (2016) e Genette (1989), entre outros.

Palavras-chave: Personagem enigmática. Perspectiva narrativa. Tradução. Alteridade.

ABSTRACT

This article discusses how the character Dinaura, belonging to Milton Hatoum's *Órfão do Eldorado*, is constructed by the narrative voice and by the perspectives of the characters who, with her, participate in the plot. Thus, the relations of alterity and the influence of these relations on the constitution of this character are observed. In addition, it is noted how Dinaura and the other orphans set in this novel relate to ethnic and religious alterities in cultural, linguistic and belief negotiations, while portraying the consequences of colonization in the modern period, such as the translation process cultural relations present in these relations, which are of postcolonial subjects. Thus, it is based on the conceptions of Fanon (1968, 2008), Burke (2009), Beauvoir (2016) and Genette (1989), among others.

Keywords: Enigmatic character. Narrative perspective. Translation. Otherness.

INTRODUÇÃO

Órfãos do Eldorado é a quarta obra do escritor Milton Hatoum e assim como os demais textos ficcionais deste autor, esta obra tem conquistado leitores de diferentes países, traduzida em outras línguas, além de ter conquistado o Prêmio Jabuti e elogios da crítica literária, sendo também adaptada para o cinema. O enredo retrata a história de Arminto

¹ Este estudo compõe parte da dissertação de mestrado intitulada *Cinzas do Norte e Órfãos do Eldorado, de Milton Hatoum: vozes narrativas e alteridade na construção das personagens femininas*, defendida em junho de 2017 pelo programa de pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia. Trabalho de autoria de Francisca Andréa Ribeiro da Silva, sob orientação da profa. Dra. Sylvia Maria Trusen

² Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia – Universidade Federal do Pará. Endereço eletrônico: andrearibsilva@hotmail.com

³ Doutora em Letras e Profa. da Universidade Federal do Pará, vinculada aos programas de pós-graduação, Linguagens e Saberes na Amazônia e Estudos Antrópicos da Amazônia. Pesquisadora da RELER – Catedra Unesco de Leitura PUC/Rio. Pós-doutoramento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Programa de Pós-Graduação Ciência da Literatura. Orientadora. Endereço eletrônico: sylviatrusen@me.com

Cordovil, narrador homodiegético⁴ que na velhice rememora sua vida, contando-a a um viajante. Dessa maneira o leitor passa a conhecê-la. Em linguagem enxuta e envolvente, Arminto conta de si e das outras personagens que tiveram contato com ele. Dentre elas, o narrador dá destaque à personagem Dinaura, uma órfã por quem ele se apaixona e se envolve perdidamente, passando a viver em função de reencontrá-la, pois Dinaura desaparece misteriosamente. Muitos segredos, dentre eles o envolvimento dela com Amando, o pai de Arminto, ajudam a compô-la, que é construída a partir de lacunas, lendas e lembranças.

A investigação aqui consiste em perceber como Arminto, assumindo uma perspectiva de um ser amante, desenha a personagem Dinaura ao destacar a personalidade e as demais características da moça e de que forma ela se torna a memória insistente dele, ao ponto do narrador apagar outros objetivos de sua vida e vislumbrar o reencontro com Dinaura como principal meta.

Aspectos que dizem respeito às relações de alteridade são igualmente observados nesse estudo, no intuito de anotar como Dinaura é vislumbrada na sua condição de órfã, do Sagrado Coração de Jesus, atentando aos possíveis desrespeitos à sua condição étnica e religiosa. Para compreender este aspecto, a concepção de alteridade discutida por Fanon (1968; 2008) irá contribuir, uma vez que esse teórico aborda as consequências da colonização para as populações de países outrora colonizados. Assim, o entendimento de como Dinaura se constitui perpassa pela compreensão da condição de Arminto, neto de um dos colonizadores na região amazônica, como é destacado na obra e se verá adiante. Dessa forma, é necessário discutir, ainda que de maneira sucinta, as consequências da colonização no período moderno, tempo em que se situa a obra, para se conjecturar o porquê da orfandade de meninas tapuias.

Então, cabe adentrar no universo ficcional de *Órfãos do Eldorado*, atentando às palavras usadas pelo narrador para buscar compreender a construção dessa enigmática personagem.

1. A ENIGMÁTICA DINAURA

Dinaura, juntamente com Arminto, constitui-se como personagem principal, pela relevância que ganha no enredo e na vida de Arminto, um narrador autodiegético, o qual

⁴ Terminologia cunhada do teórico Genette (1989), a qual se refere ao narrador que participa do enredo. Vale mencionar que essa categoria homodiegética é considerada por Genette em duas situações: o narrador que participa da história, mas não é o centro dela, posicionando-se periféricamente e contando o que observa, chamado de observador testemunha e aquele que conta sua própria história, o narrador autodiegético, caso de Arminto.

detém uma visão limitada sobre o que o rodeia e, principalmente, em relação à Dinaura, como se verá adiante. Pelo fato dele ser apaixonado por ela, o mesmo demonstra uma perspectiva de um ser amante, que a engrandece, que não descreve simplesmente a personagem, mas relata sobre a mulher a quem está encantado e isso vem influenciar na maneira de narrar.

Abaixo, observa-se a primeira impressão que o narrador teve de Dinaura:

[...] Uma delas tinha jeito de moça crescida. Parecia uma mulher de duas idades. Usava um vestido branco e olhava para o alto, como se não estivesse ali, como se não estivesse em lugar nenhum. De repente o olhar me encontrou e o rosto anguloso sorriu. Eu não conhecia a moça. Olhei tanto que a diretora do colégio do Carmo se aproximou de mim. Madre Joana Caminal veio sozinha, me deu os pêsames e disse secamente: O senhor Amando Cordovil era o homem mais generoso desta cidade. Vamos rezar por sua alma. E foi embora, a moça e as outras órfãs atrás dela (HATOUM, 2008, p. 28).

Neste trecho, percebe-se o contato do narrador com a personagem, até então desconhecida por ele. Isso é denotado com o uso do artigo “uma”, que remete ao sentido de indefinição. Essa ideia também recai sobre a idade exata da moça, pois ele demonstra ignorar a idade da jovem, o que é percebido por meio das conjecturas que realiza, ao usar as expressões “moça crescida” e “duas idades”, as quais aludem à ideia de uma moça alta, com certa maturidade, mas não determinam com precisão. Ele enfatiza, também, a expressão do olhar dela, o qual subentende que a personagem está com um pensamento longe daquele espaço. Outro aspecto destacado por ele é a geometria do rosto da moça, em que se nota, a partir da palavra anguloso, um rosto de formato pontiagudo. Outrossim, observa-se que nesse trecho o narrador a apresenta como uma das órfãs do orfanato e que as órfãs eram conduzidas por uma mãe, sendo tal aspecto notado pela expressão “atrás dela”, declarando, assim, a hierarquia que se atribui à mãe e a submissão das órfãs em relação à religiosa.

Quanto ao olhar da personagem, o narrador afirma: “O olhar de Dinaura era o que mais me atraía. Às vezes um olhar tem a força do desejo. Depois o desejo cresce, quer penetrar na carne da pessoa amada [...]” (HATOUM, 2008, p. 31). Assim, ele demonstra o poder de atração e a força do olhar da moça para conduzi-lo ao desejo. De um olhar que estimula à excitação carnal. Abaixo, vislumbra-se um trecho da obra, no qual Arminto deixa transparecer seu encantamento por Dinaura:

Dinaura deixou o livro na areia e entrou sozinha na água. Nadou e deu um mergulho tão demorado que senti falta de ar. Quando ela apareceu nua, com o vestido enrolado no pescoço, senti o corpo tremer de desejo. Tenho certeza de que me viu, porque as meninas apontavam para mim, riam e davam beliscões na bunda e nas coxas de Dinaura. De longe, fiquei lambendo aquele corpo na luz do fim da tarde. Nem lembrei da Escada dos Pescadores: desci correndo o barranco, e, quando me

aproximei do rio, Dinaura já estava vestida e andava à frente das meninas. Segui o vestido molhado até a rampa da Ribanceira, atalhei por uma escada de barro e lá em cima parei diante de Dinaura. Disse que queria conversar com ela. Vi os olhos de espanto no rosto fora do mundo, o sorriso nos lábios grandes e molhados; ainda toquei nos ombros dela, antes de vê-la correr para a praça do Sagrado Coração (HATOUM, 2008, p. 34).

Acima, percebe-se as reações do narrador, que se confessa envolvido pelo corpo, ousadia e sensualidade de Dinaura. A naturalidade com que ela trata a nudez faz lembrar outra personagem da obra do romancista, *Cinzas do Norte*. A órfã, assim como Algisa, despe-se sem nenhum pudor. Quanto à metáfora, “lambendo aquele corpo”, compreende-se expressar o desejo que Dinaura causava em Arminto. O uso do verbo *lamber*, no sentido figurado, substitui a expressão “olhando aquele corpo”, no entanto, não se trata de um simples olhar, mas uma visão desejosa, que envolve. Outrossim, a sinestesia, por misturar sensações demonstra, dessa forma, que o narrador saboreia o que vê. E em relação à expressão “andava à frente”, sugere-se que o narrador não apenas evidencia a posição espacial em que andava a moça, como denota que dentre elas, Dinaura é quem as conduzia, significando também o destaque que o narrador imprime à mesma, em relação às demais. Já com a frase “rosto fora do mundo”, traz à Dinaura uma peculiaridade de uma mulher que se faz outra, não pertencente ao mundo em que vivia ou à situação em que se encontrava, ou, como mais tarde se verá, uma personagem lendária. Ainda, nessa citação, observa-se que o corpo molhado corrobora para a construção da sensualidade feminina. Já a presença do livro, nesta cena, certifica que Dinaura tinha o hábito da leitura, como é perceptível, a seguir, pela visão de Estiliano: “[...] eu mandava livros, porque ela gostava de ler [...]” (HATOUM, 2008, p. 98).

Outras características da personagem podem ser percebidas por sua vestimenta: “[...] usava um vestido de chitão florido [...]” (HATOUM, 2008, p. 34). Tendo em vista que o tecido chita é de pouco valor, uma fazenda de algodão barata e rala, atribui-se, então, por extensão, a precária condição financeira da moça. Além do mais, sugere-se que esse tecido caracteriza a simplicidade de Dinaura. Outro trecho que reforça essa ideia é: “[...] meu pai tinha razão, eu era um aproveitador de índias e pobretonas [...]” (HATOUM, 2008, p. 42). Assim, a perspectiva do narrador, em relação a ela, dá-se pela concordância deste com a opinião do pai, que a considera como índia pobre, opinião acentuada pelo advérbio de intensidade “muito”, reforçando o grau de pobreza da moça. Além do mais, atesta, assim, seu ponto de vista quanto à origem dela, apesar de ser apenas uma conjectura, pois ela constitui-se como enigmática, envolta em mistério: “[...] uma índia? Procurei a origem, nunca encontrei [...]” (HATOUM, 2008, p. 15). Pela visão limitada do narrador, ela não é revelada por inteiro,

sendo configurada, dessa forma, como enigma insondável, fazendo com que o outro deseje compreendê-la.

O fato do narrador construí-la como uma mulher que não se expressa: “[...] Eu me acostumei com o silêncio, com a voz que eu só ouvia nos sonhos” (HATOUM, 2008, p. 41), acentua ainda mais o mistério em torno dela, pois Dinaura se obscurece na sua mudez e com isso, os discursos sobre ela são vários e a maneira como é vista difere entre os enunciadores, os quais elaboram conjecturas no intuito de entendê-la, mas a compreensão total não se completa:

No porto de Vila Bela, alguém espalhou que a órfã era uma cobra sucuri que ia me devorar e depois me arrastar para uma cidade no fundo do rio. E que eu devia quebrar o encanto antes de ser transformado numa criatura diabólica. Como Dinaura não falava com ninguém, surgiram rumores de que as pessoas caladas eram enfeitadas por Jurupari, deus do Mal (HATOUM, 2008, p. 34-35).

Dessa maneira, o seu silenciamento e o mistério sobre sua identidade corroboram para constituí-la como lendária, com conotação negativa, visto que, como cobra, Dinaura o prejudicaria, levando-o para o fundo do rio. Já em relação aos demais rumores, seria ela possuída pelo diabo, visto que Jurupari, entre os missionários católicos do século XVI, era identificado como o diabo, também visto como uma entidade sobrenatural evocado nos ritos indígenas, presidindo rituais de iniciação masculina. Com isso, as diferentes vozes relegam a ela uma identidade sobrenatural, considerando o mutismo uma consequência do feitiço. Em outra passagem, notam-se mais explicações acerca de Dinaura, também contribuindo para configurá-la como lendária. Diziam que ela estava em uma cidade encantada:

Dinaura foi atraída por um ser encantado, diziam. Era cativa de um desses bichos terríveis que atraem mulheres para o fundo das águas. E descreviam o lugar onde ela morava: uma cidade que brilhava de tanto ouro e luz, com ruas e praças bonitas. A Cidade Encantada era uma lenda antiga, a mesma que eu tinha escutado na infância. Surgia na mente de quase todo mundo, como se a felicidade e a justiça estivessem escondidas num lugar encantado (HATOUM, 2008, p. 64).

Vale lembrar que o enredo de *Órfãos do Eldorado*, narrado por analepse⁵, percorre a sorte trágica do narrador-personagem, concentrando igualmente elementos diversos que vão da lenda da fundação de Manoa – o lugar confundido pelos colonizadores com Eldorado - à glória da Manaus - sob o influxo da borracha e seu posterior declínio. Assim, Dinaura é

⁵ Como se viu na primeira parte deste trabalho, o enredo não linear de *Órfãos do Eldorado* se dá com idas ao passado, por meio das memórias de Arminto.

caracterizada sob conjecturas, como elemento dessas lendas. A seguir, observa-se uma referência à lenda do Eldorado:

Uma das lendas mais persistentes e que mais incendiou a imaginação dos conquistadores foi a do El Dorado. País fabuloso situado em algum lugar do noroeste amazônico, dele se dizia ser tão rico e cheio de tesouros que, segundo a lenda, o chefe da tribo recebia em todo o corpo uma camada de ouro em pó e a seguir se banhava num lago vulcânico. [...] em busca do El Dorado também foram para as selvas outros europeus, como portugueses, franceses, holandeses e irlandeses. [...] os conquistadores, homens pertinazes em seus ódios e amores, jamais renunciaram às suas mais íntimas ilusões, que lhes serviram de estímulo e consolo. E todos quiseram se apossar da riqueza escondida, desses países fabulosos que foram progressivamente mudando de nome e de lugar: Guyana, El Dorado, Candire, Paititi, Mojos, Manoa, mantendo sempre as mesmas promessas e causando os mesmos desenganos [...] (SOUZA, 2009, p. 69-70).

À vista disso, a personagem Dinaura, a partir dessa referência, seria uma moradora de um país encantado, símbolo de uma promessa de riquezas⁶.

Vale salientar que o mistério em torno dela não se dá apenas em relação à sua identidade, mas também no que diz respeito à sua relação com Amando:

[...] teu pai quis conversar comigo na Chácara do bairro dos Ingleses. Ele estava nervoso, angustiado. Quase não reconheci o homem. Disse que sustentava uma moça órfã. Por pura caridade. Depois disse que não era só caridade. E me pediu que não contasse para ninguém. Não me disse se era filha ou amante... tinha idade para ser as duas coisas. No começo pensei que fosse filha dele, depois mudei de ideia. E sempre fiquei na dúvida. Foi a única vez que teu pai me confundiu e me magoou. Ele trouxe a moça para cá, disse para madre Caminal que era uma afilhada dele e que devia morar com as carmelitas. Pediu que a diretora guardasse esse segredo. Sei que Dinaura morava sozinha numa casa de madeira que Amando construiu atrás da igreja. Vivia com regalias [...] (HATOUM, 2008, p. 97-98).

Pela voz de Estiliano, passa-se a conhecer as circunstâncias em que Dinaura veio morar no orfanato Sagrado Coração de Jesus. O que chama a atenção é a interrogação persistente: seria ela amante ou filha de Amando? A dúvida sobre isso é um elemento que contribui para constitui-la como enigmática, já que não é do conhecimento do narrador a resposta a esse questionamento, mostrando, dessa forma, que sua visão limitada coopera para que o segredo não se revele. Supõe-se que Dinaura se emudece por medo de não corresponder ao que aspirava o desejo de Arminto, evitando contrariá-lo, pois se infere que falar equivale a falhar, na concepção da personagem, posto que qualquer das duas possibilidades de resposta seria para Arminto decepcionante. Nota-se, ainda, nessa citação, que a órfã possuía um

⁶ A informação sobre a lenda do Eldorado é importante também para se entender o sentido do título da obra *Órfãos do Eldorado*, o qual remete às consequências de fatos históricos, como, por exemplo, as órfãs do Sagrado Coração de Jesus e também em relação aos personagens cegos por conta na extração da borracha, a qual é referencialidade em tal ficção: “[...] Trouxe dos seringais do Madeira mais de cem homens, quase todos cegos pela defumação do látex. Lá onde ficava a Aldeia, o prefeito mandou derrubar a floresta para construir barracos. E um novo bairro surgiu: Cegos do Paraíso. [...]” (HATOUM, 2008, p. 95).

tratamento diferenciado no orfanato, em relação às outras, haja vista sua relação com Amando. Sustentada por este, morava sozinha em uma casa atrás da igreja e recebia assistência: de comidas a livros. Só depois de muitos anos é que Arminto ficou sabendo disso, inclusive da origem da moça: tinha nascido em uma ilha do rio Negro⁷.

Outro aspecto a ser observado é o como descreve o narrador a seguinte cena, em que, em uma única vez, ambos mantiveram relação sexual:

Parecia que estávamos sozinhos na cidade e no mundo. Ela deitou na terra molhada, o pano do vestido colado na pele morena; se despiu sem pressa, a anágua, o corpete e o sutiã, ficou de pé, nua, e tirou minha roupa e me lambeu e chupou com gana; depois rolamos na terra até a mureta da Ribanceira, e voltamos para perto da árvore, amando como dois famintos. Não sei quanto tempo ficamos ali, acasalados, sentindo a quentura nas entranhas da carne. Mal pude ver a beleza do corpo, abismado com o jeito dela, de amar (HATOUM, 2008, p. 51).

Nesse fragmento, observa-se a sensação do narrador em relação a esse momento, em que a impressão de estarem sozinhos remete a um momento íntimo e intenso, que só pertencia a ambos e ninguém os atrapalhariam. A maneira como o narrador a descreve ao se despir, sem pressas, e a perda da noção do tempo, por parte do narrador, contribuem para reforçar tal ideia. Além do mais, a sensualidade da personagem é construída pela imagem do tecido colado na pele e os outros elementos da vestimenta dela, como o corpete e a anágua, que estão de acordo com a maneira das mulheres se vestirem nos séculos passados. Assim, a vestimenta se apresenta coerente com o tempo da narrativa. Repare-se, ainda, ser ela uma mulher que se mostra experiente, ou que, pelo menos, não se esconde por trás de uma figura cândida, mas, sobretudo, uma mulher ousada que, nesse momento, sabe o que deseja e sacia os seus ímpetos.

Com a expressão “lambeu e chupou com gana”, é perceptível a intensidade do apetite sexual da moça e, ao revelar que se tratavam de “dois famintos”, o narrador expõe que ambos estavam ávidos pela comunhão carnal. Todo esse comportamento de Dinaura, em que se mostra sensual e erótica, despertou assombro e espanto no parceiro, tendo em vista o significado do adjetivo “abismado”. Desse modo, a personagem é constituída como uma mulher surpreendente, por ter permitido se entregar ao outro com ímpeto.

Entretanto, esse foi um momento único, nos outros ela entra no jogo da entrega e da fuga:

⁷ Depois o leitor fica sabendo que ela era sustentada pelo pai de Arminto. Era uma órfã, do Sagrado Coração de Jesus, mas que tinha regalias, morava só em uma casa atrás da igreja e recebia toda a assistência de Amando, de comidas a livros. Só depois de muitos anos é que Arminto ficou sabendo disso, inclusive da origem da moça: tinha nascido em uma ilha do rio Negro.

Quando as cinco badaladas me despertaram, o rosto de Dinaura surgiu contra o sol. Não tive tempo de perguntar sobre a dança, nem para me erguer: vi os olhos pretos, grandes e assustados. Podia ser um sonho? Mas eu não queria sonho, desejava a mulher ali, sem ilusões. Então acariciei com os dedos a boca de Dinaura, senti a respiração inquieta, o tremor e o suor nos lábios abertos que roçavam meu rosto. No prazer do beijo, senti uma dentada feroz. Soltei um grito, mais de susto que de dor. Tentei falar, minha língua sangrava. Na confusão, Dinaura escapou (HATOUM, 2008, p. 47).

Essa cena mostra a incerteza de Arminto quanto a ter experimentado, vivido ou sonhado. O fato é que ela é situada entre presença e ausência, já que na maior parte do tempo, ausente fisicamente, mas presente nos sonhos, local onde Arminto dá espaço ao desejo, ao gozo. Além do mais, o beijo, a dentada e a fuga reforçam tal paradoxo. A impressão que ele tem dela, nesse trecho, é de uma pessoa angustiada, percebida pelo olhar em assombro, a inquietação e o tremor, o que se sugere ser em decorrência da possível proibição do amor entre ambos. Talvez por esse sentimento, Dinaura ora é desenhada sorridente, ora triste, mas para ele “[...] triste, ela era mais bonita [...]” (HATOUM, 2008, p. 41). Em alguns momentos se aproximava com ímpeto, em outros, esquivava-se. Esses aspectos paradoxais contribuem para a complexidade da personagem, conduzindo a interpretá-la como uma personagem esférica, já que segundo Candido (2007, p. 63) essa categoria é considerada como tal porque possui como característica a complexidade e a capacidade de surpreender o leitor, ou seja, personagens complexas trazem consigo a imprevisibilidade. E assim se comporta Dinaura.

Seja qual for o comportamento dela, efetivamente a personagem Dinaura possui um efeito grande na vida do narrador, pois é capaz de despertar nele sentimentos diversos: suscitava risada, que “[...] era puro desejo” (HATOUM, 2008, p. 33); surpresa por ações ambíguas, como se observa no parágrafo acima; dúvidas e questionamentos: “[...] queria entender por que ela escondia o passado, por que a dança, o beijo oferecido, a dentada feroz [...]” (HATOUM, 2008, p. 48); saudades, esperanças e desassossego: “[...] Nenhuma palavra, nenhum som, essa mudez crescia e parecia uma faca que me ameaçava, cortando meu sossego [...]” (HATOUM, 2008, p. 92).

Vale salientar que não apenas com Arminto ela despertou sensações: “[...] os homens iam atrás. Nenhum falava com a mulher. Por quê? Medo. Alguma coisa no seu olhar inibia mais que uma voz ou um gesto. Com medo, eram machos vencidos [...]” (HATOUM, 2008, p. 37). Assim, evidencia-se que o olhar de Dinaura possui o poder de inibir o outro e dessa forma, nessa relação de alteridade ela não se revela o outro, de que fala Beauvoir (2016), mulher vista e constituída como menor em relação ao homem. Dinaura revela, antes, o poder de não ser reprimida pela alteridade masculina.

Com Arminto, ela é o feminino permanente na memória, o próprio pensamento dele: “A verdade é que Dinaura enchia meu pensamento [...]” (HATOUM, 2008, p. 37). Construída como idealização da mulher, acaba não sendo a perfeição esperada, já que, metaforicamente, ela o imobiliza e o conduz para o caminho do desejo, da clausura da esperança, por isso ela se faz tão presente no pensamento e nos sonhos repletos de desejo do narrador. Assim, ao se fazer sempre presente na memória dele, ela contribui na constituição da identidade do mesmo, tendo em vista o que argumenta Candau (2016, p. 99) ao dizer que a memória se constitui de lembranças “[...] que compõem a identidade narrativa do sujeito e asseguram a estrutura dessa identidade”. Portanto, a personagem sendo descrita como memória permanente, ela possui um papel muito significativo na constituição de Arminto.

Vale destacar, outrossim, que ela também é definida por discursos vários, como já se anunciou anteriormente. Os discursos de Florita e Estiliano contribuem, também, para compor Dinaura, pois, algumas características dela só são possíveis de serem percebidas porque o narrador recebe contribuições desses dois personagens, os quais, em suas falas, trazem perspectivas outras sobre ela. Tais vozes surgem através de diálogos mantidos com o narrador, mas que não ganham autonomia narrativa. Entretanto, têm sua importância por revelar, nessas conversas, informações não conhecidas pelo narrador, como alguns aspectos da personagem.

Assim, enquanto outra perspectiva, Florita manifesta sua visão sobre a moça: “[...] E Florita, sem conhecer a órfã, disse que o olhar dela era só feitiço: parecia uma dessas loucas que sonham em viver no fundo do rio” (HATOUM, 2008, p. 31). Florita envolve Dinaura de um poder sobrenatural, mágico, de fascinação, de atração, de encantamento. Além disso, considera-a meio bicho e meio mulher: “[...] Cansou de ser metade bicho metade mulher” (HATOUM, 2008, p. 64), o que vem contribuir para o caráter lendário atribuído à personagem. Estiliano, por sua vez, é o guardião do segredo, é quem confessa a ligação de Dinaura a Amando, quem tem uma visão mais racional da moça, enxergando nela a capacidade de tirar a razão de Arminto: “[...] Estiliano tinha razão: eu estava embriagado por Dinaura; [...]” (HATOUM, 2008, p. 48).

Enquanto representação da mulher ambientada no contexto amazônico, Dinaura e as outras órfãs, do Sagrado Coração de Jesus, são a representação de tapuias assinaladas pela pobreza e pela discriminação: “[...] Vi as filhas de famílias ricas separadas das órfãs, e uma roda de meninas tapuias encolhidas pela timidez e pobreza [...]” (HATOUM, 2008, p. 43). Nota-se a segregação, marcada pelo vocábulo “separação” e apoiada na oposição entre

meninas ricas e pobres. Observa-se, ainda, pela palavra “encolhidas”, a ideia de que as índias estavam se sentindo diminuídas em comparação às outras meninas.

A partir disso, é possível pensar sobre a situação das órfãs e conjecturar as razões para tal condição. Assim, supor que elas sofrem as consequências de ações civilizatórias, sendo a orfandade, dentre outros motivos, resultantes da ação do outro branco sobre a comunidade indígena. Na obra, essa outridade é representada pelo personagem Edílio Cordovil – da classe proprietária de origem lusitana –, lembrado pelo narrador:

[...] Sei que Amando e meu avô tinham inimigos. Amando contava atos heroicos de Edílio: a coragem com que ele e seis soldados derrotaram mais de trezentos revoltosos na batalha do Uaicurapá. Mas outras vozes desmentiam esse heroísmo, diziam que em 1839 Edílio havia comandado um massacre contra índios e caboclos desarmados. Depois dessa matança, ele tomou posse de uma área imensa na margem direita do Uaicurapá. Um sobrevivente deve ter gravado os crimes do tenente-coronel Edílio Cordovil no tronco de uma árvore secular. Amando queria escrever um livro, “Façanhas de um civilizador”, uma elegia ao pai dele, um dos líderes da contrarrevolta [...] (HATOUM, 2008, p. 71).

Com essa passagem, sugere-se que as órfãs sofrem as consequências das batalhas travadas entre “civilizador” e indígenas, as quais conduziram à morte destes. Tal aspecto é discutido por Fanon (1968; 2008) ao tratar das relações de alteridade entre sujeitos pós-coloniais, observando que “[...] é o colono que *fez e continua a fazer* o colonizado [...]” (FANON, 1968, p. 26). Com efeito, os problemas do período da colonização persistem ainda como consequências de ações de desrespeito e violência ao outro, em que povos de países outrora colonizados, enfrentam sérios problemas sociais e financeiros. E isso é observado na ficção de Hatoum, em que se pode notar personagens indígenas vivendo na cidade em condições financeiras precárias e em contato com personagens de cultura diversa, estabelecendo assim negociações culturais, o que se pode sugerir que são aspectos experimentados por força da colonização e das posteriores imigrações. Em *Órfãos do Eldorado*, as órfãs vivem sob tais circunstâncias, decorrentes das ações civilizatórias de Edílio Cordovil, avô de Arminto.

Nota-se, no trecho do texto acima, que, na visão de Amando, Edílio era um herói, por ter derrotado os revoltosos, designação esta usada por Amando ao se referir aos índios. Porém, para outras pessoas que representam a visão do narrador, não havia heroísmo na ação de Edílio, mas um criminoso por ter assassinado índios e caboclos, numa luta por conquistas de terras. Esse fato representa bem o que ocorreu no Brasil em relação à figura do colonizador, que passou a dominar inúmeros territórios indígenas. O desejo de poder e acúmulo de capital trouxe dizimação de muitas etnias. Os sobreviventes, dentre eles as órfãs,

passaram a morar nas cidades sob condições adversas, como a pobreza e maus tratos. Em *Órfãos do Eldorado*, há a representação desses índios, por meio de termos como tapuio/tapuia e órfão/órfã. Homens e mulheres indígenas que passaram a morar na cidade, sofrendo as consequências dessas ações. Logo, alude-se ser Dinaura vítima das ações cometidas por pessoas que não vislumbram o outro em sua alteridade, havendo, por conseguinte, o desrespeito às culturas.

Quanto ao motivo de Dinaura residir em um orfanato pode ser explicado por meio de dois caminhos sugeridos pela novela: ela seria filha de Amando, sendo assim, fruto de um relacionamento entre uma mulher amazônica e um homem de origem estrangeira, enquanto representação da formação de uma sociedade híbrida ou a própria amante de Amando, numa relação ilícita para a sociedade da época. Por isso, Dinaura estaria disfarçada entre as órfãs do orfanato. Como o texto de Hatoum é construído por lacunas e a perspectiva é cedida por narrador autodiegético, o leitor permanece ignorando o percurso certo traçado por essa moça, o que confere e intensifica seu caráter enigmático.

Abaixo, observa-se o trecho em que Florita discorre sobre as órfãs do orfanato Sagrado Coração de Jesus, por falar delas, menciona-se também Dinaura, a qual é retratada sob as mesmas condições. Elas são a representação do que ocorria com as jovens índias que perdiam os pais e eram acolhidas pelas freiras em orfanatos, as quais eram conduzidas a adotarem uma língua e culturas, de forma impositiva. Assim são mostradas as órfãs do Sagrado Coração de Jesus:

Florita me disse que várias órfãs falavam a língua geral; estudavam o português e eram proibidas de conversar em língua indígena. Vinham de aldeias e povoados dos rios Andirá e Mamuru, do paraná do Ramos, e de outros lugares do Médio Amazonas. Só uma tinha vindo de muito longe, lá do Alto Rio Negro. Duas delas, de Nhamundá, haviam sido raptadas por regatões e depois vendidas a comerciantes de Manaus e gente graúda do governo. Foram conduzidas ao orfanato por ordem de um juiz, amigo da diretora. Em Vila Bela, madre Joana Caminal era conhecida como a Juíza de Deus, porque proibia o escambo de crianças e mulheres por mercadorias, e denunciava os homens que espancavam a esposa e as empregadas (HATOUM, 2008, p. 41-42).

Acima, por meio do discurso indireto, o narrador conta o que ouviu de Florita, a qual detalha a condição de comunicação das órfãs. Envoltas em três línguas: a língua materna - que é a língua indígena de sua aldeia (em estado de proibição) -, a língua geral, ou nheengatu, imposta por uma política de catequização dos jesuítas e depois proibida em favor do uso do português, como fortalecimento da colonização portuguesa. Compreende-se, com os estudos de Rodrigues (2010), a relação dessas línguas com os objetivos da Igreja e dos colonizadores, o que facilita a compreensão desse trecho. Assim, sugere-se que, como representação, as órfãs

são constituídas de forma a possibilitar ao leitor pensar esses aspectos históricos e se questionar: como fica a identidade dessas personagens, levando em consideração que sua língua materna está silenciada? Como expressar sua cultura e seus saberes, se não podem usar a língua materna? Levando em consideração que seus saberes e culturas são traduzidos em outras línguas, até que ponto essa tradução consegue representar sua cultura? São questionamentos que conduzem a refletir, em articulação com a noção de tradução cultural de Burke (2009, p. 15), o qual relata que toda tradução reside em negociação, envolvendo perdas e renúncias, visto que nenhuma tradução pode ser entendida como uma transposição fiel. Se é assim, isto é, se “[...] quanto maior a distância entre as línguas e as culturas envolvidas, mais claramente aparecem os problemas de tradução [...]” (BURKE, 2009, p. 17), pode-se depreender da leitura do romance, que suas personagens não logram expressar suas culturas plenamente. Tendo em vista que a distância entre a língua portuguesa e as línguas indígenas⁸ é marcadamente diferenciada, em virtude de serem as línguas, entre outros aspectos, de origens culturais distintas, pode-se afirmar que a problemática da tradução é acentuada. A partir disso, pensa-se a condição linguística e cultural dessas órfãs.

Não se pode, ademais, deixar de mencionar que o nhengatu é o resultado já de um processo de tradução: das línguas indígenas vernáculas para a língua geral amazônica, criada, o que não ocorreu sem prejuízos para as comunidades falantes. Dessa forma, conjectura-se que as órfãs são construídas como duplamente prejudicadas, pois tiveram, também, que realizar a tradução do nhengatu para o português.

No contato com outras línguas, são mundos novos que são apresentados às órfãs, que passam por um processo de perdas e de implantação de elementos oriundos de outras culturas à sua, revelando, assim, uma identidade híbrida, formada a partir desses contatos. A imposição da língua portuguesa como língua oficial prejudica a propagação e a vivência de saberes e culturas trazidos por essas órfãs ao novo ambiente em que se encontram.

Outro aspecto a ser mencionado, é quanto à agressão sofrida pelas órfãs, ao serem levadas a abandonarem suas crenças e adotarem a crença das freiras. Silenciadas, elas eram obrigadas a uma rotina que condizia com os preceitos católicos, excluindo, assim, de suas práticas diárias seus valores religiosos. Observar-se-á isso no seguinte trecho:

No fim da tarde, depois das aulas, iam até à capela para dar graças e rezar com as carmelitas. Soube também que faziam um retiro semanal. Cada órfã ficava sozinha

⁸ Refere-se à língua, nesse período, levando em consideração os primeiros contatos, porque foi o período de em que a língua portuguesa ainda não tinha sido influenciada com termos indígenas. Sabe-se que a língua portuguesa falada no Brasil é resultado dos contatos entre os povos.

num quarto escuro, rezando o rosário inteiro diante do Coração de Jesus iluminado pela chama de uma vela (HATOUM, 2008, p. 41).

A rotina dessas personagens, portanto, é marcada pelo desrespeito às suas crenças, como alteridade religiosa, aspecto que igualmente atinge Dinaura. Passavam a ter contato com culturas impostas, sem o direito de manter seus preceitos vivos, como se observa nesta passagem, sobre um dos hábitos da personagem: “Quando o sino das seis da tarde tocava, Dinaura se ajoelhava para a igreja, os olhos fechados e as mãos no peito [...]” (HATOUM, 2008, p. 42). Sem voz, Dinaura e as outras órfãs são construídas pelo outro. Nesse aspecto, essa alteridade é representada pelas freiras, que as constituem e as educam para acatar a cultura religiosa cristã, ocultando as crenças das mesmas.

É bom ressaltar que, no século XIX e XX, eram consideradas órfãs não só crianças e jovens que tiveram seus pais mortos, mas também, todas as crianças de pais não casados perante a lei:

[...] a justiça muitas vezes foi cega aos direitos de mulheres e crianças índias e mestiças, permitindo que brancos regatões e mesmo altos funcionários públicos fossem agraciados com mulheres e crianças, raptadas, presas ou doadas (no caso das crianças), continuando a prática exercida no Império pelos próprios juízes de órfãos, em virtude de um erro na lei que considerava órfã, toda criança gerada por um casal não casado legalmente, demonstrando assim o legislador um grande desconhecimento da realidade social da região (COSTA, 2005, p. 66).

Na obra de Hatoum não são especificadas as particularidades semânticas do termo órfão, se se trata também dessa vertente interpretativa ou só se refere ao sentido primeiro do termo. O fato é que essa informação histórica faz refletir se eram essas as condições que se encontravam as órfãs das obras de Hatoum. O que chama atenção é que as órfãs presentes na ficção hatouniana são construções de meninas e mulheres, na condição de sujeitos pós-coloniais, que tiveram seus direitos tolhidos, tornadas submissas, à mercê do outro: governo e Igreja. Assim, o narrador articula a linguagem de forma a mostrar a personagem Dinaura sendo desrespeitada pelas alteridades étnicas e religiosas.

Apesar do narrador permitir tais reflexões sobre Dinaura, ele não consegue abarcar a totalidade dessa personagem que não se diz toda. Por isso, autoriza outros olhares sobre ela. E, dessa maneira, o leitor é mais uma voz que, na cadeia significativa, contribui para a construção de Dinaura. Ela fascina o leitor e o seduz, a ponto de se transformar em memória insistente deste, fazendo-o refletir sobre a desmistificação da representação da mulher na literatura, pois Dinaura é uma construção singular, constituída de palavras, gestos, silêncios, sonhos, devaneios e saudades. Feita de memórias, ela deixa de ser concreta para ser espectro, lembranças e vazio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos aspectos que se fez importante na compreensão da personagem Dinaura diz respeito à perspectiva narrativa, pois observar que Arminto assume a posição de um narrador apaixonado pela personagem a qual descreve possibilitou entender porque ele a engrandece e porque ela se constitui como enigma, pois a visão limitada dele permite muitas lacunas e questionamentos sobre ela. Pode-se perceber que falas de outros personagens sobre Dinaura preenchem alguns espaços vazios permitidos pelo narrador, mas que não capazes de compor a totalidade dessa mulher. Então, notou-se o papel das alteridades na constituição, revelando perspectivas diferenciadas.

Pode-se observar, outrossim, que há, além dessa relação de alteridade – do narrador com a coisa narrada –, a relação entre personagens de origens diferentes, no contexto pós-colonial, contribuindo para as traduções culturais e linguísticas e as negociações culturais e religiosas, as quais não ocorrem sem perdas para uma das partes, como se notou na condição das órfãs do Sagrado Coração de Jesus.

Não se pode deixar de mencionar o papel das lendas na constituição da personagem Dinaura, pois as narrativas lendárias proferidas por alguns personagens do enredo concorreram tanto para sua compreensão quanto para corroborar o caráter enigmático da personagem. Dessa forma, a personagem Dinaura, ao se esconder em sua mudez, é enigma desejado pelo outro, que a constrói sob lendas, vazios e lembranças.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 2.
- _____. **O segundo sexo: fatos e Mitos**. Tradução Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 1.
- BURKER, Peter. Culturas da tradução nos primórdios da Europa Moderna. In: BURKER, Peter; HSIA, R. Po-chia (Orgs.). **A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna**. Tradução de Roger Maioli dos Santos – São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 13-46.
- _____. **Hibridismo cultural**. Tradução de Sandra Chaparro Martínez. Madri: Akal, 2010.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.
- COSTA, Heloisa Lara Campos da. **As mulheres e o poder na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2005.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GENETTE, Gerárd. **Figuras III**. Tradução de Carlos Manzano. Barcelona: Editorial Lumen, 1989.

HATOUM, Milton. **Órfãos do Eldorado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009.

CARACTERIZAÇÃO PROSÓDICA DO PORTUGUÊS FALADO NA AMAZÔNIA: VARIEDADE LINGUÍSTICA DE MOCAJUBA (PA)

Maria Sebastiana da Silva Costa¹
Albert Rilliard²
Regina Célia Fernandes Cruz³

RESUMO

O presente estudo compreende um aprofundamento de descrições prosódicas prévias sobre a variedade de Mocajuba no seio do projeto AMPER-POR (COSTA, 2015). Trata-se de uma abordagem acústica da variação prosódica dialetal, mais precisamente relacionada à entoação modal. Para a análise acústica, os valores de F0 em Hz foram estilizados pelo programa Prosogram (MERTENS, 2004) com valores de duração relativa das unidades V2V (BARBOSA, 2007) e, em seguida, a duração e a intensidade de cada locutor foram normalizadas em z-score (CAMPBELL, 1992). Os resultados evidenciaram que o fator sexo e escolaridade determinam diferenças prosódicas na variedade de Mocajuba, Pará.

Palavras-chave: Prosódia. Acústica. AMPER.

ABSTRACT

This study comprehend a deepening of previous prosodic descriptions of the variety from Mocajuba within the AMPER-POR project (COSTA, 2015). It is an acoustic approach about the dialectal prosodic variations, more accurately related to modal intonation. To the acoustic analysis, F0 (Hz) values from the intonation curves were stylized by Prosogram program (Mertens, 2004), it was used duration values of relative units V2V (Barbosa, 2007), then the duration and intensity of each speaker were z-score normalized (Campbell, 1992). The results showed that both the sex factor as the education factor determine prosodic differences in the variety from Mocajuba, Pará.

Keywords: Prosody. Acoustics. AMPER.

INTRODUÇÃO

Este artigo descreve o padrão melódico entoacional das sentenças declarativas neutras e interrogativas totais do português falado em Mocajuba, Pará (PA), com dados do projeto Atlas Multimédia Prosódico do Espaço Românico (AMPER⁴). Trata-se de uma abordagem acústica da variação prosódica dialetal, relacionada aos parâmetros físicos dos contornos de frequência fundamental, duração e intensidade, assim como as variáveis sociais

¹ Universidade Rural da Amazônia (UFRA). Doutoranda em Letras/Linguística (UFPA). Bolsista CAPES/UFPA.

E-mail: msebastcosta@gmail.com.

² Laboratoire d'Informatique pour la Mécanique et les Sciences de l'Ingénieur (LIMSI-CNRS). E-mail: albert.rilliard@limsi.fr

³ Universidade Federal do Pará (UFPA). Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: regina@ufpa.br.

⁴ <http://pfonetica.web.ua.pt/AMPER-POR.htm>

– sexo e escolaridade – na distinção das modalidades frasais. Para a interpretação dos dados foram comparados os resultados com as descrições prosódicas disponíveis e se buscou aparato teórico na Sociofonética (FOULKES; DOCHERTY, 2006) e na Fonética Acústica (MERTENS, 2004; HERMES, 1998; CONTINI; PROFILI, 1989).

O presente artigo, no âmbito do projeto AMPER-Norte⁵, recentemente teve seus estudos voltados para a Sociofonética, área de conhecimento que vem contribuindo com questões teóricas na área da Fonética e da Sociolinguística. Conforme Foulkes e Docherty (2006, p. 411): “variação sociofonética refere-se a aspectos variáveis da fonética e da estrutura fonológica que estão correlacionadas a aspectos sociais”⁶. Para estes teóricos, o termo Sociofonética é uma ciência de interface entre a Fonética e a Sociolinguística, por ser um instrumento que contribui tanto para a compreensão da natureza dos sons, quanto para a variação, a linguagem e a sociedade. Neste sentido, como explicitado acima, as análises têm enfoque nos parâmetros acústicos de Frequência Fundamental (doravante St), Duração (doravante ms) e Intensidade (doravante dB) associados a fatores sociais (sexo e escolaridade), com o objetivo de verificar sua relevância na distinção de modalidades frasais.

Para a concretização da análise, realizou-se um tratamento estatístico mais robusto nos dados de Costa (2015), haja vista a necessidade em aprofundar as pistas prosódicas apontadas por estas, como características da variedade de Mocajuba (PA), a saber: os resultados apontaram uma forte coincidência entre tons descendentes e modalidade frasal declarativa, e tons ascendentes e modalidade interrogativa, com exceção dos dados de fala masculina, que realizaram apenas tons planos na modalidade interrogativa. Os resultados também evidenciaram que tanto o fator sexo, quanto o fator escolaridade determinam diferenças prosódicas na variedade de Mocajuba.

Para realizar as reflexões apontadas acima, este artigo está distribuído nas seguintes seções: a primeira detém-se na descrição prosódica das variedades já estudadas pelo projeto AMPER-Norte no Brasil; a segunda seção apresenta, resumidamente, o trabalho de Costa (2015), a origem dos dados utilizados neste trabalho e o detalhamento sobre o processamento estatístico aqui adotado; a terceira seção são explicitados os resultados alcançados; e por último, têm-se as considerações finais e as referências que embasam o estudo realizado.

⁵ Atlas Prosódico Multimídia do Norte do Brasil.

⁶ Sociophonetic variation refers to variable aspects of phonetic or phonological structure in which alternative forms correlate with social factors.

1. ESTUDOS DE GEOPROSÓDIA NO NORTE DO BRASIL.

No Pará, o projeto AMPER-Norte, sob a orientação da Dra. Regina Cruz, tem contribuído bastante com o desenvolvimento da caracterização das estruturas prosódicas do português falado na Amazônia.

Entre os resultados já encontrados, ressaltam-se o de Guimarães (2013), que estudou a variação prosódica dialetal na cidade de Belém (PA), no distrito de Mosqueiro. A referida pesquisa utilizou um *corpus* de 102 frases estudadas nas modalidades declarativa neutra e interrogativa total. Os resultados forneceram um desenho entoacional na sílaba tônica do último vocábulo do sintagma que, de uma maneira global, configurou-se em curvas melódicas descendentes para as frases declarativas e ascendentes para as frases interrogativas.

Brito (2014) estudou a variedade prosódica na zona urbana da cidade de Belém (PA). O *corpus* de sua pesquisa foi constituído com amostras de fala de seis locutores, os quais repetiram seis vezes 66 frases (*corpus* AMPER-Norte). A autora comprovou, em seu trabalho, que o parâmetro físico de F0 foi de maior relevância na distinção das modalidades frasais declarativa neutra e interrogativa total, mostrando movimentos significativos na sílaba tônica do último vocábulo do sintagma.

De acordo com os resultados dos trabalhos mencionados, Costa (2015) afirma que os primeiros estudos realizados pelo projeto AMPER, na região Norte, demonstram que as medidas acústicas de F0 e duração são fatores determinantes de distinção nas variedades já estudadas e ocorrem, preferencialmente, no elemento central da sílaba tônica do último sintagma nominal, no correspondente à análise acústica das modalidades frasais afirmativa neutra e interrogativa total.

Um estudo mais recente do projeto AMPER-Norte foi realizado por Lima (2016 sobre a caracterização da variação dialetal do português falado no município de Santarém (PA). Ressalta-se que, para a variedade de Santarém, a autora trabalhou com o *corpus* expandido do projeto AMPER-Norte composto de 416 frases do tipo SVC (sujeito + verbo + complemento) com suas expansões em Sintagmas Adjetivais e Sintagmas Preposicionados. Os resultados obtidos mostraram que os parâmetros acústicos de F0 e duração são fatores determinantes de distinção nas modalidades frasais afirmativa neutra e interrogativa total, referentes à variedade falada em Santarém. O parâmetro acústico de intensidade não foi caracterizado como complementar de F0 e duração, por não apresentar resultados distintivos na variedade em estudo.

2. METODOLOGIA.

A metodologia está dividida em dois momentos. Primeiro será mostrado de que forma ocorreu o tratamento dos dados no trabalho de Costa (2015), no programa computacional Praat. E em seguida, será feita uma breve abordagem sobre o tratamento estatístico aplicado nos dados para a realização deste trabalho.

2.1. DESCRIÇÃO PROSÓDICA DA VARIEDADE DE MOCAJUBA (COSTA, 2015): A ORIGEM DOS DADOS.

O *corpus* desta pesquisa compreende um recorte dos dados de Costa (2015). Esses dados foram constituídos a partir dos passos metodológicos estabelecidos pelo projeto AMPER-POR⁷. Cada sentença foi repetida seis vezes durante a coleta de dados passaram por sete etapas de tratamento: a) codificação; b) isolamento das repetições em arquivos de áudios individuais; c) segmentação fonética, apenas dos intervalos vocálicos, no programa Praat; d) aplicação do *Script Praat Amper* que gera um arquivo TXT, contendo as medidas acústicas das vogais segmentadas; e) seleção das três melhores repetições; e f) aplicação do programa *Interface Matlab*, para a obtenção das médias dos parâmetros físicos das três melhores repetições, visualizadas em gráficos, histogramas e arquivos tonais (sentenças filtradas a partir da F0).

O *corpus* consta de 102 frases (*corpus* ampliado) que obedecem às mesmas restrições fonéticas e sintáticas. Dessa forma, as frases são do tipo SVC (sujeito + verbo + complemento) e suas expansões com a inclusão de sintagmas adjetivais e preposicionados. A pauta acentual é outro aspecto prosódico distintivo do português e presente no *corpus* AMPER, pois as sentenças que o constituem são formadas por vocábulos que representam os três diferentes tipos de acento lexical do português (proparoxítono, paroxítono e oxítono).

No momento da coleta de dados, fora pedido a cada locutor seis repetições da série de frases do *corpus* (em ordem aleatória). Ao todo foram geradas 612 repetições por cada locutor, sendo selecionadas, para análise acústica, as três melhores repetições, a fim de serem estabelecidas médias dos diversos parâmetros acústicos: F0, Duração e Intensidade. As sentenças do *corpus* do trabalho de Costa (2015) possuem 10, 13 e 14 vogais,

⁷ Atlas Prosódico Multimédia do Português.

respectivamente. Vale ressaltar que, para este trabalho, foram usadas frases de 10 e 13 vogais, conforme será explicitado mais adiante.

Conforme determina o projeto geral para a seleção dos locutores, foram levados em consideração os seguintes critérios: 1) faixa etária (acima de 30 anos); 2) escolaridade (fundamental, médio e superior); 3) tempo de residência na localidade (nativos do local). A partir desses critérios foram selecionados seis locutores (três homens e três mulheres) que participaram da coleta de dados. Trata-se, portanto, de uma amostra estratificada. Cada locutor recebeu um código de acordo com o sistema de notação adotado pela coordenação do projeto AMPER-POR.

Por último, ocorreu a aplicação do programa computacional *Interface Matlab* que forneceu a média dos parâmetros físicos de F0, ms e dB – em um arquivo fono.txt das três melhores repetições de cada frase e nas duas modalidades frasais (declarativa neutra e interrogativa total). O programa *Matlab* gerou, também, mais outros arquivos em formato de imagem contendo gráficos das médias de F0, Duração e Intensidade, assim como gráficos comparativos de ambas as modalidades frasais.

Costa (2015) afirma, em suas conclusões, que os parâmetros acústicos de F0 e Duração são complementares na caracterização prosódica dialetal da variedade do português falada em Mocajuba. Constatou-se ainda que a variável escolaridade não foi um fator determinante de distinção dos parâmetros físicos de F0, duração e intensidade, considerando que os resultados, dos parâmetros estudados, apresentaram valores bem regulares para os três níveis de variação, no que diz respeito aos sintagmas declarativo e interrogativo, assim como para a pauta acentual do vocábulo em escopo. Com base nesses resultados, notou-se a necessidade de aprofundar as análises, haja vista a possibilidade de normalização dos dados e, conseqüentemente, uma comparação mais precisa das análises, referentes aos fatores sociais sexo e escolaridade.

A seguir, apresentar-se-á metodologia de normalização dos dados utilizada neste trabalho.

2.2. TRATAMENTO ESTATÍSTICO.

Para este trabalho, foram selecionadas 21 frases que receberam tratamento estatístico mais robusto. A estatística foi aplicada para possibilitar uma comparação das variáveis em estudo (modalidades frasais, sexo e escolaridade) e estabelecer um padrão entoacional das declarativas neutras e interrogativas totais do português falado na cidade de Mocajuba (PA).

As frases foram ordenadas por tipo de acento, nas modalidades declarativa neutra e interrogativa total, conforme pode ser observado no quadro 1:

Quadro 1 – Frases que compuseram o *corpus* do trabalho

Código	Proparoxítona	Código	Paroxítona	Código	Oxítona
pwp	O pássaro gosta do pássaro. (?)	kwt	O bisavô gosta do Renato. (?)	pwk	O pássaro gosta do bisavô. (?)
twp	O Renato gosta do pássaro. (?)	twf	O Renato gosta do Renato. (?)	twk	O Renato gosta do bisavô. (?)
kwp	O bisavô gosta do pássaro. (?)	pwt	O pássaro gosta do Renato. (?)	kwk	O bisavô gosta do bisavô. (?)
twv	O Renato gosta do pássaro bêbado. (?)	twf	O Renato gosta do pássaro pateta. (?)	kwb	O bisavô gosta do pássaro nadador. (?)
p wz	O pássaro gosta do Renato bêbado. (?)	pws	O pássaro gosta do Renato pateta. (?)	kwd	O bisavô gosta do Renato nadador. (?)
pwj	O pássaro gosta do bisavô bêbado. (?)	twx	O Renato gosta do bisavô pateta. (?)	twg	O Renato gosta do bisavô nadador. (?)
pyz	O pássaro gosta do Renato de Mônaco?	pysi	O pássaro gosta do Renato de Veneza	pyd	O pássaro gosta do Renato de Salvador

Fonte: Elaborado pelos autores do trabalho.

Para a realização do tratamento estatístico, a fim de descrever os aspectos prosódicos do português, investigados pelo projeto AMPER-Norte em contextos de frases declarativas neutras e interrogativas totais, foram criados novos *scripts* pelo professor Albert Rilliard

(LIMSI-CNRS, França), que complementaram a metodologia inicial proposta pelo projeto. Com esses *scripts*, foram feitas novas análises e, conseqüentemente, atingiu-se uma caracterização intradialetal completa dos aspectos prosódicos investigados.

Para que fosse possível comparar as produções de fala de diferentes locutores (homem e mulher), foi necessária a normalização dos valores de F0 (Hz) em semitons (ST) e, para isso, utilizou-se uma escala criada por Albert Rilliard que converte, automaticamente, no programa Excel, os valores de F0 (Hz) em F0 (St), utilizando a seguinte fórmula: $n = 12 \times \log_2 (fn/m) 4$.

Os valores de duração também foram normalizados. Para tanto, foi utilizada, para análise, a duração relativa calculada com base na duração da frase: duração relativa = (duração da vogal/duração da frase) x 100.

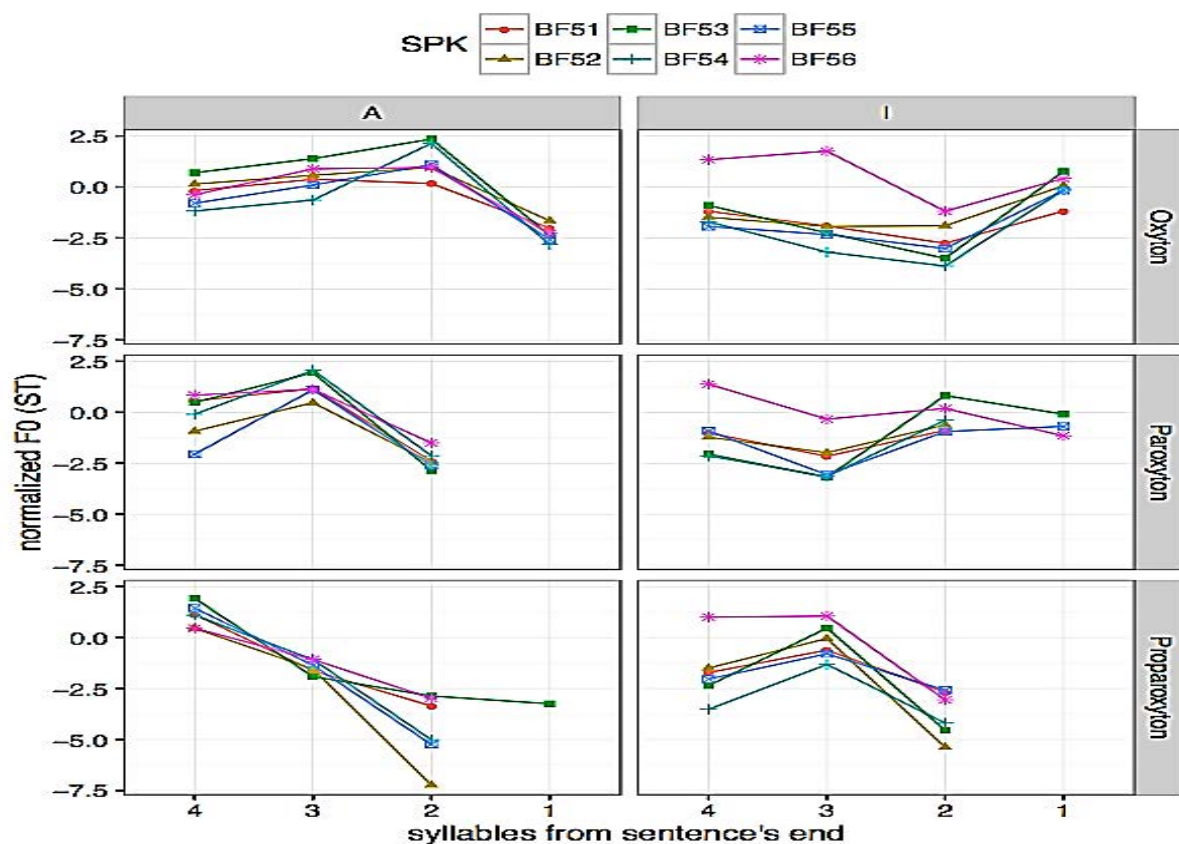
Realizou-se, ainda, o cálculo de Z-score para obter as medidas de duração (ms) e de intensidade (dB).

3. ANÁLISE.

As análises do projeto AMPER têm enfoque nos parâmetros acústicos de frequência fundamental, duração e intensidade e, como já mencionado na metodologia, a F0 é expressa em (St), a duração em (ms) e a intensidade em decibéis (dB). Todas as medidas foram normalizadas, a fim de comparar os contornos entoacionais, referentes às sílabas tônicas dos três diferentes vocábulos das frases e com os três tipos de acento do português: oxítono, paroxítono e proparoxítono.

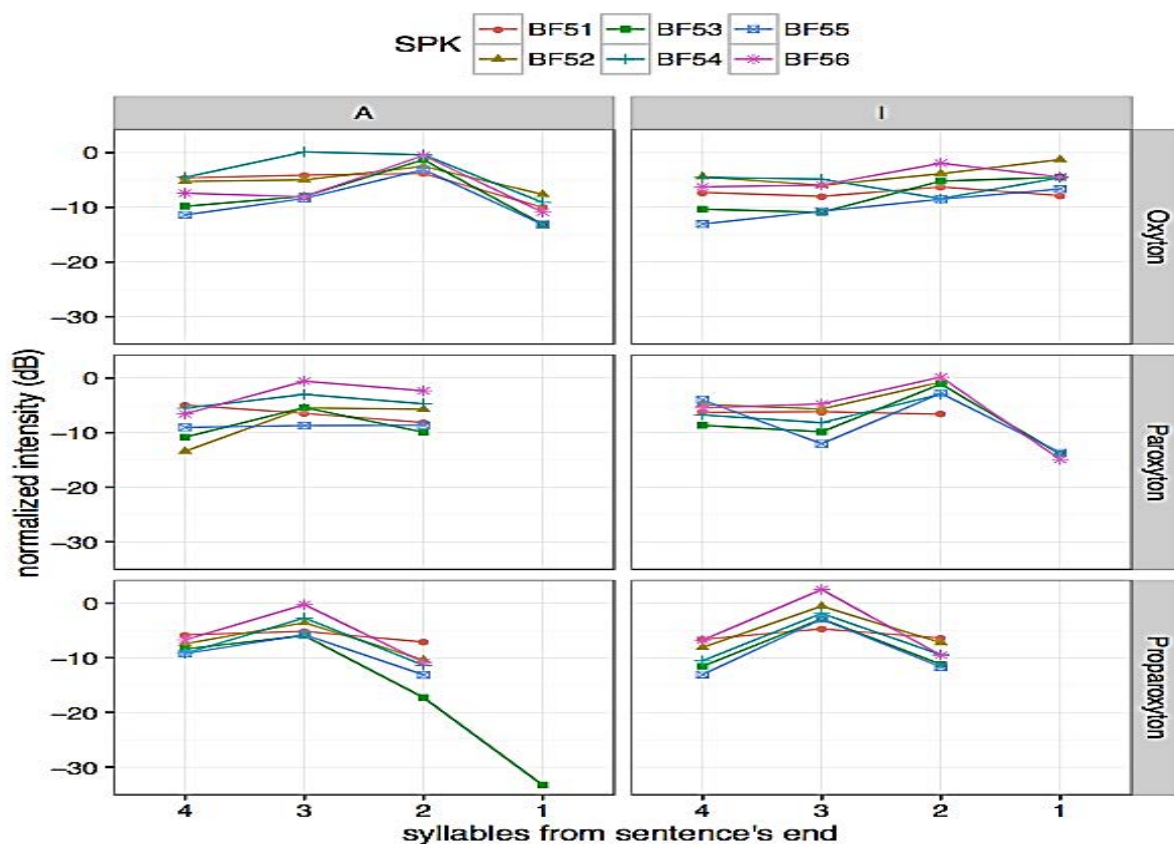
Os gráficos, a seguir, retratam o contorno entoacional encontrado para todas as frases de mesma estrutura morfológica acentual (tipo de acento) nas modalidades frasais declarativa neutra e interrogativa total para os três pontos de inquérito.

Gráfico 1 - Comparativo referente ao parâmetro acústico de F0 (ST).



Legenda: Traços de F0 com as oxítonas (primeira linha), paroxítonas (segunda linha) e proparoxítonas (terceira linha); distribuídas na primeira coluna, as declarativas e na segunda coluna, as interrogativas; nível fundamental (feminino) de cor laranja, nível fundamental (masculino) de cor amarela, nível médio (feminino) de cor verde, nível médio (masculino) de cor azul fraco, nível superior (feminino) de cor azul forte, nível superior (masculino) de cor rosa.

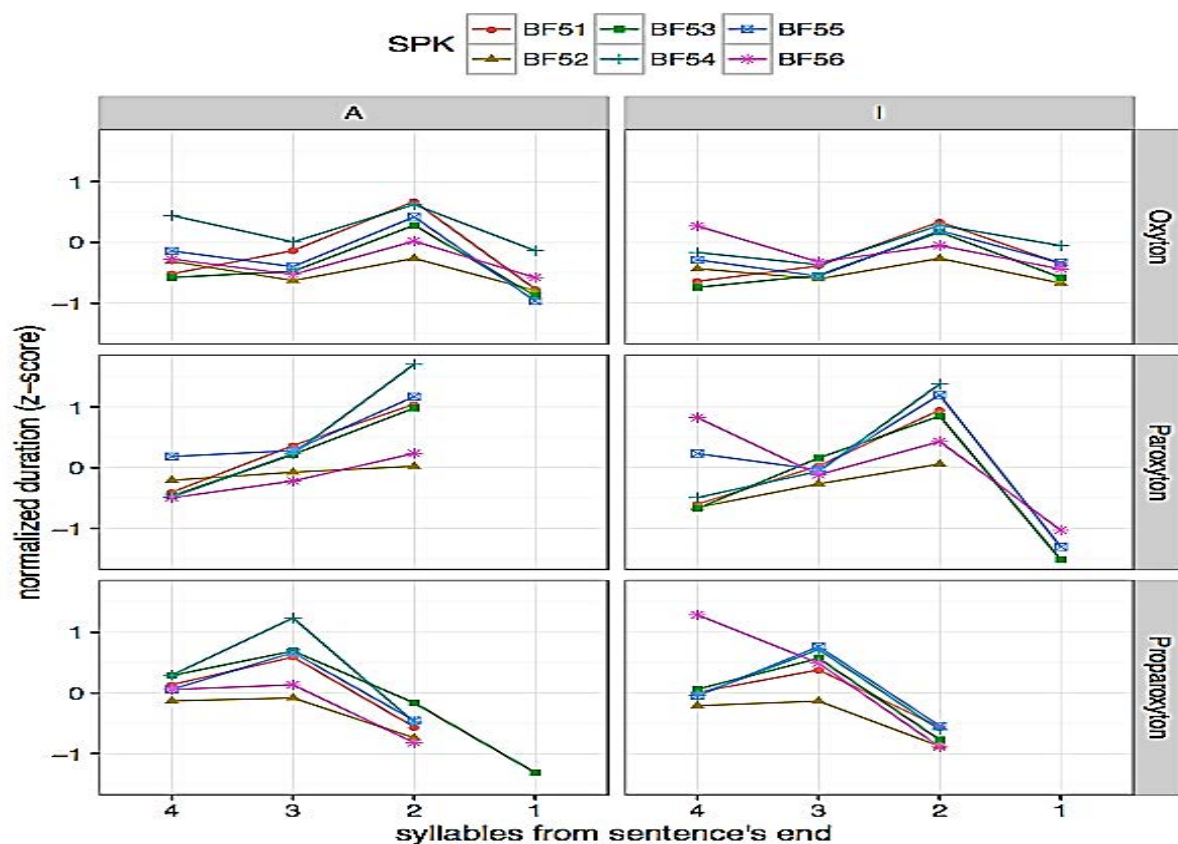
Os gráficos apresentados são referentes ao parâmetro acústico de F0. Nele se nota que as curvas entoacionais referentes à pauta acentual oxítona, na modalidade frasal interrogativa, e as curvas na proparoxítona, nas declarativas, destoaram das demais, pois não corresponderam ao padrão entoacional circunflexo. Em uma outra perspectiva, o parâmetro acústico de intensidade demonstrou variação, nas modalidades frasais, conforme se observa no gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Comparativo referente ao parâmetro acústico de intensidade (dB).

Legenda: Traços de intensidade (dB) com as oxítonas (primeira linha), paroxítonas (segunda linha) e proparoxítonas (terceira linha); distribuídas na primeira coluna, as declarativas e na segunda coluna, as interrogativas; nível fundamental (feminino) de cor laranja, nível fundamental (masculino) de cor amarela, nível médio (feminino) de cor verde, nível médio (masculino) de cor azul fraco, nível superior (feminino) de cor azul forte, nível superior (masculino) de cor rosa.

No parâmetro intensidade (dB), a distinção ocorre mais especificamente nas declarativas, nas modalidades acentuais paroxítona e proparoxítona; e nas interrogativas, com mais relevância na oxítona e proparoxítona, não apresentando, nas vogais tônicas citadas, um desenho melódico padrão. O parâmetro de duração demonstrou mais regularidade, conforme demonstrado no gráfico 3.

Gráfico 3 - Comparativo referente ao parâmetro acústico de duração (ms).



Legenda: Traços de duração (z-score) com as oxítonas (primeira linha), paroxítonas (segunda linha) e proparoxítonas (terceira linha); distribuídas na primeira coluna, as declarativas e na segunda coluna, as interrogativas; nível fundamental (feminino) de cor laranja, nível fundamental (masculino) de cor amarela, nível médio (feminino) de cor verde, nível médio (masculino) de cor azul fraco, nível superior (feminino) de cor azul forte, nível superior (masculino) de cor rosa.

No parâmetro acústico de duração (z-score), as curvas apresentaram um modelo circunflexo, em todas as pautas acentuais e nas duas modalidades frasais, com exceção das curvas referentes à pauta acentual paroxítona, na modalidade declarativa, que destoaram das demais.

A seguir, é apresentado o quadro com os valores que dizem respeito aos movimentos melódicos estilizados pelo programa *Prosogram* (MERTENS, 2004), referentes às sílabas tônicas dos últimos vocábulos das sentenças. Ressalta-se que o interesse da estilização é eliminar variações micros de F0 para mostrar apenas as variações que podem ser percebidas. Posteriormente, mostrar-se-á a modelagem dos dados, pois cada tipo de vogal apresenta uma forma de contorno, conforme exemplificado.

Notou-se na tabela, que na variedade dialetal de Mocajuba, os falantes produzem sílabas tônicas majoritariamente com tons plenos (“0”). No entanto, uma série de tons dinâmicos são observados. O quadro mostra a porcentagem de tons observados por sexo (masculino e feminino), por modalidade (declarativa ou interrogativa) e por tipo de acento (proparoxítona, paroxítona e oxítona).

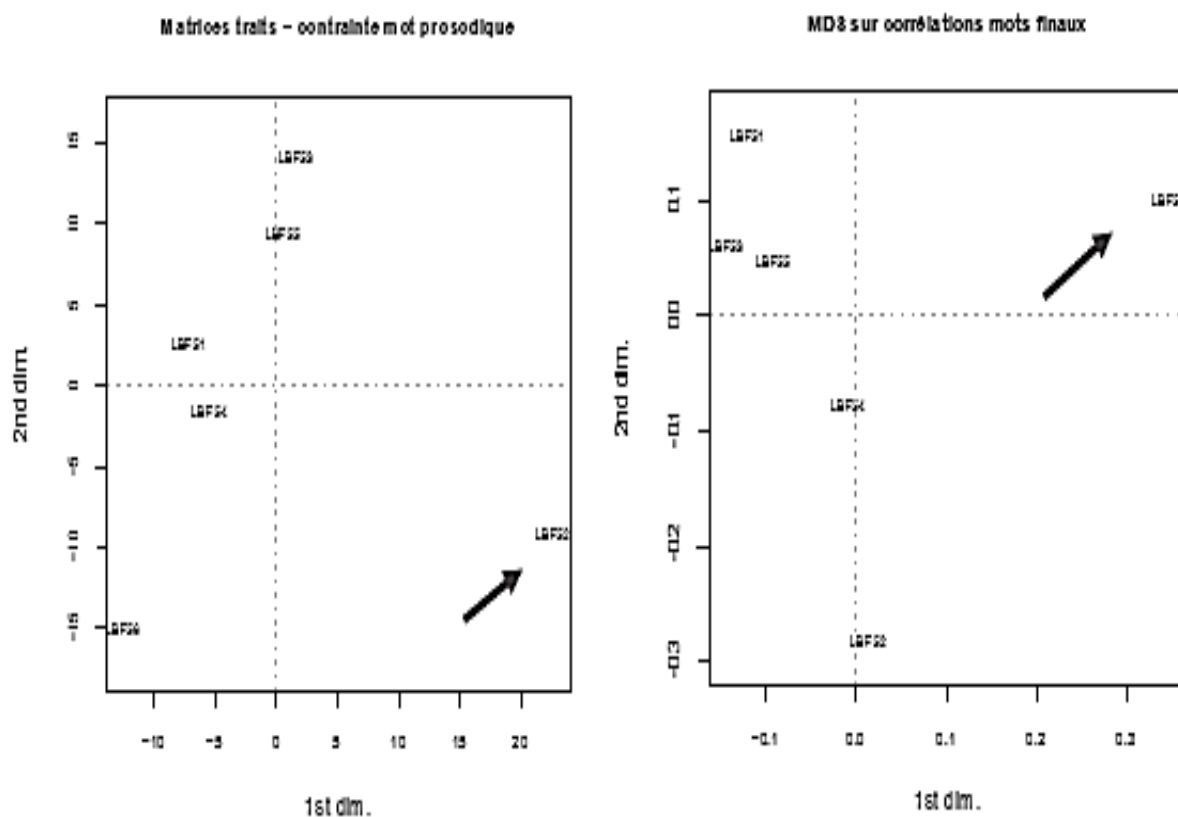
Na modalidade declarativa, tanto os dados femininos como os masculinos apresentaram uma porcentagem considerável de tons descendentes (“-“) significativamente (mais de 10%). Tons dinâmicos de valores mais elevados são observados nas palavras paroxítonas e no sexo masculino. Os valores mínimos foram notados nas oxítonas e nos dois sexos, feminino e masculino.

Uma outra observação significativa foi encontrada nas interrogativas e na fala feminina, na qual foi produzido um grande número de tons dinâmicos (“+”), enquanto os homens não produzem praticamente nenhum, apresentando total ausência nas paroxítonas interrogativas, por exemplo. Notou-se, igualmente, com a exceção da paroxítona, nas interrogativas e na fala feminina, que as oxítonas apresentaram maiores valores nas duas modalidades frasais e nas três pautas acentuais, tanto no sexo masculino, como no sexo feminino.

Observaram-se também as divergências prosódicas, entoacionais, entre os falantes mocajubenses. Para tanto, mediu-se a correlação da curva de F0, ponderada pelos valores de intensidade (HERMES, 1998). As medições são utilizadas para estudar a distribuição de pontos num espaço bidimensional, utilizando uma disposição multidimensional (doravante MDS).

Outra medida objetiva da divergência entre as estruturas prosódicas entoacionais foram feitas a partir de uma matriz de características prosódicas (CONTINI; PROFILI, 1989). As características são calculadas por meio de uma estilização *Prosogram*, que é uma forma de descrição da amplitude do movimento melódico e uma descrição relativa das sílabas (Figura 1).

Figura 1 - Disposição dos seis falantes nas duas primeiras dimensões de um espaço amostral (MDS), restringindo-se ao contorno das palavras-alvo e vogais tônicas.

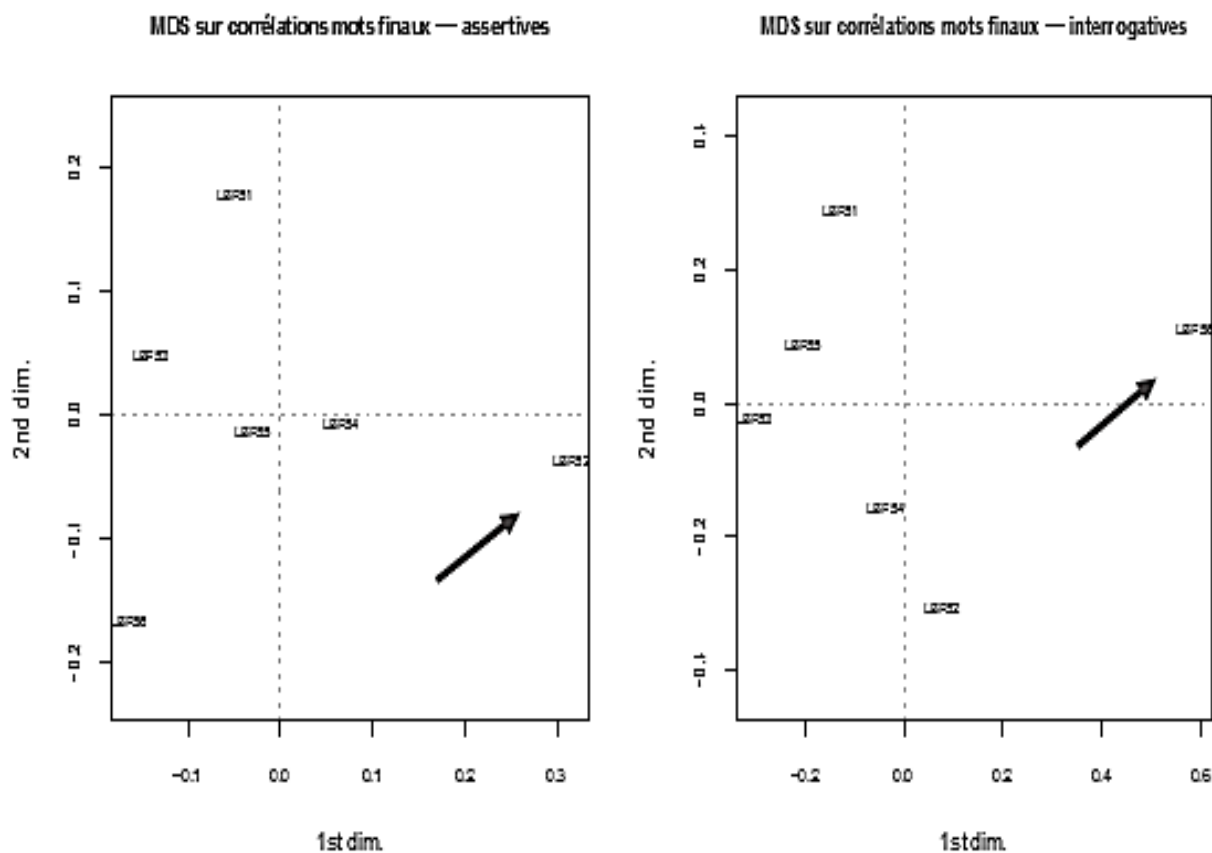


A figura acima demonstra a disposição dos seis falantes, nas duas primeiras dimensões de um espaço amostral multidimensional (MDS), realizada sobre os dados, correlacionando os contornos melódicos das palavras-alvo (à esquerda) e vogais tônicas finais (à direita). Notou-se um certo distanciamento do locutor, sexo masculino, nível fundamental (BF52) no espaço amostral (à esquerda) e do BF56 no espaço correspondente às análises das palavras finais (à direita).

Portanto, nestes dois campos de análise, o sexo foi um fator distintivo, pois a variação incidiu apenas no sexo masculino, no nível fundamental e médio de escolaridade.

Em seguida será apresentado o espaço amostral (MDS) referente à distinção entre modalidades frasais.

Figura 2. Disposição dos seis falantes nas duas primeiras dimensões de um espaço amostral (MDS) realizado sobre os dados, correlacionando às frases declarativas (à esquerda) e interrogativas (à direita).



A figura 2 mostra a disposição dos seis falantes, nas duas primeiras dimensões de um MDS, realizada sobre os dados de correlação entre as frases declarativas (esquerda) e interrogativas (direita) entre todos os pares de frases idênticas. Nota-se novamente que o locutor BF52 (sexo masculino-nível fundamental) na modalidade frasal declarativa, distingue-se dos outros, por se encontrar afastado dos demais, e em BF56 (sexo masculino-nível superior) é, especialmente, notável nas interrogativas, variação idêntica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram apresentados os resultados concernentes a um estudo entoacional na esfera do projeto AMPER-NOR, analisando sílabas tônicas do último vocábulo de sentenças nas três pautas acentuais do português (proparoxítona, paroxítona e oxítona) e em duas modalidades frasais: declarativa neutra e interrogativa total.

Foram analisados, respectivamente, os traços dos parâmetros físicos de F0 (St), intensidade (dB) e duração (z-score) nas três pautas acentuais e nas modalidades frasais em

escopo. Sobre os parâmetros físicos de F0 notou-se que as curvas entoacionais apresentaram variação tanto na modalidade frasal quanto na pauta acentual (oxítone e paroxítone), em sua maioria, apresentaram padrão melódico circunflexo. Em uma outra perspectiva, o parâmetro acústico de intensidade demonstrou variação nas modalidades frasais e em todas as pautas acentuais.

Quanto ao parâmetro duração, as curvas apresentaram um padrão homogêneo, não demonstrando incidência de variação.

Em uma análise feita dos tons dinâmicos e plenos referentes à sílaba tônica, observou-se, na variedade dialetal de Mocajuba, que os falantes produzem sílabas tônicas majoritariamente com tons plenos (“0”). Porém, uma série de tons dinâmicos foram observados na modalidade declarativa, nos dados femininos e masculinos, em palavras paroxítonas e oxítonas e nestas últimas houve índices mais baixos de incidência.

Quanto às observações feitas sobre as divergências prosódicas entre os falantes mocajubenses, constatou-se que os falantes BF52 e BF56 mostraram resultado análogo, por apresentarem distinção semelhante nas duas dimensões estudadas, a saber, sexo e modalidade frasal.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, P.A. Análise e modelamento dinâmicos da prosódia do português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*. v.15, p.75 – 96, 2007.

BRITO, C. **Formação e organização do corpus para o Atlas Prosódico Multimídia do Norte do Brasil: variedade linguística do município de Belém (PA)**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso – UFPA/ILC/CML, Belém.

CAMPBELL, N. W. Syllable-based segmental duration. In: BAILLY, G.; BENOÎT, C. **Talking Machines: theories, models, and designs**. North Holland: Elsevier, 1992. p. 211-224.

CONTINI M.; PROFILI, O. L’intonation de l’italien régional. Un modèle de description par traits. In: BOTHOREL, André et al. **Mélanges de phonétique expérimentale offerts à P. Simon**. Strasbourg: L’Institut de Phonétique de Strasbourg, 1989. p. 854-870.

COSTA, M.S.S. **Análise acústica da relação acento versus entoação no português falado em Mocajuba: contribuições para o projeto AMPER- Norte**. 2015. 138 f. Dissertação de Mestrado – UFPA/ILC/CML, Belém.

FOULKES, P.; DOCHERTY, G.J. The social life of phonetics and phonology. *Journal of Phonetics*, 34, 2006, p. 409-438.

GUIMARÃES, E. **Atlas Prosódico Multimédia da Belém Insular (PA)**. 2013. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal do Pará, Belém.

HERMES D.J. Measuring the Perceptual Similarity of Pitch Contours. **Journal of Speech, Language and Hearing Research**, 1998, v. 41, p. 73-82. Disponível em: <<http://jslhr.pubs.asha.org/article.aspx?articleid=1781785>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

LIMA, L. S. **Contribuições para o atlas do projeto AMPER-norte: variedade linguística do município de Santarém (PA)**. 2016. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Belém.

MERTENS P. The Prosogram: Semi-Automatic Transcription of Prosody based on a Tonal Perception Model. In: **PROCEEDINGS OF SPEECH PROSODY**, 2004, Nara, Japão. **Anais...** Nara, Japão: ISCA Archive, 2004. p. 549-552.

COM QUANTOS ENUNCIADOS SE PRODUZ O MAU ALUNO?

Sandra Nazaré Dias Bastos¹
Sílvia Nogueira Chaves²

RESUMO

Inúmeros atos cotidianos nas escolas são expressões sutis de importantes relações de poder que se encontram naturalizadas pelo tempo e pelos atores desse cenário. Dentro desse contexto, trouxemos para discussão duas situações nas quais o discurso proferido pelo professor funciona como elemento de poder, verdade e subjetivação. Acionamos como ferramenta para nossas problematizações o pensamento de Michel Foucault que aponta para os efeitos produtivos do discurso que se materializa na organização das relações entre indivíduos e instituições, com isso estabelecendo hierarquias e distinções. Instituída por práticas discursivas e não discursivas, a relação estabelecida entre esses dois atores enreda situações de autoridade e submissão nas quais o professor tem a voz da verdade e da sabedoria e aos alunos cabe o papel de acatar e internalizar essa voz como uma prática a ser incorporada como verdadeira não só no universo pedagógico como também na vida social.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Formação de Professores. Subjetivação.

ABSTRACT

Numerous daily acts in schools are subtle expressions of important power relations that are naturalized by time and actors in this scenario. Within this context, we have brought to discussion two situations in which the speech delivered by the teacher functions as an element of power, truth and subjectivation. We act as a tool for our problematizations the thought of Michel Foucault, which points to the productive effects of the discourse, that is materialized in the organization of the relations between individuals and institutions establishing hierarchies and distinctions. Instituted by discursive and non-discursive practices the established relationship between these two actors entangles situations of authority and submission in which the teacher has the voice of truth and wisdom and the students the role of accepting and internalizing this voice as a practice to be incorporated as true not only in the pedagogical universe but also in social life.

Keywords: Discourse Analysis. Teacher Training. Subjectivation.

INTRODUÇÃO

Ao escrever esse texto procuramos buscar em nossas memórias situações ou momentos que consideramos determinantes em nosso processo de contínua formação. Revirando o baú de lembranças separamos duas situações que, embora distanciadas no tempo, consideramos complementares para a discussão que pretendemos tratar. Tomamos como ponto de partida a ideia de que a escola, além de espaço pedagógico, é o local onde

¹ Doutora em Educação em Ciências e Matemática pela UFPA. Professora Adjunta IV do Instituto de Estudos Costeiros da UFPA, Campus Universitário de Bragança. Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Científica e Ambiental (GEPECA). E-mail: sbastos@ufpa.br

² Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora Associada IV do Instituto de Educação Matemática e Científica. Grupo de Pesquisa em Cultura e Subjetividade (GEPECS). E-mail: schaves@ufpa.br

importantes interações acontecem. Nas palavras de Gadotti (2007, p. 11) a escola é um espaço de pessoas e relações e não somente um local para estudar, não é somente um espaço físico, mas um local de encontros, conversas e políticas. Nesse espaço, práticas discursivas determinadas por relações de poder, conferem autoridade a alguns e submissão a outros, e se estabelecem a partir de conflitos e afetos desempenhando papel importante como elementos produtores de subjetividade. Assim, a escola se constitui enquanto espaço normalizador através do que Menezes (2008, p.38) chama de *cristalização pedagógica da dinâmica de produção das relações de poder*. Assim, o espaço escolar articula-se de um lado com a pedagogia da ortopedização³ dos indivíduos e de outro com uma pedagogia que produz modos de subjetivação por meio de dispositivos de normalização. É nesse cenário que se mantém em destaque duas figuras, ou melhor, dois atores – professor e aluno - que dividem entre si o papel principal nos enredos vivenciados na escola.

As duas cenas que seguem, serão utilizadas para problematizar relações de poder exercidas por meio de práticas discursivas. A primeira cena aconteceu em uma escola de Educação Básica envolvendo aluna do curso de Licenciatura em Biologia que desenvolvia suas atividades de estágio supervisionado. A segunda cena traz a mesma estagiária agora na condição de professora atuando em um curso de formação de professores de Pedagogia. Em ambos os casos o pano de fundo é o discurso revestido de autoridade proferido por professores e que por ser proferido de um local privilegiado, se torna verdade ao ser incorporado ou aceito por quem o escuta.

1. CENA 1 – O PEQUENO JOSÉ

Em uma exposição sobre a importância da merenda escolar, os cartazes estavam dispostos em um grande círculo na área livre da escola em frente à copa. Diante de cada cartaz uma pessoa responsável por explicar aos alunos do Ensino Fundamental uma parte do tema. Chegou a vez da segunda série. Um garoto, o menor da turma, conseguiu chegar na frente de todos. Ficou ali parado na frente do cartaz esperando pela explicação. Quando o restante da turma chegou, ele foi aos poucos sendo empurrado para trás pelos colegas e logo ficou tão atrás que não conseguiu ver mais nada. Antes que a apresentação terminasse ele correu para o segundo cartaz e mais uma vez ficou esperando a explicação. E novamente toda

³ O termo ortopedização refere-se ao poder disciplinar da escola, instituição que entre outras funções se propõe a corrigir e evitar as “deformidades” de seus indivíduos. Segundo Foucault o poder disciplinar age sobre os corpos fabricando corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado (FOUCAULT, 2009b, p. 118).

a cena se repetiu no terceiro cartaz, no quarto... presenciando a cena, a aprendiz de professora tomou o lugar de sua colega e se posicionou diante do cartaz seguinte. Quando o menino foi mais uma vez empurrado para trás, ela saiu em sua defesa. Pegando-o pelo braço e o posicionando na frente dos demais alunos falou: *“Esperem aí, nosso amigo aqui foi o primeiro a chegar, é justo que fique na frente, até mesmo porque ele é o menor, lá atrás não vai conseguir ver nada!”* A professora que acompanhava a turma imediatamente falou em alto e bom som: *“Não vale a pena perder tempo com ele. Esse menino não quer nada! Ele é burro, e preguiçoso, não aprende!. Ele só vem para a escola para dormir na carteira”*. Diante disso os outros alunos começaram o coro: *“José é preguiçoso! José é dorminhoco!”*. E o menino que já era pequeno foi ficando cada vez menor.

2. CENA 2 – PROFESSORES-ALUNOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Em uma reoferta⁴ de disciplina para o curso de Pedagogia sob o regime de contrato⁵, a professora viveu uma situação inusitada: acostumada a ser recebida de forma calorosa pelas turmas se deparou com alunos apáticos que pareciam cansados e desestimulados. Como vinham de outros municípios pensou que, como ela, a viagem longa e desconfortável fosse o motivo daquele estado de ânimo. Ela apresentou sua programação, falou sobre os textos e filmes que seriam trabalhados e da avaliação final: a elaboração de um projeto. Os nove alunos permaneciam indiferentes. As aulas seriam ministradas em uma casa cedida pela prefeitura, pois não havia sala de aula disponível para abrigar a aquela turma. Era lá que ela ficaria hospedada e as aulas seriam ministradas em dois turnos com um pequeno intervalo para almoço e descanso. Terminado o primeiro turno de atividades ainda faltava uma aluna. Os outros informaram que a localidade dessa professora era muito distante, não havia condução para aqueles lados e ela precisaria além de caminhar um bocado, esperar por uma carona que a levasse até o ponto de ônibus mais próximo. Ela chegou depois do almoço, cansada, desganhada e com cara de faminta. A professora que já havia almoçado sozinha, ofereceu a comida que havia sobrado em sua marmita e nesse momento, aproveitando que

⁴ Uma reoferta de disciplina ocorre para alunos reprovados ou que por algum motivo não puderam cursá-la no período regular do curso.

⁵ As turmas eram assim chamadas por serem ofertadas mediante um convênio firmado entre a Instituição de Ensino Superior, no caso a UFPA com prefeituras para qualificar os professores que atuavam na educação infantil de cada município – nesse caso a clientela atendida era de professores que estavam ali na condição de alunos.

alguns alunos já haviam chegado para o segundo turno de atividades, os chamou para tomar um café e fazer companhia à aluna recém-chegada que a essa altura finalizava seu almoço. Com todos reunidos em volta da mesa, calados e meio sem jeito, ela comentou que não gostava de fazer as refeições sozinha e que poderiam montar um esquema de cada um trazer um pouco de comida para fazerem as refeições juntos. Eles se olhavam e ao mesmo tempo olhavam espantados para a professora. Foi Manoel quem fez a pergunta: “*professora a senhora é formada em que?*” “Sou formada em Biologia e recentemente concluí o mestrado em Biologia Ambiental”. “*Mestrado?!?*” O misto de pergunta e espanto saiu da boca de pelo menos quatro alunos. “*Mestrado sim, por quê?*”. “*Por que não parece!*” “*E não parece por quê?*” “*Por que a senhora está tratando a gente como gente?*”. “*E vocês não são gente?*”.

Ainda meio atordoada com o rumo daquela prosa, e sem saber ao certo o que estava se passando, ouviu de Manoel a seguinte situação: “*O professor que veio ministrar a disciplina antes da senhora disse que não era homem de perder tempo. Que estava ali para nos ensinar Biologia e que só aprendia quem era bom. Com mestrado no exterior, era uma pessoa muito capacitada para se ver metida naquele fim de mundo perdendo tempo com quem não tinha condições de aprender. Assim, passada a primeira avaliação ele nos separou (os dez alunos da reoferta) em um canto da sala e disse para toda a turma ouvir. ‘Esses aqui tiraram as menores notas da turma. Mas eu já esperava por isso, na verdade, estou surpreso por serem só dez. Como já disse, não vou perder tempo com quem não aprende’. E virando-se para nós, encolhidos no canto da sala, falou: ‘Assim, se quiserem ir embora, façam o favor! Mas, se decidirem ficar, já aviso que estão todos reprovados’. Ficamos lá até o final da disciplina. Ele não nos perguntava nada, não pudemos apresentar os trabalhos e ninguém quis fazer equipe com a gente. Ficamos lá só olhando e servindo de chacota na turma... Ninguém intercedeu por nós. E agora vem a senhora com essa história de projeto como avaliação final da disciplina. Se não sabemos nem fazer uma prova que dirá fazer um projeto! Já sabemos que vamos ficar todos reprovados novamente.’*”

3. SOBRE A ORDEM DO DISCURSO, VERDADE E PODER

A verdade, como o relâmpago, não nos espera onde temos a paciência de emboscá-la e a habilidade de surpreendê-la, mas que tem instantes propícios, lugares privilegiados, não só para sair da sombra como para realmente se produzir.

Michel Foucault – Microfísica do Poder

Os discursos estabelecem hierarquias, distinções, produzem efeitos que se materializam na organização das relações entre indivíduos e instituições. Foucault defende a ideia de que o discurso forma sujeitos por ser uma instituição material que traz consigo o poder de reduzir as asperidades pela naturalização daquilo que torna objeto e expressa sua ligação com o desejo e com o poder (FOUCAULT, 2009a).

Nessa perspectiva, o poder não é visto como algo negativo ou repressor. Foucault afirma que o poder é uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social e para que se mantenha e seja aceito ele não pesa como uma força que diz não, mas que produz coisas, forma saber e produz discurso. Nas palavras do autor:

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1979, p. 8).

Assim, o poder é produtor de individualidade e o indivíduo é, portanto, uma produção da relação poder-saber. Nesse contexto, a educação, embora seja um direito, é também o local onde se pode ter acesso a qualquer tipo de discurso. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. Prosseguindo com essa ideia Foucault faz a seguinte afirmação-pergunta:

o que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação do papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? (FOUCAULT, 2009a, p. 44-45).

Na escola as relações de poder normalmente ocorrem de forma sutil e passam despercebidas pelos sujeitos por estarem naturalizadas na demarcação dos papéis a serem exercidos por professor e alunos. O contexto das duas cenas mostra uma relação assimétrica de poder na qual aquele que ensina, o professor, exerce autoridade sobre aquele que aprende, o aluno e por este motivo a constituição subjetiva do aluno se dá pelo discurso ditado por quem de direito, o professor. Este por sua vez, põe em cheque a capacidade de aprender e conseqüentemente de um dia vir a ser “alguém” dos alunos.

Pereira (2000, p. 12) afirma que dentro da escola o professor é o agente que faz funcionar as normas a partir de uma delegação social. Como forma de demonstrar sua autoridade o professor estabelece com seus alunos códigos gestuais e verbais que acabam por demarcar os papéis dentro da sala de aula e o lugar que cada um deve ocupar. Nessa

concepção cabe ao aluno ficar sentado, atento, preferencialmente calado e pronto para cumprir suas obrigações. O professor tem o poder de determinar as ações dos alunos, e estes legitimam esse poder fortalecendo a imagem do professor como uma figura que tem o direito de exercer a autoridade. A relação estabelecida entre o professor e seus alunos é uma relação construída por ambos e instituída por práticas discursivas e não discursivas⁶ que determinam autoridade e submissão: o professor tem a voz da verdade e da sabedoria e aos alunos cabe o papel de acatar e internalizar essa voz como uma possibilidade a ser desenvolvida ou uma prática a ser incorporada como verdadeira.

A verdade é, portanto, produzida pela materialidade do discurso e inexistente fora do poder. Eizirik (2005, p. 42) traz a concepção de Foucault sobre verdade:

A verdade deve ser entendida como um sistema de procedimentos ordenados para produção, regulação, distribuição, circulação e operação dos discursos. Ela está ligada em uma relação circular com sistemas de poder que a produzem e sustentam e com os efeitos do poder que ela induz e que a expandem.

Dentro desse contexto, o autor defende o efeito produtivo da verdade ao afirmar que, se por um lado somos impelidos a dizer sempre a verdade, por outro lado somos igualmente submetidos por ela. Essa submissão está no sentido de que a verdade funciona como uma norma a ser seguida ou obedecida. A verdade é o discurso verdadeiro que decide, veicula e propulsa efeitos de poder. Os discursos verdadeiros apresentam efeitos específicos de poder que são capazes de condenar, classificar, localizar e até mesmo produzir certa maneira de viver (FOUCAULT, 2005, p. 29).

No entanto, a verdade discursiva está ligada às posições ocupadas pelos sujeitos na sociedade. Para ter efeito de verdade o discurso não pode ser proferido por qualquer pessoa. Existe uma ordem que sustenta a validade do discurso e de seus efeitos: quem fala, deve falar de algum lugar. No caso dos professores que ilustram esse artigo, o lugar que ocupam é o lugar da verdade, da certeza, da sabedoria, da profetização dos acontecimentos futuros... Ao dizerem a seus alunos: “*Vocês não aprenderão nada*”, “*José não quer nada*” são referendados pelos colegas de José que o chamam de preguiçoso e pelos demais alunos da turma de Pedagogia que se negam a formar equipes com os alunos excluídos pelo professor. Esse discurso torna-se então “mais verdadeiro” ao ser recebido pelos sujeitos como regras. Regras

⁶ A prática discursiva se refere ao conjunto de enunciados que molda nossa maneira de ver o mundo e falar sobre ele. As práticas não discursivas referem-se às condições de possibilidades (sejam elas sociais, econômicas, históricas e políticas) que promovem o aparecimento e a manutenção dos discursos na sociedade, com isso garantindo seu *status* de verdade.

que demarcam o poder do professor, pois reconhecem seu direito de classificar comportamentos na escola.

O discurso proferido pelo professor naturaliza práticas que associam os sujeitos a determinados espaços que se tornam visíveis quando os alunos de Pedagogia são separados dos demais e quando José fica para trás. O espaço ocupado por esses sujeitos é o lugar do atraso, da incompetência e acima de tudo da inviabilidade. A fala do professor é tomada como o prenúncio da concretização de uma verdade. A verdade que o professor acredita e que o aluno internaliza como sendo também a sua verdade. É o discurso verdadeiro proferido por quem de direito e que por este motivo tem a capacidade de profetizar o futuro e contribuir para sua realização pela adesão dos envolvidos (FOUCAULT, 2009a, p. 15).

É importante destacar que o poder não deve ser visto como algo que, apenas e tão somente, submete ou destrói o indivíduo, mas ao contrário: o fabrica pelo seu efeito de verdade. Dentro desse contexto, também é importante ressaltar que o sujeito é um efeito do poder e não um núcleo elementar no qual o poder é aplicado.

Mas, como funciona esse poder capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão potentes?

Foucault não defende o poder enquanto algo unitário e global. Para ele, o poder deve ser visto como uma prática social, historicamente construída e que, por este motivo, se apresenta em constante transformação. Assim, os poderes são exercidos em níveis variados, em pontos diferentes da rede social, como não estão localizados em nenhum nível específico de sua estrutura funcionando, portanto como dispositivos⁷ a que nada ou ninguém escapa.

Este princípio põe em cheque a concepção tradicional do poder enquanto exercício vertical centralizado na figura do estado ou do soberano, concebido como essência vinculada a uma identidade única. O poder se manifesta enquanto exercício plural e relacional exercido em práticas heterogêneas e sujeitas a transformações, ou seja, “o poder se dá em conjunto com práticas sociais constituídas historicamente que atuam por meio de dispositivos estratégicos que alcançam a todos e dos quais ninguém pode escapar, pois não se encontra uma região da vida social que esteja isenta de seus mecanismos” (DUARTE, 2008, p. 45).

É com base nessa tese foucaultiana que entendemos o sujeito como um efeito. Produto de uma multiplicidade de relações horizontais de saber-poder que o caracterizam como sujeito

⁷ O termo dispositivo demarca um conjunto bastante heterogêneo que correspondem a mecanismos de dominação. Engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p.244).

assujeitado e disciplinado e, nesse cenário, a escola é o lugar (ou instituição) que funciona como a dobradiça que articula, de forma íntima e eficiente, o saber com o poder (VEIGA-NETO, 2008, p. 30). Poder que tem a capacidade de intervir materialmente atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - constituída pelo seu corpo - e penetrar em sua vida cotidiana.

4. O PODER DISCIPLINAR DO DISCURSO

A escola é, depois da família (mas muitas vezes antes desta), a instituição de sequestro pela qual todos passam (ou deveriam passar) o maior tempo de suas vidas, no período da infância e da juventude. Na medida em que a permanência na escola é diária e se estende ao longo de vários anos, os efeitos desse processo disciplinar de subjetivação são notáveis (VEIGA-NETO, 2005, p. 70).

Por muitos anos, como forma de manter a disciplina e formar “bons cidadãos”, a escola lançou mão de castigos físicos em sua rotina. Com a aprovação da sociedade e com o aval dos pais os castigos eram aplicados sobre crianças e adolescentes em nome da boa formação e incluíam os temidos “bolos” de palmatória, beliscões, reguadas, safanões e longos momentos para reflexão “cheirando” a parede ou de joelho em cima de caroços de milho.

De acordo com Douglas Ramos (2009, p. 2), tais procedimentos começaram a ser questionados na segunda metade do século XIX, quando a partir de ampla discussão entre professores, educadores, funcionários do Estado, pais de alunos e especialmente, médicos higienistas⁸, os mecanismos de punição escolares foram aos poucos sendo substituídos por mecanismos ‘mais civilizados’⁹ de controle disciplinar: o castigo moral.

Dessa forma, longe de estar ausente no ambiente escolar a punição se faz presente em uma nova roupagem que em substituição aos castigos físicos aparece de forma mais silenciosa, mas não menos eficaz (PONGRATZ, 2008, p. 41). O castigo moral não deixa marcas visíveis no corpo, mas traz outros efeitos. Esse novo processo de sujeição é retratado por Foucault em *Vigiar e Punir* (2009b). Nessa obra o autor mostra detalhadamente como determinadas instituições que ele chama de *instituições de sequestro* representadas pela prisão, escola, quartéis entre outras, passam dos castigos e violências corporais para o

⁸ De acordo com este autor, os médicos tiveram papel preponderante na substituição dos castigos físicos porque defendiam que a escola deveria produzir "pessoas higiênicas, higienizados e higienizadores", baseando-se no saber médico como fundamento de uma "pedagogia científica" para assim traçar estratégias que trabalhassem tanto as condições ambientais da escola quanto seu domínio pedagógico. Dessa forma, a proposta defendia uma relação civilizada entre mestres, funcionários e alunos que só seria possível com a eliminação dos castigos físicos.

⁹ Por serem mais eficientes e silenciosos.

disciplinamento que cria corpos submissos, “dóceis”. Vale ressaltar, no entanto, que ao se falar de corpos dóceis o autor não constrói uma relação a corpos obedientes, mas a corpos maleáveis e moldáveis que não se formam com o emprego da força.

Essa docilidade atuante no nível do corpo e dos saberes assegura a sujeição constante e produz comportamentos, formas particulares tanto de estar no mundo quanto de cada um conhecer o mundo e nele se situar (VEIGA-NETO, 2005, p. 71). Não é mais o castigo corporal que coloca cada um em seu lugar, mas os discursos circulantes ditadores da verdade.

A disciplina é a técnica específica do poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Por não se caracterizar com um poder exercido de maneira insidiosa, atua de forma modesta, desconfiada funcionando de modo calculado, sutil e permanente (FOUCAULT, 2009b, p. 142).

O poder disciplinar é exercido nas práticas cotidianas e, por este motivo, os discursos que o instituem ao longo do tempo são incorporados e naturalizados tornando-os praticamente imperceptíveis pela sua banalização. Como diz Foucault “são pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias inconfessáveis ou que procuram coerções sem grandeza, são eles, entretanto, que levaram à mutação do regime punitivo, no limiar da época contemporânea” (FOUCAULT, 2009b, p. 134).

No curso desses princípios podemos entender as práticas escolares como dispositivos de normalização, pelo qual o sujeito aprende como e o que deve ser. Através dos discursos circulantes na sala de aula, por exemplo, processos de subjetivação vão sendo continuamente construídos de modo sutil e natural penetrando nos sujeitos, produzindo uma postura, um modo de ser e de agir, construindo o que Louro (1997, p. 61) chama de “identidade escolarizada”. Através da linguagem verbal e gestual os signos são postos e a partir daí são incorporados pelos sujeitos tornando-se parte de seus corpos.

Nesse processo o sujeito acaba por ocupar as funções enunciadas pela situação discursiva. Nesse processo de assujeitamento observamos que os enunciados discursivos além de apontar para o universo pedagógico, potencialmente apontam também na direção da vida social. O discurso sob a forma de controle regulamentar que apresenta o aluno como incapaz, limitado, impossibilitado de ter voz, extrapola a realidade escolar e pode se materializar em outros ambientes (família, colegas, profissão). Dessa maneira, a construção das identificações acontece por intermédio de discursos elaborados que mantêm ou alteraram as significações a respeito do que é ser aluno, ser cidadão, ser ‘gente’.

O processo disciplinador defendido por Foucault obtém sucesso através de um mecanismo de vigilância constante, exercido através do panoptismo¹⁰ que tem por princípio geral induzir sobre os vigiados um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Por esse modelo tem-se uma vigilância exercida de forma invisível, por isso, pouco importa se a vigilância que emana de fora (professor) seja mesmo constante, esteja sempre ali; o que importa é que aquele que é vigiado (o aluno) saiba que está sempre a mercê do olhar vigilante, ainda que não saiba exatamente quando está sendo vigiado. Como explica Foucault:

Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fã-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. Em consequência disso mesmo, o poder externo, por seu lado, pode-se aliviar de seus fardos físicos; tende ao incorpóreo; e quanto mais se aproxima desse limite, mais esses efeitos são constantes, profundos, adquiridos em caráter definitivo e continuamente recomeçados: vitória perpétua que evita qualquer defrontamento físico e está sempre decidida por antecipação (FOUCAULT, 2009b, p. 167).

No universo escolar que descrevemos o mecanismo de vigilância se faz presente quando os alunos trazem para a mesa o discurso do antigo professor. Ele não estava mais ali, mas suas palavras ainda ecoam na cabeça dos dez alunos. Essa constante observação (que acontecia pelos olhos dos alunos) também se fez presente quando a professora solicita o trabalho final da disciplina – a elaboração de um projeto com objetivo de estudar uma determinada problemática enfrentada por eles, enquanto professores em suas respectivas escolas. Os dez alunos responderam que não eram capazes de elaborar um projeto. Em suas palavras: *‘isso é muito difícil para nós’*; *‘não sabemos como fazer’*; *‘não vamos conseguir, pois essa atividade é muito complicada’*; *‘se dependermos dessa atividade, ficaremos reprovados novamente!’*. Dentro desse mecanismo, a vigilância se mostra permanente em seus efeitos, mesmo que sua ação seja descontínua.

¹⁰ O princípio do panóptico é assim explicado por Foucault: “na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível” (FOUCAULT, 2009b, p. 164).

5. RESISTÊNCIA: POSSIBILIDADES DE REVERTER A CRÔNICA DE UMA REALIDADE ANUNCIADA

As coisas, palavras, pensamentos, teorias, práticas educacionais não existem por si sós, não estão fixadas, eternas, universais. Elas não são. Ou melhor: são à medida e somente à medida que se fazem, à medida que se revelam como um por-fazer, como um esforço de conquista e de reconquista dos percursos da educação

Sandra Mara Corazza – Uma vida de Professora

Inúmeros atos cotidianos nas escolas são expressões sutis de importantes relações de poder que se encontram naturalizadas pelo tempo e pelos atores desse cenário. Trouxemos para discussão duas situações nas quais o discurso proferido pelo professor funciona como elemento de poder, verdade e subjetivação.

No entanto, é pertinente falar que esse estado não pode ser entendido como estável e imutável. Se considerarmos que nos casos descritos temos em destaque duas (das muitas) facetas presentes no ambiente escolar, não podemos esquecer que o poder irradia em vários sentidos, perpassando todos os indivíduos. Dessa forma, não estamos engessados em uma posição de poder ou dominação. Nas palavras de Foucault:

[...] as relações de poder abrem possibilidade a uma resistência; e é porque há possibilidade de resistência (e resistência real) que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante. Em toda parte, se está em luta [...] e a cada instante se vai da rebelião à dominação, da dominação à rebelião (FOUCAULT, 2003, p. 232).

Nesse sentido a resistência pode ser entendida como toda e qualquer (re)ação de contrapoder ou contraconduta. Resistir a uma ação de poder significa problematizar tal ação, valendo-se para isso, também de poder (VEIGA-NETO, 2008, p. 22).

Como somos fruto de um processo de formação no qual a passividade e a resignação deixaram marcas profundas, ainda somos levados a ver (e a crer) que as situações como as que narramos nesse artigo são naturais, fazem parte da escola. Romper ou até mesmo questionar esses discursos não são movimentos fáceis, pois esse deslocamento requer a negação da autoridade associada à imagem do professor. Significa negar heranças e constituir-se em um processo de insubordinação às regras que são ditadas por esta autoridade escolar a muitos e muitos anos (FAISTEL, 2006, p. 89).

Um passo nessa direção é começar nos perguntando: o que estamos fazendo em nossas salas de aula? Quais discursos estamos veiculando como professores? Que tipo de sujeitos

estamos ajudando a produzir? Além disso, é necessário estarmos em estado de alerta constante para que sejamos capazes de ver, ouvir e sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos dentro do cotidiano escolar. Nas palavras de Louro (1997): “o olhar precisa esquadrihar as paredes, percorrer os corredores e salas, deter-se nas pessoas, em seus gestos. É preciso perceber os sons, as falas, o que dizem nossos professores? É preciso desnaturalizar essas falas, é preciso colocá-las sob suspeita”. Como diz Corazza (2005):

É preciso desaprender o aprendido para poder ser partícipe da força de transformação, transfiguração, procriação e criação da educação. Ser educador não é só acumular, guardar, conservar, usar, mas também abandonar, largar, gastar e, neste gasto, readquirir, retomar, para poder se revitalizar (CORAZZA, 2005, p. 13).

É preciso ver os discursos circulantes na escola (e em tantas outras instituições) como algo que pode ser imobilizado, interceptado, subvertido. Essa postura vigilante não elimina as relações de poder (isso é impossível!), mas desestabiliza e problematiza o que consideramos como “natural” e nesse sentido é importante tornarmo-nos sensíveis e atentos às situações cotidianas naturalizadas, fazer o exercício de nos enxergar como fazendo parte dessas redes por onde o poder atravessa e acaba por nos constituir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprendiz de professora pediu para que os alunos ficassem em silêncio e colocou José na frente. Falou a eles sobre a necessidade do respeito às pessoas, e olhando diretamente para a professora daquela turma falou que o sono às vezes é o sintoma da fome, de maus tratos, sinal de repúdio a uma aula desinteressante, não necessariamente sintoma de preguiça. Enquanto olhava para ela não pode deixar de notar o quanto José crescia, talvez pela primeira e única vez na vida.

Quanto aos alunos de Pedagogia, ao longo do curso a professora foi resgatando suas histórias de vida, os “causos” que traziam de seus anos de experiência como professores em comunidades que nem sequer existem no mapa. Ela procurou destacar o importante papel que cada um exercia em sua escola, sua comunidade, sua família. O ponto chave se deu quando apresentou a avaliação final realizada individualmente, um pouco a cada dia, sem que se dessem conta que eram capazes de fazê-la: um projeto escrito por eles e que estava pronto para ser executado. Após o susto geral eles puderam perceber que aquilo era apenas uma entre tantas outras possibilidades de ação.

A professora ao agir dessa forma estava produzindo uma contraconduta, fazendo aparecer outro discurso, um discurso que se elaborou e se recriou a partir de resistências que elaborou em sua prática pedagógica a partir de dois enunciados de negação. “Não é isso que vou fazer! Não é esse tipo de discurso que quero fazer circular, não é este tipo de discurso que deve ser fomentado dentro da sala de aula”. Tais enunciados participaram dos mecanismos de resistência e ao mesmo tempo da vontade de que aquela verdade fosse a “mais verdadeira” naquele momento. E acabou sendo!

REFERÊNCIAS

CORAZZA, Sandra Mara. **Uma vida de Professora**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

COSTA, Wanderleya Nara G.; DOMINGUES, Kátia Cristina M.; ANDRADE, Silvanio. Uma análise de práticas discursivas e não discursivas sobre o ensino de matemática em contextos indígenas. **ZETETIKÉ** – Cempem – FE – UNICAMP – v. 17, n. 32 – jul/dez – 2009.

DUARTE, André. **Biopolítica e resistência**: o legado de Michel Foucault. In: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

EIZIRIK, Marisa Faermann. **Michel Foucault**: um pensador do presente. 2ª edição. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

FAISTEL, Ana Luiza Klein. **A construção da identidade nos discursos de professoras**. 118p. Dissertação de Mestrado. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, Rio Grande do Sul. 2006

FOUCAULT, Michael. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do Discurso**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2009a.

FOUCAULT, Michael. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 36ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009b.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor**: Paulo Freire e a paixão de ensinar. 1ª edição. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MENEZES, Antônio Basílio Novaz Thomaz. **Foucault e as novas tecnologias educacionais**: Espaços e dispositivos de normalização na sociedade de controle. In: JUNIOR, Durval Muniz

de Albuquerque e VEIGA-NETO, Alfredo; FILHO, Alípio de Souza (orgs.). Cartografias de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PEREIRA, Maria José de Moraes. **Disciplina e castigo na escola:** um estudo a partir da trajetória de vida de duas professoras do Ensino Fundamental. 110p. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2000.

PONGRATZ, Ludwig A. **Liberdade e disciplina:** transformações na punição pedagógica. In: PETERS, Michael A.; BESLEY, Tina (orgs.). Por que Foucault? Novas diretrizes para a pesquisa educacional. Porto Alegre: Artmed, 2008.

RAMOS, Douglas Rossi. **Práticas punitivas e de controle na escola:** um estudo de caráter genealógico. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 17., 2009, Campinas. Anais do 17º COLE, Campinas, SP, : ALB, 2009. Disponível em: <http://www.alb.com.br/portal.html>. Acesso em: janeiro de 2018. ISSN: 2175-0939.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império.** In: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). Figuras de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação.** 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

HABILIDADES SOCIAIS E HABILIDADES DE LIDERANÇA: REFLEXÕES SOBRE OS CURSOS TECNOLÓGICOS SUPERIORES PRIVADOS NA AMAZÔNIA.

Ana Paula de Andrade Sardinha¹
Rosinele da Silva de Oliveira²

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo descrever os comportamentos correspondentes a habilidades sociais e de liderança apresentados por professores de cursos tecnológicos de uma instituição de ensino superior privada em Belém-Pará, na Amazônia brasileira. Para isso, tem como base o Inventário de Habilidades Sociais (IHS) de Del Prette e Del Prette (2001) e o questionário sobre habilidades de liderança. O termo habilidades sociais geralmente é usado para designar um conjunto de capacidades comportamentais aprendidas que envolvem interações sociais. E a liderança, o processo de conduzir as ações ou influenciar o comportamento e a mentalidade de outras pessoas. Participaram deste estudo 11 professores, sendo 4 do sexo masculino e 7 do sexo feminino. Quanto ao IHS, foram feitas comparações entre os escores total e fatoriais dos participantes e da amostra normativa correspondente. Verificou-se que a média do escore total entre os participantes do sexo masculino e sexo feminino foi acima da média da amostra normativa, sendo considerado como um bom repertório. Em relação ao questionário sobre habilidades de liderança dos professores, também se identificou relatos que sugerem um bom repertório de habilidades de liderança. A partir do desenvolvimento deste estudo ficou ainda mais evidente a necessidade do bom repertório de habilidades sociais e de liderança do professor, visto que são habilidades necessárias para o bom desenvolvimento de sua conduta no contexto profissional.

Palavras-chave: Habilidades Sociais. Liderança. Professores. Amazônia.

ABSTRACT

The present study aimed to describe the behaviors corresponding to social and leadership skills presented by teachers of technological courses of a Private Higher Education Institution in Belém-Pará in Brazilian Amazon. For this, had based on the Social Skills Inventory (IHS) by Del Prette and Del Prette (2001) and the questionnaire on leadership skills. The term social skills is often used to denote a set of learned behavioral capacities that involve social interactions, and leadership as the process of leading actions or influencing the behavior and mentality of other people. The present study included 11 teachers, 4 males and 7 females. Regarding the IHS, comparisons were made between the total and factorial scores of the participants and the corresponding normative sample. It was verified that the total score average between male and female participants was above the normative sample average, being considered as a good repertoire. Regarding the questionnaire on teachers' leadership skills, we also identified reports that suggest a good repertoire of leadership skills. After the development of this study it became even more evident the need for a good repertoire of teacher's social and leadership skills, since not all of them have those skills, necessary for the proper development of their behavior in the professional context.

Keywords: Social skills. Leadership. Teachers. Amazon.

¹ Mestrado, Universidade Federal Rural da Amazônia. E-mail: ana.sardinha@ufra.edu.br

² Mestrado, Bolsista-pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade da Amazônia (PPAD-UNAMA). E-mail: rosyfap@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A era atual exige das organizações maior flexibilidade a fim de que se adaptem às novas exigências do mercado. Neste contexto, ser capaz de interagir socialmente tornou-se uma das habilidades essenciais no mundo no trabalho. O trabalhador é cada vez mais pressionado a responder de maneira satisfatória às diversas demandas de relacionamento proporcionadas pelo seu ambiente de trabalho. E a habilidade de liderar é um processo de interação que envolve essas trocas sociais, tornando-se a mola propulsora do desenvolvimento do mundo moderno.

As organizações que dão ênfase à liderança e às habilidades sociais estão a um passo em frente da concorrência, já que para que bons resultados sejam alcançados as pessoas precisam não apenas de competência técnica, mas também de competência social. E compreender o papel de um líder requer reconhecer suas habilidades sociais e competências de maneira que possa de fato haver diferença entre aquele que administra e aquele que lidera.

Diante da demanda dessas relações sociais no ambiente de trabalho, esta temática vem despertando o interesse daqueles que trabalham na área da educação, tendo em vista que a função do professor é uma das que mais exige um repertório satisfatório de habilidades sociais e liderança, repertório este essencial para o bom desempenho de suas atividades, o que envolve a relação professor-aluno.

1. HABILIDADES SOCIAIS

Segundo Menkes (2011) a questão das novas demandas do mundo do trabalho possibilita uma reflexão acerca da importância das habilidades sociais nessa nova realidade. Habilidades essas requeridas no contexto profissional, porém nem sempre apresentadas.

No contexto de trabalho, a necessidade de adaptação das pessoas remete diretamente às relações interpessoais, com maior valorização do trabalho em equipe, criatividade, intuição e autonomia na tomada de decisões (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2008).

Caballo (2003) afirma que o comportamento socialmente habilidoso ou mais adequado se refere à expressão, pelo indivíduo, de atitudes, sentimentos, opiniões, desejos, respeitando a si próprio e aos outros, existindo, em geral, resoluções dos problemas imediatos da situação e diminuição da probabilidade de problemas futuros. O termo habilidades sociais geralmente é

usado para designar um conjunto de capacidades comportamentais aprendidas que envolvem interações sociais (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2009).

Del Prette e Del Prette (2001) propuseram uma organização das principais classes e subclasses de Habilidades Sociais (HS), a qual foi adotada neste estudo a fim de orientar a avaliação da competência social, que são: (1) HS de comunicação: fazer e responder perguntas, pedir feedback, gratificar/elogiar, dar feedback, iniciar, manter e encerrar conversação; (2) HS de civilidade: dizer por favor, agradecer, apresentar-se, cumprimentar, despedir-se; (3) HS assertivas, direito e cidadania: manifestar opinião, concordar, discordar, fazer, aceitar e recusar pedidos, desculpar-se, admitir falhas, interagir com autoridade, estabelecer relacionamentos afetivos e/ou sexual, encerrar relacionamento, expressar raiva/desagrado, pedir mudança de comportamento e lidar com críticas; (4) HS empáticas: parafrasear, refletir sentimentos, expressar apoio; (5) HS de trabalho: coordenar grupo, falar em público, resolver problemas, tomar decisões, mediar conflitos e habilidades sociais educativas; (6) HS de expressão de sentimento positivo: fazer amizade, expressar solidariedade e cultivar o amor.

É fundamental compreender que o desenvolvimento dessas classes e subclasses de habilidades sociais acontece ao longo de todas as fases da vida (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 1999). No entanto, embora existam inúmeros contextos favorecedores da aprendizagem de habilidades sociais no curso da vida, déficits podem ocorrer em decorrência de longos períodos de isolamento e desuso, perturbações cognitivas e afetivas (MAGALHÃES; MURTA, 2003).

2. O PROFESSOR E AS HABILIDADES SOCIAIS

A qualidade das interações sociais no contexto escolar é um importante componente para um processo educacional de qualidade e o professor é um agente fundamental desse processo. E, portanto, precisa ser competente socialmente (PERRENOUD, 2001).

É necessário que o professor entenda que essa interação de qualidade contribui para o desenvolvimento cognitivo e social das pessoas, de maneira que seu papel não se resumiria a exposição de conteúdos programáticos. Del Prette et al. (1998) dizem que o papel de professor, enquanto participante, condutor e mediador de interações educativas demanda além da competência profissional, um repertório bastante diferenciado das habilidades sociocognitivas, tais como: feedback, planejamento e coordenação de atividades de grupo,

flexibilidade para mudanças na atuação, percepção das demandas imediatas do contexto escolar, etc.

A relação professor e aluno pode proporcionar aprendizagem quando o professor prepara o aluno para a vida e para o mercado profissional que o circunda (SILVA, 2005). Mas para garantir uma boa interação social com os alunos, Meirelles (2008) diz que o professor precisa utilizar, de maneira competente, suas habilidades sociais e que isso pode refletir no bom desempenho acadêmico do aluno. Soares et al. (2009) ressaltam também que o professor que apresentar dificuldades nas habilidades sociais essenciais para o contexto acadêmico terá dificuldades na sua conduta profissional.

Um estudo realizado por Soares e Melo (2010), que comparou habilidades sociais de professores de diferentes segmentos do ensino a de profissionais não professores, sugere que, em geral, os professores são mais habilidosos do que os não professores, evidenciando um repertório rico de habilidades sociais.

É possível que a formação continuada favoreça o desenvolvimento das habilidades sociais do professor, criando condições para o desenvolvimento de competências essenciais para interações educativas em sala de aula. Uma pesquisa realizada por Vila (2005) evidenciou a importância do aprimoramento do repertório de habilidades sociais do professor para a prevenção e/ou superação de dificuldades acadêmicas e para o desenvolvimento interpessoal dos alunos. Ou seja, aprimorar o repertório de competência social do professor é um diferencial que agrega valor a sua conduta profissional.

Carneiro et al. (2014) realizaram um estudo investigando as habilidades sociais de professores do Ensino Fundamental, atuantes em duas escolas públicas do Rio de Janeiro, a partir do qual levantou reflexões sobre o desenvolvimento de ações que possibilitassem uma melhor qualidade das interações entre professor e aluno, assim como as habilidades técnicas e o desempenho socialmente competente dos professores, para que estes tenham relações profissionais mais satisfatórias e gratificantes para com os seus alunos.

Meireles (2009) fez um levantamento de dados sobre as habilidades sociais do professor em sala de aula, sobretudo a assertividade e a empatia, visando verificar se estas duas variáveis influenciam no desempenho social do professor em sala de aula, na relação com os seus alunos. Os resultados sugerem que as medidas de desempenho social” (assertivas e empáticas) dos professores em sala de aula foram satisfatórias, tanto a partir da autoavaliação dos professores quanto da perspectiva dos alunos. Contudo, de uma maneira geral, os professores apresentaram uma tendência a perceber o seu desempenho de uma forma

mais positiva do que o modo como os alunos percebem. Tais resultados sugerem também a necessidade de se construir programas de desenvolvimento de habilidades sociais em professores de modo a desenvolver habilidades assertivas e/ou empáticas, de acordo com a necessidade de cada professor.

É evidente que quanto mais rico é o repertório de comportamentos socialmente habilidosos de um professor, melhor será o seu relacionamento com os seus alunos. Dessa forma, conhecer essas habilidades pode facilitar a realização de programas de treinamento de habilidades sociais de professores, interferindo positivamente nas relações interpessoais no ambiente educativo, o que inclui a habilidade de liderança.

3. LIDERANÇA

A liderança é uma das ferramentas fundamentais para o professor. Liderar é ser capaz de influenciar um grupo em direção ao alcance dos objetivos organizacionais (ROBBINS, 2007). A habilidade de liderança inspira confiança e apoio entre as pessoas cuja competência e compromisso dependem do desempenho, além de influenciar outros no alcance de objetivos importantes para a organização (DUBRIN, 2006).

Chiavenato (2004) ressalta que na época da administração clássica a definição de liderança estava relacionada a controle, e a função do líder era estabelecer e fazer cumprir critérios de desempenho para que os objetivos organizacionais fossem atingidos. No entanto, com a Teoria das Relações Humanas a liderança passa a ser considerada vital e os líderes passam a ser vistos como agentes de mudança, com a função de facilitar o alcance de objetivos, juntamente com seus liderados, proporcionando oportunidades de crescimento e aperfeiçoamento pessoal. Para Maximiano (2008) a liderança é o processo de conduzir as ações ou influenciar o comportamento e a mentalidade de outras pessoas.

Assim, exercer um cargo de liderança requer ter uma visão global, conhecer sua equipe e a cultura organizacional. Logo, a pessoa que se dispõe a exercer a função de líder precisa de uma série de conhecimentos, habilidades, atitudes e competências. Quanto a estas, Goleman (2001) diz que algumas competências emocionais são competências básicas do líder, tais como: a) autopercepção: fazer uma avaliação precisa e realista de suas próprias capacidades e de seus sentimentos; b) autoregulação: lidar com as suas próprias emoções de forma que facilite a realização de sua tarefa; c) motivação: utilizar suas preferências para impulsionar e guiar em direção a metas; d) empatia: ser capaz de se colocar no lugar do outro, estar em

sintonia com ampla diversidade de pessoas; e) habilidades sociais: interagir com facilidade, lidar bem com as emoções nos relacionamentos, compreender situações sociais, liderar, negociar e solucionar divergências.

No que tange às abordagens, são muitas as que tentam explicar o processo de liderança. Uma delas é a abordagem dos traços, na qual se estabelece uma relação entre as características de liderança e as disposições inatas do indivíduo. Esta teoria propõe diferenciar homens com condutas de líder daqueles que não as possui, entendendo-se que tais características seriam suficientes e determinantes para classificar líderes e não líderes (GIL, 2011), visto que certos traços ou características seriam comuns aos bons líderes (KRUMM, 2005). Trata-se de uma teoria bem difundida, porém cada vez menos aceita.

Outra abordagem é o da teoria comportamental, que diz que o comportamento de líder pode ser aprendido. Sendo assim, uma vez que os comportamentos de liderança passem a ser treinados o indivíduo apresentaria melhores resultados. Ou seja, o comportamento seria mais importante que qualquer traço pessoal que este apresente. Foi a partir desta teoria que se iniciou as classificações dos estilos de liderança. Inicialmente reconheceram-se dois estilos: um orientado para a tarefa e outro orientado para as relações humanas. O primeiro enfatiza a produção e os aspectos técnicos do trabalho. Já o segundo admite que os empregados são importantes, ficando atento a sua individualidade e necessidades pessoais (GIL, 2011).

A Teoria da contingência de Fieldler também trouxe contribuições. Esta diz que as características da personalidade se desenvolvem a partir de experiências no decorrer da vida das pessoas e são difíceis de serem modificadas. De acordo com Fiedler (1967), o indivíduo com personalidade propensa à conclusão da tarefa e ao sentido da realização tende a praticar mais liderança voltada para as tarefas. O indivíduo que valoriza relacionamentos solidários e agradáveis com os outros tende a praticar mais liderança voltada para as relações.

Dentre as teorias sobre os estilos de liderança, a mais conhecida faz referência a três estilos: autocrático, democrático e liberal. Segundo Chiavenato (2003) a liderança autocrática caracteriza-se pelo líder centralizador de decisões e que impõe suas ordens ao grupo. O trabalho só se desenvolve com a presença do líder; na liderança democrática o líder conduz e orienta o grupo incentivando a participação democrática das pessoas, havendo uma integração grupal dentro de um clima de satisfação; e na liderança liberal o líder delega totalmente as decisões ao grupo, deixando-os sem controle.

O estilo de liderança a ser utilizado pelo líder se dá de acordo com a situação, com as pessoas e com a tarefa a ser realizada. O desafio está em saber quando aplicar, qual estilo,

com quem e em que circunstâncias e atividades. Segundo Blanchard (2007, p.109) “líderes por inteiro são flexíveis e capazes de adaptar seu estilo de liderança às situações”. Crivelaro e Takamori (2006, p. 63) afirmam que “a função do líder é escolher o processo que possa fortalecer ou eliminar os pontos fracos do grupo, fornecendo os elementos necessários ao bom desempenho da função de liderança”.

Seguindo a linha da importância em adequar os estilos de liderança ao nível de desenvolvimento das organizações, surge a liderança situacional, a partir da qual ressalta-se que para cada situação há um estilo de liderança a ser utilizado pelo líder, o que tem relação com o nível de maturidade de seus liderados. Segundo Hersey e Blanchard (1986) a liderança situacional está baseada na interpelação entre a quantidade de orientação e direção (comportamento de tarefa) que o líder oferece, a quantidade de apoio sócio emocional (comportamento de relacionamento) dado pelo líder e o nível de prontidão (maturidade) dos liderados no desempenho de uma tarefa, função ou objetivo específico.

Importante ressaltar que ao se falar de nível de maturidade dos liderados, deve-se considerar somente em relação a uma tarefa específica a ser realizada. Não se pode dizer que um liderado ou grupo é maduro ou imaturo num sentido total.

Em suma, os conceitos mais consagrados da liderança envolvem três elementos essenciais: influência, comunicação e objetivo, já que a liderança é a capacidade de influenciar pessoas por meio da comunicação, canalizando seus esforços para a consecução de um objetivo. Deve ficar claro que não é possível liderar sem o compartilhamento de objetivos entre líderes e liderados (FURLANI, 2008). A mesma autora diz ainda que no que se refere ao papel do professor a compreensão do ato de liderar torna-se essencial a partir do momento em que seu principal papel passa a ser o de promover aprendizagens significativas.

De acordo com Valluis (2012) os professores como líderes devem conduzir seus alunos, transformando-os em uma equipe acadêmica que gera resultados individuais e coletivos. Para isso, precisam motivá-los e influenciá-los de forma ética e participativa.

Ulrich, Smallwood e Sweetman (2009), ressaltam que o êxito do professor está relacionado com a sua habilidade de comunicar-se. O objetivo do professor é transmitir um conteúdo para um grupo de alunos, de modo tal que este seja recebido da forma esperada e sem distorções. Enfim, o professor de ensino superior, como líder, precisa, sobretudo, ser um profissional educacional exemplar aos seus alunos.

4. METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa é caracterizada como um estudo de caso e desenvolvida a partir da descrição de comportamentos socialmente habilidosos e de liderança de professores dos cursos tecnológicos superiores no campus de uma Instituição de Ensino Superior (IES) Privada, em Belém-Pa.

Este estudo tem como universo todos os professores dos cursos tecnológicos superiores no campus de uma IES, num total de 22 professores. A amostra refere-se a 50% desse universo, o que corresponde a 11 professores. Destes, 7 eram mulheres e 4 homens, com idade entre 28 a 50 anos. Cada professor ministra aula em pelo menos dois cursos, sendo que 5 ministram aula para o curso de gestão em recursos humanos, 6 para processos gerenciais, 4 para tecnologia da informação, 3 para marketing, 5 para gestão hospitalar, 3 para gestão comercial e 3 para comércio exterior.

Para realização desta pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos:

a) Termo de consentimento livre esclarecido

Termo utilizado como convite para a participação da pesquisa e critério de participação mediante a autorização do uso dos dados obtidos com a pesquisa. Neste instrumento são descritos os objetivos do estudo, assim como os procedimentos a serem realizados para a coleta dos dados.

b) Inventário de habilidades sociais (IHS)

Este inventário foi utilizado com o propósito de avaliar o repertório de habilidades sociais de adultos, projetado para a realidade brasileira.

É um instrumento autoaplicado e contém 38 itens que devem ser considerados de acordo com a frequência com que o informante reage à situação descrita em cada item (A- Nunca ou raramente, se em cada 10 situações desse tipo, reage dessa forma no máximo 2 vezes; B - Com pouca frequência, se em cada 10 situações desse tipo, reage dessa forma 3 a 4 vezes; C - Com regular frequência, se em cada 10 situações desse tipo, reage dessa forma 5 a 6 vezes; D - Muito frequentemente, se em cada 10 situações desse tipo, reage dessa forma 7 a 8 vezes; E - Sempre ou quase sempre, se em cada 10 situações desse tipo, reage dessa forma 9 a 10 vezes).

Esses itens descrevem situações sociais em vários contextos (como trabalho, lazer e família), com diferentes tipos de interlocutores (como colegas, familiares e superiores) e com demandas para uma diversidade de habilidades (como falar em público, expressar sentimentos

e pedir mudança de comportamento). Estes 38 itens são agrupados em cinco escores fatoriais. O escore fatorial 1 corresponde às habilidades de enfrentamento com risco; o escore fatorial 2, às habilidades de autoafirmação na expressão de afeto positivo; o escore fatorial 3, às habilidades de conversação e desenvoltura social; o escore fatorial 4, às habilidades de autoexposição a desconhecidos ou a situações novas; e o escore fatorial 5, às habilidades de autocontrole da agressividade em situações aversivas (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001).

c) Questionário sobre habilidades de liderança dos professores

Instrumento elaborado pela pesquisadora a fim de avaliar o repertório de habilidades de liderança identificadas pelos professores em seu próprio repertório comportamental. Este questionário é composto por 15 perguntas, sendo que 12 questões são de múltipla escolha relacionadas às habilidades de liderança do professor, de acordo as escalas de frequência: nunca, raramente, com pouca frequência, com muita frequência e sempre. As questões de número 10 e 11 são subjetivas, sendo a questão 11 somente respondida caso a resposta da questão anterior for positiva.

Primeiramente, os professores foram abordados pela pesquisadora e convidados a participar da pesquisa, momento este que foi feita a leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Após o aceite, foi aplicado o IHS, seguido do questionário de liderança dos professores.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão descritos por aplicação de instrumento e organizados em forma de tabelas e dados percentuais.

Considerando-se os escores total e fatoriais, foram feitas comparações entre a média dos participantes da amostra masculina e da amostra feminina desse estudo com a média da amostra normativa masculina e feminina do estudo de Del Prette e Del Prette (2001), conforme dados apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Comparação entre as médias dos participantes e as médias da amostra normativa masculina e feminina quanto aos escores total e fatoriais em percentuais obtidos no IHS

ESCORES	Participantes Gênero Masculino (n=4) Média	Amostra Normativa Masculina Média	Participantes Gênero Feminino (n=7) Média	Amostra Normativa Feminina Média
Escore Total IHS	98,75	96,00	111,42	92,0

Tabela 1 - Comparação entre as médias dos participantes e as médias da amostra normativa masculina e feminina quanto aos escores total e fatoriais em percentuais obtidos no IHS

(continua)

F1 – Enfrentamento e autoafirmação com risco	9,40	10,35	10,57	8,4
F2 – Autoafirmação na expressão de sentimento positivo	8,61	8,79	10,38	9,62
F3 - Conversação e desenvoltura social	7,93	6,72	8,46	6,59
F4 – Autoexposição a desconhecidos	4,1	3,3	3,79	3,32
F5 – Autocontrole da agressividade e raiva	1,0	1,24	1,17	0,89

Fonte: Protocolo de pesquisa de Del Prette e Del Prette (2001).

Verificou-se que a média do escore total entre os participantes do sexo masculino foi de 98,00 pontos, estando, portanto, acima da média da amostra normativa masculina (96,00). Entre as participantes do gênero feminino obteve-se 111,42 pontos, sugerindo também valores acima da média da amostra normativa feminina (92,00), sendo considerado como um bom repertório conforme Del Prette e Del Prette (2001).

Tabela 2 - Comparação entre as médias obtidas pelos participantes e as médias obtidas pela amostra normativa em relação aos itens do fator 1 do IHS

FAa TOR 1: Enfrentamento e autoafirmação com risco	Médias			
	Participantes Gênero Masculino (n=4)	Amostra Normativa Masculina	Participantes Gênero Feminino (n=7)	Amostra Normativa Feminina
Devolver mercadoria defeituosa	3,5	3.78	3,57	3.1
Discordar de grupo	2,25	2.93	2,17	2.7
Lidar com críticas injustas	3,0	2.86	3	2.76
Fazer perguntas a conhecidos	2,25	2.69	3,85	2.71
Declarar sentimento amoroso	2,25	2.62	2,28	2.01
Discordar de autoridade	1,75	2.22	2	1.77
Falar a público conhecido	3,25	1.83	3,14	1.88
Cobrar dívida de amigo	1,0	2.09	1,42	1.62

Fonte: Protocolo de pesquisa de Del Prette e Del Prette (2001).

Tabela 2 - Comparação entre as médias obtidas pelos participantes e as médias obtidas pela amostra normativa em relação aos itens do fator 1 do IHS

(continua)

Manter conversa com desconhecidos	1,5	1.53	2,41	1.61
Abordar para relação sexual	2,0	1.95	1,28	0.95
Apresentar-se a outra pessoa	1,25	1.59	1,85	0.92

Em relação aos escores fatoriais observados entre os participantes do gênero masculino, os fatores 1, 2 e 5 estavam abaixo da amostra normativa masculina, porém ainda sugerem um bom repertório de HS. Em relação aos escores fatoriais observados entre as participantes do gênero feminino, todos os fatores estavam acima da média da amostra normativa feminina, um indicativo de bom repertório de HS, sendo que o fator 3 indica um repertório bastante elaborado de HS, de acordo com Del Prette e Del Prette (2001).

A comparação entre as médias dos participantes masculinos e femininos obtidas em cada uma das habilidades correspondentes ao Fator 1 do IHS com as médias da amostra normativa masculina e feminina pode ser vista na Tabela 2.

Analisando a média dos participantes para cada habilidade, notou-se que, com exceção das habilidades de lidar com críticas injustas, falar em público conhecido, abordar para relação sexual e apresentar-se a outra pessoa, para os participantes do sexo masculino todas as outras médias estavam abaixo da média da amostra normativa. Quanto as participantes do sexo feminino, as habilidades de discordar de grupo e cobrar dívida do amigo foram as habilidades que estavam abaixo da média da amostra normativa. Os déficits indicados para este fator sugerem que estes participantes têm dificuldade em lidar com algumas situações que demandam a defesa de seus direitos e autoestima, o que está relacionado a esquiva de comportamentos de rejeição ou oposição por parte do interlocutor. O professor para não se opor ao aluno ou sofrer algum tipo de rejeição por parte dele pode ceder a situações que demandam defesa de seus próprios direitos.

A Tabela 3 mostra a comparação entre as médias da amostra normativa masculina e feminina e as médias dos participantes do sexo feminino e masculino, referente às habilidades correspondentes ao Fator 2 do IHS. A análise dos resultados indica que as médias dos participantes do sexo masculino, quanto às habilidades expressar sentimento positivo e defender outrem, foram as únicas que se mostraram abaixo da média da amostra normativa

masculina. Em relação às participantes do sexo feminino, apenas a habilidade participar de conversação estava abaixo da média da amostra normativa de comparação. O indicativo de déficit no Fator 2 implica em dificuldades em lidar com demandas de expressão de afeto positivo e de afirmação da autoestima (Del Prette & Del Prette, 2001), habilidades essas essenciais para a boa relação professor/aluno.

Tabela 3 - Comparação entre as médias obtidas pelos participantes e as médias obtidas pela amostra normativa em relação aos itens do fator 2 do IHS

FATOR 2: Autoafirmação na expressão de sentimento positivo	Médias			
	Participantes Gênero Masculino (n=4)	Amostra Normativa Masculina	Participantes Gênero Feminino (n=7)	Amostra Normativa Feminina
Agradecer elogios	3,5	3.2	3,57	3.43
Elogiar familiares	3,75	3.17	3,85	3.38
Participar de conversação	2,5	3.24	3,28	3.32
Expressar sentimento positivo	2,25	2.89	3,57	3.36
Defender outrem em grupo	2,25	2.68	3,28	2.84
Elogiar outrem	2,75	2.68	3,57	2.78
Expressar sentimento positivo	3	2.36	3,42	2.57

Fonte: Protocolo de pesquisa de Del Prette e Del Prette (2001).

A comparação entre as médias da amostra normativa masculina e da feminina e as médias dos participantes do sexo masculino e feminino, referente às habilidades correspondentes ao Fator 3 do IHS apresenta-se na tabela 4. A média dos participantes do sexo masculino, quanto às habilidades encerrar conversação, encerrar conversa ao telefone e abordar autoridade, foram as únicas deste fator que obtiveram média abaixo da amostra normativa correspondente. Quanto as médias das participantes do sexo feminino, todas as habilidades obtiveram média acima da amostra normativa feminina. Déficits no Fator 3 sugerem um mau conhecimento das normas de relacionamento cotidiano para o desempenho das habilidades correspondentes a este fator, que reúne habilidades de conversação e desenvoltura social (Del Prette; Del Prette, 2001), habilidades estas que devem fazer parte do repertório comportamental de um professor, visto que este saberá lidar com situações sociais neutras de aproximação e risco mínimo de reação indesejável.

Tabela 4 - Comparação entre as médias obtidas pelos participantes e as médias obtidas pela amostra normativa em relação aos itens do fator 3 do IHS

FATOR 3: Conversa�o e desenvoltura social	Médias			
	Participantes Gênero Masculino (n=4)	Amostra Normativa Masculina	Participantes Gênero Feminino (n=7)	Amostra Normativa Feminina
Encerrar conversa�o	2,5	2.97	3,28	3.04
Pedir favores a colegas	3,25	2.91	3,24	2.86
Manter conversa�o	2,25	1.39	2,71	1.18
Reagir a elogio	3,0	2.67	2,85	2.78
Recusar pedidos abusivos	2,5	2.44	3,0	2.25
Encerrar conversa ao telefone	2,25	2.59	3,85	2.59
Abordar autoridade	2,0	2.34	3,0	2.08

Fonte: Protocolo de pesquisa e Del Prette e Del Prette (2001).

Nas tabelas 5 e 6 tem-se a compara o entre as médias da amostra normativa masculina e feminina com as médias dos participantes com sexo masculino e feminino, referentes às habilidades correspondentes aos Fatores 4 e 5, respectivamente, do IHS. Pode-se observar que as médias dos participantes do sexo masculino em rela o ao Fator 4 mostraram-se equilibradas, com médias acima da amostra normativa correspondente para as habilidades de falar em público conhecido e falar em público desconhecido, e médias abaixo da amostra normativa para fazer perguntas a desconhecidos e pedir favores a desconhecidos. Enquanto que para as participantes do sexo feminino a habilidade de fazer pergunta a desconhecido foi a única que estava abaixo da média da amostra normativa correspondente. O indicativo de déficit no Fator 4 inclui dificuldades em abordar pessoas desconhecidas, correspondendo   esquivas de expor-se a situa es aversivas (como rea es agressivas ou constrangedoras por parte dos interlocutores).   sabido que o professor vai estar exposto a situa es de autoexposi o a desconhecidos, o que torna necessário tais habilidades fazerem parte do seu repertório comportamental, a fim de facilitar a sua rela o com o aluno.

No Fator 5 todas as habilidades tanto para os participantes do sexo feminino quanto do sexo masculino estavam acima da média da amostra normativa, o que implica dizer que os professores avaliados apresentam habilidades de autocontrole em situa es aversivas. No entanto,   válido dizer que ter esse controle não implica no professor deixar de expressar desagrado, pois isto   feito de forma socialmente habilidosa. Déficit no Fator 5 implicaria em

dificuldade de reagir a estimulações aversivas do interlocutor, perdendo-se o controle da raiva e da agressividade (Del Prette; Del Prette, 2001).

Tabela 5 - Comparação entre as médias obtidas pelos participantes e as médias obtidas pela amostra normativa em relação aos itens do fator 4 do IHS

FATOR 4: Autoexposição a desconhecidos e situações novas	Médias			
	Participantes Gênero Masculino (n=4)	Amostra Normativa Masculina	Participantes Gênero Feminino (n=7)	Amostra Normativa Feminina
Fazer pergunta a desconhecido	2,5	2.52	2,28	2.57
Pedir favores a desconhecidos	2,25	2.32	2.71	2.51
Falar a público desconhecido	3,0	2.32	2,28	2.14
Falar a público conhecido	3,25	1.83	3,14	1.88

Fonte: Protocolo de pesquisa e Del Prette e Del Prette (2001).

Tabela 6 - Comparação entre as médias obtidas pelos participantes e as médias obtidas pela amostra normativa em relação aos itens do fator 5 do IHS

FATOR 5: Autocontrole da agressividade	Médias			
	Participantes Gênero Masculino (n=4)	Amostra Normativa Masculina	Participantes Gênero Feminino (n=7)	Amostra Normativa Feminina
Lidar com críticas dos pais	3,25	2.87	3,42	2.53
Lidar com chacotas	3,0	2.83	3,42	2.34
Cumprimentar desconhecidos	3,75	2.45	3,85	2.33

Fonte: Protocolo de pesquisa de Del Prette e Del Prette (2001).

Ao avaliar o repertório inicial de habilidades sociais dos professores participantes, apesar do bom repertório de maneira geral, há indicativo de déficit nos fatores 1, 2, 3 e 4, cabendo aqui frisar o fato de que, em geral, os participantes superestimam seus desempenhos, se autoavaliando bastante positivamente, como sugerido por Del Prette e Del Prette, (2007). Este aspecto também foi ressaltado no estudo realizado por Meireles (2009), no qual os professores apresentaram uma tendência a perceber o seu desempenho de uma forma mais positiva do que o modo como os alunos percebem.

É importante ressaltar que alguns déficits apresentados pelos professores participantes deste estudo poderiam estar relacionados ao fato de tais habilidades não fazerem parte de uma prática constante dos mesmos, visto que, segundo Del Prette e Del Prette (2001) algumas situações são mais fáceis de serem exercitadas devido a experiências anteriores, considerando que, para cada etapa de vida, são requeridas habilidades específicas de maneira que estas vão tornando-se cada vez mais complexas. Cabe aqui ressaltar o que Vila (2005) evidencia em seus estudos, no que se refere à importância do aprimoramento do repertório de habilidades sociais do professor para prevenir e superar as dificuldades acadêmicas dos alunos.

Outro aspecto que pode justificar tais déficits se refere à dificuldade que estes participantes poderiam ter para identificar situações adequadas para cada habilidade descrita no IHS, tendo, portanto, dificuldades em analisar o ambiente, interpretando erroneamente os comportamentos daqueles com quem interagem (Del Prette; Del Prette, 2003), no caso os alunos, já que o papel do professor é também de perceber as demandas imediatas do contexto escolar (Del Prette et al (1998).

Sendo assim, esses resultados sugerem que os participantes deste estudo poderiam se beneficiar com um treinamento de habilidades sociais para o aprimoramento do repertório dos professores, uma vez que se trata de uma técnica que visa à superação e/ou redução dos déficits apresentados. Além de que, caberia um estudo em que fosse feito um levantamento das habilidades sociais dos professores de acordo com a percepção dos alunos, fazendo um comparativo entre a percepção do professor em relação ao seu desempenho e o modo como os alunos os percebem em sala de aula.

Em relação ao questionário sobre habilidades de liderança dos professores, a partir dos resultados apresentados, verificou-se que 54,5% dos professores responderam sempre apresentar comunicação eficaz com seus alunos, e 45,5% responderam apresentar comunicação eficaz com muita frequência. A habilidade de comunicação é de fundamental importância para o professor. Furlani (2008) ressalta que a liderança é a capacidade de influenciar pessoas por meio da comunicação. E sendo o professor um líder, é necessário o desenvolvimento desta habilidade em seu repertório comportamental.

No que se refere à melhoria dos procedimentos realizados em sala de aula, 45,5% responderam melhorar seus procedimentos sempre e com muita frequência, e 10% responderam realizar melhorias com pouca frequência, o que tem a ver com a habilidade de inovar, além do investimento em uma formação continuada, que permite ao professor buscar aprimorar sua prática em sala de aula.

Quanto à tomada de decisões sensatas em sala de aula, diante de uma situação problema, 54,5% responderam com muita frequência, 36,5% responderam sempre e 9% responderam com pouca frequência. Este aspecto tem a ver com a habilidade do líder saber liderar, negociar e solucionar divergências (GOLEMAN, 2001).

No que se refere a aceitar riscos e assumir tarefas difíceis enquanto professor, 54,5% responderam com muita frequência, 27,3% com pouca frequência e 18,2% responderam sempre. E em relação à tolerância em situações de estresse e pressão em sala de aula, 54,5% responderam com muita frequência, aproximadamente 36,5% responderam sempre e 9% responderam com pouca frequência.

Quando foi questionado quanto a apresentação de habilidades sociais e interpessoais no seu repertório comportamental, 36,4% responderam sempre, 36,4 % responderam com muita frequência e 27,2% responderam com pouca frequência.

Quanto à adaptação a condições de mudança apresentadas pela IES, 54,5% responderam sempre, aproximadamente 36,5% responderam com muita frequência e 9% responderam com pouca frequência.

Esses pontos podem ser corroborados por Prette et al (1998) quanto ao papel de professor, que segundo eles demanda de um repertório bastante diferenciado das habilidades sociocognitivas como feedback, planejamento e coordenação de atividades de grupo, além da flexibilidade para mudanças na atuação.

Foi questionado se os professores acreditavam inspirar excelência e comprometimento com o seu trabalho e 45,5% responderam com muita frequência, 45,5 % responderam sempre e 10% responderam com pouca frequência. O professor de ensino superior precisa ser um profissional educacional sendo exemplo aos seus alunos (ULRICH, SMALLWOOD E SWEETMAN, 2009).

De acordo com os dados coletados, 90% dos professores se consideram líderes, 80% destes consideram-se líderes democráticos e 20% líderes liberais. Dentre os argumentos apresentados quanto ao papel de líderes que eles reconhecem exercer estão: o bom relacionamento interpessoal com os alunos, ser exemplo para estes, tomar decisões em prol da coletividade, capacidade de negociação, ser ético, motivar os alunos e ter boa comunicação. Aqueles professores que não se identificam com o papel de líder em sala de aula argumentaram que o seu papel é ensinar, trocar informações e não de exercer a liderança em sala de aula. Furlani (2008) refere-se ao papel do professor à compreensão do ato de liderar, sendo este o que promove aprendizagens significativas.

Quanto às questões relacionadas aos coordenadores, apenas 10 dos 11 professores participantes da pesquisa responderam, e destes 50% relataram obter influências dos coordenadores de curso na sua atuação de líder em sala de aula, relacionando o papel dos coordenadores ao controle da assiduidade, orientação das normas institucionais e direcionamento pedagógico. Os outros 50% relataram que os coordenadores não exercem nenhum tipo de influência em sua atuação como professor, apesar do bom relacionamento interpessoal. No entanto, 90% dos professores consideram seus coordenadores líderes. É importante destacar que nas respostas dos professores somente foram mencionados os coordenadores de gestão em recursos humanos, gestão em processos gerenciais e gestão hospitalar.

Diante dessas observações, Maximiano (2008) contribui para entendê-las ao afirmar que exercer um cargo de liderança requer ter uma visão global, conhecer sua equipe e a cultura organizacional. Logo, a pessoa que se dispõe a exercer a função de líder precisa de uma série de conhecimentos, habilidades e atitudes. Caberia, portanto, aos coordenadores o desenvolvimento destas habilidades para o exercício de sua função de líder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento deste estudo ficou ainda mais evidente a necessidade do bom repertório de habilidades sociais e de liderança do professor, visto que nem todos apresentam as habilidades necessárias para o bom desenvolvimento de sua conduta no contexto profissional.

Este estudo é mais uma contribuição para o aprofundamento de estudos nas áreas de habilidades sociais e liderança de professores, alertando para que esses profissionais despertem a atenção para o aprimoramento de suas condutas, não apenas enfatizando aspectos técnicos, mas também comportamentais.

Os resultados apresentados direcionam a uma reflexão para o contexto educacional, servindo também de alerta às Instituições de Ensino Superior para que se preocupem também com o desenvolvimento de habilidades comportamentais dos professores, buscando o favorecimento de uma melhor relação entre professores e alunos, com a certeza de que isso trará benefícios para o desempenho acadêmico dos mesmos, refletindo em melhores resultados institucionais. Também cabe aqui salientar a necessidade de ampliação de estudos na área, visto a relevância deste aspecto para a formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

BLANCHARD, Ken. **Liderança de alto nível**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

CABALLO, Vicente. **Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais**. São Paulo: Santos Editora, 2003.

CARNEIRO, Rachel Shimba et al. Habilidades sociais de professores do ensino fundamental de duas escolas públicas: um estudo exploratório. **Sociais e humanas**. Santa Maria, v. 27, n. 03, p. 108 – 120, set.-dez. 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de empresas: uma abordagem contingencial**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2004.

CRIVELARO, Rafael; TAKAMORI, Jorge Yukio. **Dinâmica das Relações Interpessoais**. Campinas: Editora Alínea, 2006.

DEL PRETTE, Zilda; DEL PRETTE, Almir. **Psicologia das Habilidades Sociais: Terapia e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DEL PRETTE, Zilda; DEL PRETTE, Almir. **Inventário de habilidades sociais (IGS-DelPrette): manual de aplicação, apuração e interpretação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

DEL PRETTE, Zilda; DEL PRETTE, Almir. **Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DEL PRETTE, Zilda; DEL PRETTE, Almir. (Org.). **Psicologia das habilidades sociais: Diversidade teórica e suas implicações**. Petrópolis: Vozes, 2009.

DEL PRETTE, Zilda A. Pereira et al. Habilidades sociais do professor em sala de aula: um estudo de caso. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, vol.11, n.3, p.591-603, 1998.

DUBRIN, Andrew J. **Fundamentos do comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira, 2006.

FILDLER, F. E. **A theory of leadership effectiveness**. New York: McGraw-Hill, 1967.

FURLANI, Lúcia Maria Teixeira. **Autoridade do professor: meta, mito ou nada disso?** 8. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2011.

GOLEMAN, Daniel. **Trabalhando com a Inteligência Emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HERSEY, P.; BLANCHARD, K. **Management of organizational behavior**. 5. ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 2007.

HERSEY, P.; BLANCHARD, K.H. **Psicologia para administradores: a teoria e as técnicas da liderança situacional**. Trad. Edwino A. Royer. São Paulo: Ed. Pedagógica Universitária, 1986.

KRUMM, Diane. **Psicologia do trabalho: uma introdução à psicologia industrial/organizacional**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEIRELLES, Regia Maria. **As Relações entre as Medidas de habilidades Sociais do Professor do Ensino Fundamental II e seu Desempenho Social em Sala de Aula**. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Psicologia Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MEIRELES, Regina Maria. As relações entre as medidas de habilidades sociais do professor do ensino fundamental II e seu desempenho social em sala de aula. **Revista Visões**, v. 1, n. 6, jan.-jun. 2009.

MENKES, Camila. Novas demandas do contexto profissional: as habilidades sociais profissionais. **Revista Psicologia em Destaque**, ano 1, n. 1, p. 71-73, 2011.

PERRENOUD, Philippe. A ambiguidade dos saberes e da relação com o saber na profissão de professor. In: _____. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ROBBINS, Stephen. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

SARROEIRA, Laura; FIALHO, Isabel. Liderança e cultura profissional dos professores: que relação (ões). Um estudo de caso. In: MAGALHÃES, Olga; FOLQUE, Assunção. (Org.). **Práticas de investigação em Educação**. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação, 2012.

SILVA, J. P. S. A relação Professor/Aluno no processo de ensino e aprendizagem. **Revista Espaço Acadêmico**, 2005. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/052/52pc_silva.htm>. Acesso em: 25. 04.2018.

SOARES, Adriana Benevides et al. Estudo comparativo de habilidades sociais e variáveis sociodemográficas de professores. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 11, n. 1, p. 35-49, jun. 2009.

SOARES, Adriana Benevides; MELLO, T. V. S. A profissão docente é uma atividade eminentemente habilidosa? **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 5, n. 2, p. 15-27, 2009.

SOARES, Adriana Benevides; GOMES, G.; PRATA, M. A. R. Habilidades sociais de professores e não professores: Comparando áreas de atuação. **Revista Colombiana de Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 233-248, 2011.

ULRICH, Dave; SMALLWOOD, Norm; SWEETMAN, Kate. **Código da liderança: cinco regras para fazer diferença**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2009.

VALLUIS, Marcel André. Liderança e Comunicação: Competências Acadêmicas dos Professores de Ensino Superior. **Revista Don Domênico - Periódico de Divulgação Científica da Faculdade Don Domênico**, n. 5. Mar. 2012. Disponível em:<http://www.faculdaadedondomenico.edu.br/novo/revista_don/anterior.htm>. Acesso em: 25.04.2018.

VILA, Edmarcia Manfredin. **Treinamento de habilidades sociais em grupo com professores de crianças com dificuldades de aprendizagem: Uma análise sobre procedimentos e efeitos da intervenção**. Dissertação de Mestrado. Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2005.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL: UM HISTÓRICO DE DESAFIOS E CONQUISTAS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS.

Rodrigo Fraga Garvão¹
Simone Andrea Lima do Nascimento Baia²

RESUMO

O presente artigo faz uma reflexão sobre as políticas públicas de proteção ao meio ambiente, em território brasileiro. Com uma abordagem histórica, apresenta os marcos normativos de proteção ao meio ambiente e suas conquistas, além de uma reflexão sobre a atual situação das discussões sobre meio ambiente na atualidade. Faz um recorte histórico do início do século XVII até o século XXI, abordando a ECO-92 e Rio 92, bem como, as Leis nº 9433/1997 e 9605/1998, premissas para a identificação dos avanços e conquistas normativas destinadas à proteção ao meio ambiente, no Brasil. Para esta pesquisa foram realizados os estudos no campo da legislação ambiental brasileira, dentre eles documentos oficiais, dentre eles, a constituição brasileira, decretos e leis.

Palavras-chave: Legislação. Ambiente. Território. Brasil.

ABSTRACT

The present article makes a reflection on the public policies of protection to the environment, in Brazilian territory. With a historical approach, it presents the normative frameworks of protection to the environment and its achievements, as well as a reflection on the current situation of the discussions on the environment in the present time. It makes a historical cut from the beginning of the 17th century to the 21st century, addressing ECO-92 and Rio 92, as well as Laws 9433/1997 and 9605/1998, premises for the identification of advances and normative achievements for the protection of the environment in Brazil. For this research were carried out the studies in the field of Brazilian environmental legislation, among them official documents, among them the Brazilian constitution, decrees and laws.

Keywords: Law. Environment. Territory. Brazil.

INTRODUÇÃO

A legislação brasileira passou por longas e intermináveis discussões políticas para chegar ao que hoje chamamos de estado de direito à proteção ao meio ambiente. A busca por uma legislação ambiental parece ter sido uma “luta” incansável. Muitas ações em defesa da vida sustentável na terra fizeram com que cientistas, pesquisadores, políticos, artistas e sociedade civil se voltassem para reflexões de caráter efetivo, visando garantir a defesa de uma das maiores biodiversidades do mundo.

¹ Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano (UNAMA), professor assistente da Universidade Federal Rural da Amazônia. email: rodrigo.garvao@ufra.edu.br

² Mestra em Gestão Pública (NAEA_UFPA), Professora assistente da Universidade Federal Rural da Amazônia. E-mail: simone.baia@ufra.edu.br

O Brasil se tornou palco de grandes debates em torno da temática da preservação ambiental, como foi o caso da Eco 92 e Rio 92, quando câmeras registraram o reencontro do cantor Sting³ e o líder caiapó Raoni. A imagem “das mãos dadas” se tornou emblemática em favor, principalmente da Amazônia e simbolizou a luta em favor dos direitos dos povos da floresta. O gesto tentou chamar atenção do mundo para que o estado brasileiro dessa maior atenção para a discussão em torno da usina de Belo Monte.

Mas sabe-se que essa luta, em favor de uma sociedade brasileira mais sustentável e consciente de sua responsabilidade para com o meio ambiente, possui uma história que surgiu no século XVII. Portanto, torna-se imprescindível rever neste artigo o passado de nossa história para entender nossos avanços ou retrocessos ao longo de todos esses anos no que diz respeito à legislação ambiental.

Fig. 01 – O reencontro de Sting e o líder caiapó Raoni



Fonte: Jornal - O Globo

³ O cantor inglês viveu uma história interessante no Brasil, em especial na Amazônia, nos anos 1980. Sua primeira visita aconteceu em 1982, quando o cantor se apresentou em dois shows no Rio de Janeiro, ainda na época da sua banda *The Police*. Em 1987, quando já havia iniciado sua carreira solo, Sting retornou ao Brasil em 1987 para uma apresentação no estádio do Maracanã, e logo depois embarcou para a Amazônia, onde conheceu o cacique Raoni. O cantor passou meses na Amazônia, e se tornou um dos maiores defensores dos índios da região amazônica.

Em 1605, foi aprovada a primeira lei de caráter ambiental no Brasil, voltada à proteção e preservação das florestas brasileiras, com destaque para o surgimento do Regimento Pau-Brasil, cujo objeto é a proteção das florestas nacionais. No ano de 1797, a criação da Carta Régia trouxe à tona a carência de proteção aos rios, nascentes e encostas, que se tornaram propriedades diretas da Coroa Portuguesa. Após dois anos, foi instituído o Regimento de Corte de Madeiras, cujo conteúdo impôs rígidas normas para a derrubada de árvores, principalmente as mais nobres, como o cedro e o mogno.

Quase um século depois do Regimento de Corte de Madeiras, em 1850, surgiu a expressão “madeira de lei” dada a sua proteção por meio de legislação, e foi, também, promulgada a lei nº. 601/1850, referendada como a primeira Lei de Terras do Brasil, que disciplinou, a ocupação do solo e estabeleceu penalidades, no caso de sua utilização predatória. Anos depois, mais precisamente em 1861, o Rio de Janeiro, decretou as Florestas da Tijuca e das Paineiras, como área de preservação ambiental.

Em 1911, foi expedido o Decreto-Lei nº. 8.843, que criou a primeira reserva florestal do Brasil, no antigo território pertencente ao estado do Acre; e, cinco anos depois, surgiu o Código Civil Brasileiro, que trouxe, em seu conteúdo, várias disposições protetivas ao meio ambiente, todavia, com uma visão patrimonialista e individualista acerca da fauna e da flora brasileira.

No ano de 1934, foram sancionados dois grandes projetos de lei para a preservação ambiental: o Código Florestal, por meio do Decreto de nº. 23.793; e o Código de Recursos Hídricos, também conhecido como Código das Águas. O primeiro impôs limites ao direito de propriedade e o segundo trouxe normas de conduta para a utilização da água; ambos deram origem ao que, décadas depois, se tornou a legislação ambiental brasileira. Dois anos mais tarde, foi criado o Código da Fauna, e, em seguida, fundou-se o Parque Nacional de Itatiaia – uma grande unidade de conservação, área de proteção integral da natureza, localizada na Serra da Mantiqueira, entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Somente em 1964, foi promulgada a Lei nº. 4.504, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, em resposta às reivindicações de movimentos sociais que cobravam do governo federal mudanças estruturais na propriedade e no uso da terra no Brasil. Um ano depois, o Código Florestal Brasileiro foi ampliado, com a promulgação das leis 4.771 e 7.803 em 1965, trazendo um novo olhar para as políticas de proteção e conservação da flora, e, como ação efetiva, estabeleceu a proteção das áreas de preservação permanente.

Em 1967, foram editados os Códigos de Caça, de Pesca e de Mineração, além da lei de Proteção à Fauna (Lei nº. 5.197), criminalizando, inclusive, a ação humana predatória ao

meio ambiente, envolvendo desde a utilização das jazidas, florestas, caça, pesca e águas. Logo no ano seguinte, deu-se a realização da Conferência Mundial da Biosfera. Em 1972, ocorreu, na Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (*United Nations Conference on the Human Environment*), mundialmente conhecida como Conferência de Estocolmo.

A questão da poluição passou a ter mais destaque a partir de 1975, em virtude da intensificação do controle sobre a poluição provocada por atividades industriais no Brasil. Por meio do Decreto-Lei nº. 1.413, de 1975, obrigou que as empresas adotassem medidas de proteção ao meio ambiente. E, em caso de danos, estão obrigadas a promover a reparação, por meio de ações corretivas. Dois anos depois, foi promulgada a Lei nº. 6.453 de 1977, que instituiu a responsabilidade civil em caso de danos provenientes de atividades nucleares.

Em 1981, foi editada a lei nº. 6.938, que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente, tendo o meio ambiente como objeto específico de proteção. Seguindo o mesmo rumo, a lei nº. 7.347, de 1985, disciplina a ação civil pública como instrumento processual específico para a Defesa do Meio Ambiente.

Somente com a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil passou a ter mudanças significativas no cenário do meio ambiente, pois, pela primeira vez, foi destinado um capítulo específico para esta questão, com um conteúdo atual e moderno, impondo ao poder público e à sociedade em geral, conforme seu artigo 225, o dever de defender e preservar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras, garantindo-lhes o direito de usufruí-las da melhor forma possível.

No ano de 1991, promulgou-se a Lei nº. 8.171, e o Brasil passou a dispor de uma Lei de Política Agrícola. Assim como a Constituição de 1988, ela também trouxe um capítulo específico dedicado à proteção de meio ambiente, em que se apresentavam exigências principalmente para os ruralistas, pois os obrigava a recompor sua propriedade com reserva florestal obrigatória. No ano seguinte, houve a criação do Ministério de Meio Ambiente, além de ocorrer a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e realizar-se a Eco 92, no Rio de Janeiro.

Em 1997, foi instituído o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Lei nº. 9.433, e, no ano seguinte, foi publicada a Lei nº. 9.605, a qual dispõe sobre os crimes ambientais, em que são previstas sanções penais e administrativas para comportamentos danosos ao meio ambiente.

No final dos anos 90, mais precisamente em 1999, foi criada a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº. 9.795), destinada a assegurar, no âmbito educativo, a integração

da sustentabilidade à questão ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política para o desenvolvimento do país, buscando melhorar a qualidade de vida para toda a população brasileira, por meio do envolvimento e da participação social no tocante à proteção e conservação ambiental e à manutenção da natureza.

Em 2000, foi dado um dos mais importantes passos em direção ao Plano de Conservação, com a promulgação da Lei nº 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, prevendo mecanismos para a defesa dos ecossistemas naturais e de preservação dos recursos naturais neles contidos. No ano seguinte, foi sancionado o Estatuto das Cidades, através da Lei nº. 10.257, de 2001, que dotou o ente municipal de mecanismos visando possibilitar que o seu desenvolvimento não viesse a acontecer em detrimento do meio ambiente. Ainda nesse mesmo ano, foi estabelecido o código de cores para diferentes tipos de resíduos, o qual passou a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, conforme a Resolução nº. 275, de 25 de Abril de 2001 editada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Em 2002, ocorreu a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Earth Summit 2002), também conhecida como Rio+10, em Johannesburgo, na África do Sul.

As discussões em torno do Meio Ambiente continuaram e novos avanços foram feitos na administração pública, como o Decreto nº. 5.940, de 25 de outubro de 2006, que delega à administração pública a responsabilidade pela separação dos resíduos recicláveis descartados e pelo seu destino.

O ano de 2010 foi de grandes conquistas para a preservação ambiental: o detalhamento sobre a Educação Ambiental (Resolução Conama nº. 422/2010); a definição de critérios de Sustentabilidade Ambiental, quando se trata de aquisição de bens; a contratação de serviços ou obras para a Administração Pública – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Instrução Normativa nº. 01, de 19 de janeiro de 2010); por fim, a aprovação da Lei nº. 12.305, que criou a Política Nacional de Resíduos.

A discussão envolvendo a legislação ambiental teve seu último e mais significativo progresso com o novo Código Florestal Brasileiro, Lei nº 12.651, em maio de 2012, quando no mês seguinte foi realizada a Conferência das Nações Unidas, que trouxe como matriz de discussões o desenvolvimento sustentável na Rio+20, no Rio de Janeiro em junho do mesmo ano.

Fig.2- Abertura da conferência das nações unidas em junho de 2012



Fonte: Site oficial do planalto do governo

Ainda há muito o que se falar, discutir, refletir quando a ordem do dia é a preservação ambiental no Brasil. Mas já podemos considerar que o país passou por uma grande evolução no que diz respeito ao assunto, e, entre os grandes responsáveis por isso, figuram a comunidade científica, os ambientalistas e a sociedade em geral.

Em especial, nos últimos anos, o Brasil vem intensificando seus projetos ambientais em favor da redução de poluentes e realizando acordos internacionais que tratam do comprometimento com a proteção do meio ambiente. Portanto, percebe-se a extrema validade da participação do país nas conferências que desenvolvem discussões amplas em torno da questão ambiental, pois faz-se, ainda, notória a gravidade dos efeitos negativos ocasionados pela intervenção humana sobre o meio ambiente.

1. DIREITO AMBIENTAL: A BUSCA POR UM AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, no que concerne ao Direito Ambiental, foi dada importância ao tema, antes mesmo da Constituição Federal de 1988, exemplificando o Código Florestal pertencente à Lei nº. 4.771/65 e à Lei de Fauna (Lei nº. 5197/67). Entretanto, como foi ressaltado anteriormente, só foi dedicado um capítulo exclusivo ao Meio Ambiente a partir do artigo 225, da Constituição Federal: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o poder de difundi-la e preservá-la para a presente e as futuras gerações.”

Os anos 80 foram marcados por uma Política Nacional do Meio Ambiente no Brasil. Criou-se, inclusive, o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama – Lei nº. 6938/81, modificado posteriormente pela Lei nº. 7804/89), que descreve os órgãos superior, central, executor, deliberativo/normativo, seccional e local e quais são as suas funções ligadas a esta política.

No ano de 1998, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº. 9605, também chamada de Lei de Crimes Ambientais, que foi modificada e regulamentada pelo Decreto nº. 3179/99, este posteriormente revogado pelo decreto nº. 6514, de 2008. Essa Lei prevê, em seu art. 3º, penalidades nas três esferas – administrativa, civil e penal –, tanto para autoria ou coautoria em condutas lesivas ao meio ambiente, chegando a responsabilizar até pessoas jurídicas.

A referida Lei atendeu, até certo ponto, às expectativas da Carta da Terra e da Agenda 21, aprovadas durante a ECO-92, no Rio de Janeiro, onde os países signatários se comprometeram a criar leis para a responsabilização por males que sejam causados ao meio ambiente e para a compensação às vítimas da poluição. Mas a Lei ainda é palco de polêmicas: no governo federal, recebeu dez vetos e ainda apresenta muitas lacunas. Sua aprovação foi um avanço político e cultural para a proteção ao meio ambiente pelo fato de nomear crimes ecológicos com as repreensões legais.

Em 1997, surgiu outra lei em prol da defesa e proteção do meio ambiente: a Lei nº. 9433/97, que estabeleceu uma Política Nacional para os Recursos Hídricos. O art. 2º da referida lei elucida, a contento, os objetivos a que ela se propõe:

Art. 2º São objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos:
I – Assegurar à atual e futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;

- II – A utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;
- III – a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

Ainda com relação à Lei 9433/97, é relevante mencionar a criação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SINGREH). Três anos mais tarde à promulgação desta norma, foi editada a Lei nº. 9985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), o qual caracteriza as categorias de Unidade de Conservação, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação, conservação e gestão das mesmas, com o intuito de modernizar e estabelecer ações do poder público federal para a conservação da biodiversidade brasileira. Dentre suas diretrizes o artigo 5.º assegura, nos casos possíveis, a sustentabilidade econômica das unidades de conservação; orientando que o processo de criação e gestão de tais unidades ocorram de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais; ou seja, deve-se considerar as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais; buscando proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Legislação brasileira ambiental vem apresentando avanços desde o Brasil colônia. A criação da Carta Régia em 1797, trouxe à tona a carência de medidas de proteção aos rios, nascentes e às encostas brasileiras, que se tornaram propriedades diretas da Coroa Portuguesa, representaram os primeiros passos de uma discussão que formatou a atual política de proteção ao meio ambiente brasileiro.

Dentre tantos avanços na legislação brasileira, chama-se atenção para a criação da Lei nº. 9605/98, chamada de Lei de Crimes Ambientais, posteriormente modificada e regulamentada pelo Decreto nº. 3179/99, este revogado pelo decreto nº. 6514/08. A lei prevê penalidades nas esferas, administrativa, civil e penal, para as ações ou omissões nocivas ao meio ambiente. Ao aliar imposições rígidas para o crime ambiental, este normativo, foi ao

encontro da pretensão daqueles que clamavam por medidas punitivas mais rigorosas, para inibir ações prejudiciais ao meio ambiente, no Brasil, passando a criminalizar agressões de toda natureza, ao meio ambiente. Neste sentido, considera-se positiva a criação deste instituto, visto que trouxe inovações no que diz respeito a imposição de sanções penais, ao instituir como crime, as ações humanas lesivas ao meio ambiente.

Hoje percebe-se que há uma legislação que compreende o meio ambiente brasileiro como um sistema de espaços territoriais a partir de unidades de conservação - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). A proposta do governo federal brasileiro em construir uma ação de proteção ao meio ambiente com foco no desenvolvimento sustentável fez do país um dos principais Estados do mundo preocupados em combater a exploração inadequada do meio ambiente.

Hoje, o Brasil constrói uma legislação baseada em um sistema de gestão ambiental sustentável que objetiva preservar e melhorar a vida natural e humana no território brasileiro. Nesse contexto, a criação do SNUC, assume posição estratégica no contexto da legislação brasileira, pois une a atividade econômica a ideia da sustentabilidade em busca do equilíbrio homem/natureza. Mas ainda há muito a avançar no quesito preservação e sustentabilidade no Brasil, pois há necessidade de se construir uma sociedade em que esses temas possam fazer parte principalmente do cotidiano das pessoas, que vá da família à escola, do estado à sociedade e dos sujeitos ao espaço.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. *Senado Federal*, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao_Compilado.htm. Acesso em: 17/04/2016.

_____. **Decreto nº 23.793**, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código florestal que com este baixa. *Senado Federal*, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm >. Acesso em: 09 ago. 2016.

_____. **Lei nº 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo código florestal. *Senado Federal*, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771compilado.htm>. Acesso em: 1 maio 2016.

_____. **Lei nº 6.902**, de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. *Senado Federal*, Brasília, DF.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6902.htm>. Acesso em: 08 maio 2016.

_____. **Lei nº.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Senado Federal, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938compilada.htm>. Acesso em: 05. ago. 2016.

_____. **Lei nº 7.735**, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. *Senado Federal*, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7735.htm>. Acesso em 17/05/2016.

_____. **Lei nº 9.605/98**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. *Senado Federal*, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm>. Acesso em: 08 abr. 2016.

_____. **Lei 9.985/2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Senado Federal*, Brasília, DF. Disponível em: Acesso em: 04 jul 2016.

BOTELHO, Cássia Regina Ossipe Martins. Org. Preservação ambiental. **Um discurso de todos da Eco 92 à Rio + 20**. Brasília: Câmara dos deputados. Edições câmara, 2012.

MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA NA OBRA DE ODETE DE BARROS MOTT

José Valtemir Ferreira da Silva¹

Francisco Pereira Smith Júnior²

Aline Costa da Silva³

RESUMO

O presente estudo visa refletir sobre processo migração para a Amazônia em virtude da colonização da rodovia Transamazônica na década de 1970 a partir da análise da obra *A Transa Amazônica (a grande ilusão)*, da escritora Odette de Barros Mott. A abordagem toma como ponto de partida a obra literária e a consulta de livros, jornais e fontes que discutem a temática da migração, com vistas a proporcionar uma discussão de forma a dialogar com as questões expostas na narrativa. Assim, vê-se que foram apresentados pontos relevantes da migração e colonização da Transamazônica que permitem uma análise do cotidiano da rodovia a partir da literatura. Diante do exposto, tal abordagem contribui para reiterar a importância da autora para literatura nacional, e de colaborar para os diversos trabalhos sobre os grandes projetos da Amazônia.

Palavras-chave: Transamazônica. Literatura. Imigração. Colonização.

ABSTRACT

The present study aims to reflect on migration process for the colonization of the Transamazon highway in the 1970s from the analysis of the work *Transa Amazônica (the great illusion)*, by the writer Odette de Barros Mott. Thus the approach takes as its starting point the literary work, and the consultation of books, newspapers and other sources of publication of the time, with a view to providing a discussion in order to dialogue on the issues exposed in the narrative. Thus, it is seen that relevant points of immigration and colonization of the Transamazônica were presented, which allow an analysis of the daily life of the highway from the literature. In view of the above, this approach helps to reiterate the importance of the author for national literature, and to collaborate for the various works on the great projects of the Amazon.

Keywords: Transamazônica. Literature. Immigration. Colonization.

INTRODUÇÃO

Ao se refletir sobre a migração⁴ por ocasião da abertura e colonização da rodovia Transamazônica na década de 1970, pode-se propor uma discussão a partir de vários

¹ Mestrando em Linguagens e Saberes da Amazônia (PPLSA/UFPA), email: valtemir@ufpa.br

² Professor Adjunto III da Universidade Federal do Pará. Professor e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará - PPLSA/UFPA/Campus Bragança. email: fsmith@ufpa.br

³ Mestre em Linguagens e Saberes da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (PPLSA/UFPA), doutoranda em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL-UFPA).email:alineclaucs@gmail.com

⁴ Movimentação de entrada (imigração) ou saída (emigração) de indivíduo ou grupo de indivíduos, ger. em busca de melhores condições de vida [Essa movimentação pode ser entre países diferentes ou dentro de um mesmo país.] cf. *emigração* e *imigração*. Sobre o tema consultar Dicionário Houaiss.

contextos, como as histórias de sucesso e insucesso narradas sobre a rodovia, a importância desta para a Amazônia, os sonhos de uma vida melhor que motivaram inúmeras famílias a migrarem, os benefícios e suas problemáticas.

Uma forma peculiar de ter uma visão sobre tais contextos é entender a literatura como fonte documental, e abordar a visão de autores que vivenciaram o referido período, através da forte propaganda ou mesmo presenciando *in loco* as obras, o processo de colonização e os primeiros anos dos migrantes nas terras das margens da rodovia, tendo em vista que a obra ficcional pode proporcionar uma leitura privilegiada de um dado momento histórico.

Deste modo, será realizada uma análise da obra *A Transa Amazônica (a grande ilusão)*, com subsídio de fontes bibliográficas e jornais que noticiaram sobre a rodovia na década de 1970, além de autores que abordam o fenômeno migratório como Ianni (2004), Haesbaert (2005), Smith Júnior (2011), Sayad (1998), visando demonstrar como ocorreu a migração para a colonização da rodovia a partir da narrativa literária, e expor fatores que notabilizaram e marcaram o referido processo.

Para tanto, primeiramente será feita a contextualização do anúncio da construção e colonização da rodovia Transamazônica expondo alguns aspectos que mobilizaram os primeiros anos da migração e colonização; em seguida, será apresentada a escritora Odette de Barros Mott (1986) e sua obra *A Transa Amazônica (a grande ilusão)*; e por último será realizada uma análise da obra através do contraponto com autores que discutem o fenômeno migratório e outras fontes bibliográficas, concluindo a discussão com as considerações finais.

Assim sendo, a abordagem proporcionará visualizar por uma ótica diferente o projeto de colonização e os primeiros anos de migração da rodovia Transamazônica e assim contribuir e exaltar a importância de tal discussão para o debate sobre a migração que ao longo da história acompanhou as iniciativas e projetos de ocupação, integração e exploração de recursos naturais na Amazônia.

1. A MIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA: A TRANSAMAZÔNICA

Historicamente a Amazônia passou por momentos importantes ligados à ideia de exploração de seus recursos naturais e de povoamento. Para definir o contexto em que se deram tais ocasiões em que a migração de pessoas das mais diversas partes do País esteve em tela, pode-se utilizar as palavras de Abdelmalek Sayad (1998), que entende:

Foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, o que fez existir; é ele, quando termina, que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-

ser. E esse trabalho, que condiciona toda a existência do imigrante, não qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o “mercado de trabalho para imigrantes” lhe atribui e no lugar em que lhe é atribuído: trabalhos para imigrantes que requerem, pois, imigrantes; imigrantes para trabalhos que se tornam, dessa forma, trabalhos para imigrantes (SAYAD, 1998, p. 55).

Assim, em conformidade com noção de trabalho e migração acima referida, pode-se traçar também um panorama da Amazônia do século XX, em que os fluxos migratórios estiveram inteiramente entrelaçados com a ideia de trabalho e geração de renda, o que a geógrafa Bertha Becker (2005), resumiu como *surtos e declínios*⁵, em que por vezes a região estava no foco do desenvolvimento econômico nacional, mobilizando milhares de pessoas das mais variadas regiões do país, inclusive de outras nacionalidades, a procura de trabalho e de melhores condições de vida, como fora os ciclos da borracha⁶, seguidos de momentos de extrema decadência.

Tal conjuntura reforça o caráter transitório/provisório dos fluxos migratórios que principalmente na primeira metade do século XX, motivados pelos incentivos e propaganda do governo, trouxeram milhares de pessoas para a região em busca de trabalho e renda, de um futuro melhor para seus familiares, mas, que tão logo os períodos de apogeu passavam, estas retornavam aos seus lares ou mesmo procuravam outras frentes de trabalho no País.

Deste modo, no final da década de 1960 e início da década seguinte, o processo de migração para a Amazônia entra em pauta mais uma vez, trazendo e impregnando fortemente nos discursos a ideia de ocupação e integração da Amazônia ao território brasileiro. Assim, era preciso não só uma migração com fins de trabalho e renda, mas algo capaz de reter pessoas para o povoamento e que garantisse, entre outras coisas, uma ocupação da Amazônia por brasileiros.

Neste cenário, em junho de 1970, o presidente da república Emílio Garrastazu Médici, após presenciar a situação de miséria do nordeste brasileiro que era fortemente castigado pela seca, teria se comovido e precipitado a assinatura do decreto nº 1.106, que criou o Programa de Integração Nacional - PIN⁷, que dentre outras providências, anunciava artigo 2º, a abertura da rodovia Transamazônica, badalada como uma grandiosa obra para a integração definitiva da Amazônia ao território nacional.

⁵ Sobre o tema consultar Becker (2005).

⁶ Braga (2015), afirma que após o fim do ciclo da borracha ficaram apenas lembranças de uma época áurea, deixando um saldo de milhares de trabalhadores pobres, doentes, uns com e outros sem condições de voltar a sua terra natal.

⁷ Aprovado durante a reunião ministerial de 15 de junho de 1970 para ser executado no quadriênio de 1970-1974. A íntegra do decreto nº 1.106, de 16 de junho de 1970 pode ser consultado em Pereira (1971).

[...] Art. 2.º A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.
§ 1.º Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica. [...] (PEREIRA, 1971, p. 150)

Assim, ademais a questão da integração e ocupação de uma parte do território vista ao longo do tempo, contraditoriamente, como um vazio⁸ de difícil acesso, o Programa de Integração Nacional anunciado pelo governo vislumbrava resolver uma segunda questão, a situação dos nordestinos que eram fortemente castigados pela seca, e, portanto, estes seriam prioridade no movimento de migração para a colonização as margens da rodovia.

Após o anúncio da construção e colonização da rodovia Transamazônica, o governo disseminou uma forte propaganda acerca do processo, tendo como principal aliada a mídia, e muitas vezes tendo à frente o próprio general-presidente Emílio Garrastazu Médici, que esteve várias vezes *in loco* acompanhando as obras da estrada, como no ato simbólico da derrubada de uma enorme castanheira, que estabelecia o marco inicial dos trabalhos de construção da grande rodovia, como fora noticiado na edição do dia 10 de outubro de 1970 do jornal *Folha de São Paulo*:

O presidente emocionado assistiu à derrubada de uma árvore de 50 metros de altura, no traçado da futura rodovia, e descerrou a placa comemorativa do início da construção. [...] Descendo do carro que o conduzia, o presidente hasteou o pavilhão brasileiro em um mastro improvisado no tronco de uma árvore, enquanto uma banda militar tocava o Hino Nacional. Depois, descerrou uma placa de bronze incrustada no tronco de uma grande castanheira com cerca de dois metros de diâmetro, na qual estava inscrito: "Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o Sr. Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista deste gigantesco mundo verde" (FOLHA DE SÃO PAULO, 1970).

A afirmativa demonstrava a representação da rodovia para o cenário nacional, uma arrancada para a conquista do gigantesco mundo verde, a temida floresta amazônica seria transposta por uma estrada que ligaria norte e nordeste de ponta a ponta, e o povoamento que deixaria de se estender somente ao longo dos rios⁹ e se realizaria de forma definitiva as margens da estrada, estabelecendo assim os imigrantes como precursores de uma nova e última fase da integração da Amazônia.

⁸ A ideia da Amazônia como um vazio demográfico, do famoso "terra sem homens para homens sem-terra", desconsiderava as populações tradicionais que nela habitavam. Sobre o tema consultar Souza (2015).

⁹ Sobre o tema consultar Cunha (2006).

Neste ponto, vale ressaltar a afirmativa de Sayad (1998), que fala que não há discurso sobre imigração que não apelem para as boas intenções e os bons sentimentos, para os interesses simbólicos ligados a eles. Deste modo, a forte propaganda, os discursos acabaram por criar/recriar no imaginário de muitas famílias a ideia de um recomeço, da Transamazônica como uma verdadeira “terra prometida”¹⁰, como se pode ver no trecho do seu discurso do Presidente Médici, na Reunião Extraordinária da SUDAM, em 08 de outubro de 1970, mencionado na reportagem do jornalista Luiz Toledo Machado:

Veza por outra quase sempre vindas do estrangeiro, debatem-se as idéias de planos milagrosos para o despertar da Amazônia que, se nem sempre se mostram válidos, viáveis e coerentes, ao menos dizem do interesse estrangeiro sobre **a terra prometida** e nos acedem o brio nacional[...] (MACHADO, 1970, p. 02, grifo nosso).

Assim, com o Presidente e membros da equipe de governo à frente dos discursos otimistas, a Transamazônica surgia e ressurgia como um dos assuntos mais badalados nos primeiros anos da década de 1970 no país, tendo a colaboração da grande mídia que de acordo com o Historiador Magno Michell Marçal Braga (2015), foi determinante na construção de uma imagem positiva do governo, com a utilização de propagandas nos mais diversos veículos de comunicação, o que contribuía para cristalizar na memória popular a construção da Transamazônica como pedra fundamental do “Brasil Grande”, *slogan* utilizado pelo governo e repetido pela grande imprensa.

Para o historiador, o governo entendia que deveria existir uma relação de mão dupla entre a mídia e o Estado, o que na prática poderia se converter em uma espécie de prostituição midiática, em que mesmo os jornais menores, por ideologia, troca de favores ou sob os riscos de perseguição corroboram da mesma forma que o projeto político econômico do governo.

Além da “parceria” da mídia, também fortalecia a comoção popular em torno da abertura de uma rodovia no meio da selva amazônica, o momento próspero que o país atravessava, decorrente principalmente dos altos índices de crescimento da economia que ficou conhecido como *milagre econômico*¹¹, um período de afirmação do regime militar instaurado, em que o governo com obras faraônicas passava a imagem de um país que avançava rumo a se tornar uma potência mundial.

¹⁰ É o termo utilizado para descrever a terra oferecida ou dada por Deus aos israelitas. Sobre o tema consultar A Bíblia Sagrada (1993).

¹¹ Milagre Econômico é resultado de um conjunto de medidas governamentais que elevaram o crescimento do Brasil durante o período da Ditadura Militar, mais precisamente durante os anos 1969 e 1973, no mandato do general Emílio Médici. Sobre o tema consultar Silva (2010).

Assim, a propaganda, a badalação, o momento positivo, a situação de miséria dos nordestinos a época e as promessas em torno da rodovia, foram fatores decisivos para que famílias migrassem para a Amazônia atrás de um recomeço, de uma vida melhor, ou mesmo em busca de uma “terra prometida”, visão que se fortalecia no imaginário nacional. O historiador César Augusto Martins de Souza (2015), pesquisador que discute a construção e colonização da rodovia na década de 1970, afirma que a ideia da Amazônia, como terra do *Eldorado*, lugar de riquezas incontáveis que deveria ser ocupada e conquistada pela nação brasileira era uma visão consolidada no país.

Diante de tal conjuntura, a região que por vezes assustava pela imensidão da floresta, também motivava por suas riquezas, por seus minérios, por sua biodiversidade, por rios de águas cristalinas, que agora poderiam ser “ocupados” de forma definitiva “numa arrancada para conquista do imenso mundo verde”, que abertura da rodovia em meio à selva amazônica representaria, proporcionando assim a conquista da Amazônia por brasileiros, como discursava o presidente Médici.

Com isso, a partida de migrantes motivados em busca do sonho da terra, ou mesmo desse *Eldorado*¹² na Transamazônica, era fonte de constantes publicações, a exemplo do jornal *Folha de São Paulo* de 17 de outubro de 1972, sobre o título “Na Amazônia, um milhão de novas famílias até 82”:

Doze famílias paulistas partiram ontem para Santarém, a caminho de Altamira, na Transamazônica. Outras doze partiram hoje, em um avião da VASP e vão se juntar as 131 deste estado que foram para o Norte no início do ano. Segundo os planos do governo federal, dentro de dez anos a Amazônia estará abrigando um milhão de novas famílias, aproximadamente 5 milhões de pessoas. Ao chegar à região, o colono hospeda-se na agrovila até a escolha de seu lote de 100 hectares. Durante os seis primeiros meses recebe o salário mínimo da região – Cr\$ 206 – para as primeiras despesas. A compra de ferramentas e sementes é financiada pelo Banco do Brasil pelo prazo de 20 anos a partir da primeira colheita. (FOLHA DE SÃO PAULO, 17 de Outubro de 1972, p. 01).

Desta forma, a colonização da Transamazônica entrava na ordem do dia das discussões em âmbito nacional, trazendo em reportagens como a supraditos números que impressionavam e visavam demonstrar que finalmente o “vazio” amazônico seria transposto. Outro mecanismo usado para atrair famílias para a colonização, também referido na citação acima, eram os benefícios e as condições prometidas para os colonos migrantes, que reforçava

¹² Cidade ou país fictício que exploradores do século XVI afirmavam existir na América do Sul inicial maiúsc.2 p.ext. local pródigo em riquezas e oportunidades; esp. *el dorado* no sentido de 'o dourado', expressão us. por Orellana para nomear um país de extrema riqueza na América do Sul.

o imaginário acerca da busca pela terra, que para muitas famílias em situação de miséria era o caminho ou o único caminho a seguir, a chance de um recomeço.

Com a chegada dos migrantes e transcorridos os anos iniciais da colonização da rodovia, as propagandas, e principalmente as reportagens que demonstravam a motivação dos agricultores em migrar para a Transamazônica, assim como os vários benefícios que os colonos teriam ao se estabelecerem em solo amazônico, sofreram alterações importantes. Acompanhando o declínio do milagre econômico, os discursos utópicos e otimistas que eram maioria no início da década de 1970, deram lugar, em vários casos a críticas enfáticas sobre a consecução do projeto, principalmente com as denúncias dos colonos assentados e de reportagens que outrora vangloriavam o empreendimento.

Sobre isto, um dos exemplos que pode ser dado é um depoimento em tom de denúncia do agricultor Justino Ananias Menezes, na reportagem de Ricardo Carvalho e Gilberto dos Santos publicada no *Jornal Folha de São Paulo* na edição de 08 de outubro de 1978:

Colocavam a gente no caminhão e entravam pelos picos (picadas) para escolher um lote o meio do mato”, conta seu Justino. O colono, ao ser informado que aquele lote seria seu, saltava do caminhão e tomava posse da terra. Detalhe **casa só a agrovila**, distante às vezes 10 quilômetros do lote, o que obrigava o colono a caminhar pelo menos 20 quilômetros por dia. Contando ida e volta ao lote. A primeira providência era, portanto, a construção de um barraco para alojar a família. **E não existia também estrada para o escoamento** da produção (CARVALHO, 1978, grifos nossos).

Em outro trecho da mesma reportagem seguem as denúncias e o desabafo de outro agricultor:

Já foram em número maior, Muita gente que veio a primeira leva lá pelos idos de 71/72, como o Chico Garçom, Manuel da carroça, Manuca, Antônio quiquiqui (que era gago) e Tetéu já **voltaram para as suas cidades, perdidas em algum ponto do nordeste**[...]. Os que vivem as vicinais – que eles chamam de travessão – convivem com **as nuvens de pium** (versão amazônica – no tamanho e a ferocidade – do osso borrachudo) e com os seis meses de inverno de abundantes chuvas; **estão endividados o Banco do Brasil** e alguns só não vão embora porque não apareceu ainda ninguém que ofereça um preço razoável pelo lote (50 mil cruzeiros por exemplo). Luis Miguel dos Santos é um deles: “[...] O banco deu empréstimo, mas a gente não tem como pagar, que vem **sempre a colheita presta ou então não tem como levar o nosso produto para a estrada; não tem médico perto, não tem técnico para orientar, não tem escolas para os meios; tem a terra que é bom, mas se não fosse tanta promessa eu não tinha vindo**, não que não tinha precisão [...]” (CARVALHO, 1978, grifos nossos).

Assim, passada a fase da angústia da conquista da terra prometida, os discursos e reportagens de jornais passaram a apresentar também os colonos na Transamazônica diante de obstáculos nem sempre transponíveis. A distância entre as casas da agrovila e o lote, a falta de estrada para escoamento da produção, a qual era vendida quase sempre para intermediários, a

consequente evasão de muitos agricultores que voltavam para seus Estados de origem, os piuns que assolavam os colonos dificultando sua labuta, as dívidas com o Banco devido à falta de condições de pagar as parcelas acordadas, eram algumas das mazelas propagadas como barreiras que dificultavam a vida dos colonos às margens da rodovia.

Para essa questão, Braga (2015) afirma que nesse processo de assentamento das famílias na Transamazônica, além mal gerido, houve também um erro de execução, já que uma reforma agrária não pode estar condicionada às diretrizes de Bancos financiadores e suas estratégias de lucratividade, privilegiando o latifúndio em detrimento da pequena propriedade. Desta forma, para os fazendeiros e colonos de maiores condições financeiras as chances de sucesso eram maiores, tendo em vista as condições de acesso ao maquinário e às condições para o escoamento da produção, além de não serem dependentes de financiamentos bancários.

Outro problema na execução do projeto também considerado por Braga (2015) é a questão do solo, pois para o historiador os colonos em terras poucos férteis tinham que atender as mesmas exigências dos poucos que eram privilegiados tendo seu lote localizado em áreas férteis. Tal problemática do solo era intensificada devido à falta critérios de seleção dos agricultores em que comumente trazia às margens da Transamazônica, pessoas despreparadas para a lida com a terra, pois segundo Goodland (1975), a colonização da Amazônia dava-se por camponeses com pouquíssima experiência em qualquer tipo de atividade agrícola.

Desta forma, a falta de experiência, a infertilidade dos solos, dívida com o banco, dificuldades de adaptação e as demais questões aqui apresentadas, dividiram ou mesmo ganharam espaço nos debates acerca da Transamazônica na segunda metade da década de 1970 e início da década de 1980.

Assim, esse movimento apresentado acerca da migração da Transamazônica foi explorado sobre diversos pontos de vista, inclusive o da literatura. Dentre os escritores que se destacaram por apresentar obras cujo enredo discutiu a referida temática na década de 1970, destaca-se Odette de Barros Mott, com a obra *A Transa Amazônica (a grande ilusão)*, a qual com base na contextualização feita aqui, será analisada a seguir.

2. MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA EM ODETTE MOTT

Odette de Barros Mott, ou simplesmente Odette Mott, nasceu em Igarapava, interior de São Paulo, em 24 de maio de 1913 e faleceu em São Paulo, em 1998. Uma prestigiada escritora que se dedicou à literatura infanto-juvenil, iniciando sua produção no início dos anos de 1950 com temas voltados ao público infantil, com enredos breves, ingênuos e divertidos.

A escritora ganhou destaque, com publicações para o público juvenil, inclusive sendo premiada por instituições como a Academia Brasileira de Letras e a Fundação Educacional do Distrito Federal. Em 1970 lançou o livro *Justino, O Retirante*, abordando fatos reais e do cotidiano para conscientização do seu público, que se estabeleceu como um marco importante para a literatura infanto-juvenil, em que buscou explorar o “realismo documental”, que notabilizou como uma das características mais relevantes de sua produção.

Um exemplo de tal característica da escritora é a obra foco desta abordagem *A Transa Amazônica (a grande ilusão)* (1979)¹³, uma vez que a escritora explorou o cotidiano do processo de colonização da rodovia, demonstrando as partidas e chegadas, a vida dos imigrantes nos primeiros anos nas terras e agrovilas que recebiam do governo por intermédio do Incra, expondo fatos, problemas, mazelas sociais que eram notícia, se valendo assim do realismo documental.

A referida narrativa apresenta três momentos peculiares: primeiramente retrata a família do agricultor Isório na vida sofrida no Estado de Sergipe, às margens do Rio São Francisco, trabalhando de “sol a sol” como meeiro na plantação de arroz da fazenda do seu compadre Juvêncio; logo após, o momento em que Lindauro, o filho mais velho de Isório, começa a ter contato com a cidade, Parapitinga, e conhece os amigos Zezé e Arivaldo iniciando o sonho da Transamazônica; e o terceiro, com a migração das famílias para o Estado do Pará, em busca de terra e uma vida digna na Transamazônica, onde é narrada a labuta na agrovila e lotes.

O tempo histórico da narrativa é a abertura da rodovia Transamazônica na década de 1970, com o narrador onisciente descrevendo sentimentos e pensamentos das personagens, e apresentado com detalhes todos os aspectos da trama, que levam a família de Isório e amigos para as terras às margens da rodovia, que será problematizada a seguir.

3. A PARTIDA E A CHEGADA À TRANSAMAZÔNICA

Similarmente às várias histórias de nordestinos que migraram motivados pela abertura da Transamazônica, o enredo de *A Transa Amazônica (a grande ilusão)* inicia apresentando a situação de miséria em que vive a família do Agricultor Isório, sem

¹³ *Transa-Amazônica* (1973), que em sua 6ª edição revisada e com um final menos otimista para os personagens, passou a ser intitulada *A Transa Amazônica (a grande ilusão)* (1979). Na 6ª ed., A GRANDE ILUSÃO, o relato autobiográfico desaparece e as cinco últimas páginas da narrativa original transformam-se em quarenta e duas, onde a odisséia da Transamazônica continua. Neste acréscimo final, vemos que, a par dos raros que conseguem se firmar nos lotes de terras que receberam, a maioria é esmagada pelas condições adversas em que ali se encontravam (COELHO, 2006, p. 750).

perspectivas para o futuro. Desta forma, o leitor é levado a refletir sobre essa situação logo nas primeiras linhas da narrativa, quando o narrador faz uma descrição de Isório:

Bens – Quando morrer, legará à viúva e filhos: a) calção esfarrapado com o qual vive a lama a plantar arroz e cultivá-lo; b) a enxada que é sua a quinze anos, com a qual faz o socado da macaxeira; c) o tapiri coberto e feito de folhas de babaçu; d) a mulher viúva, sem dentes, velha, empaludada; e) os seis filhos, dos quais somente dois ajudam a cuidar do arroz; f) duas cuias onde bebe a água adoçada com rapadura e nos dias de fartura um café ralo; g) a facoa – sua amiga íntima e permanente. Com muito amor a carrega sempre atravessada no cós da calça (MOTT, 1986, p. 02).

A situação retratada acima é reforçada durante a primeira parte da trama, em que é enfatizada a situação decadente do agricultor e sua família, pessoas acostumadas por gerações a trabalhar simplesmente para sobreviver, pois a realidade em que vivem lhes parece a única realidade possível, uma vida sofrida, de analfabetismo, submissão, precárias condições de moradia, saúde, alimentação, não tendo sequer um documento de identificação, um sobrenome.

Com isso, seguindo os postulados de Haesbaert (2005) e analisando o movimento proposto na trama, pode-se afirmar, que apesar do vínculo espacial de gerações, a família de Isório vive uma desterritorialização, tendo em vista as condições precárias de vida, pois:

Aliás, devemos acrescentar que nem mesmo a mobilidade espacial é, por si só, um indicador de desterritorialização: muitos grupos podem estar desterritorializados sem deslocamentos físico, sem níveis de mobilidade espacial pronunciados, bastando para isso que vivenciem uma precarização das suas condições básicas de sobrevivência. Habitantes antigos de uma favela podem estar tão desterritorializados quanto migrantes pobres em constante deslocamento (HAESBAERT, 2005, p. 39).

Isório trabalha de meeiro para seu compadre Juvêncio no arrozal, ininterruptamente, com ajuda de dois de seus filhos, os gêmeos Neco e Rosa de onze anos, pois os dois menores não têm condições de ajudar e os mais velhos, Lindauro e Rialva, trabalham de graça para o patrão, o compadre Juvêncio, já que para o agricultor, afilhados devem obrigação para com o padrinho, e assim Isório labuta, vendo na história de seu pai a sua história, e na sua a perspectiva para seus filhos: trabalhar para patrão com sua parte na safra dando mal para pagar a dívida do Armazém:

Isório, desde que se lembra, sempre viveu essa vida do arrozal, até lhe parece que são a mesma coisa, ele, o arrozal, no mesmo destino. Vai pensando enquanto trabalha: é assim mesmo, quando pequeno o pé na muda, tenro, fraquinho. Vai crescendo, crescendo, ele também, Isório, cresceu. Os filhos, ah! Esses bem comparando são os cachos! (MOTT, 1986, p. 08).

Uma vida sem horizontes, sem um sonho a seguir, é como a vida do agricultor Isório é descrita nas primeiras páginas da narrativa. Tal descrição constrói uma ambientação similar

com as histórias sobre a seca que levou milhares de nordestinos para as margens da Transamazônica em busca de um futuro melhor, e prepara o leitor para um movimento comum nos processos migratórios rumo à Amazônia no século XX e por que não no mundo, em que calamidades, situações difíceis, fazem as pessoas buscarem outro direcionamento para suas vidas através da migração. Sobre isso Ianni (2004) diz:

Esta é uma lição da história: na sociedade mundial, assim como na sociedade nacional, o migrante, continua a ser tangido por situações e acontecimentos, como que fustigado pelos ventos. Pode ser apenas um, solitário, retirante, perseguido, ambicioso, viandante; mas podem ser muitos milhares, tangidos por desastres ecológicos e epidemias, guerras e revoluções, xenofobias e etnicismos, racismos e fundamentalismos, em busca de trabalho, refúgio, raízes, paz (IANNI, 2004, pp. 100-101)

Desta forma, seguindo os postulados de Ianni (2004) e a história migratória para a Amazônia, pode-se dizer que Odette Mott busca uma primeira marca identitária dos migrantes da Transamazônica, que é a problematização da vida destes na sociedade de origem, com situações de calamidade, de extrema pobreza, que somadas à oportunidade de um rumo melhor, faz pessoas partirem em busca de trabalho.

Após as primeiras páginas em que é apresentada a situação da família de Isório, a narrativa foca no filho do agricultor, Lindauro, que passa a protagonizar e problematizar a vida da família submissa às vontades do padrinho. Um momento importante desse movimento é a primeira vez que o rapaz vai à cidade:

Ali, preso ao padrinho por obrigação que os pais, tão sem vivência tinham criado ao seu redor, como alta muralha a separá-los de todas as outras possibilidades, preso à lama, aos caranguejos, ele, Lindauro, sente-se também prisioneiro das próprias limitações impostas pelo seu pouco contato com o mundo. É um prisioneiro do seu próprio meio e de sua ignorância. Mas agora, sacudido as estruturas, desde que fora a cidade, tudo que vira e ouvira toma corpo e forma em sua cabeça jovem. É preciso romper as amarras e largar, rio abaixo, acompanhar as águas, longe, bem longe dali (MOTT, 1986, p. 47).

Com a ida à cidade, Lindauro percebe e enxerga um mundo a sua frente, pois, a vida que ele e sua família vivem é apenas uma possibilidade, e talvez a pior, há outras vidas, há esperança, é possível viver bem e de uma forma digna. Assim, com ajuda de seus novos amigos, da cidade, Parapitinga, Zezé e Arivaldo (filhos de seu João), o rapaz vê em tudo que o padrinho faz, o patrão Juvêncio, exploração, no Armazém, no trabalho, nas cobranças e nas condições precárias vividas na lama¹⁴.

¹⁴ Nome dado ao lugar em que Isório e sua família plantavam arroz na fazenda do Juvêncio, também chamado na narrativa de brejo ou lagoa, consultar Mott (1986).

4. EM BUSCA DA TERRA PROMETIDA

Lindauro volta outras vezes à cidade aproveitando os mandados do padrinho, e assim surge na narrativa o sonho de migrar para a Transamazônica metamorfoseada de uma verdadeira terra prometida. A rodovia aparece pela primeira vez na trama no seguinte tópico:

— Angustia não, seu João, conto tudo o que sei. Estava mesmo ansioso para vir aqui conversar com vocês. Não sei se é verdade, mas andam falando por lá de uma estrada que vai de João Pessoa pelo norte todo, cortando tudo, as matas, os rios, os igarapés. Uma estradona de quilômetros e quilômetros, abrindo sem medo os caminhos, como nosso amigo Chico. E que, lado a lado da estrada, o governo vai dar terras para quem quiser plantar. **Terra boa para o feijão, arroz e milho** (MOTT, 1986, p. 69).

Inicia, então, um movimento comum aos fluxos migratórios e que em outros momentos motivaram muitas famílias a migrarem para a Amazônia, a idealização de uma vida melhor, de um lugar bom, diferente, um *Eldorado*, semelhante ao exposto no passado, na propaganda migratória da Amazônia na Espanha¹⁵, trazendo-a como uma verdadeira terra prometida, “uma terra que mana leite e mel”¹⁶. Abaixo, Arivaldo e Lindauro conversam sobre a Transamazônica:

— Sim, o Zezé foi a Aracaju e tomou as informações. Ele disse que a estrada Transamazônica, nossa estradona, já está cortando tudo, passando por cima de rios, varando montanhas. Disse que não há igarapé que a segure, nem onça que impeça os mateiros de ir cortando mata.

— E as terras?

“—**As terras existem, sim, e das boas. Boa para tudo, disseram que “é formosa e boa e tudo se plantando dá”**, foi essa a informação.” (MOTT, 1986, p. 84, grifos nossos).

Reforçando a ideia de *Eldorado*, de terra prometida, a narrativa segue apresentando elementos que caracterizam a melhor visão possível das terras às margens da Transamazônica, e assim atrair migrantes para colonizar a Amazônia. No trecho supracitado, por exemplo, há a menção à expressão “e tudo se plantando dá”, utilizada para se referir a terras férteis e exuberantes e que é conhecida por ser alusão à *Carta de Pero Vaz de Caminha*¹⁷ ao Rei de

¹⁵ O livro *El Pará*, de 1985, trazia um discurso de convencimento, prosperidade e muita fortuna aos imigrantes espanhóis. A organização do texto propõe ao leitor a ideia de que havia na Amazônia uma grande chance do indivíduo imigrante tornar-se um agricultor, um comerciante ou até um grande homem de negócios. Sobre o tema consultar Smith Júnior (2011)

¹⁶ Uma referência à terra prometida por Deus aos Israelitas como sinônimo de fertilidade, Bíblia (1993).

¹⁷ Em 1º de maio de 1500, Pero Vaz de Caminha escreveu ao rei dom Manuel o relato da viagem a então Terra de Santa Cruz (Brasil), com o seguinte trecho: "Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados (...). Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem". Sobre o assunto consultar Marton (2011).

Portugal Dom Manuel, em 1.500, por ocasião da “descoberta” das terras do Brasil, para descrever a riqueza das terras ora descobertas.

Ademais a questão metalinguística, os trechos que antecedem a migração dos personagens e remetem à Transamazônica, também reforçam o recomeço que para os personagens simbolizava a migração para as terras às margens da rodovia:

— Agora, enquanto a cabeça funciona, vamos falar sobre nossa estradona! O Zezé veio, esteve lá com o Bento, visitou a sala onde trabalha o pessoal do INCRA. Lá que ele deu nosso nome, disse que viu umas fotos da cidade de Altamira, no Estado do Pará. Lindauro ouvia tudo como quem assiste a **um ato religioso: com fé, amor, e esperança** (MOTT, 1986, p. 92).

Esperança, fé, amor, eram alguns adjetivos ligados à ideia de migração para a estrada que ambientavam os sonhos de várias famílias do Nordeste e de outras regiões do país, com um histórico de exploração, pobreza, seca e, como as famílias na obra de Odette Mott, sem chão para chamá-lo de seu. Deste modo, a proposta do governo era semelhante à aliança de Deus com o povo de Israel, como se Senhor tivesse ouvido o seu clamor e lhes ofertado a propriedade da terra de que necessitavam e sonhavam.

Para os que saíram das terras secas do Nordeste e vieram para a Amazônia, onde “há cursos d’água, fontes e lagos” abundantes, esta é, sem dúvidas, a terra que procuram e aquela que, em algum momento da história, lhes foi prometida. [...] O mito da terra prometida é recolocado cotidianamente na vida dos camponeses da região e, muitos deles, que após várias migrações saíram do nordeste, em busca de terra na Amazônia – alguns há mais de 30 anos – se identificam com aqueles que saíram com Moisés pelo deserto em busca da terra prometida (LOUREIRO, 2015, p. 95).

Assim, famílias nordestinas como a de Isório que marcadas por um horizonte de exploração e sem perspectivas, indubitavelmente viram em terras oferecidas pelo governo a esperança de conquistar um lugar melhor para viver. Desse modo, pode-se afirmar que em especial na década de 1970, os colonos que vieram para a Amazônia em busca de Terra fizeram movimento similar com a passagem bíblica de Moisés e, portanto, um movimento também lembrado por Odette Mott na sua narrativa, que retratou a empolgação, os planos, os sonhos de uma terra boa, farta, para um recomeçar dos personagens.

Paralelamente, para ratificar a ideia supracitada, vê-se na passagem bíblica uma ideia semelhante, uma vez que o povo vivia em condições de opressão e miséria e o SENHOR lhes reserva uma Terra boa, como segue:

[...] 7Disse o SENHOR: “Certamente tenho observado a **opressão e a miséria** sobre meu povo no Egito, tenho ouvido seu clamor, por causa dos seus feitores, e sei o quanto estão padecendo. 8Por esse motivo desci a fim de livrá-los das mãos dos

egípcios e tirá-los daqui para uma **terra boa e vasta**, onde mana leite e mel: a terra dos cananeus, dos hititas, dos amorreus, dos ferezeus, dos heveus e dos jebuseus. Porquanto agora o clamor dos filhos de Israel chegou até mim, e também contemplo a opressão com que os egípcios os estão **submetendo e fazendo sofrer**.[...] (BÍBLIA, 1993, p. 41, grifos nossos).

Portanto, para os oprimidos e em miséria, o *senhor* ofertou uma terra que “mana leite e mel”, e para a família sofrida e explorada dos agricultores da trama em questão, esta era a Transamazônica. Por mais que essa terra não se consolide em sua plenitude ao final da trama, essa foi à forma como foi apresentada a “estradona”, um lugar para os sofridos onde o recomeço é possível, o que foi uma constante na abertura da Transamazônica, marcá-la como uma verdadeira terra prometida, um lugar para plantar, colher, viver feliz. Deste modo os benefícios propostos pelo governo são apresentados, e as personagens vivem como em um mundo paralelo, sonhando com a Transamazônica:

As terras são em volta da agrovila, algumas às margens da estradona. São 100 ha, mano, a gente pode plantar milho, arroz, feijão, cana. Tudo da gente, para pagar um tiquinho em 20 anos! Quando vai, o governo com um salário mínimo durante seis meses, até a colheita da safra. Sabe que lá já tem gente colhendo milho? Vi fotografia do milharal tão verde, tão bonito! Da boca de Arivaldo pareciam sair as espigas douradas, os cachos de arroz, a macaxeira. Eles viam tudo isso através das palavras do moço e da esperança de dias melhores que traziam no peito (MOTT, 1986, p. 92).

Pode-se dizer neste ponto que milhares de migrantes que idealizaram e esperaram a ida para a Transamazônica, diante de todos os benefícios que se apresentavam, e sonharam juntos como as famílias da trama de Odette Mott, passaram a viver uma espécie de territorialidade:

Outro indicador de que a desterritorialização não está presente de forma dominante em todo processo migratório é o de que a territorialidade pode ser vivenciada também no imaginário dos grupos sociais. Os judeus não carregaram consigo durante séculos a “territorialidade” da Terra Prometida? O Peso da dimensão simbólica dos territórios na atual dinâmica social mundial deve ser sempre destacado (HAESBAERT, 2005, p. 43).

Assim, o imaginário instaurado durante a segunda metade da trama em que as benesses da migração para a Transamazônica são expostas, cria, de certa forma, um território simbólico que as famílias se apegam, vivem e respiram, não vendo a hora de partirem em busca da utopia da terra.

Essa idealização é ultrapassada com a terceira fase da narrativa, em que as famílias finalmente chegam à Transamazônica e começam a labuta nos lotes. Assim, passados o choque inicial de ter ganhado uma casa na agrovila, um lote para pagar em vinte anos, um

salário mínimo para os primeiros seis meses, a narrativa em forma de denúncia apresenta várias problemáticas do processo de colonização da rodovia:

Lindauro, Zé, Arivaldo e seu João, com Isório à escuta sem palpitar, trocaram ideias de como resolver o problema das famílias, se permaneceriam na vila ou iriam morar nos lotes. [...] – A família fica aqui, não dá pé pros meninos andar dez quilômetros para vir e dez para voltar. É um estirão grande – diz seu João (MOTT, 1986, p. 122).

Assim sendo, a distância dos lotes para as casas que as famílias ganharam nas agrovilas, foi a primeira dificuldade que teve que ser sanada pelas famílias na narrativa, tendo em vista que, apesar da precariedade das condições em que viviam, nunca precisaram se separar, visto que os lotes eram distantes da Agrovila, em que ficava a casa que as famílias ganharam: — Ao voltarem, Zé e Arivaldo ouviram a mãe queixar-se: — Tão longe, filho, a gente vai se ver nunca, quem vai cuidar d’ocês? (MOTT, 1986, p. 124).

Assim, após a idealização de um território, “a terra prometida”, como foi supramencionada as terras às margens da Transamazônica, os indivíduos migrantes continuam desterritorializados, pois, seguindo os postulados de Haesbaert (2005), ao contrário das expectativas, vivenciam uma precarização das suas condições básicas de sobrevivência.

Eles, pobres coitados, num desejo de possuir a terra, pensavam que ali poderiam realizar o velho e tão válido sonho de todo aquele que vive do plantar e colher. Não ter patrão, ter o suficiente para cuidar da própria terra e dos filhos, manda-los à escola e, acima de tudo, ser dono dos seus atos. [...] Sentiam ante a realização e o que sonharam a mata invencível a se impor para seus braços e machado (MOTT, 1986, p. 128)

Destarte, os obstáculos venciam aos poucos o sonho das famílias de Isório e seu João de uma vida diferente na Transamazônica, com terra, casa, e assistência do governo. A situação se complicava com o passar dos dias, era preciso persistir na medida em que as poucas regalias oferecidas pelo INCRA iam se tornando obstáculos a serem vencidos.

Seu João, mais entendido, pois nasceu e foi criado o Recôncavo baiano, indo somente depois de moço para o vale, examina a terra. Colhe um punhado aqui, acolá, espalha a mãos, cheira, prova, sacode a cabeça e termina: - E terra ruinzinha! [...] Mas, aqueles ali, tão sós, tão mínimos, vieram fazer o quê? Terras para homens para homens sem terras!? Estaria certa essa proposição? Terá valor o lote que compraram, sem nem sequer conhecerem o solo se é fértil ou não!? (MOTT, 1986, pp.126-128).

Deste modo, a realidade das famílias pobres e migrantes, de Isório e seu João, como outros casos que aparecem na obra ficcional e nas manchetes de jornais na década de 1970, retratam que no contexto da migração, uma mudança de cidade, estado, país, não necessariamente significa um melhor padrão de vida, uma ascensão social. Em consonância

com os estudos de Haesbaert (2005), pode-se afirmar que passaram a viver, no contexto da desterritorialização, uma multiterritorialidade ou mesmo uma a-territorialidade insegura, tendo em vista não possuírem condições mínimas para transpor os obstáculos que se apresentam à sua frente e que a mobilidade espacial em nada mudou a sua mobilidade social, ao contrário:

É que os fazendeiros, os cheios da grana estão fazendo – diz um que se encostara à porta e participava da conversa. – Atrás dos lotes 30, mata adentro, fim do mudo, tem campo pronto para receber os talos de cana. O fazendeiro contratou moradores dos lotes vizinhos, paga, e assim da pros coitado ir vivendo. Ainda foi bom, imagine – continua ele – logo depois das chuvas, a vicinal! Se o pobre diabo conseguir um saco ou dois de feijão, como faz pra trazer ele pra cidade O tal fazendeiro com o trator abriu caminho, derrubou mata sem dó, com as motos-serra carrega o caminhão de madeira boa, leva pra Altamira e depois traz os talos de cana, tijolos, a casa dele é de tijolo, a dona, mulher dele também anda de saltinhos dentro de casa. Um dia fui lá e ouvi e vi tec-tec de lá pra cá (MOTT, 1986, pp. 148-149).

Assim, seguindo ainda os postulados de Haesbaert (2005), infere-se na narrativa em questão, que as condições precárias e, portanto, a multiterritorialidade insegura, se restringia só às pobres famílias imigrantes, pois, os fazendeiros com condições econômicas, e com muito mais terras, podiam além de fazê-las produzir e tirar altos lucros, não sentiam a intensidade da vida da Transamazônica como as famílias mais pobres. Pois a migração para estes continuava sendo uma forma de auferir lucros, ou seja, para estes a desterritorialização pode ser confundida com uma multiterritorialidade segura.

Devemos optar, então, por utilizar o termo muito mais para os migrantes de classes subalternas em sua relação de exclusão (ou inclusão precária, como propõe Martins) na ordem socioeconômica capitalista do que para as classes privilegiadas, onde desterritorialização, muitas vezes, confunde-se com mera mobilidade física (HAESBAERG, 2005, p. 39).

Desta forma, a narrativa rememora a situação da família de Isório na sociedade de emigração, pois enquanto imigrantes, apesar da mudança espacial e simbólica as mesmas mazelas vividas na lama, na plantação de arroz persistem na Transamazônica, e o Fazendeiro Juvêncio que explorava o trabalho outrora, reaparece com outro nome, em outro lugar, mas sem mudar a relação rico/pobre, explorador/explorado.

Diante disso, a narrativa mostra o insucesso de algumas famílias estabelecidas na agrovila Boa Esperança, que assim como as famílias de Isório e seu João, sofreram nos primeiros anos com a distância dos lotes e as demais barreiras que se apresentavam na Transamazônica:

Zé nota e comenta com Arivaldo que nesse ano faltam muitas famílias. — Que aconteceu com seu Pedro, tão festeiro, e a família? Seu Antônio, seu Franz? — Foram s'imbora, as mulheres não quiseram morar mais nos lotes. Dois anos de muito sacrifício. Os homens ficar lá sozinhos, também não dá pé. A dívida com o banco crescia, resolveram devolver a terra e voltar (MOTT, 1986, p. 154).

Assim, com o passar dos anos, pessoas de diversas partes do país não suportaram as dificuldades e regressaram para as suas terras, as quais muitas vezes tinham abandonado e se desfeitos dos bens para virem em busca da utopia da terra; como seu Giacomo, que a narrativa apresenta como um paulista filho de italiano, que vivia como Garçon e, motivado por todos os benefícios da estrada, migra para a Transamazônica.

Nesse momento Arivaldo notou a mulher descalça e umas sandálias de salto alto fino, no chão a seu lado.
- São Bom Jesus da Lapa, ela veio com aquilo nos pés e ele de terno. As crianças de tênis. Quanto despreparo, por que vieram, por quê?
[...] — Seu Giacomo, o que o senhor veio fazer?
- Não sei... não sei — e abaixa a cabeça num desespero danado, lágrimas caindo-lhe pelo rosto. — Desgracei minha família, vou ver meus filhos morrerem nesta mata, comidos pelos bichos! (MOTT, 1986, pp. 133-136).

Com a família de seu Giacomo a narrativa ainda há falta de critérios para seleção dos migrantes que viriam “ocupar” a Transamazônica, que deixava margem para a escolha de pessoas sem o devido preparo para enfrentar a agricultura e todos os desafios que se mostravam na empreitada da rodovia. A ideia de povoar aliada à forte propaganda teria motivado pessoas sem experiência, como um Garçon, a se aventurar como voluntário para o plano de colonização da rodovia.

Assim, a narrativa faz várias reflexões com relação à migração para a colonização da rodovia Transamazônica. Entre a esperança de dias melhores e a desilusão das personagens na trama, muitas famílias regressaram devido ao insucesso, para outras, isto não era possível, regressar pra onde? Regressar pra quê? A saída era não pensar em uma saída:

— Sabe, mano, a gente veio de tão longe, com tanta esperança, seu Bento a falar da estradona, e aqui a luta é ainda pior que lá, mais brava. Longe de todos, o que você diz? A tal Transa-Amazônica é mesmo como dizem lá na agrovila, Transa-Amargura!
— Voltar? Voltar pra onde? A gente vendeu o sitiozinho, trouxe seu Isório nessa empreitada, ele deixou seu carrasco. Voltar pra onde? Continuar? Com diabo a se meter no meio, com levar quase de graça o que a gente ganhou com sangue? (MOTT, 1986, p. 164).

Desta forma, a utopia de dias melhores na narrativa de Odette Mott, vira a desilusão em que a autora especifica várias mazelas do processo de abertura e colonização da rodovia Transamazônica na década de 1970. A seguir, as considerações finais do presente artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo da migração para a Amazônia por ocasião da colonização da rodovia Transamazônica a partir da obra literária *A Transa Amazônica (a grande ilusão)*, da escritora Odette de Barros Mott, fica perceptível ao leitor o movimento que a narrativa expõe para o fluxo migratório em destaque, em que as ações dos personagens se dividem no movimento de partida, com a apresentação da vida dos personagens e o sonho de conquistar a “terra prometida” e a chegada na Transamazônica, com a vida das famílias nos lotes e agrovila.

Com isso, a análise da obra sob a ótica de autores que discutem a migração, além do contraponto com outras fontes bibliográficas, elucida que a narrativa apresenta uma crítica ao projeto de colonização da rodovia através do contraste entre as condições prometidas para as que de fatos foram oferecidas aos colonos na Transamazônica, que fizeram famílias que migraram em busca da utopia da terra, viverem uma desilusão em solo amazônico.

Deste modo, em *A Transa Amazônica (a grande ilusão)*, tem-se um exemplo de grandes empreendimentos, frutos de decisões governamentais que atraem ou mesmo visam atrair fluxos migratórios, mas que não são antecedidos de um estudo aprofundado de seus impactos, benefícios e, portanto, não são implementadas as medidas necessárias para a sua eficaz condução, e culminam causando problemas para a população envolvida.

Com a obra em questão, Odette de Barros Mott confirma a sua importância para a literatura nacional, mais especificamente a literatura infanto-juvenil, em que mesmo não sendo uma migrante da Transamazônica, não se eximiu de realizar um trabalho de campo e traduzir na narrativa o compromisso social de sua produção literária. Desta forma, é uma fonte para futuros trabalhos, uma análise de outras obras literárias que trazem como tema a construção e colonização da rodovia, tendo em vista o contraponto que pode ser feito a partir de abordagens e visões diferentes do referido processo.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. “Geopolítica da Amazônia”. **Estudos avançados 53 – Dossiê Amazônia brasileira I**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/ USP, jan-abril 2005, p. 71-86.

BÍBLIA, Português. **A Bíblia Sagrada**: Antigo e Novo Testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e atualizada no Brasil. Barueri: Sociedade Bíblia do Brasil, 1993.

BRAGA, Magno Michell Marçal. **Rota transamazônica: nordestinos e o Plano Nacional de Integração**. Curitiba: Prismas, 2015.

CARVALHO, Gilberto. **Na transamazônica, o fracasso de uma colonização (o brasileiro esquecido)**. São Paulo, 08 de outubro de 1978, p. 10. Acervo Folha. <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1980/09/01/2//4260071>. Acessado em 21.01.2017.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira**. 5ª ed. rev. atual. - São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

CUNHA, Euclides. **À margem da História**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Na Amazônia um milhão de novas famílias até 82**. São Paulo, 17 de outubro de 1972, p. 1. Acervo Folha. <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1972/10/17/2//4405651>. Acessado em 20.01.2017.

GOODLAND, Robert J. A. & Irwin S. A. **A Selva Amazônica: do inferno verde ao deserto vermelho?** Tradução de Sônia Regis Junqueira, São Paulo: Itatiaia/ Universidade de São Paulo, 1975.

HAESBAEST, Rogério. Migração e Desterritorialização. In: NETO, Helion Póvoa e

FERREIRA, Ademir Pacelli. **Cruzando Fronteiras Disciplinares: Um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p.35-46.

HOUAISS, António. **Grande Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto António Houaiss. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/>. Acesso em: 17 dez. 2017.

IANNI, Otávio. O imigrante. **Capitalismo, violência e terrorismo**. RJ, Civilização Brasileira, 2004, p. 91-101.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia**. Belém: Cultural Brasil, 2015.

MACHADO, Luiz Toledo. **A teoria do grande espaço nacional - VI**. São Paulo: Folha de São Paulo, 20 de dezembro de 1970, p. 4. Acervo Folha. <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1970/12/20/2//4384166>. Acessado em 20.01.2017.

MARTON, Fábio. **Em se plantando nada dá: A carta de Caminha estava errada. Plantar no Brasil foi bem mais complicado do que o patriotismo imagina**. Dezembro de 2011. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br>. Acesso em: 12.02.2017.

MOTT, Odette de Barros. **A Transa amazônica (a grande ilusão)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PEREIRA, Osny Duarte. **A Transamazônica – pros e contras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SILVA, Tiago Ferreira da. **Milagre Econômico**. Março de 2010. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com>. Acesso em: 12.02.2017.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SMITH JÚNIOR, Francisco Pereira. “*Inmigración y Colonización*”: a propaganda da “Amazônia Brasileira” na Espanha. In: **Revista Estudos Amazônicos**. Vol. VI, nº 2, 2011.

SOUZA, Cesar Augusto Martins. **Memórias da Transamazônica: milagre, fracasso e migração nos anos 1970**. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Org.). *História e memória das ditaduras do século XX*, v2. Rio de Janeiro, FGV, 2015.

**O MAR ENGOLIU A PRAIA NA AMAZÔNIA:
ORIGEM DA COMUNIDADE DO CASTELO NARRADA PELOS MORADORES
LOCAIS, BRAGANÇA, PARÁ.**

Maria Adriana Leite¹
Divino Bruno Cunha²
Luis Junior Costa Saraiva³

RESUMO

O uso de fotografias e narrativas de sujeitos é amplamente utilizado como auxílio à compreensão de possibilidades de registros das variadas faces da vida social. O presente estudo tem como objetivo demonstrar a relevância das fotografias para os estudos no campo da memória social, em acervo da comunidade do Castelo, Bragança-PA, através de narrativas e representação. A partir disso, foi possível propormos como ocorreu o processo de sua “fundação” e povoamento da comunidade, fazendo a relação com a pesca. As narrativas revelam a existência de um patrimônio simbólico e a presença de uma memória (legado de gerações) movendo os grupos familiares.

Palavras-chave: Fotografia. Memória. Comunidade do Castelo.

ABSTRACT

Photographic records and subject narratives is widely used to understand the wide possibilities of recording the various faces of social life. The present study aimed to demonstrate the relevance of the photographs for studies in the field of social memory, in a collection of the Castle Community/Bragança-PA, through narrative and representation. From this it was possible to propose how the process of its "foundation" and settlement in the community occurred, making the relationship with fishing. The narratives reveal the existence of a symbolic patrimony and the presence of a memory (legacy of generations) moving the family groups.

Keywords: Photography. Memory. Castle Community.

INTRODUÇÃO

A maioria das comunidades pesqueiras e ribeirinhas da Amazônia herdou saberes e valores culturais a partir de suas origens indígenas, caboclas, portuguesas e africanas, o que contribuiu para o cenário cultural diferenciado dessa região, não sendo, assim, uma região de fácil definição (LIRA e CHAVES, 2015). A cidade de Bragança é um exemplo de tal formação, situada no nordeste do Estado do Pará com cerca de 115 mil habitantes (IBGE, 2010) e com um grande potencial para atividades pesqueiras, abriga diversas comunidades

¹Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia, pela Universidade federal do Pará.

²Doutor em Biologia ambiental pela UFPA e docente na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão.

³Doutor em Antropologia. Professor Adjunto FAGED/UFPA, Campus de Bragança. Membro do grupo de Pesquisa e Estudos Socioambientais Costeiros (ESAC). Professor da Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia/UFPA. E-Mail: luisjsaraiva@gmail.com

distintas. Segundo Garvão, Bahia e Tourinho (2015) Bragança é banhada pelo Rio Caeté, cujo estuário situa-se próximo da porção central do litoral do Salgado, na microrregião Bragantina, fazendo parte da planície costeira bragantina do estado do Pará.

De acordo com Lira e Chaves (2015) a água é um fator preponderante nesses espaços, sendo a vida cotidiana das populações dessa região marcada por uma paisagem voltada para o movimento das marés e a relação desses povos com a natureza é um dos principais fatores responsáveis pela organização de espaço/tempo do trabalho. No caso dos pescadores, o Rio Caeté-Taperaçú, localizado na península bragantina, é um elemento preponderante ao exercício das atividades pesqueiras, de caráter comercial e de subsistência. Conseqüentemente o rio passa a ditar o tempo da pesca e o espaço de mediação de cultura entre os povos.

Os saberes presentes nas comunidades não se limitam apenas à atividade pesqueira, principalmente no que se refere às comunidades que possuem difícil acesso à parte urbanizada da cidade, o que gera mecanismos que os possibilitam a aprendizagem de outros saberes para sobreviver apenas com os recursos disponíveis naquele espaço (DIEGUES, 1999). A presente comunidade do Castelo passou inicialmente por esse processo de formação. Os moradores mais “antigos” viviam em uma praia localizada no litoral bragantino, chamada Picanço⁴, mas devido uma grande enchente, os moradores tiveram que se deslocar para outro lugar e consigo levaram conhecimentos oriundos das suas famílias, para continuação da vida nesse novo espaço, recomeçando. Porém, sem esquecer os saberes anteriores.

Ao estudarmos o contexto histórico de uma comunidade, precisamos saber como ocorreu o seu processo de fundação e formação dos povos que ali habitam. Um dos recursos importantes para tal análise é o uso das fotografias que podem proporcionar uma reflexão e contribuir para o entendimento no processo de organização dos grupos. Elas nos auxiliam nas diferentes formas de sentir e medir suas paisagens, como podemos observar abaixo:

Produto de uma série de escolhas, a fotografia é um ato cultural que reflete a maneira de pensar e ver o mundo do seu autor (Novaes, 1998:117) tanto quanto os objetivos que motivaram a sua produção. “Você fotografa o que vê, e vê o que é”, já sentenciou o fotógrafo José Medeiros, um dos mais reconhecidos olhares sobre a realidade brasileira da segunda metade do século XX. (GURAN, 2005, p. 2)

Como exercício de reconhecimento e entendimento do povoamento da comunidade do Castelo, Bragança-PA, nesse artigo propomos descrever como se deu a formação dessa

⁴ Extinta ilha localizada próxima à Vila do Castelo, inundada por uma alta maré de março na década de 80. Localizada próxima à ilha de Canelas, na península bragantina.

comunidade e fazer uma viagem pelas narrativas fotográficas de moradores, os quais guardam, em suas memórias, um acervo valiosíssimo de narrativas que auxiliam na compreensão da construção social e estrutural da comunidade do Castelo. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho baseia-se nas histórias contadas através de entrevistas e roda de conversa com moradores que já vivem há bastante tempo na comunidade, atentando aos que estiveram presentes no episódio da inundação e na posterior mudança da praia do Picanço para a comunidade do Castelo, observando o processo de formação dessa vila, por meio das memórias dos moradores, com suas vivências e a história de vida em comunidade.

1. HISTÓRIA CONTADA PELOS MORADORES DA COMUNIDADE: NO PASSADO.

Segundo relatos de alguns moradores, a Vila do Castelo surgiu a partir da necessidade de migração de um grupo de 15 famílias, que moravam em uma pequena praia chamada de Praia do Picanço. No final da década de 70, a praia estava sendo inundada pelas fortes águas de março⁵ e os moradores se viram obrigados a deixar seus lares, devido ao nível do mar subir rapidamente.

Feitosa (2012) em seu estudo realizou uma entrevista com os antigos moradores da Praia do Picanço, dentre as quais, destaca-se a transcrição oral de uma senhora chamada Adelina, moradora da comunidade, que integrava uma das 15 famílias oriundas da Praia de Picanço. Seus relatos refletem bem o que as famílias passaram no tal episódio.

Quando chegou no ano de 79, a cheia foi grande. No inverno, mês de março, uma cheia muito grande que lavou a praia toda, lavou tudo. Esse aqui pegava a canoa e amarrava no esteio da casa. A água quando vinha quebrava aqueles banheiros na casa e passava por dentro. (O esposo aponta a altura do peito por onde a água dava dentro de casa). As coisas tudo trepada. Em cima do girau. Era pato, era galinha. Era tudo atrepado. Era três águas, três marés que passou, na mesma semana. É água de lua. Vem a enchente, vaza, vem a enchente, vaza, vem a enchente, vaza. E foi um desespero para gente, para todos que moravam lá. Aí esbandalhou a praia. Não teve como. Não se tinha água para beber. (apud FEITOSA, 2012. p.11)

O relato da Sra. Adelina, apresentada pelo autor, nos apresenta a importância da memória para a construção histórica de fatos sociais que não poderiam ser registrados por outros mecanismos. Faz-nos refletir, ainda, no conjunto de saberes que as comunidades

⁵ Águas de março, para a região aqui em pauta, diz respeito ao período chuvoso, quando ocorre as marés mais altas.

pesqueiras detêm em relação as águas, principalmente, a forma como se comportam as marés e as influências que estas sofrem com os ciclos lunares.

O nome Castelo, de acordo com o pescador Manoel, conhecido como Maroca, 74 anos, começou de uma brincadeira, pois ao chegarem no novo espaço de moradia, para construir suas habitações se depararam com muitos castelos de formigas. Com isso, ironizavam dizendo que agora sim iriam viver em um verdadeiro Castelo. Embora não tivessem mais suas casas iniciais, os pescadores possuíam água e suas famílias estavam salvas da enchente, como Maroca⁶ afirma: “daí o nome foi pegando e nós batizamos como Vila do Castelo, hoje sendo chamada por Comunidade do Castelo”.

Atualmente, a comunidade do Castelo, de acordo com dados das agentes de saúde, é formada por 213 famílias (censo 2012) com aproximadamente 1500 moradores. Possui uma escola municipal, a qual leva o nome da primeira professora que foi atuar na comunidade (Escola Maria Augusta), uma Igreja (Católica) e um centro comunitário, onde ocorre boa parte dos eventos da localidade, envolvendo reuniões, encontros, festas comemorativas e atividades da escola. Além disso, ultimamente a comunidade faz parte da Associação dos Extrativistas da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA).

A moradora dona Maria Borges, 68 anos, relata que a vida no Castelo já foi muito ruim, que quando chegaram para habitar o local não existia nada. Eles tiveram que trazer da Praia do Picanço, em suas canoas, as madeiras que eram construídas as suas residências. Ela diz que vieram primeiro as mulheres com as crianças enquanto que os homens ficaram na praia tentando retirar os cavacos⁷ e os assoalhos das casas para construir suas novas residências no local. Segundo dona Maria, as dificuldades eram imensas com a inundação, mas o que os levou a sair realmente da praia foi à falta de água.

Tais histórias nos conduzem a mergulhar a esse universo, nos projetando ao momento em que ocorreu o fato narrado pelos moradores. Estas narrativas trazidas pelos moradores/pescadores vão ganhando sentido em relação a um grupo do qual o sujeito que narra está inserido. Percebemos ainda que quando os moradores começam a contar as histórias vividas por eles, os filhos e netos se aproximam para ouvir e compartilhar conosco aquelas lembranças.

Durante a realização deste estudo, as narrativas foram ouvidas cuidadosamente, assim como foram feitas anotações da movimentação que aconteciam nos espaços de conversa, percebendo através delas que as memórias individuais se ligam ativamente à memória

⁶ Anotação de campo em: 20 de abril.2015

⁷ Pequenos pedaços de madeira que eram usados como telhas em algumas palafitas na Amazônia.

coletiva e social, passando pelo imaginário, e a imaginação de todos os presentes (HALBWACHS, 1990). É válido ressaltar que durante as conversas com os moradores perguntamos sobre a existência de fotografias do período em que residiram na Praia do Picanço, mas eles relataram que acabaram sendo perdidas ao longo do tempo e com a mudança, ficando apenas na memória e no imaginário dos moradores as imagens de tudo que viveram.

De acordo com Janaína Amado (1997, p. 135), as narrativas, mediadas pela memória, permitem que os informantes reelaborem suas vivências individuais e coletivas. Sendo que, ao utilizar a memória como instrumento na tentativa de entender um determinado grupo, nos deparamos com diversas sensações transmitidas pelas pessoas, que disponibilizaram um tempo para reviver momentos que se encontram em suas lembranças e trazendo expressões que remetem a conquistas, perdas, tristezas e emoções. É um momento de encontro entre o passado e o presente. Novaes (2008) considera que as:

Palavras por sua vez significam imagens mentais impressas na mente em função da nossa experiência com objetos. Uma palavra é a imagem de uma ideia e uma ideia é a imagem de uma coisa, como numa cadeia de representações. Palavras podem ser mais reais do que a própria coisa à qual elas se referem, por exemplo, quando a cena que descrevemos tem mais impacto do que a situação em si que vivenciamos. (NOVAES, 2008, p. 459)

Sendo que o uso de imagens se torna um instrumento primordial para auxiliar na tentativa de entendimento de um povo, comunidade, cultura e diversas leituras de mundo. Etienne Samain (1995, p. 26) colabora ao afirmar sobre a importância desse instrumento visual de pesquisa:

As funcionalidades lógicas que esses meios e instrumentos de comunicação (fala, escrita, visualidades modernas) proporcionam-nos deveriam tornar, ao contrário, mais humildes e solidários para ousar empreender uma reavaliação comum das nossas “tecnologias do intelecto”. No que nos diz respeito (antropologia visual), conviria perguntar novamente o que se espera das imagens em antropologia ou, mais precisamente, a que destinos entendemos dever conduzi-las, como, e em vista de que as invocamos, pretendemos utilizá-las e delas tirar proveito, antropológicamente falando. (ETIENNE SAMAIN, 1995, p. 26)

As imagens construídas pelas narrativas dos moradores que acompanhamos nos permite visualizar questões vivenciadas pelas pessoas que residiram na extinta praia do Picanço e seguiram sua transição para a atual Vila do Castelo. Como apresentado anteriormente, esta encontra-se de frente para o Rio Caeté-Taperaçú e as principais referências em prédios são: a escola, a Igreja e o centro comunitário. Ao longo dos momentos de conversas com os moradores, essas principais referências prediais são elementos que

auxiliam na reorganização das memórias em relação aos espaços e ações que fizeram e fazem parte do cotidiano dos moradores, ao citar, por exemplo, que a escola foi construída próxima à mangueira que as mulheres ficavam aguardando os maridos chegarem com os materiais para fazerem as suas casas.

Imagem 1 - Vista frontal do porto da comunidade do Castelo, Bragança-PA.



Fonte: Maria Adriana Leite, 2015.

A representação trazida nas memórias dos sujeitos ajuda a reconstruir um imaginário sobre a localidade, “a imagem tem esse poder de representar a realidade ausente ou distante, aquela que não está presente aos nossos sentidos” (NOVAES, 2008). Como na imagem descrita pelo morador sobre a construção da escola, que se comparada a uma fotografia mais recente não encontraremos mais a mangueira descrita no relato, mas a partir da narrativa ficamos sabendo de sua existência, e também que suas sombras abrigaram as mulheres que esperavam por seus maridos durante o processo de mudança.

A imagem é considerada como um elemento histórico, mais precisamente como fonte, em que se pode fazer observações e diversas leituras sobre elas. Sendo importante verificar em que momento histórico foi tirado, quem a registrou e o que se projeta sobre ela. “O sentido

de uma imagem depende daquelas que a precedem, e sua sucessão cria uma realidade nova, que não é a simples soma dos elementos empregados” (NOVAES, 2008 apud MERLEAU-PONTY, 1983, p. 111).

Novaes (2008) destaca que a dualidade imagem/palavra, associada à construção natureza/cultura começou a ser melhor entendida e aceita academicamente a partir de pesquisas relacionadas à importância da memória nas sociedades sem escrita. Em 2007, durante atividade de intervenção realizada na escola Maria Augusta, com um grupo de movimento social da cidade de Bragança-PA, foi realizado o registro a seguir (imagem 2), que corresponde a visão privilegiada do refeitório da escola em direção ao rio, de frente para a maré. Voltando na comunidade para a realização da presente pesquisa não podemos mais apreciar o mesmo cenário, pois o poder público construiu o cais à beira do Rio, para uma possível proteção das margens da comunidade e também para atrelar os barcos ao chegarem do mar.

Imagem 2 - Registro da frente da comunidade realizado do refeitório da escola.



Fonte: Maria Adriana Leite, 2007.

Molina (2006, p. 29) relata sobre a importância das inter-relações sociais entre povos e seus territórios, afirmando que as relações são construídas para transformar os territórios, considerando: educação, cultura, produção, trabalho, infraestrutura, organização política,

mercado, etc., como relações sociais constituintes das dimensões territoriais. Portanto, as mudanças são características constantes na história dos seres humanos. Vivemos em uma sociedade dinâmica, caracterizada por uma multiplicidade cultural, ideológica e social.

Em visita ao Castelo, em abril de 2015 durante a efetivação do presente trabalho, já conseguimos observar uma movimentação diferenciada, relacionada aos anos anteriores às margens do rio, em frente à escola. O processo de assoreamento e as mudanças naturais e sociais são perceptíveis durante as observações, sendo que as diferenças não dizem respeito apenas à estrutura dessa margem, mas também à dinâmica e movimentação dos sujeitos que ali frequentam.

Imagem 3 - Cais construído na frente da Comunidade. Registro de frente da escola.



Fonte: Maria Adriana Leite, 2015.

A construção do cais de arrimo foi uma demanda solicitada pela comunidade junto ao poder público municipal, a qual solicitou à prefeitura a construção de uma proteção à beira do rio, para diminuir o assoreamento de suas margens e também para atracar as embarcações. Segundo alguns pescadores tal solicitação durou anos para ser atendida, sendo contemplados com a construção em novembro de 2014, porém em março de 2015 a construção foi embargada pela Secretaria de Meio Ambiente. Diante disso, a comunidade aguarda a liberação do processo.

2. A CULTURA DA PESCA NA COMUNIDADE DO CASTELO.

A maioria das comunidades tradicionais pesqueiras vem sendo alvo de estudos no Brasil e, de acordo com Diegues (1999), essas iniciativas apontam para a construção de um campo particular do conhecimento nas pesquisas científicas, principalmente nas ciências sociais, estudos que poderiam ser intitulados de Sócio-Antropologia Marítima (ou da Pesca).

A comunidade do Castelo possui sua economia voltada basicamente para captura de pescados, os pescadores normalmente são considerados pescadores de pequena escala (BERKES *et al.*, 2006). Essa comunidade apresenta dependência dos recursos retirados, basicamente, da natureza, como a maré e o mangue que são os principais locais para a captura de peixes e mariscos. A cultura da pesca era praticada, inicialmente, com um caráter de subsistência. Posteriormente, o aumento da população que passou a habitar o local levou os moradores a criarem vias de acesso à parte urbanizada da cidade de Bragança-PA. Dessa forma, os moradores iniciaram a prática da pesca também para a comercialização, vendendo seus pescados para moradores da cidade e para empresas próximas. Entretanto, a dificuldade apresentada mais recorrente em relação à pesca artesanal, consiste na manutenção das estruturas das colônias de pescadores, devido à concorrência existente de forma desleal da pesca industrial.

Tradicionalmente a comunidade do Castelo possui características que lhe conferem um grande potencial para atividades econômicas voltadas à extração de caranguejos e pescados, pois sua área de extensão é de aproximadamente 42,2 hectares. Vale ressaltar, ainda, que a importância da pesca para a comunidade perpassa os limites econômicos e culturais. Está ligada historicamente à formação social desse contexto, que se constitui da diversidade cultural entre os povos e das características peculiares de cada pessoa. Michel Maffesoli (2001) considera que:

A cultura pode ser identificada de forma precisa, seja por meio das grandes obras da cultura, no sentido restrito do termo, teatro, literatura, música, ou, no senti do amplo, antropológico, os fatos da vida cotidiana, as formas de organização de uma sociedade, os costumes, as maneiras de vestir-se, de produzir, etc. (MAFFESOLI, 2001. p. 75)

Todas as famílias pesquisadas apresentam algum tipo de relação que envolve a atividade pesqueira, seja na sua captura, comercialização ou construindo e consertando os apetrechos e instrumentos a serem utilizados na pesca, sendo que, a prática cultural dessa atividade os

transformam em sujeitos que se vestem com suas identidades e se sentem orgulhosos por fazerem parte desse universo.

Trabalhos desenvolvidos por Diegues (1973, p. 364), com a antropologia econômica em comunidades de pescadores no litoral brasileiro, revelam que “as relações conflituosas entre a pesca artesanal e a pesca empresarial em termos de modo de produção, enfocando os aspectos sócio-políticos da emergência das empresas pesqueiras no país”. A comunidade do Castelo também passa por esses conflitos, envolvendo a pesca artesanal e a industrial. Muitos dos pescadores que trabalhavam em suas pequenas embarcações passam a trabalhar como empregados para as empresas de médio e grande porte no mercado bragantino. Ramalho (2004) afirma que:

A Arte dos pescadores resulta de sua criatividade, de seu sentimento de liberdade e resistência, pois a pesca artesanal sempre se caracterizou, para seus profissionais, como uma não subordinação à sociedade canavieira e nem a sociedade urbana de consumo, que fizeram com que seu trabalho e seu modo de vida (para eles livres) permitissem o surgimento de uma arte (a arte da pesca) repleta de códigos próprios. (RAMALHO, 2004, p. 3)

É comum encontrar homens pescadores em frente às suas casas, construindo redes de pescar ou restaurando-as. O tempo estimado para a confecção de uma rede de pesca de tamanho grande (1000m), de acordo com o relato de um pescador, é de aproximadamente três meses, desde que a pessoa se proponha a tecer todos os dias e tenha habilidade. Após tecida, coloca-se em volta da rede uma corda, onde são colocados pequenos pedaços de chumbos – o espaço entre eles é determinado pelo uso a ser feito da rede, em outras palavras, para qual tipo de pescaria ela se destinará. Os pescadores/artesãos do Castelo normalmente produzem suas redes para serem usados em benefício de suas famílias, mas é possível encontrar indivíduos que produzem para venda, desde que seja avisada previamente a encomenda.

Imagem 6 e 7 - Pescadores restaurando a rede de pescar.

Fonte: Maria Adriana Leite, 2015.

Durante a realização da pesquisa foi necessário conversar com os moradores e também com algumas representatividades do local, dentre elas, a primeira moradora da comunidade, Dona Adelina, e o líder comunitário, o senhor Nelson. Este já foi presidente da reserva extrativista ASSUREMACATA (Ressex) e seu prestígio diante da comunidade se dá pelo fato de articular benefícios locais, como poço artesiano comunitário, levar as demandas para a construção de casas, nos programas federais voltados para os pescadores, e os representar em alguns momentos na colônia dos pescadores.

3. HÁBITOS E PRÁTICAS DO DIA A DIA DE PESCADORES DA COMUNIDADE DO CASTELO.

No universo das comunidades tradicionais da Amazônia brasileira é comum encontrarmos comunidades de pescadores que se caracterizam pelo domínio dos meios de produção e principalmente pela utilização da força de trabalho familiar na produção voltada à satisfação das necessidades familiares. Na comunidade do Castelo essa característica torna-se marcante, pois os meios de produção da comunidade estão voltados principalmente para o trabalho coletivo entre familiares.

O Seu Zecão, 65 anos, pescador aposentado, conta que as atividades de pesca são constantes dentro da comunidade, afirmando que todos os dias seus filhos ou parentes chegam com vários peixes na beira do porto, ou na beira cais de arrimo. Ele revela ainda que “antes eram bem melhor, porque não tinha tanta gente comprando os peixes na beira da maré e a gente não precisava pescar todo dia”. Continuou dizendo que vem gente de toda a parte comprar peixe na beira do Rio ao fim da tarde, e quem chega atrasado não compra nada, porque o atravessador⁸ compra os peixes que os pescadores estão trazendo do mar e estes peixes são vendidos, na comunidade de Bacuriteua ou são levados à cidade de Bragança.

Imagem 6 - Seu Zecão fazendo ajustes na embarcação para seu filho ir ao mar.



Fonte: Maria Adriana Leite, 2015.

Alguns pescadores dizem que é importante comercializar parte do que eles capturam durante as pescarias, para poder comprar produtos que não são originados da pesca, como por exemplo: componentes da cesta básica, roupas, eletrodomésticos, além de realizarem pagamentos de água, luz e gás.

⁸ Pessoal que compra diretamente dos pescadores os animais capturados por um preço menor, para comercializar com os comerciantes em outras comunidades e/ou na cidade.

O pescador Daniel, 28 anos, é bem enfático quando diz que “se a gente pescar a gente tem dinheiro”. E comenta que muitos dos pescadores mais novos ou assumem os barcos dos seus pais e se associam à colônia dos pescadores ou tentam pescar para as empresas da região, chegando a passar de 15 a 30 dias em alto mar e apenas 10 dias em terra. As principais espécies de peixes que eles capturam nas embarcações das empresas são *Cynoscion acoupa* e *Lutjanus campechanus*, popularmente conhecidos na região como pescada amarela e pargo, respectivamente.

Imagem 8 - Daniel e Sérgio limpando a rede de pesca.



Fonte: Maria Adriana Leite, 2015.

Nesse cotidiano rico em vivências e atividades, as crianças também possuem o seu papel na atividade da pesca, pois absorvem saberes de seus pais, seguindo a hierarquia patriarcal na comunidade. Essas crianças manifestam seus aprendizados e saberes através das suas falas, brincadeiras, suas construções, seus desenhos e de seus registros escolares que ficam expostos na escola. Perceber que existem diferentes sujeitos sociais, evidencia-se como primeiro passo para a valorização das histórias de cada um, suas crenças, modo de viver e agir coletivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como ponto de partida a descrição da origem e características da comunidade do Castelo. A história da comunidade reporta um modo de vida peculiar, relacionado à conservação de elementos culturais e hábitos do cotidiano de comunidades tradicionais, os quais são adquiridos e ensinados de pais para os filhos, utilizando como principal recurso o extrativismo próximo à área da comunidade.

Todos os relatos sobre a origem da comunidade do Castelo estão de acordo com o trabalho de Feitosa (2012). Contudo, somente no presente estudo foi abordado também a cultura da pesca na comunidade do Castelo. Portanto, fornece-se novos relatos, imagens, experiências e características dessa localidade que se somam aos relatos que marcam uma sequência histórica social de ocupação e expansão da vila, agregada às práticas da atividade pesqueira. Observou-se, também, que a comunidade do Castelo apresenta a fonte de subsistência atrelada às riquezas da biodiversidade natural na região bragantina. No que diz respeito ao acervo de narrativas orais investigado, existe implicitamente uma tendência em aceitar que os depoimentos coletados possam constituir-se como fragmentos da história da comunidade, e que uma vez reunidos, constituirão a história e a identidade dos moradores do lugar.

O processo de formação territorial dessa comunidade está diretamente associado às atividades pesqueiras desenvolvidas pelos sujeitos. Sendo que, durante as conversas com os moradores (as), percebemos a subjetividade e a sensibilidade trazidas por cada um, favorecendo a sintetização das imagens construídas e que registram um tempo passado. Logo, estudos dessa natureza são imprescindíveis para registrar e catalogar a imensa diversidade de paisagens, imagens, informações e histórias de comunidades, como a Vila do Castelo.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. In: Projeto História: Ética e História Oral. **Revista do Programa de Estudos-Pós-Graduados em História e do Departamento de História/PUC/SP**. São Paulo. nº 15, p. 125-136 1997.

BERKES, F. et al. **Gestão de pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos**. Rio Grande: Editora FURG, 2006.

BRASIL. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (PA)**. Volume 2. Brasília: 2012. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150170&idtema=67&search=para|braganca|censo-demografico-2010:-resultados-do-universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios->>. Acesso em: 13 mar. 2015.

BRASIL. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. **Presidência da República**, Casa Civil, Brasília, DF, 15 set. 1965. Disponível em: <http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/legislacao/federal/constituicao/constituicao_cap_6.pdf>. Acesso em: 5 de abril 2015.

DIEGUES, A. C. S. **Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: o Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1993.

_____. A Sócio-Antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**. v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_361-376.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2016.

FEITOSA, R. S. Morar, pescar e cuidar: Histórias de pescadores da RESEX Caeté-Taperaçú, Bragança-Pará, por meio de fundamentos teórico-metodológicos da História e da Antropologia. In: Encontro nacional de história oral, 11., 2012, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro, 2012.

GARVÃO, R. F.; BAHIA, M. L.; TOURINHO, H. L. Z. Plano Diretor e Pesca Artesanal em Bragança: uma análise sobre a efetividade das diretrizes na atividade local. **Revista Vitas: visões transdisciplinares sobre ambiente e sociedade**, v. 5, p. 1-15, 2015.

GURAN, M. Considerações sobre a constituição e a utilização de um corpus fotográfico na pesquisa antropológica. **Discursos Fotográficos**. Londrina, v.7, n.10, p.77-106, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/viewFile/9215/7841>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

MACHADO, Arlindo. **Ilusão especular**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1984.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 15, agosto 2001. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3123/2395>>. Acesso em: 25 abril 2015.

MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. In: BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

RAMALHO, C. W. N. A arte de fazer-se pescador artesanal. In: Encontro Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2., 2004. Indaiatuba, São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/cristiano_ramalho.pdf>. Acesso em: 20 abril 2016.

ROCHA, A. L.C. Antropologia das formas sensíveis: entre o visível e o invisível, a floração de símbolos. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 107-117, jul./set. 1995. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/ppgas/ha/pdf/n2/HA-v1n2a08.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

SAMAIN, Etienne. “Ver” e “Dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 23-60, jul./set. 1995.

SEVERI. C. A palavra emprestada ou como falam as imagens. **Revista de antropologia**. São Paulo, v. 52, n. 2, p. 459-506, jul./dez., 2009, Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27316>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

PRINCESA DO XINGU: COLONIZAÇÃO E MIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA PARAENSE

Suzanny da Silva Lima¹
Francisco Pereira Smith Júnior²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar uma discussão conceitual acerca dos termos envolvendo migração, emigração e imigração baseados em referências como Sayad (1998), Ianni (2004) e Klein(2000) no contexto de criação e implantação da agrovila Princesa do Xingu, no município de Altamira-Pará. O referido contexto está situado no período de abertura e construção da Rodovia Transamazônica durante o governo do general-presidente Emílio Garrastazu Médici na década de 70, que também envolveu o plano de colonização e, por consequência, os movimentos migratórios em toda a extensão da grande obra em questão. Entrevistas com dois pioneiros da agrovila foram feitas a fim de se ter depoimentos da perspectiva de alguns dos residentes que viveram e presenciaram eventos que marcaram a história de criação e fundação da comunidade a partir da migração deles para a Amazônia.

Palavras-chave: Movimentos migratórios. Transamazônica. Agrovila. Pioneiros.

ABSTRACT

This paper aims to present a conceptual discussion about the terms involving migration, emigration and immigration based on references such as Sayad (1998), Ianni (2004) and Klein (2000) in the context of the creation and implantation of the Xingu Princess, in the municipality of Altamira-Pará. This context is situated in the period of opening and construction of the Transamazonian highway during the government of the general-president Emílio Garrastazu Médici in the 70's, that also involved the plan of colonization and, consequently, the migratory movements in all the extension of the great the work in question. Interviews with two pioneers of the agricultural village were made in order to have testimony from the perspective of some of the residents who lived and witnessed events that marked the history of creation and founding of the community from their migration to the Amazon.

Keywords: Migratory movements. Transamazonica. Agricultural village. Pioneers.

1. MIGRAÇÕES: NOÇÕES E PERSPECTIVAS GERAIS

A migração, a *grosso modo* e em seu sentido mais amplo, remete à ideia de deslocamento. Quando maximizamos nossa análise para uma escala global, podemos perceber que os deslocamentos de pessoas de uma área para outra, de um país para o outro, por exemplo, sempre estiveram presentes na história da humanidade. Segundo Sayad (1998), há

¹ Especialista em Língua Inglesa e Literatura (FIBRA); aluna de mestrado do Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia/UFPA. Docente efetiva da Faculdade de Letras Dalcídio Jurandir da Universidade Federal do Pará - UFPA – Campus Altamira, no curso de Letras Língua Inglesa. E-mail: suzannylima@ufpa.br

² Professor Adjunto III da Universidade Federal do Pará. Professor e vice-coordenador do Programa de pós-graduação em Linguagens e Saberes a Amazônia- PPLSA. Email: fsmith@ufpa.br

algumas condições que fazem com que o imigrante “nasça ou morra”, pois tanto um quanto o outro servem a interesses que envolvem diretamente os parceiros da imigração, isto é, a sociedade de emigração, a sociedade de imigração e os próprios emigrantes e imigrantes.

Para o referido autor, os movimentos migratórios têm sua origem nas condições sociais que os formam, no estudo das transformações destas condições formadoras e nas próprias transformações da emigração ou imigração. O teórico esclarece que os termos a serem utilizados vai depender do ponto de partida da análise, por exemplo, caso estejam sendo analisadas as causas promotoras de migração de um determinado grupo de pessoas, para a sociedade de origem, da qual também pertence o grupo de pessoas que a deixou, o grupo emigrou; para a sociedade de destino, que o recebe, o grupo imigra.

Contudo, para que se compreenda a imigração, é necessário que se entenda a ação que a antecede, a emigração. Sayad pontua que as duas configuram duas faces da mesma moeda, sendo que a condição de existência da imigração tem seu ponto de partida na emigração e que aquela só pode existir e ser mantida enquanto o imigrante for assim considerado ou mantido tanto pela sociedade de origem quanto pela de destino. Esta ressalva é feita pelo teórico, haja vista que há situações em que o emigrante mal deixou sua sociedade de origem e rapidamente já é esquecido ou desconsiderado como pertencente àquela sociedade, antes que possa ter tido a chance de ser considerado como imigrante na sociedade para a qual se destina. Tal retrato nos faz perceber que há condições de existência e manutenção na imigração que envolvem todos os atores sociais inseridos no processo de imigração, como se vê.

De fato, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante ‘nasce’ nesse dia para a sociedade que assim o designa. Dessa forma, ela se arvora o direito de desconhecer tudo o que antecede esse momento e esse nascimento. (SAYAD, 1998, p. 16)

De acordo com a passagem acima, a partir do momento em que o emigrante cruza as fronteiras da sociedade de destino, ele, de fato nasce, e suas condições para o tal parecem ganhar forças grandiosas, pois, a priori, a imigração é um deslocamento de pessoas no espaço físico, mas que não se limita apenas a esse âmbito, mas inclui também espaços caracterizados com sentidos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Numa perspectiva um pouco mais histórica, Klein (2000) ao fazer um delineamento das possíveis razões que levam as pessoas a migrarem, também pontua que há nessa equação dois fatores que compõem basicamente a equação da migração e sua relevância na tentativa de se equilibrarem, que são os fatores de expulsão e atração. A princípio, a maioria das

peças não quer deixar seu país de origem, se pudessem optar entre partir e permanecer em seus países, certamente escolheriam permanecer. Salvo algumas exceções quanto aos aventureiros e aqueles que buscam por mudanças. Para o referido estudioso, a migração começa quando o indivíduo se depara em uma situação em que se vê obrigado a migrar por não encontrar condições de alimentar a si próprio e a seus filhos, acrescido a isso, fatores como perseguição por nacionalidades, credos religiosos minoritários também podem ser fortes fatores de expulsão e razões para que a migração inicie para certos indivíduos.

Sayad (1998) e Klein (2000) concordam em apontar o fator econômico como o mais preponderante e de maior força dentre as razões pelas quais as pessoas migram, contudo, para Klein (2000), há três fatores que mudam e transformam as condições pelas quais os migrantes têm condições de enfrentá-las. São elas: a) o acesso à terra; b) a variação da produtividade da terra; c) número de membros da família que precisam ser mantidos; estes dentro da abrangência do fator econômico. Tais fatores estão relacionados, porque em sua base há um elo de interseção entre eles que é justamente o trabalho, a começar pela maneira de gerência e direitos sobre a terra. Uma vez que esta aumente sua produtividade em decorrência da modernização agrícola (que dispensa mão de obra numerosa), isso já refletirá uma não absorção de um volume de mão-de-obra que estará em maior oferta em decorrência do aumento demográfico da população, especialmente nas migrações dos séculos XIX e XX em que chegaram à América mais de dois terços dos migrantes que traziam consigo os reflexos desses três fatores combinados.

Na outra vertente do processo de migração, encontram-se os fatores de atração que foram apresentados especialmente aos europeus que se depararam diante de “vantagens” que os atraía à América, sobretudo pela lógica de contraponto que estava sendo vivido na Europa. As condições eram as seguintes: na América havia terra abundante e disponível, mas a mão-de-obra era escassa e, por consequência, cara; na Europa, as terras eram caras e havia um excedente de mão de obra, que por sua vez se apresentava em grande volume e, conseqüentemente, barata. Então, em uma visão bem superficial e direta, um parecia ser o encaixe do outro e configurava o cenário propício para que as demandas de ambos os lados fossem sanadas e, dessa forma, impulsionar os movimentos migratórios no âmbito mundial.

Para Ianni (2004), muitas podem ser as causas que levam pessoas a migrar, deixar seu lugar de origem em busca de basicamente melhores condições de vida e trabalho. Ao identificar os diversos perfis dos migrantes que cruzam diversos territórios pelo mundo afora, o referido teórico pontua que eles variam desde desempregados (o que parece residir no trabalho, a causa geradora e promotora de maior força em todo processo de migração),

desabrigados, refugiados, perseguidos até os desamparados. As razões e os motivos pelos quais as pessoas fazem parte de tal movimento perpassam por questões essencialmente econômicas, ligadas ao capital, sobretudo no período de pós-guerra. Contudo há outros fatores que também podem contribuir para que tal processo seja encadeado como as catástrofes, guerras, baixa natalidade e epidemias, por exemplo.

De acordo com o referido autor, o século XX (e também adentrando o XXI) foi considerado o século das migrações, haja vista que tais movimentos aconteceram de maneira intensa e constante e em todas as direções do mundo e se estende até aos nossos dias. E o deslocamento foi feito por números de pessoas de forma diversificada, por um indivíduo ou um grupo deles, famílias ou grupos, comunidades inteiras, enfim, de acordo com a necessidade assim era feito. Para Ianni (2004), na essência, os migrantes se transformaram em trabalhadores em busca de emprego que, muitas vezes, não medem esforços ou levam em consideração as condições que lhes são ofertadas, fazendo, dessa forma, muitas reações serem despertadas nos mais diversos espaços e âmbitos, especialmente naqueles diretamente envolvidos no processo de mudança que esse deslocamento das pessoas gera.

Tais reações, especialmente na sociedade de acolhimento, variam desde uma percepção da situação como um todo, e até mesmo, atenção maior ao espaço que os migrantes ocupam até às diferenças que trazem consigo e que também são capazes de promover nas sociedades nas quais são inseridos. Isso só acontece porque fazem parte da nova divisão transnacional do trabalho e da produção, o que, na prática, tem levado os migrantes a se empregarem sob qualquer condição e exercendo qualquer atividade, causando uma espécie de ameaça aos que já estão empregados, sobretudo aos desempregados, pois acabam por reforçar uma ideia de competitividade entre estrangeiros e nacionais que, de fato, não é tão certa quanto aparenta ser. Tal fato é reforçado porque no cerne das razões dos deslocamentos o trabalho aparece como fato gerador.

Uma das grandes questões levantadas é justamente o leque de variáveis que é envolvido nesse processo e que finda envolvendo todos os atores sociais, com os seus mais variados perfis, em escalas globais. Por exemplo, o referido teórico tem constatado que:

Este é realmente um aspecto importante de boa parte dos movimentos migratórios em curso no século XX: são trabalhadores desempregados ou empregados em condições extremamente adversas, buscando outros e melhores empregos. Partem sozinhos, com os seus familiares ou em grupos. Seguem estradas e viagens abertas por outros; ou abrem novas estradas. Deslocam-se para as mais diversas direções, buscando lugares próximos, distantes, longínquos. Sempre em busca de emprego, isto é, sempre empenhados em vender a sua força de trabalho, para comer, beber, vestir-se, abrigar-se, proteger a saúde, estudar, conquistar direitos políticos, civis e sociais, enquanto indivíduos e famílias, coletividades e povos (IANNI, 2004, p. 94).

Como pode ser observado, os migrantes, em sua maior parte, estão em busca de ter, principalmente, suas necessidades básicas supridas e não medem esforços para tal, uma vez que em sua sociedade de origem tais condições, certamente, não estavam sendo supridas ou satisfeitas da maneira esperada. O referido sociólogo menciona que o deslocamento dos migrantes não acontece apenas no plano geográfico, físico, há dimensões também que são incluídas nesse processo de mobilidade, tais como: cultural, econômica, social e profissional que, uma vez que entre em contatos com esses fatores da sociedade já existente no espaço que recebe, podem causar conflitos ou entraves para que coexistam.

Devido a essa abrangência e alcance que o processo de imigração é capaz de abarcar, há certas ideologias que Sayad (1998) chama de ilusões que são reproduzidas, mantidas e perpetuadas para que o processo se mantenha “sob controle”, especialmente dos que exerceram poder para que forças geradoras do processo de imigração possam ser ativadas.

As referidas condições de existência são baseadas em ilusões que são reforçadas e perpetuadas pelo discurso de imigração e tem seu embasamento em ideologias como as de que a presença dos imigrantes é necessariamente a) provisória; b) justificável, uma vez que a razão maior pela qual fez o indivíduo ter imigrado foi justamente o trabalho; c) neutralidade política. Estas ilusões são consideradas fundadoras, solidárias e imbricadas uma na outra e, vale ressaltar, que só funcionam porque são coletivamente mantidas e, conseqüentemente, reforçadas.

Aliadas às referidas ilusões, há um conjunto de ficções que também ajudam a compor o discurso construído da imigração e emigração, especialmente quando a França, na posição de colônia, exerceu grande poder de atração e força motriz no processo de migração dos argelinos, na condição de colonizados, para que suprissem a demanda crescente por mão de obra nas indústrias. Dentre as ficções que eram incutidas e inculcadas nos argelinos, havia a necessidade de emigrar e imigrar por conta do trabalho; viver quase que toda vida na condição de estrangeiro, sem direitos de um cidadão do país em que reside; retorno que se sabe impossível; naturalização ambígua, que é quando não se encontram as condições ideais para que ela se realize de maneira completa.

Diante dessas ilusões, que são compartilhadas coletivamente, é possível que se perceba que os atores que estão envolvidos no processo da imigração, comportam-se como cientes de suas condições e sustentam certos paradoxos para que o sistema seja mantido sempre de acordo com o interesse de quem mais se beneficia dele. Isso tudo só é possível porque cada ator se vale da contradição para que possa se estabelecer na condição que foi

imposta e ele, porque tem a ilusória sensação de que não está infringindo nada que defina as condições de existência e manutenção no sistema de cada uma dessas partes e que é preservada porque todos mantêm a ilusão de que tal estado ora seja provisório enquanto seja assegurado que seja indefinido ora seja definitivo, contanto que assim não seja declarado e sim velado, mesmo com a ciência das partes envolvidas.

Vejam algumas posturas: os emigrantes e imigrantes oscilam na condição de terem o estado provisório consigo, que os define, e a situação duradoura de serem imigrantes e parecerem não pertencer nem à sociedade de origem nem à de destino sem que se assuma que esse estado provisório seja definitivo, como de fato o é. Quanto à sociedade de emigração, o emigrante, quando assim considerado, é tido somente como um simples ausente, por mais duradoura que seja sua ausência, que, no momento em que um retorno se fizer necessário, a referida sociedade apenas os chama de volta, igualmente da maneira que foram, a retomar o lugar do qual jamais deveriam ter saído.

E, por último, a sociedade de imigração, que recebe, por mais que esta tenha ditado regras e condições para que o imigrante se instale na provisoriedade da condição de estrangeiro, suprime a este o direito de reconhecimento de uma permanência definitiva, estendendo assim uma contradição da provisoriedade permanente de sua presença, que será apenas tolerada enquanto houver interesse condicionando a esse estado, como se o provisório pudesse ser considerado definitivo ou pudesse ser prolongado de maneira indeterminada.

Além disso, Klein (2000) frisa que os fatores que foram apontados como os de maior influência para a atração dos migrantes, numa perspectiva comparativa entre Europa e América foram a América ter apresentado um quadro de mão-de-obra quase que escassa, logo havia uma demanda constante; salários oferecidos eram maiores do que os ofertados na Europa; os níveis de qualificação demandados eram mais baixos; havia a possibilidade de se obter terra a preços baixos (o que era uma atração constante para o migrante) num período de tempo muito curto após a chegada. Assim, os fatores de atração e de incentivo dos fluxos migratórios entre os referidos continentes refletiam as condições econômicas de suas economias revelando o verdadeiro motor de impulsão dos movimentos migratórios internacionais.

O período do pós-guerra traz uma inovação quanto ao perfil dos imigrantes que se engajam no processo de migração internacional e intercontinental, pois os mesmos integram uma migração que é composta por trabalhadores com um perfil diferenciado:

Essa migração, porém, era de um tipo novo, agora de trabalhadores qualificados e profissionais. Não só trouxe imigrantes para os países tradicionais de recepção, como o Canadá, os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina, mas também incorporou economias novas e rapidamente crescentes, como a da Venezuela (KLEIN, 2000, p. 27).

Assim, com essas qualidades que os trabalhadores imigrantes europeus passam a ter, estes passam a gerar mudanças e influências no comportamento dos mercados dos países de recepção. Ademais, boa parte da imigração europeia foi subvencionada, isto é, foi feita por meio de incentivo governamental, o que acabou por alterar o período de permanência desses imigrantes nos países de acolhimento, pois nutriam a expectativa de retorno. Os imigrantes europeus ficaram entre 20 e 25 anos fora de seus países de origem, uma vez que os salários comparativos e as ofertas de emprego começaram paulatinamente a ficar mais vantajosas na Europa do que na América e a expansão econômica na Europa tornou-se expressiva e célere.

Com o retorno dos trabalhadores imigrantes europeus, uma nova massa de migrantes deslocou-se em direção à América: os asiáticos e os interamericanos. Países com uma economia emergente, como Argentina e Brasil, testemunharam uma substituição da imigração europeia pela asiática e dos países vizinhos. O movimento migratório foi tão significativo na América que nos Estados Unidos, por exemplo, a composição da população passou a ser feita por um número crescente de imigrantes, mais uma vez; fenômeno que já haviam assistido antes da Primeira Guerra Mundial. Para Klein (2000), o perfil dos migrantes que se destinavam à América no período do pós-guerra pouco difere daquele que movimentou os fluxos migratórios de outrora, pois o padrão da migração asiática e latino-americana aceitava empregos com baixo *status*, mas que oferecessem uma boa remuneração em comparação com os seus países de origem, formando, dessa forma, um mercado paralelo em que exerciam funções que os nacionais recusavam exercer.

De acordo com o referido historiador social, metade dos imigrantes que chegou à América retornou, mas a metade permaneceu, mesmo no Brasil, em que predominava o esquema de imigração familiar. Dentre os que ficaram encontravam-se principalmente os japoneses, judeus, italianos e os europeus do Sul de uma maneira geral. Estes foram classificados nas categorias dos fracassados, que não conseguiram dinheiro suficiente para retornar; dos que ascenderam social e economicamente, que o retorno não era nem cogitado; dos que casaram com os nacionais e perderam contato com as suas origens; dos que decidiram ficar, enfrentar as dificuldades iniciais e aculturar-se, pois acreditavam que se perseverassem e lutassem poderiam melhorar suas condições de vida quando comparadas àquelas dos seus países de origem.

Na América do Sul, mais especificamente na Argentina e no Centro-Sul do Brasil, os imigrantes italianos residentes experimentaram um sucesso que muito teve a ver com as condições de mercado que os países em questão atravessavam. As economias brasileira e argentina estavam em processo de amadurecimento e os italianos foram um dos primeiros grupos de imigrantes importantes a chegar ao Brasil e Argentina, diferentemente do que aconteceu nos Estados Unidos, embora houvessem chegado aqui como trabalhadores rurais não qualificados. Esse processo se deu especialmente porque as economias locais estavam em processo de crescimento e os imigrantes tiveram chance de aproveitar este momento, pois, apesar de terem chegado aqui como trabalhadores rurais não qualificados, eles já detinham experiência, mesmo que mínima, com o início da modernização da agricultura vivenciada na Europa, além da importância que davam em acumular dinheiro e poder aquisitivo, independente do *status* social que as atividades que exerciam poderiam carregar. Como o critério de qualificação da mão de obra nas indústrias brasileiras e argentinas não estavam tão exigentes, quando comparados aos dos estadunidenses, rápido conseguiam empregos nos setores industriais e urbanos que estavam em desenvolvimento recente.

Cidades como São Paulo e Buenos Aires viveram crescimentos expressivos depois da chegada dos italianos, como possuíam uma desenvoltura econômica que conseguia transitar facilmente pelos principais setores da economia, os trabalhadores italianos qualificados instalaram muitas das primeiras indústrias pesadas, além de terem conseguido acumular dinheiro rapidamente e adquirido terras e terem passado a compor as fileiras dos proprietários de terra, mesmo nas áreas tradicionais de exportação de café, trigo e carnes. Assim, conseguiram acessar e compor as classes médias que já estavam nascendo e na segunda geração deles conseguiam conquistar *status* muito acima dos pais.

Muitos passaram a ocupar posições de altos níveis a sociedade tanto na indústria quanto na agricultura; embora ainda mantenham alguns laços culturais com os seus países de origem, os italianos vivem, trabalham e votam como brasileiros e argentinos comportando-se como um grupo de classe juntamente com outros do seu nível econômico, sejam estes nacionais ou imigrantes não italianos. Como consequência, os italianos foram responsáveis pelos altos índices de exogamia, uma vez que se casaram com outros imigrantes e nacionais americanos com mais frequência do que seus patrícios italianos, tal era o grau do processo de enraizamento que os imigrantes italianos e seus descendentes para a ter na América.

Como podemos observar, muitos são os desdobramentos e as consequências que os movimentos migratórios tiveram no mundo, sobretudo na Europa e na América. As razões que perpassaram as motivações para que esses movimentos acontecessem variaram desde a

busca por melhores condições de vida e trabalho até correspondência de articulação econômica de países que estavam com carência e excedente de mão de obra, por exemplo, e precisavam ter suas necessidades supridas. Da mesma forma sucedeu no Brasil, mais especificamente na região amazônica, que o governo federal, no período militar, empreendeu grandes projetos e difundiu certas ideologias que reforçaram algumas “ilusões”, como Sayad (1998) aponta especialmente a que está relacionada à imigração por trabalho, como mantenedoras e perpetuadoras de práticas migratórias que até hoje se veem bem evidentes nos mais diversos contextos brasileiros.

No que concerne à Amazônia, um dos grandes eventos que impulsionou o fluxo para o interior da região foi a construção da rodovia Transamazônica na década de 70. Tal projeto teve grande influência de execução sob a liderança do então presidente Emílio Médici que também ensejava em uma das frentes de execução das etapas da grande obra, colonizar a Amazônia, pois durante os anos de sua gestão propagou e reforçou o imaginário de que as terras na região amazônica eram extensas e não havia nelas habitantes, o que não era verdade. Os indígenas e ribeirinhos já povoavam as referidas regiões, como elucida Souza (2014). Logo, com vistas à planejada e prometida colonização dos entornos da grande rodovia, agricultores e colonos começaram a ser recrutados majoritariamente no Nordeste e, em menor número, no sul.

Dessa forma, os imigrantes que deslocaram rumo à Amazônia, sobretudo os que se envolviam na migração planejada pelo governo através do INCRA, estavam cientes de que estavam prestes a se desligarem definitivamente de seus locais de origem e que estavam impelidos a começar uma nova vida nas novas terras e lá fincar suas raízes a partir do momento que se inscrevessem para fazer do projeto de colonização promovido pelo governo. Dentro desse contexto, a migração familiar, a perspectiva de uma vida melhor, fuga da fome e seca que atingia as diversas áreas do nordeste, esperança de ter sua própria terra, como no caso dos sulistas, compuseram o cenário para o surgimento das agrovilas na Amazônia, especialmente às margens da rodovia Transamazônica, pois o governo havia planejado a implantação de uma agrovila a cada vinte quilômetros da rodovia e, dessa forma, uma deveria suceder a outra e, pouco a pouco, o plano de colonização ia tomando forma. A partir desse momento um novo ciclo de migração se inicia em um pedaço da Amazônia paraense, com características parecidas com a do movimento migratório ocorrida no início do século XX, com boom da borracha, em que milhões de desconhecidos se entrecruzavam no território amazônico em busca de riqueza. Segundo Smith Jr e Garvão (2014) foi a partir de 1840 se

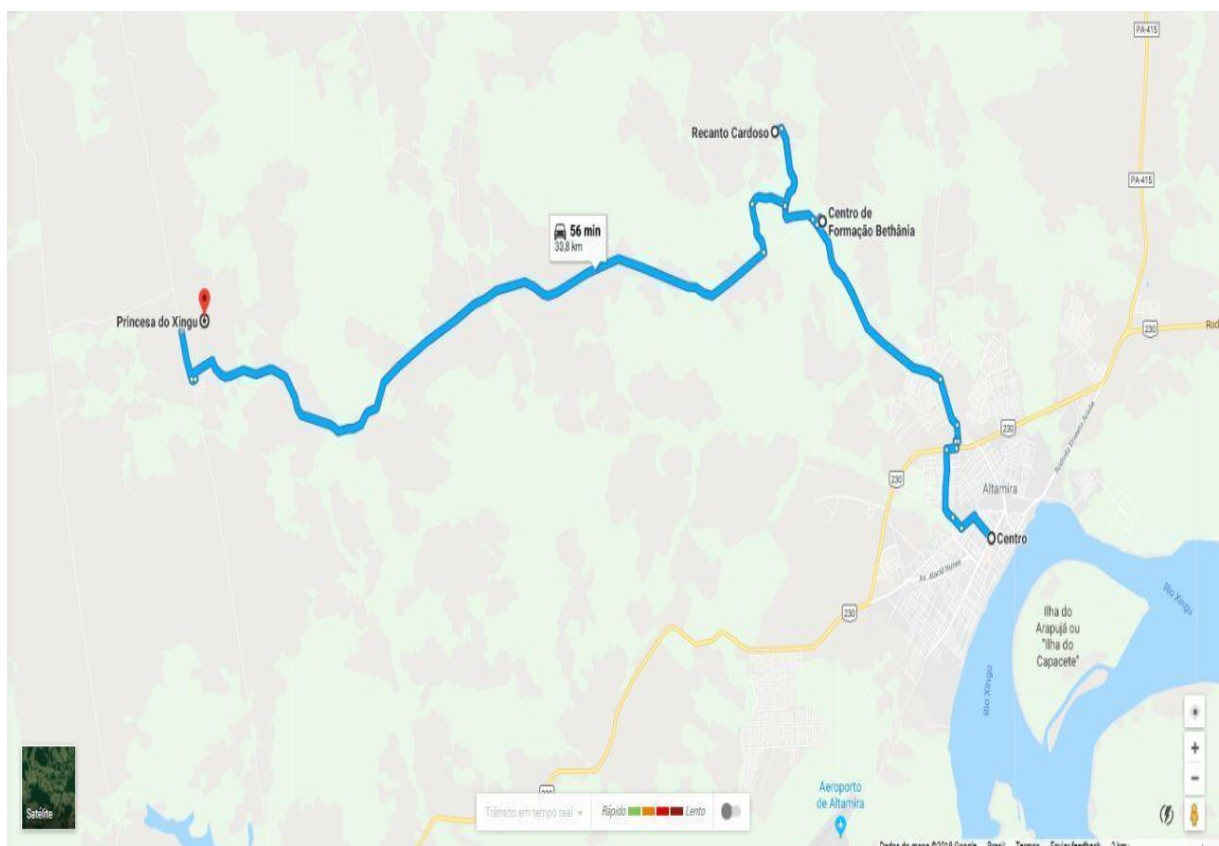
percebeu o grande boom da borracha, que fez da Amazônia um “lugar de estranhos”, ou seja, de brasileiro e “galegos” (estrangeiros) oriundos de “todos” os lugares do mundo.

Assim, os movimentos migratórios foram muito relevantes no histórico de formação da Amazônia paraense e principalmente para a implantação da agrovila Princesa do Xingu, em Altamira-Pará, pois a partir de sua abertura e colonização, eles foram gerados e articulados sob a gerência do governo federal a partir de 1970.

2 CHEGADAS E (DES)CHEGADAS DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

A criação e fundação da agrovila Princesa do Xingu está circunscrita ao contexto de colonização e abertura da Transamazônica (BR 230) durante o governo militar do general-presidente Emílio Garrastazu Médici na década de 1970. A referida comunidade fica situada na vicinal 6, a aproximadamente 30 quilômetros da sede do município Altamira-Pará. Sua via de acesso é a mesma do centro de formação Bethânia e alguns balneários da região, como Recanto Cardoso³ (Fig.1 e 2)⁴.

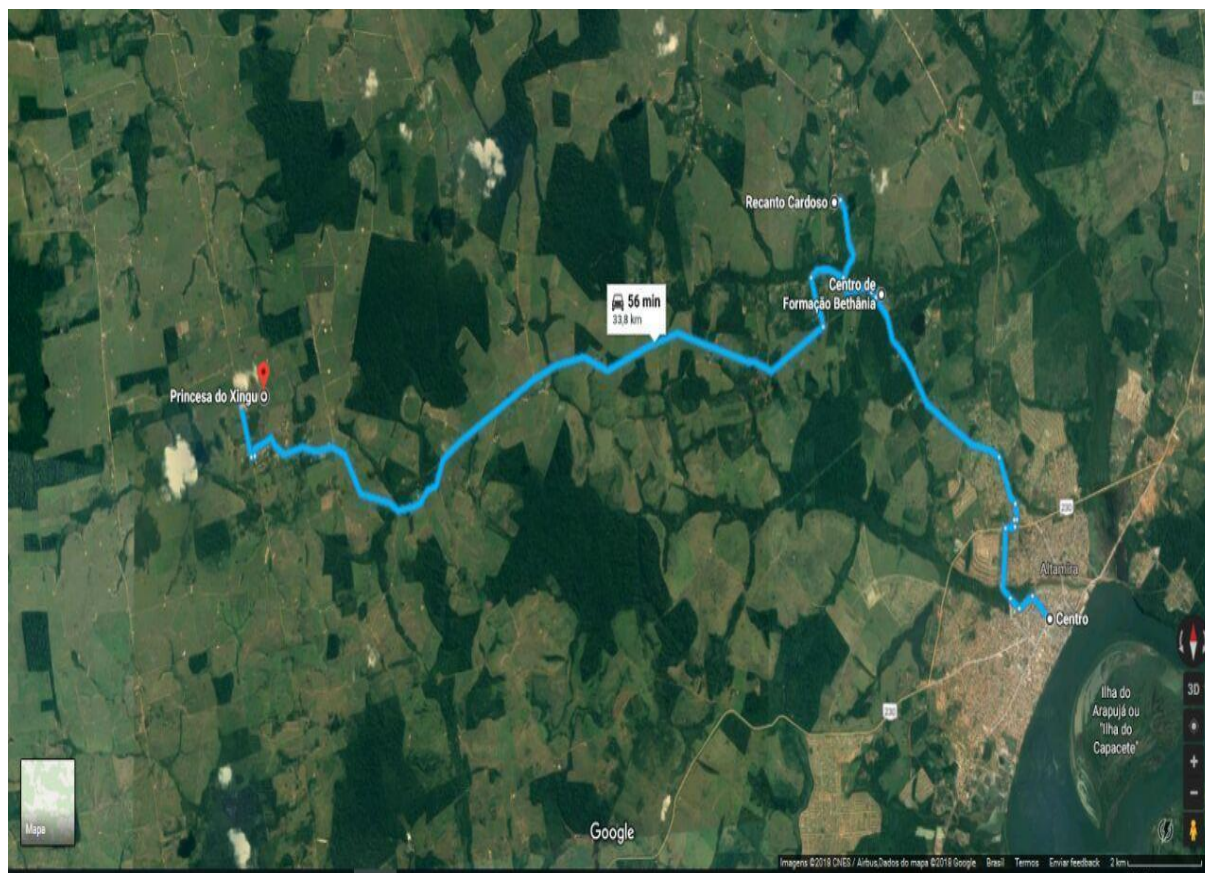
Figura 1



³ Estas localidades são conhecidas e tidas como pontos de referência entre os residentes da área.

⁴ Fonte: Google maps

Figura 2



Souza (2014) aponta que no processo histórico de formação e colonização da área de Altamira o fenômeno migratório sempre foi muito evidente e acentuado sob algumas perspectivas. Isso se configurou como tal, porque a região foi alvo de políticas integradoras e colonizadoras do governo federal, especialmente no governo militar, na década de 1970, que tinha em uma de suas linhas de frente o “desenvolvimento” da região e também possuía, como um dos cerne de sua política, a ideia de “homens sem- terra para terras sem homens”. Como fruto desse momento histórico-político, grupos de diferentes lugares do Brasil, migraram em busca da mudança ou melhora de vida tão prometida e incentivada pelo governo à época.

Como o governo externava interesse claro que as terras na Amazônia precisavam ser povoadas e integradas às demais regiões do Brasil, pois havia uma ideologia que ecoava constantemente nas ações do governo federal “integrar para não entregar” que era a ameaça constante de perder território por meio de forças governamentais internacionais. Souza (2014, p. 10) frisa que tal ameaça era reforçada, especialmente após a descoberta que a região estava estrategicamente situada, pois possuía solos dentro das suas abrangências, com riquezas de minérios que o subsolo que algumas áreas da região amazônica possuíam e, por esse motivo,

despertava a atenção e interesse internacional. Logo, quanto mais pessoas participassem do processo de colonização da Amazônia, menos chances seus territórios teriam de ser invadidos e apropriados por “terceiros”. Dessa forma, famílias inteiras deveriam se instalar definitivamente nas terras de destino e criar laços fortes com o espaço que passariam a ocupar. Daí o interesse por chefes de família e todos seus componentes migrarem juntos.

Os imigrantes, que chegavam até aos entornos da rodovia, que estava em processo de abertura, eram oriundos principalmente do nordeste e do sul, pois na lógica de ação do governo de Médici, pensava-se atingir os objetivos primordiais do Plano de Integração Nacional (PIN) por meio de três grandes projetos prioritários: a) a construção da Rodovia Transamazônica e da Cuiabá- Santarém; b) o plano de colonização associado às citadas rodovias; c) a primeira etapa do Plano de Irrigação do Nordeste; programas de colonização de vales úmidos do Nordeste com a criação do Plano (BRASIL, 1970, p. 32).

O movimento migratório promovido pelo governo obedecia a critérios que precisavam ser preenchidos com rigidez, uma vez que se tinha por intento fazer com que as terras da Amazônia fossem ocupadas pelo maior número possível de pessoas para que, além da ocupação, os imigrantes envolvidos no processo de colonização pudessem também se envolver nos trabalhos relacionados ao cultivo da terra, à agricultura, primordialmente. Com esse fim, os agentes do INCRA (funcionários do governo responsáveis em alistar, recrutar e transportar os colonos que haviam sido selecionados para habitar as terras que o governo federal estava prometendo) fizeram triagens e seleções principalmente com os arrimos de família a fim de que a imigração familiar, como afirma Klein (2000), modalidade de migração mais comum de deslocamentos não só externa como internamente no país.

No que tangia à Transamazônica, havia ações mais específicas e de gerência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para que os objetivos traçados fossem assegurados e conquistados.

Paralelamente à abertura da Transamazônica processa-se o trabalho da colonização, realizado pelo INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária). As pequenas agrovilas se sucedem de vinte em vinte quilômetros à margem da estrada, e nos cem hectares que cada colono recebeu são plantados milho, feijão e arroz. Já no próximo mês começará a plantação de cana-de-açúcar, cujas primeiras mudas, vindas dos canaviais de Sertãozinho, em São Paulo acabaram de ser distribuídas. Jovens agrônomos, recém-saídos da universidade, orientam os colonos...

No meio da selva começam a surgir as agrovilas. Vindos de diferentes regiões do país, os colonos povoam as margens da Transamazônica e espalham pelo chão virgem o verde disciplinado das culturas pioneiras. Os pastos da região são excelentes (MANCHETE, 15 de abril de 1972, p. 73 *apud* SOUZA, 2014, p. 4).

Pode-se perceber que as ações em direção à colonização das margens da rodovia eram tão importantes quanto a execução do projeto de abertura da mesma, uma vez que aconteciam quase que concomitantemente. Pereira (2015) menciona que, com vistas à articulação da colonização da Transamazônica, que estava inserida dentro do PIN, criaram-se os Programas Integrados de Colonização (PICs), também sob a coordenação do INCRA juntamente com as prefeituras municipais, a fim de que famílias rurais fossem assentadas nos lotes de 100 hectares cada, na década de 70. A estimativa era de que 100 mil famílias fossem assentadas no período de 70 a 74. Equipes para recrutamento e seleção dos possíveis colonos foram formadas em várias partes do país, sobretudo nas regiões nordeste e sul.

O historiador também pontua que:

Além do transporte para os núcleos de colonização e de um lote com uma área de 100 hectares, prometiam-se a cada futuro assentado: serviços médicos, ajuda de custo no valor de seis salários mínimos, dois hectares de roça pronta, créditos bancários, estradas, compra da produção e uma casa na agrovila. (PEREIRA, 2015, p. 56)

Havia um interesse do governo federal que a maior parte dos recrutados fosse do Nordeste, de acordo com Contini (1976 *apud* Pereira, 2015) o INCRA determinava cotas para os PICs de Marabá, Altamira e Itaituba. Havia uma cota de 70% de colonos de origem de estados nordestinos, 20% de estados do Sul e 10% das demais regiões do país. Tais cotas estavam intimamente relacionadas às questões de ordem político-administrativa que pairavam sobre o país naquela época. O interesse maior em recrutar colonos nordestinos firmava-se na justificativa de inchaço populacional e tensões sociais em consequência da severa seca que incidia sobre a região, por exemplo, que eram facilmente constatadas. Além disso, o Governo Federal acreditava que em virtude da habilidade e intimidade maior que os agricultores do Sul possuíam quanto a algumas tecnologias agrícolas mais modernas empregadas no cultivo da terra, eles poderiam ensinar os agricultores do Nordeste a desenvolverem as mesmas habilidades.

Diante do conhecimento destas evidências históricas, a escolha de Altamira como *locus* da pesquisa e, mais especificamente, a agrovila Princesa do Xingu como campo da pesquisa é justificada porque está inserida no contexto histórico de política governamental e, por consequência, de migração que permeia praticamente toda a extensão da Transamazônica (BR 230). A criação da referida agrovila, por exemplo, foi consequência dos planos de ação dos grandes projetos do governo federal na década de 70, que possuía como um de seus objetivos a colonização dos seus entornos feita pelo INCRA composta por colonos oriundos

da região nordeste e sul, em sua maior parte, com vistas a desfazer o fluxo nacional interno de migração para o sudeste e preenchendo os tão propagados e reforçados “vazios demográficos”, que a Amazônia carregava, e eram sustentados dentro da política praticada pelo governo.

Assim, os conceitos e ideias dos movimentos migratórios discutidos neste artigo cabem no cenário de implantação e instalação da agrovila Princesa do Xingu. Com base nas primeiras entrevistas realizadas com residentes da agrovila, há relatos de que a comunidade começou a ser implantada e construída em 1972, mas que passou, de fato, a ser habitada por seus prometidos moradores em 1973, quando os trabalhadores do INCRA finalizaram as casas para que os colonos pudessem habitar. O recrutamento dos colonos era feito por fiscais gerenciados pelo INCRA em parceria com os estados e municípios para que alguns critérios primordiais fossem assegurados tais como: agricultores, chefes de família que estivessem dispostos a começar e ter uma vida nova e totalmente desligada do local de sua origem e que estivessem em busca de melhores condições de vida e trabalho, dentre outros critérios que propiciavam a ida desses colonos de maneira mais definitiva possível.

Por esse perfil, é possível perceber que o tipo de imigração que o governo federal estava motivando na região era do tipo familiar, pois o mesmo tinha interesse que a família que se envolvesse no processo de deslocamento, criasse um enraizamento, povoando, assim, a extensa área do território amazônico.

2.1 DOIS PROTAGONISTAS DA IMPLANTAÇÃO DA AGROVILA

Este artigo apresentará duas entrevistas realizadas na agrovila Princesa do Xingu, os entrevistados foram dois pioneiros locais que vivenciaram e testemunharam de perto os eventos históricos, políticos e migratórios do lugar. Estes, estão no cerne da formação e implantação do local e até hoje mantêm e perpetuam as memórias de suas experiências como verdadeiras epopeias e enriquecem com seus relatos o histórico de fundação de sua comunidade.

Seu Nélio⁵, um dos atores sociais envolvidos no processo de criação e implantação da agrovila Princesa do Xingu, tem 76 anos, é natural do Piauí, agricultor aposentado, residente da agrovila e um dos pioneiros da agrovila. Ao narrar os eventos de como teve notícia das terras em Altamira e de como chegou à agrovila Princesa do Xingu, lembra com

⁵ Nomes fictícios foram atribuídos aos entrevistados a fim de terem suas identidades preservadas.

entusiasmo de quando ouvia a voz do presidente Médici no rádio fazendo propaganda das terras da Amazônia justamente na época em que havia feito uma mudança recente de município e estava em busca de emprego.

Entrevistadora: Como o senhor soube da agrovila? Recebeu algum convite para estar aqui?

Seu Nélio: Eu estava no Maranhão, eu estava morando no Maranhão, na cidade de Codó. [...] eu tinha uns 26 ou 27 anos, então eu já tava [sic] casado. Então eu “assistindo” o rádio, naquele tempo eu não assistia televisão que foi 70-71, 71, eu acho. Então eu tava [sic] assistindo, assisti um programa do pau do presidente aqui em Altamira. [...] Do Médici, no dia em que ele veio, então fizeram isso lá e eu tava [sic] assistindo, pegaram um pau bem grosso [...] e deram para ele derrubar o pau. Eu assisti no rádio em 71. Aí eu me mudei de... tinha um vizinho meu que insistiu pra mim [sic] ir pra Santa Inês com ele, aí eu vendi os barraco lá e vim pra Santa Inês. Eu vim em agosto, no mês de agosto. Quando eu estava lá, aí quando foi agosto, setembro, eu fiquei agosto e setembro, aí quando foi no mês de setembro, houve o convite lá no Maranhão, o pessoal avistando gente pra vir pra cá, né? Aí eu me alistrei [sic] [...] aí quando eu tava [sic] com 31 anos quando eu ouvi essa voz[...]

E.: Os argumentos que eles usavam assim, o que eles falavam?

S. N.: Falavam na abertura da Transamazônica e que precisava trazer gente, tinha aquela propaganda... como é que é? Terra sem gente...

E: Homens sem terra para terra sem homens?

S. N.: Risos... exatamente, então essa era a propaganda. Aí fizeram a Transamazônica e cuidaram naquele pedaço ali do 23 pra 5ª agrovila, aquilo ali eles só num botaram asfalto, mas aquilo foi a coisa mais bonita que tem e botaram a caixa d'água do jeito que tá essa aí. Aí mostrava aquela foto pra todo mundo, aquele pedaço de terra ali mais ou menos de 2 km ou 1km e meio, eu sei que era lá numa posição que a gente tava ali no arraial que era mais pra cá de rancharia, a 5ª era mais pra lá, a vila, né? Eu sei que a gente via aquela pista toda assim, aquela caixa d'água lá em cima, aquilo ali chamava a atenção, então faziam aquela propaganda do homem sem terra e terra sem gente. Então nós assistíamos aquilo ali, então eu me inscrevi. Eles deram... não deram nem um mês. Isso foi no mês de setembro, aí eu cheguei lá [Santa Inês], comecei a procurar serviço, né? Pra trabalhar. Então aquela propaganda todo dia, todo dia, todo dia aí eles marcaram o dia, quando foi num dia eles chegaram lá antes, quase 15 dia do prazo, 10 dia do prazo eles chegaram⁶.

S. Nélio veio a Altamira por meio desse anúncio que escutou no rádio em um programa que era feito pelo próprio presidente e que reforçava certas ideologias acerca dos supostos vazios na Amazônia e abundância de suas terras. Funcionários do INCRA e do SESPE⁷ estiveram na cidade onde morava na época, Santa Inês, no interior do estado do Maranhão em 1972. Ele já estava casado, mas não tinha filhos; era agricultor, ofício que havia aprendido com seus pais (também agricultores) e estava em busca de terras para que pudesse cultivar e garantir seu sustento e da esposa. Durante a entrevista, S. Nélio ressaltou que uma das ênfases das propagandas feitas pelos funcionários do governo era a ideia de “Terras sem homens para homens sem terra” propagada pelo governo federal em relação às terras que

⁶ Entrevista realizada pela autora em 09 de dezembro de 2017.

⁷ Órgão de saúde municipal que existia na época.

existiam na Amazônia, enfatizando a disponibilidade e extensão das terras que aguardavam por esses futuros colonos e agricultores. Ele narrou que houve um longo percurso desde o dia que se alistou para ser recrutado até o dia que, de fato, chegou a Altamira e foi até às terras da tão prometida agrovila e dos lotes para cultivar as terras produtivas da Amazônia.

Depois de ter se alistado, passado pela entrevista com os funcionários do governo e ter preenchido alguns formulários para ter certeza que se encaixava no perfil esperado, ele foi encaminhado a fazer exames médicos em uma cidade próxima a dele para ter certeza que estava apto a embarcar junto com a esposa e os demais recrutas do processo que se destinariam a Altamira. O objetivo da primeira etapa era justamente chegar até São Luís, que era onde eles iriam embarcar em um dos aviões que o governo tinha designado para transportar os agricultores que iriam colonizar os entornos da Transamazônica. S. Nélio contou que houve um intervalo entre a chegada deles em Altamira até a ida efetiva dele e de todo o numeroso grupo que desembarcou na cidade com o mesmo objetivo. Isso ocorreu porque a agrovila ainda estava em construção e não havia sido finalizada, então eles precisaram se alojar e se instalar nos alojamentos do INCRA, que ficavam na rua⁸.

Em sua primeira visita no espaço onde estava sendo construída a agrovila em que S. Nélio iria morar, no caso a Princesa do Xingu, ele disse que pôde ver apenas os trabalhadores do INCRA correndo para construir as 40 casas prometidas para as famílias que vieram no mesmo grupo que o dele, que àquela altura, pelo que o pioneiro falou, a entrega parecia estar atrasada e o que viu pareceu não corresponder muito ao que havia sido prometido quando ainda estava em sua terra de origem. Ele também teve chance de visitar outras comunidades em outros travessões⁹ que estavam em construção e em algumas delas que já havia pessoas residindo em seus espaços e que o INCRA continuava a enviar os colonos, mas conta que a que mais se identificou foi com a Princesa por apresentar terras parecidas com as do Piauí e do Maranhão, que eram as que já tinha mais intimidade.

O administrador chegou e falou: rapaz, aqui tão fazendo uma agrovila, pra cá tem a estrada, está aí, tem pouca gente e é 10 km daqui lá e cês querem olhar, vão. Outra coisa que eu vou dizer, a terra não vai agradar vocês, a terra é de areia. Rapaz, que quando nós chegemos [sic] bem aqui no Panela¹⁰, que nós saímos [sic] do barco e pisemo [sic] nessa terra de areia, todo mundo tava [sic] no céu. A nossa terra era desse jeito, no Maranhão e no Piauí, que eu sou do Piauí, eu tava [sic] com seis anos no Maranhão. Rapaz, nós todo mundo gostamos [sic].

⁸ Referência à Rua 7 de Setembro em Altamira.

⁹ Travessões são vicinais, estradas que foram construídas perpendicularmente à rodovia Transamazônica (BR 230) e, geralmente, são construídas com terra batida e dão acesso a vilarejos que foram se formando ao longo das margens da rodovia.

¹⁰ Um dos igarapés que cortam a agrovila e também o centro de Altamira.

Por esse trecho de sua entrevista, S. Nélio evidencia uma possibilidade que os colonos poderiam ter de ir morar em uma agrovila diferente daquela para a qual estariam destinados. Contudo, S. Nélio não somente se identificou com as terras da agrovila da Princesa como também já incentivou e conversou com os responsáveis de mais dez famílias que poderiam junto com ele passar a morar na comunidade e que, por esse motivo, já se posicionou como uma espécie de líder diante das possíveis conversas e negociações que precisasse fazer junto ao INCRA em nome da comunidade que estava se formando e estabelecendo.

Outra pioneira, que também protagonizou a fundação e implementação da agrovila Princesa do Xingu foi D. Júlia. Atualmente, ela é técnica em enfermagem, tem 56 anos, residente da agrovila e trabalha no posto da comunidade desde sua inauguração até os dias de hoje. A pioneira é natural do Maranhão, nascida e criada em uma pequena cidade próxima a Santa Inês, sempre trabalhou com a terra, ofício que desde cedo aprendera com seus pais que também eram agricultores. Ela veio com o irmão mais velho, que já era casado, e que na ausência do pai, que já havia falecido, assumiu as responsabilidades de chefe da casa.

Ela tinha por volta dos 14 anos na época em que o irmão se alistou junto com a esposa, a mãe e os demais irmãos. D. Júlia conta que eles chegaram a Altamira em busca de terras para cultivar, mas que a propaganda e as promessas que haviam sido feitas pelos funcionários do governo pouco condiziam com a realidade que encontraram aqui, uma vez que, pela maneira que a propaganda das terras em Altamira era feita, a promessa era o “paraíso” com muitas condições propícias e favoráveis para que fossem convencidos a deixar seus locais de origem e se mudassem para as terras que estava sendo anunciadas.

Entrevistadora: Quando a senhora se mudou para a comunidade?

Dona Júlia: Fiquei lá até os 14 anos, foi naquele tempo que o INCRA tava [sic] trazendo o pessoal pra habitar a Amazônia, aí meu irmão veio, meu pai já tinha morrido, aí a gente veio junto. Eu tinha 14 anos. [...] meu irmão com a família dele, esposa e filho, aí eu com a minha mãe mais três irmão. Viemo [sic] na “resposta” dele, risos... [...] Tinha um fiscal que fazia as inscrição do povo, depois passava só o carro pegando nos interiorzinho [sic] levando pra Bom Jardim, que era a cidade mais próxima, aí lá já pegava um ônibus direto pra São Luís, de lá pegava o voo pra Altamira.

E: Como eles (ficiais) chegavam para conversar com vocês, eles falavam o quê?

D. J.: O meu irmão antes, ele foi na cidade mais próxima e conversou lá, aí prometeram que iam trazer, porque aqui tinha muita mata pra trabalhar e ia receber... A promessa deles, chegava e já ia encontrar a mata derribada, queimada, a casa pra morar, tudo isso. Era um palavreado que dava pra enganar todos. Aí a gente veio em busca disso, só que quando chegamos aqui foi totalmente diferente. Quando chegamos aqui, não tinha... Que essa vila que eles prometiam pra gente, igual a essa aqui, só que quando nós chegamo [sic] não tinha, não estava pronta. Aí o que que foi feito? A gente chegou em Altamira, jogaram a família em cima dum caminhão, a gente foi parar numa agrovila da 20, pra lá de Brasil Novo, num travessão. Lá não

tinha nada, só a casa pra morar, não tinha comida, não tinha nada, aí depois foi que trouxeram pro Brasil Novo, aí foi que distribuíram panela, carne de jabá, feijão num caroço deste tamanho (grande), ninguém nunca tinha visto [...] Nunca mais vi aquele feijão, ele era um feijão do caroço assim, ele era inchadão assim, olha, cozinha ele, cozinhava, cozinhava, na pressão, ele abria as banda [sic], mas não amolecia. Então, aí lá a gente ficou, nós chegamo [sic] dia 13, nós saímo [sic] do Maranhão dia 1º de novembro, chegamos em Altamira dia 13. A gente parou em Codó, ficamos uma semana, depois em São Luís mais uma semana. Aí o voo lotava, nunca dava. Então nós chegamo [sic] em Altamira dia 13 de novembro e fomo pra essa agrovila lá e lá ficamos. Aí eles levavam os colono [sic] pra escolher seus lote [sic], tinha só as matona e os travessão igual aí, tem a Transamazônica e os travessão [sic], aí iam colocando, só que como nós já havia [sic], tava destinado pra essa e não estava pronta, nós ficamo [sic] lá novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março na agrovila do 20 e viemo pra cá (Princesa) em abril [...] em 73¹¹.

Uma das experiências que marcou muito a chegada da D. Júlia e de sua família em Altamira foi o episódio em que a sobrinha ficou doente em decorrência da picada de piúm¹² e ela precisou ajudar e ficou muito tempo no hospital cuidando da sobrinha, mas ela não resistiu e faleceu. Ela relata que foi um tempo muito difícil, porque além dela e de toda família tivesse passando por momentos de adaptação à nova vida, ter um parente doente na família complicou ainda mais os primeiros dias deles nas terras na Amazônia. Eles demoraram cinco meses até se instalarem no espaço da agrovila Princesa do Xingu porque as casas por lá ainda estavam sendo construídas, então antes de se estabelecerem na agrovila de destino final, eles passaram um tempo na agrovila do travessão 20 e que não viam a hora de poder se mudar para a agrovila definitiva, pois a que estavam anteriormente apresentava condições muito precárias e de difícil convivência.

Já na Princesa do Xingu, ela descreveu as terras como difíceis de lidar porque para que se começasse o processo de plantio era necessário fazer a primeira queimada e que para o início do plantio efetivo da área, eles precisaram de um ano até que a terra estivesse mais propícia para o cultivo e, só a partir de então, começaram a plantar mandioca, milho, arroz

¹¹ Entrevista realizada pela autora em 09 de dezembro de 2017.

¹² A **oncocercose**, conhecida também como “cegueira dos rios” ou “mal do garimpeiro”, é uma doença provocada pelo parasita nematódeo *Onchocerca volvulus*, que acomete exclusivamente os humanos.

[...]

Sua transmissão é feita pelo mosquito *Simulium spp.*, popularmente conhecidos como piúm (região norte) ou *borrachudo* (demais regiões). Quando este inseto pica um hospedeiro infectado, acaba sugando microfíliarias junto com o sangue. [...]

A doença é caracterizada pelo surgimento de nódulos subcutâneos fibrosos, também chamados de **oncocercomas**, sobre superfícies ósseas em diversas regiões do corpo. Esses nódulos são móveis, não causam dor e são neles que se encontram os parasitas no estágio adulto. Os machos podem percorrer o corpo do hospedeiro, migrando de nódulo em nódulo, fecundando as fêmeas que se encontram enoveladas nestas estruturas. Por dia, esses parasitas apresentam a capacidade de gerar até 3.800 larvas, que recebem o nome de microfíliarias. Essa doença não leva ao óbito, mas pode causar cegueira nos indivíduos portadores.

Fonte: <https://www.infoescola.com/doencas/oncocercose/>

mesmo que as condições da terra não fossem as melhores, mas eles ainda conseguiram produzir.

Após um certo tempo, na própria comunidade, implantaram uma escola de ensino fundamental e conseguiu terminar os seus estudos, pois saiu do Maranhão e havia cursado só até a 4ª série do hoje se tem como ensino fundamental menor. Houve uma época que o INCRA ofereceu um curso de capacitação de técnico em enfermagem para que houvesse voluntários que pudessem atuar no posto da comunidade se voluntariou. Ela fez o curso de capacitação até hoje atua como técnica em enfermagem no único posto de saúde da agrovila, embora tenha de lidar com condições precárias de manutenção do prédio em que fica e com recursos e suprimentos limitados para que atenda as demandas dos que recorrem ao posto. Ela manifesta muito amor e entrega ao seu ofício e até mesmo uma certa militância quando menciona que se organiza para cobrar dos administradores públicos providências não só para o posto, mas também para a escola e os serviços básicos que precisam ser mantidos no interior da comunidade.

Embora encontre certas dificuldades para o bom funcionamento dos serviços básicos no interior da comunidade, como o fornecimento regular de água, ela afirma que tem muito amor pela mesma e demonstra ainda ter fortes laços com o espaço, uma vez que teve três filhos e dois deles moram na comunidade também e apenas uma que não, que saiu para estudar, mas que está por lá com frequência para matar a saudade e estar em contato com seus familiares e vizinhos com os quais sempre conviveu desde seu nascimento.

Em ambos os casos, tanto de Seu Nélio quanto de Dona Júlia, é possível perceber em seus relatos que o plano do governo federal de colonização da Transamazônica, para eles, foi muito promissor, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, incluindo o não cumprimento de boa parte das promessas feitas antes de deixarem seus locais de origem, mas que com sua garra, perseverança e perspectiva de um futuro melhor, eles puderam ter chance de mudar suas condições de vida e se adaptar às novas condições, algo que se tivesse, decidido ficar ou retornar ao local ao qual pertenciam antes de migrarem para a Amazônia jamais teriam chance de conquistar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações conceituais e históricas, consideradas neste presente artigo, que nortearam as discussões acerca migração foram iluminadoras quanto às percepções e identificações de fatores geradores dos deslocamentos dos sujeitos não só numa perspectiva

unilateral, mas expandindo a percepção para toda a rede e contexto nos quais os parceiros da imigração, sociedade de origem, sociedade de recepção e os próprios emigrantes e imigrantes (SAYAD, 1998) detêm uma performance muito importante para o sistema de migração funcione e seja mantido.

É possível perceber que, independente dos fatores de expulsão ou atração dos migrantes, como aponta Klein (2000), os movimentos migratórios sempre estiveram presentes nas práticas cotidianas dos sujeitos, pois seus fatores geradores estão intimamente relacionados a questões de necessidades básicas e de sobrevivência, como sinaliza Ianni (2004) ao elucidar as causas mais recorrentes para que a migração tenha seu início. Assim, como retratado anteriormente, o fluxo migratório no interior da Amazônia foi fortemente impulsionado pelas ações e articulações do governo militar a fim de que problemas que estavam latentes na época, como a reforma agrária, e a concentração demográfica no Nordeste e um “vazio” na Amazônia pudessem ser desfeitos ou, pelo menos, amenizados.

Dessa forma, as razões principais que sempre levaram os agricultores do nordeste do Brasil a imigrarem para a Amazônia foram as clássicas melhoras nas perspectivas de vida e de trabalho que foram muito reforçadas também nas propagandas feitas pelo governo federal na década de 70 com o início das obras da Transamazônica e que estava alistando agricultores que pudessem ocupar definitivamente a Amazônia, como foi o caso principalmente de muitos cearenses desde o início do século X, quando esses imigrantes já vivam esse fenômeno migratório pelas mesmas razões. Segundo Lacerda (2006) no Pará, com a constante vinda de migrantes dos sertões cearenses atingidos pelas secas, em busca de uma vida melhor na região, é quase com um caráter complementar que a natureza cearense e a amazônica vão tomando corpo nos relatos dos poderes públicos e nos noticiários da imprensa, através de colunas diárias ou de quadros de poemas que enchiam os olhos dos leitores com uma visão trágica e exótica da natureza e do homem cearense, sempre ameaçado pelas secas.

Com isso, muitos imigrantes nordestinos aos poucos perdem seus laços com a terra natal, compromete-se o vínculo parental e com o seu local de origem, estabelecem-se novas conexões no novo espaço social por eles habitados.

Diante de todas essas reflexões, espera-se que essas discussões e reflexões iniciais possam fomentar análises futuras quanto aos desdobramentos da migração no cotidiano e nas construções dos traços culturais de seus residentes, por exemplo, uma vez que tema está imbricado a diversos outros temas que podem ser suscitados e também trazidos para discussão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Metas e bases para a ação de governo. Brasília, 1970. _____ . **Decreto-lei nº 1.106, de 16' de junho de 1970.** Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Brasília, 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm> Acesso em: 01 out. 2017.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KLEIN, Herbert S. **Migração internacional na história das Américas.** In: Fausto, Boris (Org.). Fazer a América. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

LACERDA, F. G. Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1889-1916). **Revista Brasileira de História.** vol.26 no.51. São Paulo Jan./June 2006

PEREIRA, Airton dos Reis. **A colonização na Transamazônica durante o governo de Emílio Garrastazu Médici.** Revista Reflexão e Ação, vol. 23, no. 2. Santa Cruz do Sul-SC, p. 54-77, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/download/6369/pdf_24> Acesso em: 04 jan. 2018.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade.** Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SMITH JÚNIOR, Francisco Pereira; GARVAO, R. F. **Economia e política na Amazônia brasileira (séculos XIX e XX).** Revista Estudos Amazônicos, v. 9, p. 157-179, 2014.

SOUZA, César Martins de. **Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica.** Revista Contemporânea, vol. I, ano 4, no. 5. Niterói-RJ, p. 1-19, 2014. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/5_Ditadura_grandes_projetos_e_colonizacao_no_cotidiano_da_Transamazonica.pdf> Acesso em: 30 set. 2017.

TEXTO DE OPINIÃO E SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA: UMA ANÁLISE DO TEXTO ARGUMENTATIVO PRODUZIDO NO ENSINO SUPERIOR

Ana Paula Martins Alves¹
Marílio Salgado Nogueira²

RESUMO

Jean-Michel Adam (2011) apresenta uma proposta de análise textual em que busca articular texto e discurso. Em uma abordagem textual-discursiva, a microunidade de análise deve ter um caráter textual e enunciativo, uma vez que, segundo o teórico, uma “proposição-enunciado é o produto de um ato de enunciação” (ADAM, 2011, p. 108). Nesse ponto de vista, Adam (2011) define sequência como uma estrutura, cujas partes estão ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem formando, assim, uma rede relacional hierárquica. Ademais, a organização interna da sequência lhe confere uma relação de dependência-independência com o texto, conjunto mais amplo do qual faz parte. O presente artigo tem por escopo analisar textos de opinião de estudantes recém-ingressos no ensino superior, a fim de reconhecer a sequência argumentativa e a teoria proposta por Adam (2011) para uma análise textual dos discursos. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa do tipo explicativa, de base interpretativa e de caráter descritivo.

Palavras-chaves: Texto. Sequência Argumentativa. Texto de opinião.

ABSTRACT

Jean-Michel Adam (2011) presents a proposal of textual analysis in which it seeks to articulate text and discourse. In a textual-discursive approach, the analysis micro-unit must have a textual and enunciative character, since, according to the theoretician, a "proposition-enunciation is the product of an act of enunciation" (ADAM, 2011, 108). In this view, Adam (2011) defines sequence as a structure, whose parts are connected to each other and linked to the whole that they constitute, thus forming a hierarchical relational network. In addition, the internal organization of the sequence gives it a relationship of dependency-independence with the text, the broader set of which it is part. The purpose of this article is to analyze the opinion texts of students who are new in the undergraduation course in order to recognize the argumentative sequence and the theory proposed by Adam (2011) for a textual analysis of the discourses.

Keywords: Text. Argumentative Sequence. Text of opinion.

INTRODUÇÃO

Em nossas atividades comunicativas lemos e produzimos diversos tipos de textos, assim como ouvimos ou produzimos enunciados como: Escrevi uma *carta* para minha avó; tenho que fazer um *resumo*; achei o *anúncio* interessante; O *artigo* apresenta argumentos convincentes; etc. Os textos são produtos da atividade de linguagem em funcionamento permanente nas formações sociais.

¹ Mestre em Linguística, professora da Universidade Federal Rural da Amazônia, anamarinsalves@gmail.com

² Mestre em Linguística, professor da Universidade Federal Rural da Amazônia, mariliosn@gmail.com

Teorizando a respeito da composição de um texto, Jean-Michel Adam (2011) apresenta uma proposta de análise textual em que busca articular texto e discurso. Em uma abordagem textual-discursiva, a microunidade de análise deve ter um caráter textual e enunciativo, uma vez que segundo o teórico uma “proposição-enunciado é o produto de um ato de enunciação” (ADAM, 2011, p. 108). Destarte, a análise textual recai sobre o produto de uma enunciação composta por uma microunidade ao mesmo tempo sintática e de sentido.

Segundo Adam (2011) não existe enunciado isolado, toda proposição-enunciado compreende três dimensões complementares – enunciativa, referencial e argumentativa – que se encontram articuladas entre si.

[...] uma **dimensão enunciativa** [B] que se encarrega da representação construída verbalmente de um **conteúdo referencial** [A] e dá-lhe uma certa **potencialidade argumentativa** [ORarg] que lhe confere uma **força** ou **valor ilocucionário** [F] mais ou menos identificável. (ADAM, 2011, p. 109).

A dimensão enunciativa refere-se ao(s) ponto(s) de vista(s) presente(s) no texto e a possível identificação do locutor com um ou outro ponto de vista. A dimensão referencial. Entende-se por dimensão referencial, a representação enunciativa construída por meio de um conteúdo proposicional. Já a dimensão argumentativa confere uma força argumentativa ao enunciado, que busca afetar o interlocutor de algum modo.

Adam (2011) ratifica ainda que as proposições-enunciado se relacionam a partir de operações que lhes permitem um agrupamento coeso, podendo ser de dois tipos: o período e a sequência.

Segundo Adam (2011), *períodos* são unidades que entram diretamente na composição de partes de um plano de texto, ao passo que as *sequências* são unidades textuais complexas, compostas por conjuntos de proposições-enunciado, denominados de macroproposições. Como cita o autor “distinguímos entre unidades textuais frouxamente tipificadas, os períodos, e unidades mais complexas, tipificadas, as sequências.” (p. 204).

Nesse ponto de vista, Adam (2011) define sequência como uma estrutura, cujas partes estão ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem formando, assim, uma rede relacional hierárquica. Ademais, a organização interna da sequência lhe confere uma relação de dependência-independência com o texto, conjunto mais amplo do qual faz parte.

Destarte, o autor reforça, ainda, que um texto pode ser constituído por mais de uma sequência, uma vez que as sequências se compõem por macroproposições, que por sua vez, constituem-se de proposições-enunciado.

Segundo o linguista, em seu estado atual de reflexão, é possível definir apenas cinco seqüências prototípicas, a saber: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal-conversacional.

Todavia, para os propósitos desse estudo, nos deteremos na exploração da seqüência argumentativa, apontando suas características e estrutura.

Nesse contexto, o presente artigo tem por escopo analisar textos de opinião de estudantes recém-ingressos no ensino superior, a fim de reconhecer a seqüência argumentativa sob a luz da teoria de Adam (2011) para uma análise textual dos discursos.

Segundo a tipologia científica, que classifica os diversos tipos de pesquisas, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa do tipo explicativa, uma vez que visou aprofundar o conhecimento de uma realidade (GIL, 2007), bem como de base interpretativa e de caráter descritivo.

Este estudo contou com a produção textual de 22 alunos do 1º semestre do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Após a exibição do vídeo “Vida Maria” e debate sobre questões levantadas a partir da percepção dos alunos, estes produziram um texto de opinião sobre as oportunidades educacionais no Brasil.

O presente artigo está dividido em três partes. Na primeira resenhamos o estado da arte acerca da noção de seqüência textual, abordando especificamente as características da seqüência foco deste trabalho – seqüência argumentativa. Nesta primeira parte, apresentamos os principais conceitos para a compreensão da análise dos dados da pesquisa. Na segunda parte, temos uma seção propriamente analítica, em que apresentamos a análise da seqüência foco do trabalho, em textos de opinião de alunos recém-ingressos no ensino superior. E, por fim, na última parte, temos as considerações finais a respeito da teoria de base e da nossa análise textual.

1. SEQUÊNCIAS TEXTUAIS SEGUNDO JEAN-MICHEL ADAM

Inspirado nos pressupostos bakhtiniano, as tipologias textuais de Adam (2011) situam-se na proposta de que os enunciados são relativamente estáveis. Utilizando a ideia de estabilidade de Bakhtin, Adam (2011) propõe que os gêneros primários sejam vistos como tipos nucleares, menos heterogêneos e responsáveis pela estruturação dos gêneros secundários.

Os gêneros primários são concebidos, então, como sequências textuais, ou seja, como componentes textuais (compostos por proposições relativamente estáveis e maleáveis), que atravessam os gêneros secundários.

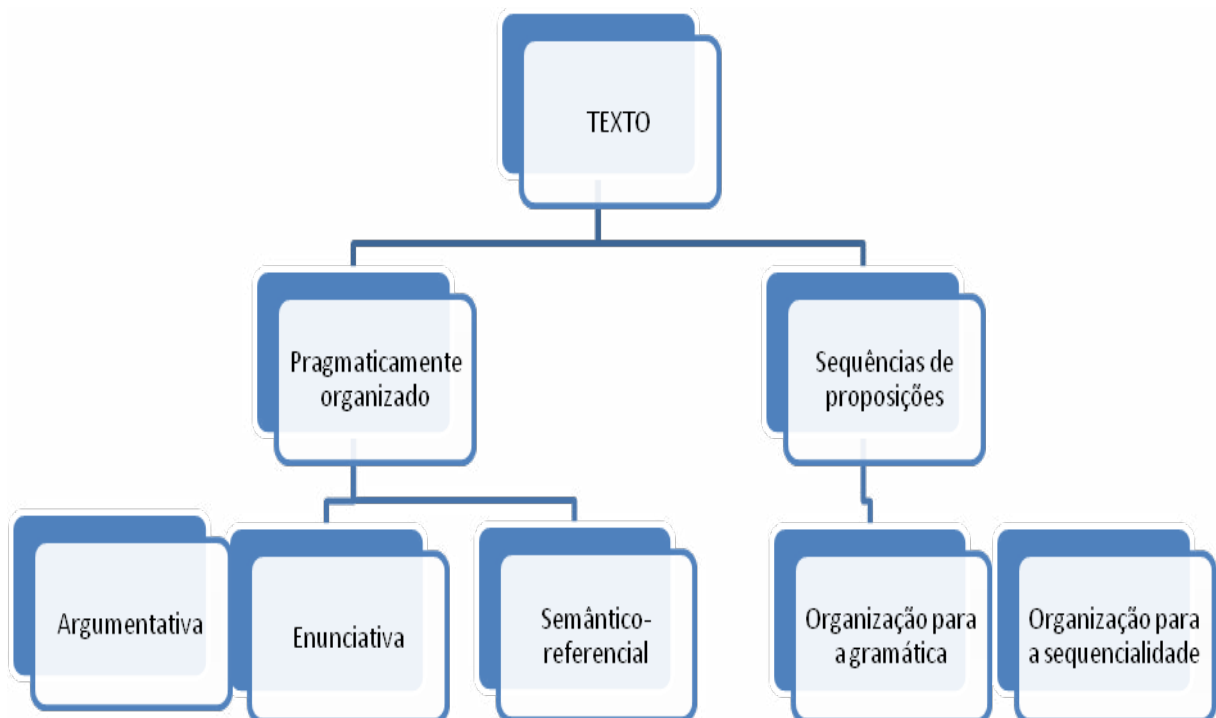
Todavia, enquanto os gêneros marcam situações sociais específicas e são essencialmente heterogêneos, as sequências são componentes que atravessam todos os gêneros, relativamente estáveis e facilmente delimitáveis em um pequeno conjunto de tipos (tipologia).

Segundo Adam (2011), a sequência é uma estrutura, uma rede relacional hierárquica, cujas partes estão ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem, bem como uma entidade relativamente autônoma, dotada de uma organização interna que lhe confere uma relação de dependência-independência com o texto, conjunto mais amplo do qual faz parte.

O linguista reforça que cada texto é uma realidade por demais heterogênea e que, por isso, é difícil circunscrevê-la aos limites de uma definição estrita. Assim, em sua obra *Éléments de linguistique textuelle* (1990), Adam fala de diferentes planos de organização textual e define o texto como uma estrutura sequencial heterogênea. Desse modo, redefine a noção de texto e situa a tipologia das sequências em um conjunto mais amplo do plano de organização da textualidade.

O esquema a seguir sintetiza essa nova noção de texto postulado por Adam (2009):

Figura 1: Plano de organização textual



Segundo o teórico, o texto é, por um lado, pragmaticamente organizado e por outro é uma sequência de proposições. A organização pragmática comporta três dimensões: argumentativa, enunciativa e semântico-referencial; em que a primeira dimensão compreende-se como o agir sobre as representações e crenças do interlocutor, permite definir todo texto como visando um objetivo. A segunda confere ao texto uma tonalidade enunciativa de discurso oral, escrito, não-real, científico, poético. E a terceira, a semântica, é o tema global ou tópico do discurso, é representada pelo que chamamos de macroestrutura semântica.

Por outro lado, o texto como uma sequência de proposições é composto por duas dimensões: a conectividade e a sequencialidade. A conectividade diz respeito ao nível mais local, em que cada proposição é morfologicamente organizada. Assim os fenômenos de ligação entre proposições asseguram a continuidade e progressão textual. A sequencialidade, por sua vez, diz respeito à organização sequencial da textualidade. Segundo Adam (2009a), a sequencialidade é o único plano de organização considerado como uma base de tipologia.

Em consonância com a ideia bakhtiniana de heterogeneidade composicional dos enunciados, Adam (2009a) busca uma abordagem unificada da estrutura sequencial dos textos. Dessa forma, “definir o texto como uma estrutura sequencial permite abordar a heterogeneidade composicional em termos hierárquicos muito gerais” (ADAM, 2009a, p. 122). A sequência como unidade constituinte do texto é composta por blocos de proposições, denominadas de macroproposições, e estas por sua vez, são formadas por “n” microproposições (ADAM, 2009a, p. 123).

Adam (2011) reconhece cinco tipos de sequências textuais: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal-conversacional. Cada uma das sequências partilha entre elas certo número de características que leva o leitor reconhecê-las como sequências, seja narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa ou dialogal-conversacional.

Para os propósitos do nosso estudo abordaremos apenas a sequência argumentativa, uma vez que acreditamos que esta é mais prototípica do gênero produzido pelos participantes da pesquisa: texto de opinião.

A concepção de sequência e sua relação com a sequência argumentativa será o objeto da análise. A seguir apresentamos algumas considerações a respeito da sequência argumentativa.

1.1. SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA

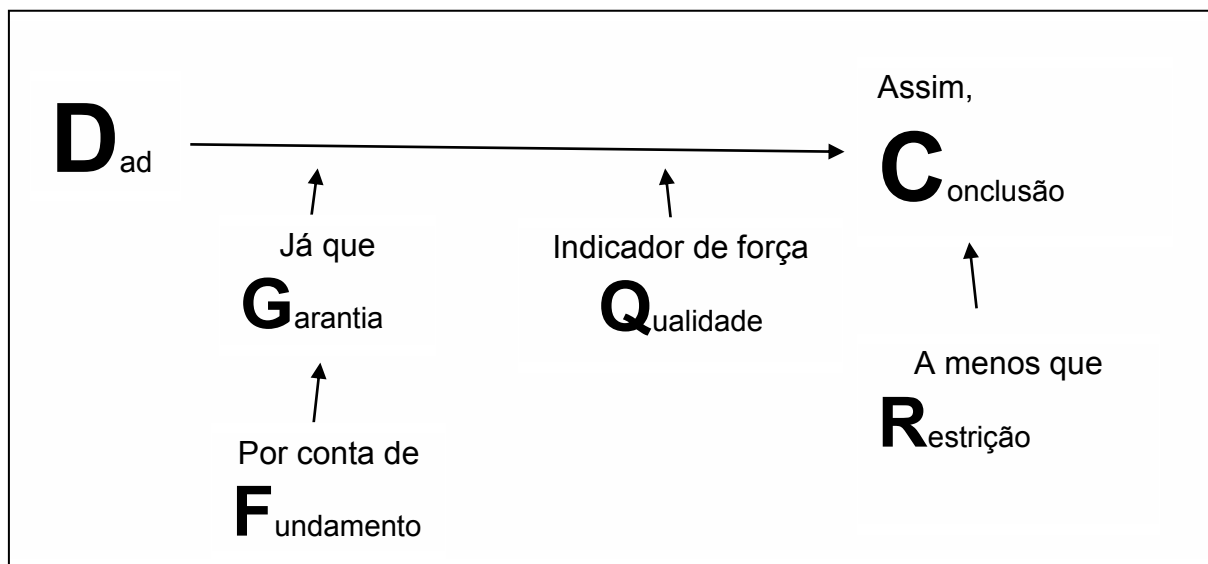
Argumentar, de um modo geral, consiste em utilizar-se de recursos linguísticos para convencer o interlocutor de uma determinada asserção. Objetivando demonstrar ou refutar uma tese, o locutor parte de premissas, nem sempre explícitas, e tenta mostrar que não se pode admitir tais premissas (DUCROT, 1980).

No entanto, Adam (1992) ressalta a expressa diferença entre argumentação e a unidade composicional denominada sequência argumentativa. Segundo o teórico, a argumentação pode ser concebida no nível do discurso e da interação social, podendo ainda ser concebida como mais uma função da linguagem. Já a sequência argumentativa está no nível da organização pragmática da textualidade.

Ao postular a argumentação como uma forma de composição elementar, fica entendido que certas sucessões de proposições podem ser marcadas pela relação “dado-conclusão”. (Adam, 1992), visto que um argumento-dado visa ancorar ou refutar uma determinada proposição (conclusão).

Para explicar essa relação “dado-conclusão”, Adam (1992) retorna ao esquema argumentativo de S. E. Toulmin. Vejamos a seguir:

Figura 2: Esquema argumentativo de S. E. Toulmin



Esquema adaptado de PLANTIN, 2008)

Para Toulmin, o discurso argumentativo é composto por seis elementos:

- Um DADO (D), um argumento;
- Uma GARANTIA (G), uma licença para inferir;

- Um FUNDAMENTO (F), fundamento ou suporte da garantia;
- Um QUALIFICADOR (Q), qualificador ou indicador modal de força, uma força de convicção ou persuasão;
- Uma CONCLUSÃO (C).
- Uma RESTRIÇÃO (R), condições de refutação;

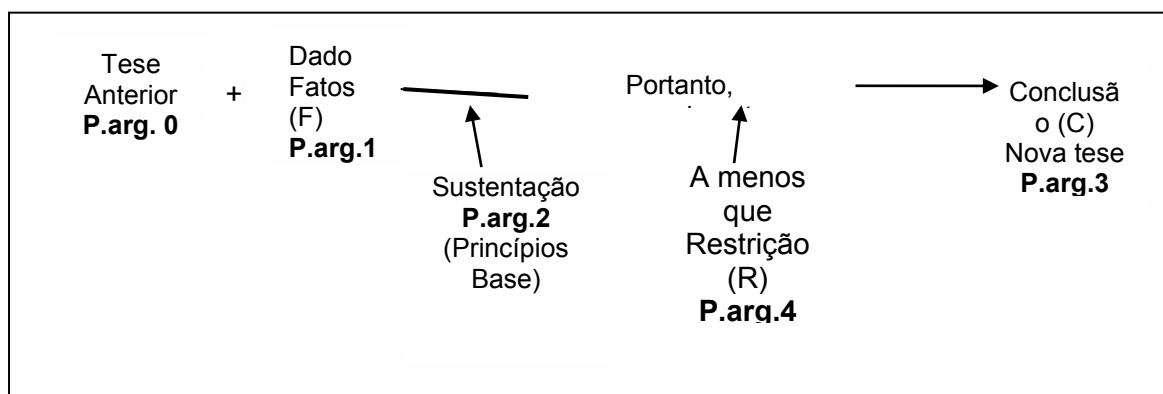
Uma conclusão (C) é afirmada com base em um dado (D). Todavia, (C) é autorizada a partir de leis de passagem (G), ou seja, uma licença para inferir, um fundamento (F). Contudo, o argumento (D) é modalizado (Q), ou seja, atenuado. O modal (Q), em geral, que afeta a lei de passagem (G), anuncia aquela que se encontra na conclusão (C), e (C) pode ser restringido (R), refutado.

Observemos o exemplo a seguir:

(1) Harry nasceu nas Bermudas. Presumivelmente, Harry é um súdito britânico”.³ Temos, *Harry nasceu nas Bermudas* (D). **Assim**, *Presumivelmente* (Q), *Harry é um súdito britânico* (C). (**Já que** as pessoas nascidas em Bermudas são súditas britânicas (G), **por conta de** os estatutos legais garantirem tal direito (F), **a menos que** seus pais sejam estrangeiros e ele tenha se tornado americano naturalizado (R)).

O modelo de Toulmin é um verdadeiro esquema do processo de ancoragem/refutação dos enunciados prototípicos da sequência argumentativa. É a partir desse modelo que Adam (1992) propõe o seguinte esquema para explicitar a estrutura de uma sequência argumentativa:

Figura 3: A Sequência argumentativa (ADAM, 2009b, p.149)



As macroproposições da sequência argumentativa são explicitadas:

³ Plantin (2008, p.26)

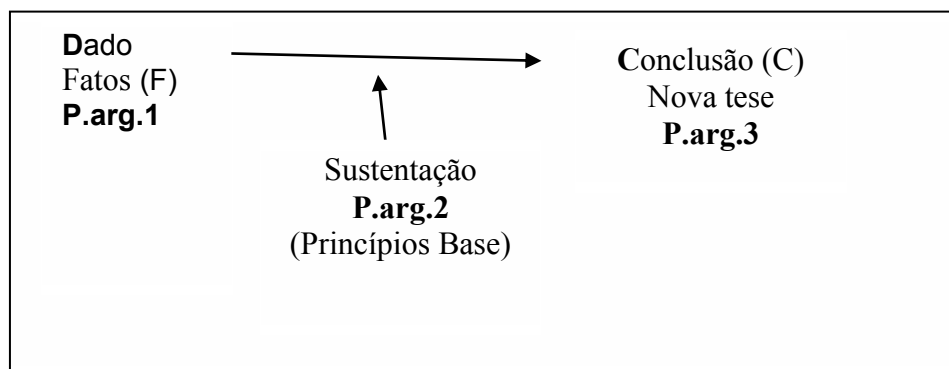
- Tese anterior (P.arg.0): é uma conclusão inicial concebida a partir das informações dadas pelo texto;
- Dados (P.arg.1): correspondem aos argumentos que ancoram a conclusão (P.arg.3);
- Sustentação (P.arg.2): diz respeito aos princípios de base que dão sustentação aos dados;
- Conclusão (P.arg.3): é a conclusão ou a tese defendida;
- Restrição (P.arg.4): correspondem aos argumentos opostos que levam a uma conclusão não-C.

Adam (1992) ressalta, contudo, que esse esquema não é linear. A nova tese (P. arg3) pode ser reformulada logo na entrada e retomada ou não após a conclusão, ou ainda a tese anterior pode ser subentendida.

O teórico destaca ainda, que este esquema comporta dois níveis argumentativos: o *justificativo*, em que o argumento do locutor é infalível e as estratégias argumentativas são dominadas pelos conhecimentos trazidos e o *dialógico ou contra-argumentativo*, em que a argumentação é negociada com um contra-argumento e a estratégia argumentativa visa uma transformação dos conhecimentos.

O nível justificativo pode ser representado pelo esquema seguinte:

Figura 4: Nível justificativo (ADAM, 2009b, p.149)



Ao passo que o nível dialógico ou contra-argumento acrescenta-se (P.arg.0) e (P.arg.4).

Pode-se dizer, então, que a argumentação se estrutura em dois aspectos: demonstrar-justificar uma tese e refutar uma tese ou argumento de uma ideia adversa. E adotando essa

concepção podemos dizer que um discurso argumentativo se estabelece na relação com um contra-discurso, seja efetivo ou virtual. E ao argumentar, o locutor procura subsídios na língua para convencer o seu interlocutor a aceitar a sua tese e desconsiderar a tese que se opõe a sua.

Na próxima seção, apresentamos uma análise das sequências argumentativas em textos de opinião produzidos por alunos recém-ingressos no ensino superior.

2. ANÁLISE DA SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA EM TEXTOS DE ARTIGO DE OPINIÃO

Este artigo se propõe analisar textos de opinião de estudantes recém-ingressos no ensino superior, a fim de reconhecer a sequência argumentativa em tais textos, assim como ratificar a teoria proposta por Adam (2011), para uma análise textual dos discursos. Para tanto, nosso *corpus* foi composto por 22 textos de artigo de opinião, escritos por alunos do 1º semestre do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Contudo, para os limites deste artigo apresentamos apenas 2 textos, para demonstrar a atualização da sequência argumentativa nesse gênero textual. Vejamos o texto abaixo:

Texto A1⁴:

(1) A educação tem capital importância na vida das pessoas, **(2)** visto que desempenha um papel essencial na interação social de qualquer cidadão. **(3)** Porém, sua aplicação e desenvolvimento esbarram em problemas e a falta de investimentos.

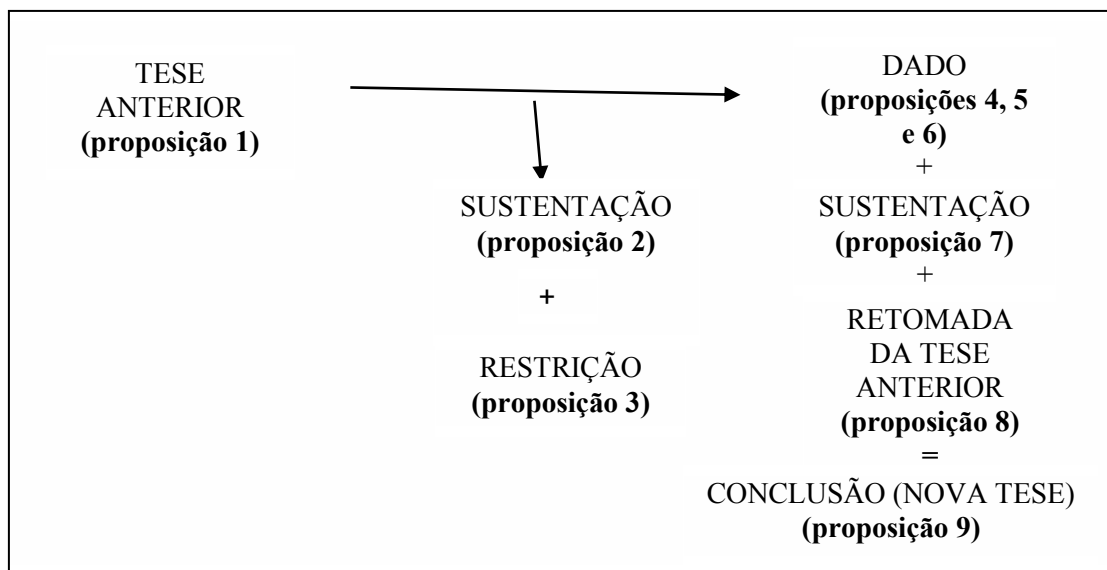
(4) As oportunidades à uma educação de qualidade se limitam, cada vez mais, à uma pequena parcela da população. **(5)** Logo, as condições sociais exercem uma grande influência sobre um direito fundamental de cada cidadão.

(6) A falta de investimentos no setor educacional está evidente, desqualificado, assim, algo que deveria ser prioritário. **(7)** Visto que, seu aprimoramento (das técnicas de ensino, da qualidade dos professores e da própria infraestrutura) facilitaria a inclusão social de um cidadão.

(8) Portanto, a educação tem um papel bastante importante no desenvolvimento social, cultural e intelectual de uma população. **(9)** Dessa forma, investimentos nessa área são fundamentais para uma melhora na qualidade de vida de todos os envolvidos, direta ou indiretamente.

⁴ Texto de opinião produzido por aluno recém-ingresso no ensino superior.

A estrutura argumentativa do texto A1 está representada no quadro a seguir:



A1 defende a tese de que a educação tem importância na vida das pessoas e que por isso é necessário investimento para melhorar a qualidade de vida de todos. Tal conclusão é ancorada através de uma sustentação explícita de que a educação desempenha papel essencial na interação social do cidadão, no entanto, a proposição 3 apresenta ao leitor uma restrição que orientará o discurso argumentativo do redator. Ademais, a partir da restrição, o movimento argumentativo conduzirá a uma conclusão ancorada por argumentos expressos nas proposições (4), (5) e (6) e na retomada da tese anterior, fato que levará o interlocutor a nova tese (conclusão) transcrita na proposição (9).

O movimento argumentativo do texto A2 perpassa por todas as macroproposições propostas por Adam (2011), ratificando, no entanto, a não linearidade do esquema da sequência argumentativa.

Vejam como se configura o movimento argumentativo do texto A2:

Texto A2⁵:

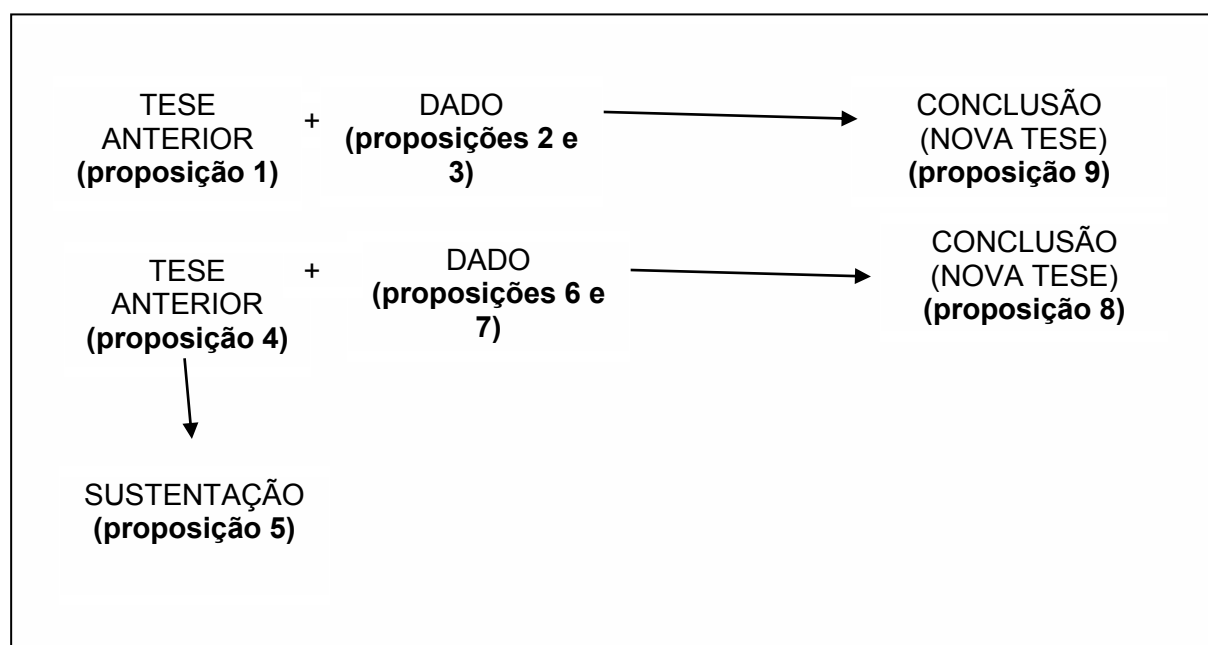
(1) A educação é um fator primordial na vida de uma pessoa, (2) ela é capaz de mudar os rumos da vida de alguém. (3) Quem possui acesso à educação tem maiores chances e oportunidades de crescer tanto profissionalmente, quanto pessoalmente e ter uma vida totalmente diferente de quem não a possui.

(4) A ausência de educação traz, conseqüentemente, falta de informação e conhecimento dos fatores que podem mudar sua vida por completo. (5) É a base para que isso tudo não ocorra é a pessoa ter acesso à educação. (6) Infelizmente essa é uma realidade ainda existente nos dias de hoje, onde as pessoas julgam o mundo tão moderno e avançado e não oferece oportunidades suficientes a todas as pessoas para ter acesso à ela.

(7) O que causa, por consequência, o aumento da violência, dos mendigos, dos desempregados, dos adolescentes que são pais precocemente, do grande número de pessoas viciadas em drogas ou álcool, entre outros.

(8) Para esse quadro mudar muita coisa tem que ser feita ainda, tanto tem que ter iniciativa os governantes quanto cada cidadão. (9) Se queremos viver num mundo melhor, basta darmos prioridade a um fator, talvez o único capaz de mudar isso tudo: a educação.

O movimento argumentativo do texto A2 pode ser representado pela seguinte estrutura:



⁵ Texto de opinião produzido por aluno recém-ingresso no ensino superior.

O texto A2 apresenta um movimento argumentativo interessante se comparado ao A1. Em um mesmo texto, o redator apresenta dois argumentos 0 (tese anterior) e conseqüentemente duas conclusões.

Inicialmente A2 defende a tese de que a educação é um fator primordial na vida de uma pessoa e, por isso, precisamos priorizá-la (proposição 9). Tal conclusão é ancorada nos argumentos expressos nas proposições (2) e (3).

Porém, o redator apresenta também uma segunda tese anterior (proposição 4), a qual será sustentada pela proposição (5) e progressivamente construída até se chegar a nova tese (proposição 8).

Em A2, percebemos dois movimentos argumentativos paralelos, embora complementares. O efeito de sentido causado por esse paralelismo aumenta o valor persuasivo da argumentação, na medida em que o argumentador faz esse movimento: tese anterior – dado - tese anterior – dado - conclusão 1- conclusão 2.

Em suma, o texto A2 apresenta uma estrutura bem peculiar, compreendendo quase todas as macroposições propostas por Adam (2011), embora inclua o caráter imprevisível dos textos reais, o que, por si, demonstra a não-aplicabilidade do modelo teórico-metodológico lógico proposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, analisamos a sequência argumentativa postulada por Adam (1992) em textos de opinião produzidos por alunos do 1º semestre do ensino superior.

Após a análise de dois textos exemplares (textos A1 e A2), percebemos que a unidade composicional dos textos analisados está marcada pela relação “dado-conclusão”, elementos designados por Adam (2011) como indispensáveis na constituição de uma sequência argumentativa.

Sabemos, contudo, que o texto de opinião é um gênero essencialmente argumentativo, um gênero que se organiza seguindo uma linha argumentativa que inicia com a identificação do tema e segue apresentando diferentes argumentos, que nem sempre é elucidado nos textos, de forma a justificar ou refutar uma tese, até se chegar à formulação de uma tese final.

No entanto, destacamos a advertência feita por Adam (1992), que não podemos confundir argumentação geral com sequência argumentativa. Destarte, constatamos, em nossa

análise, que, embora o discurso dos redatores seja essencialmente argumentativo, os textos apresentam uma estrutura composicional com as características prototípicas da sequência argumentativa, uma vez que se utilizam de macroproposições organizadas de forma a persuadir o leitor acerca de uma determinada posição.

No que diz respeito à estrutura da sequência argumentativa, destacamos, ainda, que a ancoragem das macroproposições não está, direta ou necessariamente, ligada à conclusão, todavia, estas podem estar ancoradas à tese anterior, conforme foi analisado nos exemplos A1 e A2. Salientamos também, que embora a tese anterior estivesse explicitada nos textos aqui analisados, esta pode apresentar-se de forma implícita, todavia, sua identificação se daria por inferência.

Por fim, destacamos que a estrutura da sequência argumentativa não está presa a uma linearidade, contudo, as macroproposições de dado e conclusão são elementos fundamentais à sua constituição, embora nem sempre sejam explicitadas nos textos.

Salientamos, portanto, a relevância das contribuições dos estudos de Adam (1992, 2011) para a discussão acerca dos gêneros textuais. Todavia, acreditamos haver a necessidade de adaptação da noção de sequência argumentativa ao texto de opinião.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **Éléments de linguistique textuelle**: théorie ET pratique de l'analyse textuelle. Mardaga: Philosophie et langage, 1990.

_____. **Les textes**: types ET prototypes. Paris: Nathan, 1992.

_____. **Quadro teórico de uma tipologia sequencial**. IN: BEZERRA, B. G. (Org.);

BIASI-RODRIGUES, B. (Org.); CAVALCANTE, M. M. (Org.). Gêneros e sequências textuais. Recife: EDUPE, 2009a.

_____. **Uma abordagem textual da argumentação**: “esquema”, sequência e frase periodica. IN: BEZERRA, B. G. (Org.); BIASI-RODRIGUES, B. (Org.); CAVALCANTE, M. M. (Org.). Gêneros e sequências textuais. Recife: EDUPE, 2009b.

_____. **A Linguística Textual**: introdução à análise dos discursos. São Paulo: Cortez, 2011.

DUCROT, Oswald. **Les enchelles argumentatives**. Paris: Minuit, 1980.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PLANTIN, Christian. **A argumentação**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial. Tradução de L'Argumentation. 2008.

SEÇÃO LIVRE

AS RELAÇÕES ENTRE IMAGEM E ARQUITETURA: UM OLHAR SOBRE A CATEDRAL DIOCESANA DE SANTA MARIA, MÃE DE DEUS, CASTANHAL (PA)

Marcos Murelle Azevedo Cruz¹
Daniel S. Fernandes²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a relação entre imagem e arquitetura contemporânea nas expressões da Catedral Diocesana de Santa Maria, Mãe de Deus, em Castanhal (PA). Sendo uma construção recente, este tempo católico de rito romano protagoniza o encontro de diversas culturas e tradições religiosas do catolicismo entre Ocidente e Oriente que se expressam numa estrutura versada em vitrais, mosaicos, campanários, símbolos litúrgicos e mobiliários com entalhamentos de imagens em mármore branco e bronze. É possível que um acurado estudo sobre as expressões materiais e espirituais deste templo cristão aponte para um paradoxal encontro entre o desencantamento da arquitetura e o retorno ao simbolismo das imagens, tão caro à evangelização nos dias atuais.

Palavras-chave: Arquitetura. Catedral. Imagem.

ABSTRACT

The objective of this work is to present the relationship between image and contemporary architecture in the expressions of the Diocesan Cathedral of Santa Maria, Mother of God, in Castanhal (PA). Being a recent construction, this Roman time of Roman rite stars the encounter of diverse cultures and religious traditions of the catholicism between West and East that express in a structure versed in stained glass, mosaics, bell towers, liturgical symbols and furniture with carvings of images in white marble and bronze. It is possible that an accurate study of the material and spiritual expressions of this Christian temple points to a paradoxical encounter between the disenchantment of architecture and the return to the symbolism of images so dear to evangelization today.

Keywords: Architecture. Cathedral. Image.

APRESENTAÇÃO

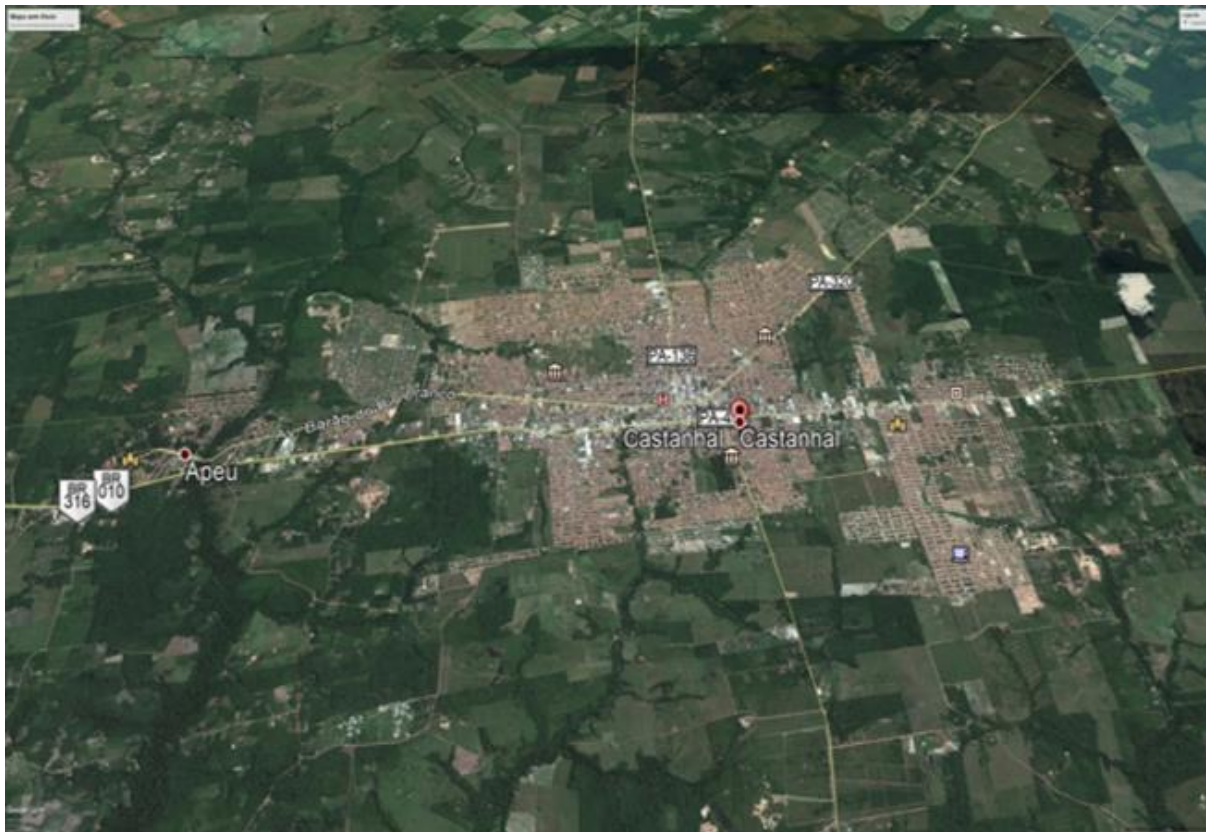
A Catedral Diocesana de Santa Maria, Mãe de Deus, é uma construção contemporânea. O lançamento de sua pedra fundamental ocorreu no dia 24 de Abril de 2001, numa celebração solene presidida pelo então Arcebispo de Belém, D. Vicente Joaquim Zico, que contou com a presença de autoridades civis e militares e uma parcela significativa da população de Castanhal. Foi construída para marcar a presença da Igreja Católica no nordeste paraense, por meio da criação da Diocese de Castanhal, que foi instituída solenemente pelo

¹ Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus de Bragança/PA. Email: marcosmurelle@gmail.com

² Doutor em Ciências Sociais/Antropologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus de Bragança/PA. Email: dasafe@msn.com

Papa João Paulo II, no dia 29 de Dezembro de 2004, nomeando como seu primeiro bispo diocesano D. Carlos Angelo Verzeletti, empossado no dia 27 de Fevereiro de 2005.

Figura 1: mapa de localização da cidade de Castanhal (PA)



Fonte: Google Earth, 2017

Situada um pouco mais de 75 km da capital paraense, esta Catedral é um dos templos mais importantes da diocese, não somente por ser a expressão do poder da igreja católica sobre o território, mas por seu valor material, simbólico e espiritual, que caracteriza a unidade entre a igreja local por meio de seu bispo diocesano e os seus fiéis que estão presentes em toda a extensão do território, seja da cidade, seja de uma parte do nordeste paraense. Além do mais, esta arquitetura está associada à ideia de lugar onde está “cadeira” do bispo, daí o sentido de “cátedra” que segundo a tradição cristã, evoca o poder régio do autêntico sucessor dos apóstolos que recebeu a incumbência de orientar, sob a guia do Espírito Santo, o rebanho a ele confiado.

Este templo é também percebido como uma prefiguração da casa do Senhor, como ensina a tradição bíblica, que ao recordar as palavras do próprio Jesus citando o profeta Isaías (56,7) afirmou: “minha casa será casa de oração para todos os povos” (Mt 21,13); quando anunciou a destruição do templo de Jerusalém e a construção de outro templo, não mais feito

por mãos humanas como relata o livro de Marcos (14,58). Com isso, o próprio Jesus se referia ao seu corpo que ressuscitaria no terceiro dia, após a sua morte, e mais especificamente, ao seu corpo místico, que é a Igreja. Para além do seu caráter espiritual, esta grande igreja concentra organismos que articulam ações pastorais em toda a diocese, cuja finalidade é garantir a unidade das ações pastorais entre hierarquia eclesiástica e o povo de Deus³.

Os fiéis admiram-se desta arquitetura não somente pelo seu sentido espiritual, mas pelo seu grande valor artístico. Neste espaço são articuladas produções de sentidos entre os artefatos e os espaços celebrativos, e destes com as imagens em mosaico talhadas na parede absidal do templo que, por sua vez, são um registro de tudo aquilo que ocorre no altar. Por conseguinte, os símbolos litúrgicos que ladeiam o presbitério são igualmente registros da presença de uma cultura material tipicamente católica, compilada na escrita e decodificada no exercício de interpretação de gestos e rituais.

Possuindo uma estrutura física formada por paredes de “pedras vivas” que simbolizam a “Mão de Deus”, o desenho arquitetônico desta igreja inaugura uma forma diferenciada de percepção do espaço sagrado, cujo paradoxo está justamente no encontro de perspectivas artísticas do passado e do presente. Se por um lado, se apresenta com tendências associadas à época em que foi erguida, por outro lado guarda traços de uma edificação que remonta a uma antiga tradição dos cristãos do primeiro milênio segundo a qual o teto e as paredes das igrejas não eram feitos apenas para proteger da chuva e do sol, mas para atualizar aquilo que era celebrado. Por conseguinte, a casa dos cristãos era projetada de acordo com a estrutura das igrejas de modo que aquilo que se realizava no templo estendia-se para o interior das casas.

1. A RELAÇÃO ENTRE IMAGEM E ARQUITETURA NO CONTEXTO CRISTÃO

A catedral é a casa do bispo, e esta denominação está associada a uma dimensão temporal e sacralizada, como se observa já nos séculos XII e XIII, especialmente na França, quando os reinados estavam associados ao poder da Igreja, cujas formas de governo possuíam dimensões espiritual e temporal. Seguindo esta tendência, a construção de edifícios cristãos e o entalhamento de imagens apresentavam o poder desta relação. Por outro lado, ao se referir à grandeza das catedrais góticas, Fulcanelli (1964, p. 45) mostra estruturas não apenas para cultuar o cristianismo, mas “uma vasta condenação de idéias, de tendências, de fé populares,

³ Uma categoria de análise teológica amplamente discutida no catolicismo que caracteriza a unidade da fé que os fiéis professam em unidade da fé católica.

um todo perfeito ao qual nos podemos referir sem receio desde que se trate de penetrar o pensamento dos ancestrais, seja qual for o domínio: religioso, laico, filosófico ou social.”

Partindo destas percepções de espaços onde se encontram o sagrado e o profano, formuladas no interior de tradições artísticas e religiosas de uma época, refiro-me aos estudos realizados por Duby (1979); Fulcanelli (1964) e Christian Jacq & François Brunier (1974) para apresentar a estreita relação entre arquitetura e imagem, de como estes elementos artísticos e arquitetônicos estruturavam a produção de sentidos, revelando expressões de beleza, concepções de mundo e experiências religiosas, a partir do encontro entre arte e pensamento.

Pois bem, os estudos realizados por Duby (1979, p. 101) mostram que a catedral surge como expressão visível do poder de reis e de bispos, pois nestas figuras o “sagrado se liga intimamente ao profano, e se opera uma junção miraculosa entre o temporal e o intemporal”. Mas não somente. A construção das catedrais está também associada ao ressurgimento das cidades e da riqueza obtida da intensa produção agrícola dos campos, do fluxo de bens e do comércio provenientes das lavouras, o que levou muitos senhores a estabelecer residência nas cidades restauradas. Este período foi seguido por um intenso processo de sacralização da vida social, não obstante as tensões entre o desejo de vida feliz pelo usufruto das riquezas, e o surgimento dos fins práticos do discurso da pobreza como caminho para a perfeição cristã.

Neste contexto de desenvolvimento, observa-se o aparecimento de bispos construtores que se empenharam na construção desses templos angariando, para isto, recursos abundantes por meio de cobranças abusivas de impostos em desfavor dos grupos que compunham a sociedade medieval como o clero, a cavalaria e a massa dos pobres, esta última, reconhecidamente explorada. No cenário de tensões e cobranças, o grupo da cavalaria é a principal expressão de combate às formas abusivas de taxação de impostos, que eram direcionadas para a construção destas igrejas. Paradoxalmente, é nesse contexto de tensões que a arte nascente das catedrais surge como expressão de contradição ao moralismo da igreja, e se coloca contra toda forma de negação da vida e do desejo de liberdade. Por outro lado, as imagens apresentam perspectivas que agregam concepções de sagrado e de profano, mesmo que este compartilhamento de concepções no espaço de finalidades inicialmente predeterminadas de uma igreja catedral, com um tempo, tenha sido esquecido.

Em todo o caso, na arquitetura de algumas destas igrejas figuram imagens do cotidiano, que revela o antagonismo latente entre a igreja e a sociedade feudal: o que parece indicar que naquele momento as imagens talhadas retratavam os momentos vividos no trabalho nestas lavouras e nas cidades. Enquanto isso, a preponderância das imagens do que

simbolizava o encontro entre a monarquia e o clericalismo, associada ao mistério divino na unidade do poder temporal, as imagens talhadas na arquitetura das catedrais celebram a glória dos reinados e o poder régio de Cristo e da Virgem Maria. O fato é que este contexto de associações evidencia uma estreita relação entre o surgimento das imagens artísticas e as estruturas das relações sociais, e o pensamento social de uma época.

Por outro lado, ao apresentar o sentido da arte gótica das catedrais francesas no período medieval, Fulcanelli (1964) mostra que a estrutura destes templos apresentam formas arquitetônicas que não eram feitas somente para adorar o poder régio de Cristo e da Virgem Maria, mas apresentavam em seus arcos, portas e imagens um conjunto de ideias, crenças e concepções de mundo que figuravam como registro e perpetuação de um pensamento social de uma determinada época. O traço marcante destas construções é a “transgressão de finalidade” segundo a qual uma catedral não deve apenas garantir a primazia do culto divino, mas revelar a dimensão profana das sensações, dos sentidos vividos na experiência do sagrado, sem ocultismos. Assim, um templo deve servir a outras circunstâncias, e mesmo que a beleza dos vitrais e o silêncio envolvente convide a oração, sempre existirá a presença de um paradoxo entre a finalidade estabelecida e o devir da experiência religiosa. Para Fulcanelli (1964, p. 46) estes momentos expressavam a importância de a experiência religiosa “descobrir-se, além da inspiração ardente nascida de uma fé robusta, as mil preocupações da grande alma popular, a afirmação da sua consciência, e a sua vontade própria, a imagem do seu pensamento no que ela tem de complexo, de abstrato, de essencial, de soberano”.

O autor mostra, com raríssimas exceções, que desde sempre o plano dos edifícios das igrejas medievais foram construídas em forma de cruz latina, no chão. Pois como se sabe, a palavra “cruz” vem do hieróglifo alquímico do crisol, que os latinos chamavam de *cricibulum* que vem da raiz *crux* e *crucis*. Desse modo, o costume de construir igrejas em forma de cruz evocava um simbolismo de associações entre a paixão e o sofrimento de Cristo na cruz com a vida humana, marcada por toda sorte de precariedades, e o intuito era apresentar o sentido redentor do sofrimento, pela experiência da fé. Notoriamente, a palavra cruz não é um elemento estritamente cristão, pois o seu simbolismo estabelece uma correlação com elementos de outras culturas, credos e confissões religiosas. Estas formas arquitetônicas com suas iconografias colocam a questão: o que esta e outras imagens poderiam nos transmitir?

Para Christian Jacq & François Brunier (1974) estas construções religiosas guardam não somente uma arte litúrgica de beleza incomensurável, mas um conjunto de mensagens, isto é, aquilo que os construtores, guiados por uma “intuição” artística e espiritual, gostariam de dizer, por meio das imagens. Todavia, o estudo transdisciplinar das construções religiosas,

põe em questão a forma como este tema é tratado, recolocando algumas expressões de mentalidade contemporânea segundo a qual o estudo das construções religiosas medievais é tido como algo do passado. Com efeito, o estudo da relação entre arquitetura e imagem tem redescoberto valores fundamentais no entendimento dos sentidos guardados por estas construções. Assim, ao estudar os elementos estéticos e narrativos dos templos, há que se considerar a mensagem oculta nestas imagens, que se atualiza pelo gesto pervivente das obras. Portanto, a arte que se impunha nos planos de construção de edifícios cristãos e as concepções de imagens que se tinha, estavam muito associados às concepções imaginativas que as sociedades medievais tinham sobre o sagrado, a experiência cotidiana da vida, percepções estas que serão recolocadas com o surgimento do modernismo e pós-modernismo na arte.

Em todo o caso, os estudos realizados por Artola (1998) mostram como a relação entre arte e cristianismo tornou possível à feitura de imagens profundamente associadas à imanência e transcendência, em que a criação e a imaginação, não estavam necessariamente associadas à ordem do culto para o cristianismo, mas à conveniência. De igual modo, as figurações da arte cristã como o ícone, se constituíram por necessidade de ordem catequética, como canal de produção de sentidos, sendo conhecida como arte eminentemente litúrgica. Desta feita, existe uma orientação pastoral que associa a interpretação destas imagens à relação entre contemplação e a evangelização. Nesse sentido, o autor mostra que, para fazer uma autêntica história da arte cristã é necessário antes de tudo, acessar a intencionalidade artística daqueles que criaram as imagens, e o espírito da época em que elas foram criadas.

Portanto, ao tratar sobre o nascimento da arquitetura e da iconografia cristã, é necessário ter em conta os componentes fundamentais que orientam seus processos de interpretação tomados respectivamente em seus elementos filosóficos como arte e transcendência; em sua dimensão histórica nas origens da arte cristã; em seu caráter teológico, tendo em estima a razão de ser da arte cristã; a localização geográfica do pensamento cristão entre Ocidente e Oriente em suas especificidades; e por fim, levando em conta as formas como é tratado o patrimônio material e imaterial na sua relação com a sociedade contemporânea, cuja dimensão está inevitavelmente associada ao pós-modernismo, na arte.

Com efeito, os estudos de Fredric Jameson (1984) indicam que a partir do pós-modernismo, ocorre um processo de pulverização das concepções do sentido de história não metafórica, essa dimensão replicada pelas expressões artísticas vigentes, provocando o esvaziamento do sentido da história, da tradição, fenômenos que são associados ao sentimento de fim da história, fim da arte, fim das classes, etc. Nesse contexto, a arquitetura é a dimensão que mais incorpora elementos de desencantamento da cidade, seguido por uma profunda

rediscussão sobre o legado artístico e cultural das épocas anteriores. Portanto, o pós-modernismo é, pois, o anúncio de mudanças em padrões culturais em que se observam “rupturas”, isto é, o abandono de narrativas lineares e a recusa de certas concepções de representação e simbolismo. É ainda, uma lógica cultural, que estrutura modos de percepções sobre as expressões do mundo da vida, da arte, sendo inevitável que suas concepções estéticas não compartilhem desta tendência, mesmo em se tratando de suas estruturas arquitetônicas.

Nesse aspecto, existe um alinhamento na crítica entre arquitetura e conjuntura, que problematiza concepções de urbanismo e estética que até então orientavam o espaço geográfico das cidades. Essas mudanças se fizeram sentir seja pela destruição de elementos estéticos e narrativos que enalteciam a coerência da cidade com os seus bairros, seja pela desarticulação harmônica desses edifícios arquitetônicos. Esses fenômenos contribuíram de na redefinição das relações sociais no espaço das cidades antigas e os bairros. Assim, para Jameson (1984) a arquitetura pós-moderna se estrutura em torno das novas configurações da vida social, e do rompimento de fronteiras internacionais sobre as concepções de arquitetura. Deste modo, a arquitetura acompanha um profundo processo de desencantamento pela cidade, onde se verifica uma tendência que se orienta ou para a apologia ou para estigmatização.

No âmbito da religião, especificamente no caso de uma igreja catedral pós-moderna, existe uma forte tendência à apologia ao poder eclesial sobre o território, em que imagens e inscrições restauram o mito do eterno retorno, de um apelo incessante ao reencontro com a beleza perdida e o simbolismo inaudito, ao mesmo tempo em que compartilham de elementos estéticos do pós-modernismo entre o passado e o presente. Essa faceta da arquitetura preconiza, portanto, um convite ao reencantamento da vida e da experiência religiosa como imanência e como transcendência nas relações sociais, mesmo sob as condições de um mundo que não é mais uma cristandade.

Na atualidade, as catedrais, em sua maioria, são construídas não mais sob a forma de uma cruz latina. A construção dessas edificações se dá por meio de relações colaborativas de doações em dinheiro de instituições nacionais e internacionais, e seus sentidos simbólico, espiritual e material estão associados ao processo de evangelização e a demarcação simbólica de território. Há muito tempo estes espaços deixaram de possuir uma finalidade estritamente do culto, pois abrigam momentos de mudanças, congressos, reuniões pastorais, situações que revelam outras circunstâncias, que não necessariamente a ação litúrgica.

2. A CATEDRAL DE SANTA MARIA, MÃE DE DEUS E O SIMBOLISMO DAS IMAGENS

2.1. A PORTA ESTREITA

O primeiro registro do simbolismo das imagens é a grande porta estreita (fig. 2) que possui aproximadamente 10 metros de comprimento, talhada em peça única, de bronze, que está situada no átrio central da Catedral Diocesana. Por conseguinte, nesta porta está gravada a imagem do Bom Pastor, conforme a descrição da narrativa bíblica de João (10, 1-11). Ela é aberta em celebrações jubilares e festas litúrgicas solenes, no ano santo da misericórdia, etc.

Um agente de pastoral relata que este texto extraído do Novo Testamento, particularmente nos evangelhos e que inspirou a construção desta porta, mostra que as figurações do Bom Pastor reaparecem associadas à figura de Cristo e à sua missão como o pastor do novo Israel. Assim, a porta “estreita” tem como objetivo apresentar que o caminho da salvação pessoal passa pelo sacrifício de si, pela conversão diária do coração e pela tomada de propósitos de mudança de vida, nem sempre aceitável, pois exige sacrifícios pessoais.

Acompanhei os fiéis católicos passando por esta porta nas grandes festas litúrgicas, em especial no ano santo jubilar instituído pelo Papa Francisco. Na ocasião, afirmaram sentir uma energia extraordinária. Um sacerdote católico de idade avançada que acompanhava os fiéis disse sentir uma sensação inexplicável ao passar por esta porta, sente que sua fé se renova.

As imagens entalhadas na porta mostra a ovelha nos ombros do pastor e evoca o texto bíblico: “Eis que o pastor deixou as 99 ovelhas e foi em busca daquela que havia se perdido pelo caminho” como relata Lc (15, 3-7). Lembra o caráter messiânico da vinda de Cristo ao mundo que é guiar e apascentar as ovelhas para que nenhuma delas se perca.

A figura 3 é associada às pessoas, que por sua vez, se reconhecem nessa imagem como “ovelhas” do aprisco do Senhor que reconhecem em Jesus os traços de um Deus misericordioso que acolhe, perdoa cura das feridas e não quer que ninguém se perca. Esta mensagem se torna presente principalmente nas celebrações litúrgicas no gesto devoto da comunhão eucarística. A imagem das ovelhas aos pés do pastor retrata a disposição da escuta de todo cristão, como o próprio Jesus disse: “elas me conhecem e ouvem a minha voz”. O elemento que se sobressai nesta narrativa é a comunhão, em que o rebanho reunido aos pés do pastor eterno, permanece unido quando escuta e medita a sua palavra nos diversos momentos da vida.

Figura 2: Porta de bronze no átrio central da Catedral, com a imagem do Pastor das ovelhas



Fonte: Diocese de Castanhal, 2016

Figura 3: Porta de bronze com a imagem das ovelhas



Fonte: Diocese de Castanhal, 2016

2.2 O SIMBOLISMO DA PROMESSA

As imagens a seguir compilam o simbolismo da promessa que Deus fez ao seu povo, por meio dos patriarcas e profetas do antigo testamento, a respeito da vinda do Messias. Elas retomam a passagem do profeta Isaías segundo a qual: “um ramo sairá do tronco de Jessé, um rebento brotará de suas raízes. Sobre ele repousará o espírito do Senhor” (Isaías 11, 1-2). Esta profecia anuncia a vinda do Messias, de origem davídica.

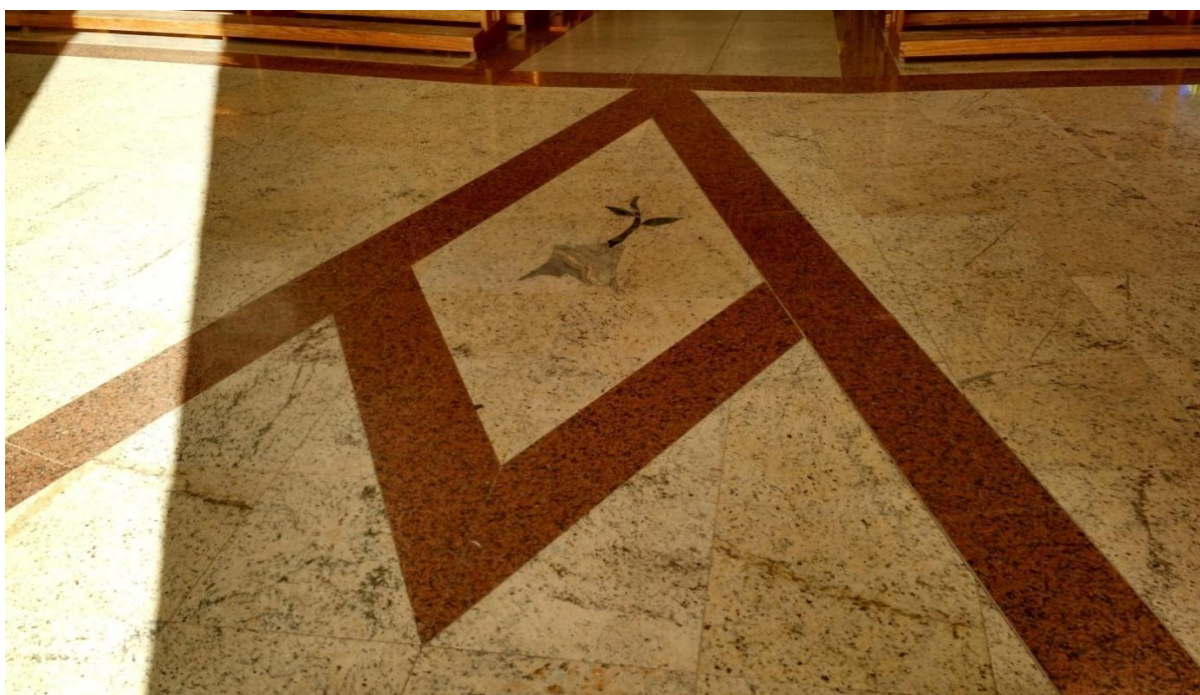
Ao centro da letra M, a imagem da rama, nascida do tronco de Jessé. As iniciais A e M simbolizam a saudação do Anjo Gabriel à Virgem Maria, como narra o livro dos evangelhos. Cf. Lucas (1, 28): “Ave, ó cheia de graça!” (figura 4).

A segunda imagem apresenta o “rebento da raiz de Jessé” que faz menção ao oráculo do profeta, segundo o qual o Messias viria da descendência de Davi (figura 5).

Na terceira imagem, é apresentado o tronco de Jessé, “da rama nasceu a flor.” O profeta faz uma menção direta a Maria, que gerou na carne, o messias esperado (figura 6).

Na quarta imagem, a estrela representa as doze tribos de Israel, ou seja, o povo com quem Deus fez aliança, em primeiro lugar. O simbolismo das 12 estrelas reconstitui a imagem do templo como morada de Deus cujo sacerdote é o Cristo, que pela sua morte e ressurreição, leva a perfeição à antiga e nova aliança, realizada por Deus com o novo Israel (figura 7).

Figura 4: O tronco de Jessé (1/3) De Jessé nasceu a rama



Fonte: Diocese de Castanhal (2016)

Figura 5: O rebento da raiz de Jessé (2/3) Da rama nasceu a flor



Fonte: Diocese de Castanhal (2016)

Figura 6: O Tronco de Jessé (3/3) Da flor nasceu Maria



Fonte: Diocese de Castanhal, 2016

Figura 7: As doze tribos de Israel Doze estrelas são desenhadas no chão da Catedral



Fonte: Diocese de Castanhal, 2016

2.3. O CULTO DIVINO E A INTERAGENCIA DAS IMAGENS

Os intelectuais da comunidade apresentam o aspecto celebrativo das representações dos espaços e dos símbolos litúrgicos, a começar do presbitério⁴, os elementos que traduzem o mistério celebrado. Estas expressões materiais são exteriorizações que caracterizam o espaço da liturgia católica em seus diferentes momentos e manifestam uma dimensão ritualizada da vida. São manifestações de uma cultura material do catolicismo romanizado, e seus símbolos intermediam momentos diferentes nas cerimônias que ocorrem no interior da catedral.

O altar é o local por excelência onde se estrutura uma hierarquia de lugares e funções dentro da celebração, o espaço “onde se celebra a missa e se proclama a Palavra de Deus” ensina o mestre de celebrações. Os sujeitos desenvolvem atribuições de acordo com o seu *múnus*⁵ que lhes é conferido no batismo. Assim, o altar é separado “fisicamente” da assembleia celebrante⁶ mas simbolicamente unido a ela, na pessoa do celebrante principal⁷.

⁴ A palavra “presbitério” significa o “lugar do presbítero”, isto é, de onde o sacerdote celebra os atos litúrgicos.

⁵ Quer dizer, ofício, função.

⁶ Das pessoas que estão celebrando a missa.

⁷ Aquele que preside a missa, isto é, o bispo diocesano ou o sacerdote católico.

O celebrante age *in persona Christi*⁸, que representa o Cristo que celebra o seu mistério. Esta delimitação de espaços e funções revela a dimensão simbólica que está associada à hierarquia e a obediência ao mandato divino de “todas as vezes que o fizerem, fazei-o em minha memória” (Lucas 22,20). Desta feita, para celebrar o mistério, a Igreja se utiliza de símbolos e representações como mediação nos atos próprios do celebrante que são o altar, a cátedra, a mesa da palavra, o Círio Pascal, e a comunidade celebrante de fiéis.

Na figura 8 é apresentado o altar, construído em mármore italiano por ocasião da dedicação da Catedral à Santa Maria, Mãe de Deus. Os fiéis contam que no interior deste altar encontram-se as relíquias de vários santos. São fragmentos de ossos e amostras de hábito religioso destas pessoas que são grandes figuras para o catolicismo. Por fim, possui ao centro uma imagem cujo entalhamento se assemelha a um coração.

A figura 9 evoca uma antiga tradição segundo a qual o bispo diocesano é o autêntico sucessor dos apóstolos. Nas celebrações litúrgicas este religioso possui um lugar de destaque no presbitério, e costuma sentar-se em sua cátedra episcopal, uma cadeira imóvel, situada no altar-mor da Catedral, um símbolo do poder temporal e espiritual deste chefe da diocese.

Na figura 10 a mesa da palavra apresenta o relato da ressurreição de Jesus, quando três mulheres, por primeiro, receberam o anúncio da ressurreição. O testemunho ocular destas figuras narrado nos evangelhos sustenta a fé naquilo que é celebrado até os dias atuais; é uma atualização daquilo que viram, ouviram e acreditaram (Marcos 16, 1-8; Lucas 24, 1-10; João 20, 1-10).

O suporte do Círio Pascal (que significa “grande vela”) conforme figura 11, talhado em bronze, trás gravações de narrativas bíblicas de diversos momentos da vida de Jesus. Os coroinhas ensinam que este suporte que guarda a grande vela simboliza a presença de Jesus Ressuscitado, e é usado para lembrar aos fiéis o mistério da Páscoa, celebrado a cada liturgia. Eles explicam que esta vela permanece acesa no presbitério ao longo dos cinquenta dias em que a Igreja celebra a Páscoa, e depois desse período, ela só é acesa na liturgia de batismo.

Na figura 12, é apresentada a estalactite que, por sua vez, lança gotas de água sobre a pia batismal, na qual serão banhados aqueles que serão batizados. Os coroinhas explicam que a água simboliza a nova criatura, regenerada em Cristo. Pelo batismo, os novos filhos da Igreja são libertados da escravidão do pecado e da morte.

⁸ Expressão latina que quer dizer “age na pessoa de Cristo”, isto é, um “instrumento” pelo qual o Cristo age.

Por fim, a pia batismal em forma de cruz, é expressão de fé compartilhada. Em seu interior possui quatorze degraus, divididas em dois blocos de sete. Na descida, visualizam-se os sete pecados capitais, enquanto na subida, os sete dons do Espírito Santo (figura 13).

O interlocutor explica que o cristão, ao ser batizado, é introduzido no mistério da paixão, morte e ressurreição de Jesus. Assim, aquele que será batizado adentra a pia batismal, descendo pelos degraus dos sete pecados capitais, que recorda a condição do jugo do pecado. Ao imergir nas águas, o novo cristão sobe pelos degraus dos sete dons do Espírito Santo, prefigurando que a partir deste momento, torna-se uma criatura nova, regenerada em Cristo.

Figura 8: O altar, talhado em mármore italiano



Fonte: Diocese de Castanhal, 2016

Figura 9: A cátedra episcopal talhada em mármore branco italiano com encosto de bronze



Fonte: Diocese de Castanhal, 2016

Figura 10: A mesa da palavra, Talhada em mármore branco italiano e retrata as testemunhas da Ressurreição



Fonte: Diocese de Castanhal, 2016

Figura 11: O Círio da Via *Lucis* – passagens da vida de Jesus suporte do Círio Pascal entalhado em imagens de bronze que retratam cenas bíblicas



Fonte: Diocese de Castanhal, 2016

Figura 12: A estalactite posicionada sobre a pia batismal



Fonte: Diocese de Castanhal, 2016

Figura 13: Pia batismal em forma de cruz



Fonte: Diocese de Castanhal, 2016

ALGUMAS CONCLUSÕES

A reflexão aqui esboçada é sustentada pela ideia de que as pessoas estabelecem uma rede de trocas sócio-religiosas com e a partir do uso das imagens, que por sua vez, ressignificam as experiências religiosas, e situam a discussão em duas linhas de abordagem: a que considera a imagem em sua finalidade evangelizadora por meio de representações e associações; e a que toma a imagem em caráter simbólico como possibilidade hermenêutica da experiência religiosa face ao seu caráter de interioridade. Essas duas linhas apresentam perspectivas convergentes e divergentes, em razão das diferentes formas de conhecimento e interioridade entre Ocidente e Oriente.

A intencionalidade evangelizadora das imagens é uma construção social do fenômeno religioso institucionalizado, ou seja, são paradigmas, formas simbólicas nas quais se estruturam as formas de vida religiosa no catolicismo contemporâneo, em que as referências são sempre necessárias, pois elas existem “para sintetizar o ethos de um povo – o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos — e sua visão de mundo — o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas ideias mais abrangentes sobre ordem” (GEERTZ, 2008, p. 66).

Desde a descoberta da consciência pela psicanálise, os estudos que se seguiram na história cultural mostram uma aproximação entre a “representação” e o “simbolismo” nos trabalhos de Burke (2005, p. 9) para quem os símbolos, “conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares [...] mas a abordagem do passado em termos de simbolismo, é apenas uma entre tantas” e igualmente em Morais (2015, p. 15) para quem a “história cultural está relacionada com as questões simbólicas e suas representações”.

O fato é que as duas percepções anteriormente sinalizadas lançam luzes e divergências no modo como a representação é mobilizada para “elucidar e ilustrar determinadas situações” (MORAIS, 2015, p. 10). Esta rediscussão ocorre particularmente com os estudos sobre o imaginário voltado a experiência religiosa, para quem a representação é problematizada em razão do seu caráter natural de “associação” pois compartilha de perspectivas modernistas ocidentais que negam o “símbolo invisível de uma história interna” (DURAND, 1979, p. 115).

REFERÊNCIAS

- ARTOLA, Juan de Plazaola. *Razón y sentido del arte Cristiano*. Universidad de Deusto. Facultad de Teología. Cuadernos de Teología Deusto, Núm. 18. Bilbao, 1998.
- BIBLE DE JÉRUSALEM.** *Études Biblique de Jérusalem*. Les Éditions Du Cerf, Paris, 1998.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- DUBY, Georges. **O tempo das catedrais: a arte e a sociedade**. Lisboa: Editora Estampa 1979.
- DURAND, Gilbert. *Science de l'homme e tradition, le “nouvel esprit anthropologique”*. Paris: Bordas, 1979.
- FULCANELLI. **O mistério das catedrais e a interpretação esotérica dos símbolos herméticos da grande obra**. Lisboa: Editora dos 70, 1964.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas-** 1.ed., IS.reimpr.- Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- JACQ, CHRISTIAN; BRUNIER, FRANÇOIS. *El mensaje de los constructores de catedrales*. [S.I.]:[S.ed.], 1974.
- JAMESON, Fredric. *Ensayos sobre el pós-modernismo*. Traducido por Esther Pérez, Christian Ferrer y Sonia Marzo. Compilado por Horacio Tarcus. Libros Tauro, 1984.

MORAIS, Aldilene Lopes de. **Imagens de Sant'Ana**: história, cultura e representação na Amazônia Paraense. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, PPLSA/UFPA, 2015.

REALIDAD E IMAGINARIO EN LA RELACIÓN DE GASPAR DE CARVAJAL SOBRE EL DESCUBRIMIENTO DE LA AMAZONÍA

Jocenilda Pires de Sousa do Rosário¹
Carlos Henrique Lopes de Almeida²

RESUMEN

El presente trabajo se ocupa de la expedición conquistadora de Francisco de Orellana y Gonzalo Pizarro que cruzaron el Río Amazonas en 1541/1542 en busca del mítico reino de El Dorado como del País de la Canela. El artículo objetiva identificar la realidad y el imaginario presentes en la relación escrita por Gaspar de Carvajal, fray de la orden de Santo Domingo de Guzmán, que fue designado a acompañar los expedicionarios y registrar todos los acontecimientos y hechos importantes en el viaje sobre el descubrimiento de la Amazonía, como la presencia del mito de las mujeres guerreras, las Amazonas, que acompañaba a los conquistadores desde los primeros viajes en busca de nuevos mundos.

Palabras-Clave: Expedición. Relación. Imaginario. Realidad. Amazonía.

RESUMO

O presente trabalho trata da expedição conquistadora de Francisco de Orellana e Gonzalo Pizarro que cruzaram o Rio Amazonas em 1541/1542 em busca do reino mítico de El Dorado e do País da Canela. O artigo objetiva identificar a realidade e o imaginário presentes na relação escrita por Gaspar de Carvajal, frei da ordem de Santo Domingo de Gusmão, que foi designado a acompanhar os expedicionários e registrar todos os acontecimentos e fatos importantes na viagem sobre o descobrimento da Amazônia, como a presença do mito das mulheres guerreiras, as Amazonas, que acompanhava aos conquistadores desde as primeiras viagens em busca de novos mundos.

Palavras-Chave: Expedição. Relação. Imaginário. Realidade. Amazônia.

INTRODUCCIÓN

La descubierta del Nuevo Mundo fue una tentativa de “confirmación de la existencia de lo maravilloso” (LEÓN *apud* WECKMANN, 2008, p. 28). Un mundo con naturaleza exuberante, animales gigantes, sirenas, amazonas, muchas riquezas como oro y plata. Con relación a la descubierta de la Amazonía, la imagen formada también poseía estos moldes, como especifica Pizarro (2005): “[...] espacio paradisíaco e infernal, [...] que habitan un espacio poblado de riquezas a considerar y de seres que pertenecen a una zoología fantástica” (2009, p. 08).

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia pela Universidade Federal do Pará - Campus Universitário de Bragança. Membro do Grupo de Pesquisa LELIM (Laboratório de Estudo Linguagem, Imagem e Memória). Email: joulpa16@gmail.com

² Doutor em Letras e Linguística. Professor Adjunto I da Universidade Federal do Pará. Email: carloshla@ufpa.br

Ciertamente, los descubridores esperaban esta comprobación, pues ya habían escuchado muchas historias, principalmente sobre las grandes mujeres guerreras de América del Sur, las amazonas, una versión americana del mito griego: leyenda de Heródoto. El historiador griego creía en los dioses y en la fatalidad, y sus escritos presentaban numerosas referencias a mitos y leyendas.

Los primeros colonizadores ya habían mencionado sobre la existencia de algunos mitos en sus escritos de viajes. Estos escritos por su vez, tenían el objetivo de informar a un representante radicado en España sobre las tierras que se conquistaban.

Estas informaciones eran emitidas a través de crónicas, pues en el período colonial los escritos sobre los descubrimientos y conquistas eran representados a través de estas narrativas que objetivaban informar sobre los acontecimientos. Para Mignolo, “en su sentido medieval, es una *lista* organizada sobre las fechas de los acontecimientos que se desean conservar en la memoria [...]” (MIGNOLO, 1982, p. 19). Las narrativas tenían objetivos y características específicas. Las cartas por ejemplo, que eran una “información verbal en la que se describe la posición de las nuevas tierras” (Ibidem, p. 04).

En este periodo de colonización la corona sea portuguesa o española, deseaba mantenerse informada sobre todo que ocurría en las nuevas tierras. En este sentido, surgen las relaciones que “tiene el sentido más específico de relato/informe solicitado por la corona” (MIGNOLO, 1982, p. 14).

La relación sobre el descubrimiento del famoso río de las amazonas hecha por fray Gaspar de Carvajal constituye una de las más importantes y se transforma en el molde de nuevos textos como los de Toribio de Ortiguera y Gonzalo Fernández de Oviedo sobre el descubrimiento de América. “Con este testimonio se inicia la implantación de la mitología europea en la región, la que se volverá un elemento importante de su cultura” (PIZARRO, 2009, p. 02).

1. FRAY GASPARD DE CARVAJAL

Nacido en Trujillo, Extremadura española, hacia los años de 1504, religioso dominicano de la orden de San Francisco de Guzmán, fue el cronista del viaje de Francisco de Orellana.

Los discursos de los misioneros jesuitas, como de Carvajal sobre el Descubrimiento del Río de las Amazonas, tienen una gran importancia dentro de la historia de conquistas de

nuevos territorios por describir de manera grandiosa los acontecimientos, paisajes, personas y, principalmente, por retratar una realidad conflictiva vivida por los jesuitas:

Não chegou exatamente como um enviado do céu, mas sim na companhia dos colonizadores, proveniente de um horizonte europeu que trazia no seu bojo o projeto colonizador, nas mesmas caravelas que trouxeram os governadores, os plantadores de cana, os militares (BRANDÃO *apud* HOOMAERT 2005, p. 196).

En la condición de misionero, fue designado para marchar hasta Perú “por la cédula real de 30 de septiembre de 1535, por la que Carlos I solicitó al *Magister Ordinis Predicatorum* diez dominicos para, bajo la orden de Fr. Vicente de Valverde, partir al Perú” (SANTOS, 2016, p.6), juntamente con otros diez frailes. Fundaron el primer convento de la orden de San Francisco de Guzmán en aquel territorio, donde empezó su aventura por el río de las amazonas, un homenaje a las figuras mitológicas de Grecia Antigua, semejantes a las grandes mujeres con arco y flecha que los españoles encontraron en su camino.

En su relación, Carvajal revela miedo ante lo desconocido, presenta la falta de condiciones apropiadas para el viaje, además de los problemas enfrentados. Como percibimos en este trecho:

Y como a otro ni otro día no se hallase comida ni señal de población, con parecer del capitán dije yo una misa como se dice en la mar, encomendando a Nuestro Señor nuestras personas y vidas, suplicándole como indigno nos sacase de tan manifiesto trabajo y perdición, porque ya se nos traslucía; porque, aunque quisiésemos volver agua arriba, no era posible por la gran corriente, pues tentar de ir por tierra era imposible, de manera que estábamos en gran peligro de muerte a causa de la gran hambre que padecíamos [...] (CARVAJAL, 2011, p. 12 - 13).

Cometido por un flechazo de los indios, perdió un ojo. El religioso murió en el convento de Santo Domingo, en Lima, en el año de 1584. El documento analizado se encuentra en la Sección de Manuscritos de la Biblioteca Nacional de España. Se ha buscado la transcripción hecha por el historiador José Toribio Medina, publicada en 1895, en Sevilla.

2. BESTIARIOS Y LOS VIAJES

En la Edad Media existían muchos mitos y leyendas que habitaban el imaginario europeo. Los colonizadores venían a América con esta visión y todo se trasladaba a esta parte del mundo aún desconocida. En este sentido, surge en la Edad Moderna la tentativa de comprobación de este mundo maravilloso, haciendo con que exista una relación entre realidad histórica y ficción que serán difundidas por las crónicas de viaje.

La creencia de la existencia del paraíso en el Nuevo Mundo, con islas paradisíacas, seres fantásticos, monstruos infernales, es la representación de lo que se acreditaba en el Mundo Antiguo. Contextos cerca la naturaleza reflejando una preocupación humana.

En este contexto surge el bestiario, libro naturalista que representa animales y también seres fantásticos. Para Varandas:

O Bestiário ou Livro das Bestas assume-se como uma obra singular no âmbito da literatura da Idade Média. Em primeiro lugar, por subordinar várias espécies animais, sejam elas existentes ou não. Em segundo lugar, por subordinar essa descrição a uma interpretação de cariz simbólico e alegórico. Em terceiro lugar, ao integrar iluminuras que se cruzam com o texto escrito, estabelecendo com ele um diálogo permanente. Por fim, porque se constitui como uma obra literária que se circunscreve à época medieval que o viu nascer e morrer (2006, p. 01).

Las narrativas presentes en este libro describen diversas especies de animales que presentan enseñamientos religiosos y morales. Su origen está relacionado a época clásica e a autores como Heródoto y Plinio. Según Gómez-Tabanera “el bestiario [...] abarca todo tipo de seres fantásticos y monstruosos e incluso diabólicos [...]” (1992, p.01). Algunos de los seres tienen relación con la biblia, como el león que tiene su rugido comparado con la palabra de Cristo:

Which animal dares to resist him whose voice is by nature terror itself, so that many animals who could escape him by virtue of their speed are so terrified by his roaring that they are already vanquished? (MS. BODLEY *apud* VARANDAS, 2006, p. 3).³

En este sentido, surge la relación de los bestiarios con los viajes del descubrimiento de América, pues se creían en la existencia de seres fantásticos en las nuevas tierras, como un reino de amazonas, mujeres diabólicas, guerreras, figuras próximas al paraíso.

El autor, Gómez-Tabanera, menciona aún que las amazonas son “[...] mujeres legendarias [...], separándolas de otras mujeres infernales de folklore europeo: ogresas, brujas, diablesas, sirenas [...]. Todas féminas diabólicas [...]” (1992, p. 03).

La raza femenina presente en los bestiarios, representadas en este contexto por las amazonas, mujeres solas y guerreras que serán descritas por Gaspar de Carvajal en el viaje hecha por el capitán Orellana en busca del país de la Canela y de El Dorado.

La llamada literatura de viajes durante el proceso de descubrimiento de América permitió el conocimiento no solo de los aspectos relacionados a la naturaleza y riquezas sino,

³ ¿Qué animal se atreve le resiste cuya voz es por sí misma terror a la naturaleza, por lo que muchos animales que pudieran escapar por su velocidad están tan aterrorizados por sus rugidos que ya están vencidos?

la interpretación imaginativa de la existencia de seres maravillosos, como evidencia Gómez-Tabanera:

[...] todas estas presencias monstruosas en la Antigüedad y Medioevo como consecuencia de una “anomalía normal”, conclusión a la que pudo llegar el propio Colón antes o después de sus singladuras ultramarinas, tras imaginar los monstruos, maravillas y singularidades con se topa en sus Indias (1992, p.03).

Con este propósito, el capitán Francisco de Orellana, empezó su viaje que comenzó en Quito, entre enero y septiembre, en busca de una tierra aún desconocida y de un reino lleno de riquezas.

3. RELACIÓN DE GASPAR DE CARVAJAL

La relación escrita por fray Gaspar de Carvajal está dividida en doce apartados que siguen la denominación hecha de acuerdo con el avance del tiempo, espacio y hechos importantes en la historia. El tema principal es la búsqueda de riquezas y tierras que hacen con que el hombre haga nuevas descubiertas, venciendo distancias en busca de nuevos mundos. También, trata de hechos cotidianos desde la travesía del río hasta su desembocadura al Océano Atlántico.

La narración sigue una cronología bien característica a Carvajal, la cronología religiosa, representada por el calendario de las fiestas litúrgicas, como se queda evidente: “Acabada la obra y visto que la comida se nos apuraba y que se nos habían muerto 7 compañeros de la hambre pasada, partimos el día de Nuestra Señora de Candelaria” (CARVAJAL, 2011, p.19).

Más adelante sigue la narración con otro hecho religioso:

Pasamos en este mismo asiento toda la Cuaresma, donde se confesaron todos los dichos compañeros religiosos que allí estábamos, y yo prediqué todos los domingos y fiestas, el mandato, la Pasión y Resurrección, lo mejor que Nuestro Redentor me quiso dar a entender con su gracia [...] (CARVAJAL, 2011, p. 26).

El capitán Francisco de Orellana, además de esta posición, era también teniente del gobernador de la ciudad de Santiago. Fue designado a encontrar la tierra que poseía una especiería rara a la época: la canela, razón por la cual marchó de Quito en busca del País de la Canela y de un reino lleno de piedras preciosas: El Dorado.

El recorrido del capitán Francisco de Orellana y del comandante Gonzalo Pizarro por el río fue muy perezoso. Muchos problemas tuvieron que enfrentar en la expedición. Desde el

hambre hasta la muerte de algunos hombres. Las lluvias abundantes contribuyeron con la pérdida del tiempo del viaje haciendo con que una segunda expedición fuese formada, proporcionando la descubierta por acaso, del Río Amazonas, por Orellana. Este factor hizo con que el capitán Orellana fuese acusado de haber traicionado a su superior.

En el viaje iban encontrando muchos pueblos, cada uno con su propio modo de vida. Algunos presentaban resistencia ante lo desconocido y, otros, eran tan buenos que ofrecían ayuda, como comida por ejemplo: “[...] el cacique mandó que trujesen comida sus indios y, con muy gran brevedad, trajeron abundantemente lo que fue necesario, así de carnes, perdices, pavas y pescados de muchas maneras [...]” (CARVAJAL, 2011, p. 16).

De cierta manera, todos los problemas, peligros y alegrías del viaje fueron importantes dentro de la narración hecha por Carvajal que supo atribuir características muy reales en su relato, como también, hechos ficcionales, como la leyenda de las Amazonas.

4. REALIDAD E IMAGINARIO EN LA RELACIÓN DE CARVAJAL

La relación del fray presenta hechos cotidianos muy bien caracterizados y descritos, llenos de aventuras y, en muchos casos, fantásticos. Además, de tener relación con los libros de caballería de la época pues, era la “lectura predilecta de los primeros conquistadores” (DUVIOLS, 2005, p. 113).

El fray empieza su relación afirmando que las informaciones son reales, de una persona que realmente vio y vivió todos los momentos y hechos del descubrimiento y que todo lo narrado “será como testigo de vista y hombre de quien Dios quiso dar parte de un tan nuevo y nunca visto descubrimiento [...]” (CARVAJAL, 2011, p. 10). Añade aún, “es verdad que en todo que yo he visto y contado [...]” (Ibidem, 2011, p.70).

En realidad, la narración presenta veracidad pues, existe la presencia de la figura de Dios a quien el fray siempre recurre en los momentos más peligrosos del viaje, apoyándose en los hechos religiosos para marcar la cronología de la expedición y, también, presencia y caracterización de los gobernantes a quien interesaban el descubrimiento.

Otro punto interesante, es la presencia de la geografía por donde transitan, que atribuye una realidad a la expedición:

Desta isla acordó el capitán de ir a dar cuenta a su majestad deste nuevo y gran descubrimiento y deste río, el cual tenemos que es Marañón, porque hay desde la boca hasta isla de Cubagua 450 leguas por la altura, porque después que llegamos. En toda la costa, aunque hay muchos ríos son pequeños (CARVAJAL, 2011, p. 70).

En toda la relación, Carvajal menciona los detalles de la expedición, como la gente y los pueblos que encuentran por el camino:

Al cabo de dos leguas, que habíamos ido el río abajo, vimos venir por el río arriba cuatro canoas llenas de indios, a ver y requerir la nuestra y, como nos vieron, dan la vuelta a gran prisa dando alarma, en tal manera, que en menos de un cuarto de hora oímos en los pueblos muchos atambores que apellidaban la tierra [...] (CARVAJAL, 2011, p. 14).

En muchas ocasiones algunos pueblos ayudaron a los expedicionarios con comida: “Aquí comenzaron los compañeros a se vengar de lo pasado, porque no hacían sino comer de lo que los indios tenían pensado para sí y beber de sus brebajes [...]” (CARVAJAL, 2011, p. 15). Y en la construcción de un nuevo bergantín: “Visto por el capitán [...] de la tierra, y la buena voluntad de los indios, mandó juntar a todos sus compañeros y les dijo que pues había allí buen aparejo y voluntad en los indios, que sería bien hacer un bergantín [...]” (Ibidem, 2011, p. 24).

Otro aspecto real dentro de la crónica de Carvajal es la citación de nombres de varios caciques de los pueblos por donde pasaban: “Cumplidos doce días de mayo, llegamos a las provincias de Machiparo, que es muy gran señor y de mucha gente, y confina con otro señor tan grande llamado Omega [...]” (CARVAJAL, 2011, p. 29). Además, de mencionar los aspectos generales de los hogares y de la relación social que tenían los habitantes de estos pueblos.

Aún, sus escritos ayudaron a defender el honor de Francisco de Orellana cuando fue acusado de traicionar Gonzalo Pizarro. El documento fue llevado hasta la corte española como defensa del capitán.

Por otro lado, los escritos que surgen en el período de los descubrimientos tenían por objetivo informar de manera más real posible sobre las conquistas. Pero, no estaban lejos de los aspectos ficcionales pues, los colonizadores ya venían con una visión basada en la tradición medieval, siendo necesario verificar la veracidad de los escritos anteriores.

En la Antigüedad, eran muchos los mitos que fueron difundidos en numerosos textos de la literatura “[...] todo cuanto se había leído en Platón, en Hipócrates, en Diodoro de Sicilia, en Plinio o en San Agustín [...]” (DUVIOLS, 2005, p.113). Siendo las amazonas, el mito más famoso “[...] en que los griegos dijeron haberlas descubierto en el Asia Menor [...]” (IRVINE, 1996, p. XX).

Con las descubiertas de Colón, estos mitos se tornan más presentes en las mentes de los conquistadores y también muchos de los escritos de esta época hacían referencia a existencia de seres maravillosos, como la tribu de las mujeres guerreras (las amazonas).

Con todos estos aspectos de veracidad de existencia de estas fêmeas, los colonizadores creían que podrían depararse con ellas en sus viajes en busca de nuevos mundos. “Muchos eran los mitos que perturbaban la mente del conquistador y de sus contemporáneos mientras se lanzaban a la aventura por el mundo que acababa de descubrir Colón [...]” (IRVINE, 1996, p. XX).

También, existía una determinación previa en algunos contratos de viajes para que los colonizadores buscasen a las amazonas. Para Irvine:

Las instrucciones que daban los jefes españoles y los contratos que celebran los conquistadores con quienes financiaban los viajes- porque la conquista del Nuevo Mundo fue hasta cierto punto una empresa privada de carácter capitalista- frecuentemente incluían cláusulas requiriendo la búsqueda de esas mujeres mitológicas (1996, p. XX).

Considerando estos aspectos, se queda evidente la presencia de este y otros mitos en las narraciones de muchos conquistadores, incluso en la relación de fray Gaspar de Carvajal que afirmó haber visto las guerreras en su viaje junto a Orellana.

Por su vez, la cronística de Carvajal presenta muchos hechos fantásticos como la búsqueda por una especiería de la época (canela) en el País de la Canela, riquezas en El Dorado y presencia del mito de las Amazonas, las indias guerreras.

En la relación, el capitán Orellana fue designado por su majestad a descubrir la tierra donde existía canela “noticia que tenía de una tierra donde se había canela, por servir a su majestad en el descubrimiento de la dicha canela [...]” (CARVAJAL, 2011, p.09). En verdad, se dan cuenta los españoles que tal país y canela no existen y lo que encuentran son algunos árboles.

La existencia de un reino lleno de oro y piedras preciosas fue también uno de los motivos de la búsqueda por otros territorios. Pues, desde los primeros colonizadores, la riqueza era el principal objetivo de la conquista. La existencia de un lugar donde tenían las dichas riquezas hizo con que la expedición de Orellana partiese de Quito en busca de El Dorado.

La leyenda sobre la ciudad cubierta de oro empezó en el año 1530, cuando el conquistador Gonzalo Jiménez de Quesada encontró un pueblo, los Muisca, que hacían

rituales: la ceremonia “del indio dorado” que originó la leyenda de este lugar donde muchos colonizadores españoles e, incluso ingleses, intentaran buscar.

En la Edad Media eran muchos los mitos y leyendas que poblaban el imaginario de los europeos. Los libros de la época (siglo XVI) presentaban una literatura basada en las novelas de caballería, una lectura popular que conquista notoriedad debido a la invención de la imprenta en España. El caballero toma para sí los ideales de honra y fidelidad al rey y la amada para luchar en nuevas tierras y conservar el estilo de vida en la Edad Media.

[...] Essa afirmação encontra amparo nas preferências, antes de mais nada, dos cronistas do descobrimento e no interior de seus relatos cronísticos, ao plasmar suas ressonâncias nas paisagens exploradas e vistas, nas batalhas incansáveis e grandiosas, no estranhamento provocado pelos seus inimigos nunca antes vistos e até mesmo pela envergadura de seus gestos heroicos em virtude da missão assumida diante do Rey e da Madre Igreja (ALMEIDA, 2013, p.45).

El primero libro más difundido en este género fue el famoso Amadís de Gaula (1508) que narra las hazañas heroicas de varios caballeros y sus descendientes. Para Heufemann-Barría “la popularidad de los libros de caballería hizo renacer el interés por la literatura caballeresca” (2014, p. 110).

La formación de un imaginario ligado en las lecturas de las novelas hice con que los conquistadores tuviesen el interés en comprobar en las nuevas tierras las informaciones leídas. De acuerdo con Almeida (2013, p. 48):

Naquele contexto, as limitações científicas existentes – principalmente em comparação com os nossos dias – refutavam o caráter do inexplicável, mas, de certa forma, o apelo ao imaginário predominava e servia prontamente para representar a realidade. Componentes míticos ou fabulosamente engendrados eram perfeitamente admitidos na tradição literária.

Por medio de las lecturas los colonizadores creían que América era un lugar donde confirmarían la existencia de lo maravilloso y todo que conocían se reportaría para el Nuevo Mundo. Como elemento integrante de la nueva realidad “é necessário admitir novas leis da natureza mediante as quais o fenômeno pode ser explicado” (TODOROV, 1981, p. 24).

Con todo, el punto principal del imaginario presente en la relación de Carvajal es la presencia de las amazonas “aquí nos dieron noticia de las amazonas y de la riqueza que abajo hay [...]” (CARVAJAL, 2011, p. 18) que representaban más una de las realidades fabulosas que los colonizadores creían que existiesen.

La leyenda de las mujeres guerreras es trasladada de la Antigüedad para América. Y, son numerosos los conquistadores que hacen referencia a estas mujeres en sus crónicas. Según Mix :

[...] Después de Colón, Américo Vespucio, o el Pseudo-Vespucio, si se quiere, habla de las amazonas [...] También lo hace Pedro Mártir de Angleria [...] Las huellas del primer historiador de Indias son seguidas por Oviedo, Herrera, Carvajal que relata la odisea de Orellana, y sir Walter Raleigh (1993, p.132).

Para los griegos, las amazonas eran cazadoras y luchadoras que vivían sin la presencia de los hombres. Para facilitar la utilización de arco y flecha, retiraban el seno izquierdo. Debido a esta tradición, las amazonas reciben este nombre, ya que en griego significa “las que no tienen seno”.

El fray Gaspar de Carvajal caracteriza las amazonas como “mujeres muy blancas y altas, y tienen muy largo el cabello y entrenzado y revuelto a la cabeza y son muy membrudas y andas desnudas en cuero [...]” (CARVAJAL, 2011, p.52).

En la cronística, Carvajal menciona la relación social establecida por las guerreras que representaban el opuesto de una sociedad esencialmente masculina, como se representasen el caos frente la orden pues, muchos de los pueblos eran “sujetos y tributarios a las amazonas” (CARVAJAL, 2011, p.52):

[...] y que no la servían de otra cosa sino de plumas de papagayos y de guacamayos para en [...] de los techos de las casas de sus adoraciones, y de los pueblos que ellas tenían era de aquella manera y que, por memoria, la tenían allí, y que adoraban en ella como en cosa que era insignias de su señora [...] (CARVAJAL, 2011, p. 44).

En varios puntos de la relación, el fray menciona la presencia de estas féminas. Desde el primer momento que escuchan sobre su existencia hasta el momento que encuentran con ellas: “[...] con sus arcos y flechas en las manos haciendo tanta guerra como diez indios, y en verdad que hubo mujer que metió un palmo de flecha por unos de los bergantines y otras qué menos, que parecían nuestros bergantines puerco espín” (CARVAJAL, 2011, p. 52).

En la batalla con las guerreras, el fray pierde un ojo: “[...] no hirieron sino a mí, que me dieron con un flechazo por un ojo que pasó la flecha a la otra parte, de la cual herida he perdido el ojo [...]” (CARVAJAL, 2011, p. 53). Mismo en esta condición, continuó su relato sobre la expedición.

En todo caso, por afirmar en su relación que todo lo narrado será como testigo presencial de los hechos, la presencia de las amazonas proporcionó la popularización de la historia que ya había sido relatada en otros descubrimientos. Para Mix: “El impacto del relato de Carvajal fue tan grande que en los años siguientes las amazonas van a ser ubicadas en diversos puntos de América” (1993, p.136).

Carvajal intenta comprobar la existencia de las Amazonas haciendo un relato sobre las costumbres de las guerreras que es caracterizado por un indio incorporado en la expedición.

El Capitán le preguntó si estas mujeres eran casadas: el indio dijo que no. El Capitán le preguntó que de qué manera viven: el indio respondió que, como dicho tiene, estaban la tierra adentro, y que él había estado muchas veces allá y había visto su trato y vivienda [...]. El capitán le preguntó si estas mujeres parían: el indio dijo que sí. El capitán le dijo que cómo no siendo casadas, ni residía hombre entre ellas, se emparejaban: él dijo que estas indias participan con indios en tiempos y cuando les viene aquella gana juntan mucha copia de gente de guerra y van a dar guerra a un muy gran señor que reside y tiene su tierra junto a la destas mujeres y por fuerza los traen a sus tierras y tienen consigo aquel tiempo que se les antoja, y después que se hayan preñadas les tornan a enviar a su tierra sin les hacer otro mal: y después, cuando viene el tiempo que han de parir, que si paren hijo le matan y le envían a sus padres, y si hija, la crían con muy gran solemnidad y la imponen en las cosas de la guerra (CARVAJAL, 2011, p. 57).

Por defender la existencia de estas mujeres, cuando descubren el río, por acaso, atribuyen el nombre como un homenaje: Río de las Amazonas. Perdiendo el nombre de Río de Orellana, “que descubrió, por muy gran ventura [...] desde su nacimiento hasta salir a la mar” (CARVAJAL, 2011, p. 07).

CONSIDERACIONES FINALES

En verdad, el descubrimiento del Río de las Amazonas tuvo una importante significación dentro del proceso de colonización de América tanto por traer el contenido histórico como por la presencia del imaginario europeo a través de la reaparición del mito de las Amazonas.

Es necesario mencionar que la crónica de Gaspar de Carvajal presenta dos puntos clave en la expedición de Orellana: realidad e imaginario. La primera, caracterizada por el tiempo cronológico, los aspectos geográficos, caracterización de los pueblos, lugares y personas y, el segundo, por la presencia de los mitos que perpetuaban desde la Antigüedad.

Carvajal presenta una relación que tiene aspectos maravillosos “que los conquistadores y misioneros aprendieron de las autoridades clásicas y medievales [...]” (LEÓN, 2008, p.26), como la caracterización de las Amazonas, que posiblemente había leído en los monasterios castellanos.

Es fácil identificar en las narrativas de la época de la conquista, aspectos direccionados a presencia de elementos maravillosos, como se hubiese una relación con los escritos mitológicos, pues este tipo de lectura hacía parte de la vida de los colonizadores.

Así, Carvajal intenta mezclar los aspectos reales con los imaginarios. La realidad, serviría para direccionar otros viajes por América, como los aspectos geográficos y, el imaginario, para asegurar la existencia del mito, proporcionando el interés de comprobación de otros conquistadores.

BIBLIOGRAFÍA

ACUÑA, Cristóbal de. **Nuevo descubrimiento del gran río de las amazonas**. In: PAPAVERO, 1641.

ACCURSO, Ricardo. **Las amazonas de Fray Gaspar de Carvajal**. Revista de Aula de Letras. Humanidades y Enseñanza. Universidad Nacional de Rosario, Argentina.

ALMEIDA, Carlo Henrique Lopes de. **A vocação literária no pensamento historiográfico de Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés**. Tese de doutorado. UFG, 2013.

AMAZONAS. Disponível em: <http://www.solonosotras.com/archivo/02/cult-mit-050700.htm>> Acesso em: 24 abri. 2017.

AMÉRICA LATINA: **palavra, literatura e cultura** / organizadora Ana Pizarro. –São Paulo: Memorial; Campinas. Unicamp, 1993.

BESTIARY. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

(BRANDÃO *apud* HOOMAERT 2005, p. 196).

CARVAJAL, Fray G. de. **Relación de Descubrimiento del río de las amazonas**, edición y notas de Nieves Pinillos Iglesias, realizada para Babelia, Madrid, 2011.

GASPAR DE CARVAJAL. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Gaspar_de_Carvajal> Acesso em: 12 jan. 2017.

GÓMEZ-TABANERA, José M. **Bestiario y paraíso en los viajes colombinos: el legado del folklore medieval europeo a la historiografía americanista**. AIH. Atlas XI, Universidades de Madrid y Oviedo, 1992.

HEUFEMANN-BARRIA, Elsa Otilia. **Orellana, Ursúa y Lope de Aguirre: Sus hazañas novelescas por el Río Amazonas (siglo XVI)**. 2ª EDICIÓN, La Mirada Malva, 2014.

HEUFEMANN-BARRÍA, Elsa Otilia. **Raíces medievales de las crónicas coloniales españolas: las “relaciones” del Río Amazonas**. São Paulo: Universidad de São Paulo, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso, "América Portuguesa e Índias de Castela"**. São Paulo: Editora Nacional, 1958.

LEÓN, María José Rodilla. **Bestiarios del Nuevo Mundo: Maravillas de Dios o Engendros del Demonio**. Revista de Filología Hispánica Rilce, año 3, México, 2008.

MIGNOW, Walter. **Cartas, crónicas y relaciones del descubrimiento y la conquista**. 1982

PELLICER, Rosa. **Continens Paradisi: El libro segundo del paraíso en el nuevo mundo de Antonio de León Pinelo**. Universidad de Zaragoza, 2009.

PIZARRO, Ana. **Amazonía: el río tiene voces**. Fondo de Cultura Económica. Chile, Santiago, ISBN, 2009.

PIZARRO, Ana. **Imaginario y Discurso: La Amazonía**. Revista de Crítica Literaria Latinoamericana. Universidad de Santiago de Chile, Año XXXI, N° 61. Lima-Hanover, 2005.

SANTOS. Rossemildo da Siva. **LA AMAZONOMAQUIA DE GASPAR DE CARVAJAL**. (Instituto Federal de Educação, Ciência y tecnología de Acre, BRASIL). 2016.

VARANDAS, Angélica. **A Idade Média e o Bestiário**. III Seminário Aberto: Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa, 2006.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. Digital Source, 1981.

**TRADIÇÃO E MATEMÁTICA:
A ETNOMATEMÁTICA DA CERÂMICA CAETEUARA DA VILA “CUÉRA” EM
BRAGANÇA-PA**

Samuel Antonio Silva do Rosario¹
Luis Junior Costa Saraiva²

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise sobre relações entre a Matemática e a tradição de construção da cerâmica caeteuara. A pesquisa está sendo realizada em uma comunidade amazônica de características tradicionais, chamada “Vila Cuéra”, situada no espaço rural do município de Bragança, Pará, Brasil, às margens do rio Caeté. A experiência retrata o processo de construção da cerâmica caeteuara, ressaltando aspectos importantes onde o ceramista se utiliza de uma racionalidade matemática própria para construir suas peças, transformando um pensamento abstrato em uma peça concreta. Objetivamos ressaltar cada saber envolvido no processo de fabricação, a qual relaciona os conteúdos matemáticos conhecidos como geometria e simetria ao saberes do ceramista. As práticas pertencentes aos saberes constituídos na tradição amazônica são atualizadas no cotidiano dos mestres-artesãos presentes nessa região. A intenção deste trabalho é destacar a necessidade de diálogos entre saberes Etnomatemáticos com os conhecimentos científicos oriundos da Ciência Matemática, como uma rota para compreender e respeitar as várias formas de produzir conhecimento das diversas populações que compõem a Amazônia.

Palavras-chave: Tradição. Etnomatemática. Cerâmica Caeteuara.

ABSTRACT

The present article is an information about the mathematics and the tradition of construction of caeteuara ceramics. A research is being conducted in an Amazonian community of classics, called "Vila Cuéra", located in the interior of the county of Bragança, Pará, Brazil, on the Caeté River. The experience portrays the process of construction of caeteu ceramics, highlighting the important aspects for ceramism if employed a mathematical rationality and the ability to highlight their pieces, transforming an abstract thought into a concrete piece. We aim to highlight each of the knowledge involved in the manufacturing process, a relation according to the mathematical patterns known as geometry and symmetry to the knowledge of the ceramist. The pieces belonging to the knowledge were constituted in the Amazonian tradition are updated in the daily life of the masters-artisans present in the region. This study is a high level of knowledge among clinical studies and scientific studies for the knowledge of the knowledge of the knowledge matter of the plural knowledge that compose the Amazon.

Keywords: Tradition. Ethnomathematics. Ceramics Caeteuara.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (UFPA). Membro dos grupos de pesquisa LELIM (Laboratório de Estudo Linguagem, Imagem e Memórias) e ETTHOS (Educação, Trabalho, Tecnologia, Humanidades e Organização Social). samuel_mat2009@hotmail.com

² Doutor em Antropologia. Professor Adjunto FACED/UFPA, Campus de Bragança. Membro dos grupos de Pesquisa ESAC (Estudos Socioambientais Costeiros) e LELIM (Laboratório de Estudo Linguagem, Imagem e Memórias). luisjsaraiva@gmail.com.br

Para desenvolver a Capitania, Álvaro de Souza instalou sua sede na margem direita do rio Caeté, fundando o povoado denominado de vila Souza do Caeté, atualmente conhecida como vila Cuéra ou Qui-Era. Com uma população quase que exclusivamente indígena pouco prosperou. Transformado em freguesia, ressurgiu com o nome de Nossa Senhora do Rosário de Bragança.

Em 1754, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão mór do Estado do Maranhão e Grão-Pará, visitou Souza do Caeté e achou o local pouco desenvolvido. Resolveu, então, dar-lhe novo impulso elevando-o à categoria de vila, e ao transferi-lo para a margem esquerda do rio Caeté, para o local onde, hoje, é o bairro da Aldeia da atual sede municipal.

Hoje a Vila é conhecida por alguns por Vila “Cuera” e por outros como Vila “Que era”, e esse dilema contido no nome da vila pode ser verificado durante o levantamento sociocultural da comunidade realizado durante a pesquisa. No decorrer do levantamento podemos registrar que parte dos moradores mais velhos prefere o nome de vila “Cuera” mesmo sem conhecer o real significado desse nome, porém com maior receptividade por questões históricas. Já outra parcela em comum acordo com os mais novos da comunidade prefere o nome de vila “que era”, pois entende o significado de que aquela comunidade foi Bragança no passado, diferente de Cuéra que não apresenta um significado definido para a maioria.

Conhecendo um pouco mais a Vila e seu dia a dia como organismo vivo e dinâmico foi possível encontrar um conjunto de saberes e atividades realizadas pelos moradores que envolvem os diversos ambientes da comunidade³, como: pesca, agricultura, artesanato, pajelança. Encontramos ainda: parteiras, pais de santo, comerciantes, professores etc.

Nesse contexto apresentado, cabe ressaltar que a pesquisa aconteceu mais precisamente com uma dessas famílias, a família Furtado que desenvolve o ofício de fabricação de peças de barro há gerações, mantendo particularidades que serão mais bem exploradas no decorrer deste trabalho.

Apesar do desenvolvimento da pesquisa ser em torno de uma família, o dia a dia na comunidade nos permitiu contemplar outros momentos importantes tanto para a história da comunidade, como para a história cultural do município de Bragança-Pa.

A vila agrega diversos saberes nas muitas atividades desenvolvidas por seus habitantes, que despertam a curiosidade de conhecer e de entender as dinâmicas que regem as sabedorias expostas no cotidiano em comunidade. E é focando em um desses saberes que esse trabalho se pautará, mais especificamente na construção da cerâmica caeteuara da comunidade, uma atividade repleta de conhecimentos etnomatemáticos.

³ O levantamento sociocultural é resultado do trabalho de três pesquisadores Jéssica Leite, Luis Saraiva e Samuel Silva que ainda está em processo de publicação e finalização da cartografia social da comunidade, que registra aspectos importantes da localidade a partir dos moradores.

1. CERÂMICA CAETEUARA

A cerâmica caeteuara traz em seus traçados elementos que ajudam a montar a história da própria região, a maneira como é feita, desde a escolha da argila até o produto final, possui particularidades encontradas apenas nesse saber-fazer.

A família Furtado, uma das poucas que ainda mantém a tradição de construir peças a partir da argila na região, exhibe com orgulho peças com mais de 100 anos (Im 3) e conta como o ofício foi sendo passado entre as gerações familiares, legado histórico deixado por familiares que já se foram desse mundo material, mas que ainda continuam presentes nas memórias expressas em cada uma das peças.



Im 3 Fonte – Acervo pessoal

A forma de fazer cerâmica com caráter caeteuara é uma forma simbólica de demonstrar a relação direta que os ceramistas dessa região têm com o rio caeté. O lugar de onde é retirada a argila que dá origem ao processo de construção da cerâmica caeteuara geralmente se encontra às margens do rio caeté onde só é possível se chegar de canoa, com uma dinâmica de retirada da argila funcionando de forma alternada, visando a sustentabilidade do ofício. A ceramista chamada Maria explica que essa foi uma forma encontrada por sua família para que sempre tivesse argila disponível.

A gente atravessa de canoa e pega ela em algum lugar ai do rio, geralmente só de olhar a argila, eu já sei qual presta, desse jeito eu conheço vários lugares onde tem a argila que eu preciso. E é incrível, quando a gente tira a argila de um lugar, fica um buracão. mas quando a gente volta já está tudo recuperado, e da natureza mesmo (Informação verbal).

Essa rotina de retirada da argila da margem do rio caeté, geralmente acontece uma ou duas vezes por mês. Após escolher o lugar de coleta, existe um processo de seleção muito bem aprimorada por essa família, com suas particularidades e saberes. A família Furtado escolhe suas argilas a partir do visual, do tato e paladar. O ceramista Josias argumenta que:

Primeira coisa para escolher a argila é eu está presente, com mais que eu peça pra alguém cavar, eu tenho que está lá presente pra saber (...). A questão visual já diz muito, pois pela cor eu já sei se ela presta e pra qual tipo de peça posso usar. (...) Depois que a cor me agrada, eu pego e vejo a consistência com a minhas mãos e logo depois ponho na boca, porque se tiver muito salgada não presta. (...) As vezes eu pego assim mesmo e trago pra casa, aqui ponho de molho para tirar o excesso de sal (Informação verbal).

A cerâmica caeteuara produzida na comunidade da “Vila Cuera”, no município de Bragança-Pa, é dotada de uma beleza estética e geométrica sem igual, que serão tratados com muito cuidado e atenção no decorrer desse artigo. E essa estética e geometria são expressas na sabedoria popular com uma beleza que “enche os olhos de quem faz e de quem ver” e “dá orgulho pra quem faz”. O processo de fabricação é manual e a transmissão do conhecimento ocorre por meio da tradição oral, pois nas comunidades tradicionais os conhecimentos que permeiam entre os variados saberes são passados de maneira empírica pela oralidade e através da vivência dos agentes sociais envolvidos, respeitando uma escala de gerações, assim uma geração mais experiente troca conhecimentos com a geração mais nova, onde a oralidade precede e sustenta a racionalidade, é a partir deste laço que ciência e tradição se cruzam, se reconhecem (Vergani, 2002) e este conhecimento encontra-se ameaçado de extinção, visto que apenas a família Furtado desenvolve esse ofício na comunidade.

A família Furtado desenvolveu algumas particularidades para produzir a cerâmica caeteuara, em um diálogo realizado em campo em 2017, o ceramista Josias nos explicou um pouco dessa particularidade:

Tudo começa na escolha da argila, a argila é tirada aqui da margem do rio caeté, a gente vai de canoa até o barreiro e traz pra cá, ai depois a gente vamo pegar essa argila e vamo usar os materiais que vão ser acrescentadas nessa mistura que é pra ela se tornar uma panela retratada, porque se não tiver essas misturas ela não vai segurar o fogo e vai rachar.(...) Ai a gente usa o caripé que é a casca de uma árvore, que nós estamos tendo dificuldade de encontrar hoje em dia, pelo desmatamento e a taicica

que é a lagrima da árvore, nós usa só um tanto de uma árvore e deixa, pra não morrer.

Eu mesmo tiro o barro, mesmo que eu peça pro cara cavar, eu mesmo tenho que tá lá presente pra saber, é uma questão visual, eu escolho a argila, primeiro olhando, se a cor agrada, eu provo também, porque se tiver com muito sal não presta, aí tem outra técnica de pedir pra mãe do barro, aí é só deixar uma peça pra ela lá no rio que as todas as peças ficam boa (Informação verbal).

Assim os saberes envolvidos na produção da cerâmica caeteuara foram desenvolvidos a partir das experiências diárias, levando em consideração os sentidos do ceramista como instrumento principal de modelagem dessa racionalidade, assim, a visão, o paladar e tato, representam uma trindade de sentidos que auxiliam na permanência dessa tradição cultural.

2. ETNOMATEMÁTICA

Ao pensar em Matemática sempre se imagina algum conteúdo estudado no espaço escolar, algo complexo e difícil, mas a matemática está em toda a parte, inclusive no nosso corpo, basta olhar para o número dos dedos das mãos e as inúmeras vezes que são utilizados para somar ou diminuir pequenas quantidades. Esse recuso é uma ferramenta de extrema importância nas comunidades de características tradicionais, pois a relação estabelecida entre o corpo (concreto) e quantidade (abstrata) estão diretamente relacionadas e interligadas, ajudando a racionalizar necessidades específicas de cada grupo social.

Levando em consideração que a matemática surge a partir das necessidades de cada povo, cada grupo social desenvolve sua própria linguagem matemática que como qualquer outra forma de linguagem, carrega consigo uma visão de mundo, que determina a maneira de perceber e conceber a realidade, ajudando a concretizar o abstracionismo presente no modo de sentir o mundo (FIORIN, 1998).

A própria história nos mostra que diversas sociedades desenvolveram seus próprios sistemas de conhecimento diversificados usando para isto métodos de comparação, quantificação, medição e representação em alguma medida, semelhantes aos métodos conhecidos como matemáticos (Gerdes, 2014).

Assim, ao construir e estabelecer as bases da Etnomatemática centrada num enfoque abrangente da história das ciências, com abordagem na cognição e cultura, D'Ambrosio (1998) propôs um programa de pesquisa diferenciado em relação à matemática, reconhecendo-a como uma dinâmica cultural (ROSA; OREY, 2014) onde "(...) a matemática assume cognitiva e explicitamente o seu caráter transdisciplinar no seio de uma experiência reconhecidamente antropológica" (VERGANI, 2007, p. 24). O Programa Etnomatemática

propõe o diálogo entre distintas concepções matemáticas, integrando cognição, história, sociologia do conhecimento e epistemologia social possibilitando uma dinâmica entre o saber e o fazer de diferentes culturas.

Para D'Ambrosio (2010) a etnomatemática busca entender ao longo da história da humanidade o saber-fazer. Nessa ideia há também em sua concepção histórica ciclos dos quais são necessários ao conhecimento, onde tais ciclos são os da geração, organização intelectual, organização social e difusão de conhecimento.

D'Ambrosio propõe o Programa Etnomatemática o qual “tem como referências categorias próprias de cada cultura, reconhecendo que é próprio da espécie humana a satisfação de pulsões de sobrevivência e transcendência, absolutamente integrados, como numa relação de simbiose” (2010, p. 45).

Segundo o autor:

etno é hoje aceito como algo muito amplo, referente ao contexto cultural, e portanto, inclui considerações como linguagem, jargão, códigos de comportamento, mitos e símbolos; matema é uma raiz difícil, que vai na direção de explicar, de conhecer, de entender; e tica vem sem dúvida de techne, que é a mesma raiz de arte e de técnica. Assim, poderíamos dizer que etnomatemática é a arte ou a técnica de explicar, de conhecer, de entender nos diversos contextos culturais (D'Ambrosio, 1998, p. 5).

Nessa perspectiva (D'AMBROSIO, 1993, p. 7), considera a Etnomatemática como um “(...) programa que visa explicar os processos de geração, organização e transmissão de conhecimento em diversos sistemas culturais e as forças interativas que agem nos e entre os três processos.”.

E buscando conceituar o que viria ser a Etnomatemática, Barton (2004), argumenta que trata-se de uma pesquisa em que se busca compreender como determinados grupos culturais articulam conceitos matemáticos, mesmo não tendo um conceito de matemática formal.

Gerdes (1989, p.2) conceitua que “a Etnomatemática tenta estudar a Matemática (ou ideias matemáticas) nas suas relações com o conjunto da vida cultural e social”, sendo um movimento motivado por objetivos sócio-políticos determinados e um campo de pesquisa por meio do qual é estudada a Matemática e suas relações com a vida cultural e social de determinados grupos.

Para Ascher (1986) a Etnomatemática é o estudo das ideias matemática de povos com baixa escolarização, onde por meio de um trabalho antropológico, a autora intenciona apelar a um trabalho etnográfico.

Knijnik (2008, p. 3) considera a Etnomatemática como uma caixa de ferramentas: “que nos possibilita estudar os discursos eurocêtricos que instituem as matemáticas

acadêmica e escolar, analisando os efeitos de verdade produzidos por tais discursos e também examinar os jogos de linguagem que constituem diferentes matemáticas (...)"

Para Ferreira (1991) a Etnomatemática é vista como a matemática praticada por diferentes grupos culturais, sendo que cada grupo cultural produz sua própria Matemática de acordo com as suas necessidades de sobrevivência.

O Programa Etnomatemática, como elaborado por Ubiratan D'Ambrosio (2009) recebeu ao longo dos anos contribuições em suas diferentes dimensões, dependendo do contexto e do pesquisador responsável, agregou aspectos distintos, porém Miarka (2011) elenca três aspectos importantes para a pesquisa em Etnomatemática: o respeito ao outro, a presença do diálogo e a importância do conhecimento da língua do grupo cultural estudado.

Desse modo, a Etnomatemática deriva do pressuposto de que sociedade, cognição e cultura estão interligadas, ou seja, "a matemática é uma atividade universal, é uma atividade pancultural e pan-humana. Em todas as culturas o pensamento matemático tem tido lugar, tanto duma maneira espontânea como duma maneira organizada (...)" (GERDES, 2010, p. 159), com base na relação entre estes três eixos é que a Etnomatemática se constitui como campo de investigação e como proposta de uma educação múltipla e universalizante (FARIAS, C.; MENDES, 2014), correspondendo à proposição de que existe a necessidade de um conhecimento matemático local tanto quanto o conhecimento matemático global, ou seja: "(...) a Etnomatemática desenvolveu formas de conhecer e analisar as diversas epistemologias matemáticas operando nos seus contextos culturais" (MOREIRA, 2008, p.6).

Nessa perspectiva, utilizamos a etnomatemática nesta pesquisa como forma de respeitar as outras racionalidades matemáticas existentes, dialogando com os intelectuais do saber que praticam a tradição de construir peças de barro, dando a real importância à forma pela qual o ceramista explica seu "Etnoconhecimento".

3. SABERES ETNOMATEMÁTICOS PRESENTES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CERÂMICA CAETEUARA

A produção da cerâmica caeteuara é rica em saberes, sua construção nos leva a buscar um outro olhar sobre a cerâmica, de tal forma que nos permita entender suas figuras e formas. Dentro dessa perspectiva buscamos observar todo o processo de construção da cerâmica, desde o pensamento dos ceramistas até a peça já concretizada no barro.

Durante a pesquisa acompanhamos uma família que ainda mantém a tradição de construir peças de barro como já foi citado no início deste artigo, porém, para termos uma

lógica estrutural nesse trabalho adotaremos o nome de Dona Maria para a mãe (que ainda produz suas peças através da fogueira) e Josias para o filho (que produz suas peças no forno à lenha).

Dona Maria ainda produz suas peças de maneira artesanal com processos rudimentares aprendidos com sua mãe, que anteriormente aprendeu com a vó e assim sucessivamente. Dona Maria comentou em um diálogo em campo que:

Essa cultura é muito antiga, muito antiga mesmo, quando eu me criei ela já existia, não era só da minha mãe, outras mulheres também sabiam fazer, mas hoje só a gente faz. Aos poucos as mulheres foram parando e restou só eu (2017, Informação verbal)

Assim, ela constrói suas peças de maneira tradicional e manual, sem ajuda de muitas ferramentas constrói peças de diversos formatos e com simetria quase perfeita. Partindo de um material bruto que é a argila (Im 4), transformando-a em uma pequena esfera com suas próprias mãos e por fim em uma peça tridimensional (Im 5 e Im 6) com formas simétricas bem colocadas, resultados de anos de prática.



Im 4 Fonte – Acervo pessoal



Im 5 Fonte – Acervo pessoal



Im 6 Fonte – Acervo pessoal

Durante a pesquisa com dona Maria, foi possível observar que suas peças priorizam formas circulares, esféricas e cilíndricas nos arremetendo aos conceitos de círculo, corpos arredondados e de cilindros vistos na geometria tradicional acadêmica. Porém, dona Maria argumenta que costuma dar forma arredondada para suas peças seguindo uma outra lógica geométrica, onde a praticidade do cotidiano é prioridade, o que a levou utilizar a melhor estrutura que pudesse auxiliar em seu ofício, “pois essa foi a forma que eu aprendi com minha mãe, primeiro a gente faz uma bolinha e depois vai dando forma a peça, essa forma, vem da minha cabeça mesmo, já tenho dentro de mim” (Dona Maria, 2017, Informação verbal). Dessa maneira, começamos a entender que na verdade essa racionalidade matemática desenvolvida por dona Maria e sua família é totalmente baseada na vida prática, visto que para dar forma e dimensões à peça de barro é preciso um trabalho artesanal do pensamento, onde pensamento e argila são reais ao ponto de um refletir a concretude do outro, tornando real a peça final e mantendo esse saber etnomatemático relacionado à tradição.

Almeida (2010, p. 67) conceitua que “diferentemente do senso comum, os saberes da tradição arquitetam compreensões com base em métodos sistemáticos, experiências controladas e sistematizações reorganizadas de forma contínua”.

Nesse sentido, dona Maria não só expressa saberes etnomatemáticos através do seu ofício, mas também os constrói através de suas experimentações diárias, fazendo justo o

conceito de intelectual do saber. Suas peças são construídas a partir de uma sistematização própria que foi aprimorada com o passar dos anos.

Durante a pesquisa de campo também tivemos contato com o ceramista Josias que é filho de dona Maria e que também constrói peças de argila, porém Josias desenvolveu métodos diferenciados para seu ofício, dando novas formas e dimensões para a cerâmica caeteuara.

Em um diálogo em campo realizado em 2017 o ceramista nos explicou como suas peças são criadas e de onde vem a inspiração para criar suas obras:

(...) Às vezes eu sonho e quando acordo vou cedinho pra oficina, pego o barro e faço a peça, algumas dificuldades que aparecem na peça as vezes eu tiro no sonho, mas elas sempre saem certinho, o tamanho que é de um lado, também é do outro. (...) Na hora de modelar eu gosto de trabalhar com círculos, triângulos e quadrados, pois são mais fácil de modelar, mas agora estou fazendo com outros formatos, de peixe, de barco e até de bicho, aí eu uso outras figuras, algumas eu nem conheço, mas vi em algum lugar. (...) a quantidade de barro que leva cada peça, eu já sei de cabeça, só de pensar já consigo ver ela pronta, aí vou só montando com as minhas mãos, aí olhando eu sei se ela tá torta ou certinha.

É perceptível na fala de Josias que conceitos da Matemática acadêmica estão muito presentes em seu cotidiano como ceramista, mesmo de maneira empírica, ele consegue determinar figuras geométricas planas como triângulos, quadrados e círculos e espaciais como pirâmides, cilindros e esferas. Mesmo desconhecendo conceitos e termos próprios da Matemática científica, suas peças possuem formas extremamente bem elaboradas.

O ceramista Josias costuma criar peças de formatos e dimensões variadas e para isso desenvolveu formas em gesso e também em madeira para ajudar na modelagem de suas peças, como por exemplo a sequência de imagem (Im 7, Im 8 e Im 9) que mostra algumas dessas formas modeladoras. Essas formas possuem estruturas criadas pelo próprio ceramista que costuma dizer durante os diálogos em campo que “tudo que penso, gosto de construir com as mãos, não importa se é uma panela, um peixe, um cachorro, seu eu sonho consigo construir” (Josias, Informação verbal). E nesse sentido podemos entender a lógica que rege seu raciocínio geométrico onde as figuras planas são criadas primeiramente e, posteriormente, são dadas dimensões espaciais as mesmas.



Im 7 Fonte – Acervo pessoal



Im 8 Fonte – Acervo pessoal



Im 9 Fonte – Acervo pessoal

O ceramista explica que utiliza essas formas para lhe ajudar na produção de peças de mesma dimensão, “ultimamente tenho recebido muitas encomendas de peças de mesmo tamanho, aí resolvi aprender a fazer essas formas pra mim ajudar” (Josias, Informação oral). Além dessas peças moldados na forma de gesso, Josias também produz panelas e vasos da mesma forma que sua mãe, utilizando apenas as mãos como meio de produção e acabamento, dessa maneira mantendo a essência da cerâmica caeteuara tradicional.

A produção dessas peças de barro inicia sua sistematização matemática desde o momento em que o ceramista pensa no que será produzido, posteriormente esse pensamento é modelado no formato das peças, sendo que: “o modelo não é objeto, obra arquitetônica ou tecnologia, mas projeto, esquema, lei ou representação que permite a produção ou reprodução ou execução dessa ação” (Biembengut, 2004, p. 16). O modelo que dona Maria e Josias utilizam é derivado de uma lógica interna, à medida que vão trabalhando as peças com as mãos, eles estabelecem as medidas de espessura das paredes das peças a serem fabricadas.

Após a modelagem que define o formato e as dimensões da peça que será produzida, a ceramista durante a etapa de alisamento da peça determina as proporções almejadas e por meio da observação contínua detecta quais são os erros que precisam ser corrigidos. A correção é feita no momento da finalização das peças. Como pontuado por Morin (2011, p.72): “é certo que todos os conceitos científicos extraídos da experiência social se emanciparam e transformaram. Nem por isso se separaram totalmente: força, trabalho, energia, ordem, desordem conservam seu cordão umbilical com a vida comum”.

Nesse sentido, os saberes etnomatemáticos de dona Maria e Josias vão além do que os olhos podem ver, são desenvolvidos e aprimorados diariamente a partir de suas práticas como ceramistas. Seus pensamentos geométricos são construídos através de um processo

onde o que foi pensado como peça e o que é produzido com as mãos é real em uma racionalidade matemática baseada apenas na prática como ceramista.

Esse saber etnomatemático é expresso com dimensões geométricas quando o ceramista pega a argila em qualquer formato e a transforma em uma esfera (Im 10) e como as mãos modela a transformando em uma figura plana (Im 11) sobre o eixo giratório ou sobre as próprias pernas, para posteriormente dar forma ao vazio a sua frente, e como mágica aos olhos de quem ver, uma estrutura de altura, largura e volume surge (Im 12 e Im 13) dando concretude a mais uma peça da tradicional cerâmica caeteuara.



Im 9 Fonte – Acervo pessoal



Im 10 Fonte – Acervo pessoal



Im 11 Fonte – Acervo pessoal



Im 12 Fonte – Acervo pessoal

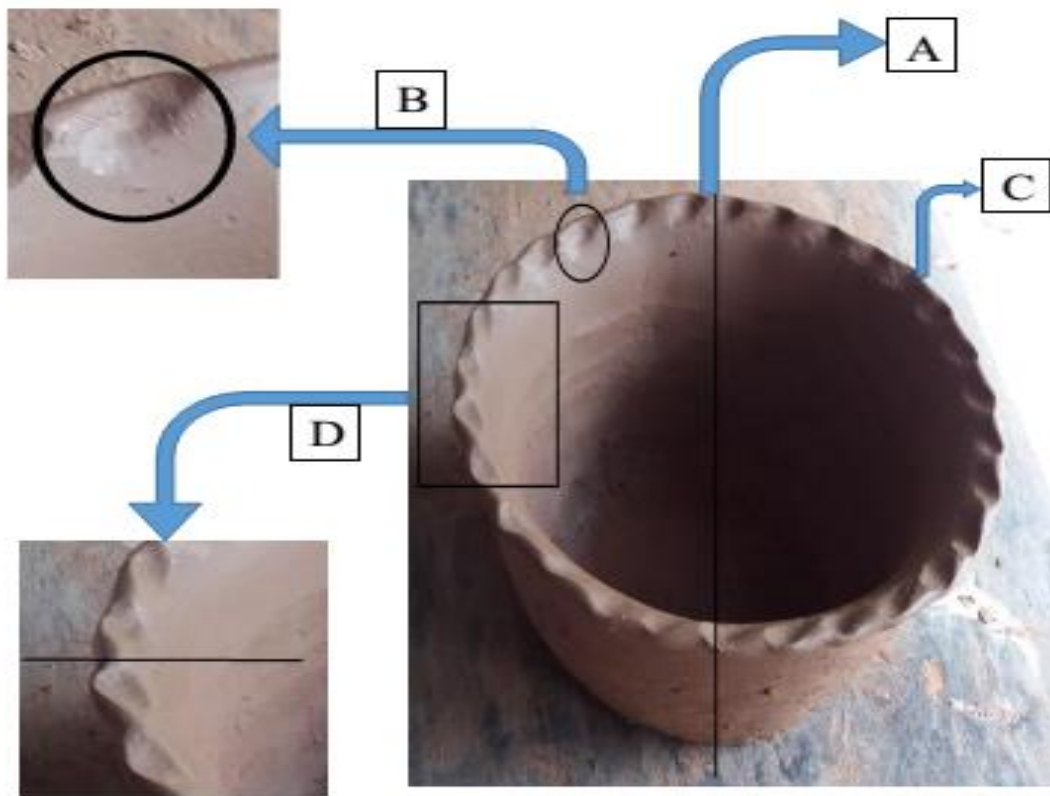
Assim, podemos perceber que tanto dona Maria, quanto Josias expressam ideias matemáticas que são baseadas na experimentação diária, suas peças possuem aspectos geométricos que são moldadas através de uma dualidade de sentidos (visão e tato) que permite moldar com as mãos as formas e modelos visualizados na mente.

Outro aspecto Etnomatemático observado na cerâmica caeteuara é a simetria, e para discutirmos sobre ela, analisaremos a seguir alguns ornamentos geométricos presentes. Nesses ornamentos, é possível perceber aspectos referentes ao conceito de simetria, referindo-nos principalmente à noção de harmonia existente em certas combinações e proporções regulares que expressam um pouco da estética matemática das formas geométricas estabelecidas.

Cabe ressaltar que antes de discutirmos os três tipos de movimentos rígidos presentes na cerâmica caeteuara, é importante explicarmos que quando analisamos a simetria presente nos vasos que são feitos através de um processo artesanal, à mão livre, em uma área normalmente curva (côncava ou convexa), não podemos exigir que estes possuam uma correspondência perfeita no rigor da matemática acadêmica, pois é normal que possuam algumas distorções que não são facilmente perceptíveis a olho nu, e serão consideradas desprezíveis neste trabalho, por se tratarem de desvios mínimos, impossíveis de não serem cometidos em trabalhos artesanais como esse.

Nas peças feitas por dona Maria observamos que em sua maioria costuma ter o mesmo acabamento feito pelos dedos de suas mãos ou com pequenos galhos de árvores que ela mesma tira, o que garante uma marca registrada da ceramista e caracteriza a cerâmica caeteuara tradicional feita na vila Cuera. Esse cuidado com os detalhes da peça de forma a garantir uma cobertura total nos remete aos conceitos de simetria, pois a “simetria não é um número nem um formato, é um tipo especial de transformação – uma maneira de mover um objeto. Se o objeto parecer o mesmo depois de movido, a transformação aí presente é uma simetria” (STEWART, 2012, p.9).

Durante a pesquisa em campo observamos que a preocupação maior de dona Maria é que suas peças não saiam tortas, “Sempre tomo muito cuidado, pra não ficar torto, porque se fica torto, com uma parte maior que a outra ela não senta direito” (dona Maria, informação verbal). E dessa forma podemos contemplar saberes etnomatemáticos ligados à simetria com pontos de translação, rotação e reflexão na mesma peça, visto que o raciocínio matemático de dona Maria é totalmente visual e prático. Usando uma peça criada por dona Maria podemos exemplificar onde ocorrem esses saberes etnomatemáticos (Im 13).



Im 13 Fonte - Acervo Pessoal

No ponto identificado como “A” encontramos o eixo de simetria que nos indica o quanto o saber tradicional da cerâmica caeteuara foi sendo aprimorado com o passar dos anos. No ponto “B” identificamos que a artesã usou várias vezes o recurso da translação para construir a sua peça, através de uma modelagem feita com os dedos da mão, realizou uma volta completa em torno da peça, de tal forma que não conseguimos perceber em qual parte ele começou a fazer as pequenas marcações, esse padrão encontrado destacamos no recorte ao lado da imagem. Da mesma forma observamos em que do ponto “B” ao ponto “C” temos um movimento simétrico de rotação, todavia, é importante destacarmos, que ao observarmos a correspondência simétrica ponto-a-ponto, concluiremos que na realidade esses dois pontos simbólicos não são perfeitamente simétricos, porém, devemos levar em consideração, como explicamos anteriormente, que essas peças foram feitas à mão livre, sem ajuda de grandes recursos em uma superfície côncava, o que dificulta bastante o trabalho. Ainda analisando a peça construída por dona Maria observamos no ponto “D” o movimento simétrico de reflexão, onde bem é caracterizada através do eixo de simetria traçado no recorte da imagem ao lado, representado pela linha tracejada, assim podemos visualizar que a parte superior parece refletir a parte inferior.

Essa simetria costuma estar presente na maioria das peças de dona Maria, visto que ela já estabeleceu um padrão para desenvolver seu ofício, onde os saberes etnomatemáticos estão impressos em diversos momentos e formatos.

Nessa mesma ótica observamos as peças construídas por Josias, tentando junto ao mesmo entender o raciocínio matemático por trás de suas peças. O ceramista Josias cria peças de diversos tamanhos e formatos (Im 14, Im 15 e Im 16), e que mesmo com auxílio de ferramentas que ajudam na fabricação das peças, suas atribuições simétricas são realizadas a “olho nu”, colocando a visão como instrumento principal de medida.



Im 14 Fonte – Acervo pessoal



Im 15 Fonte – Acervo pessoal

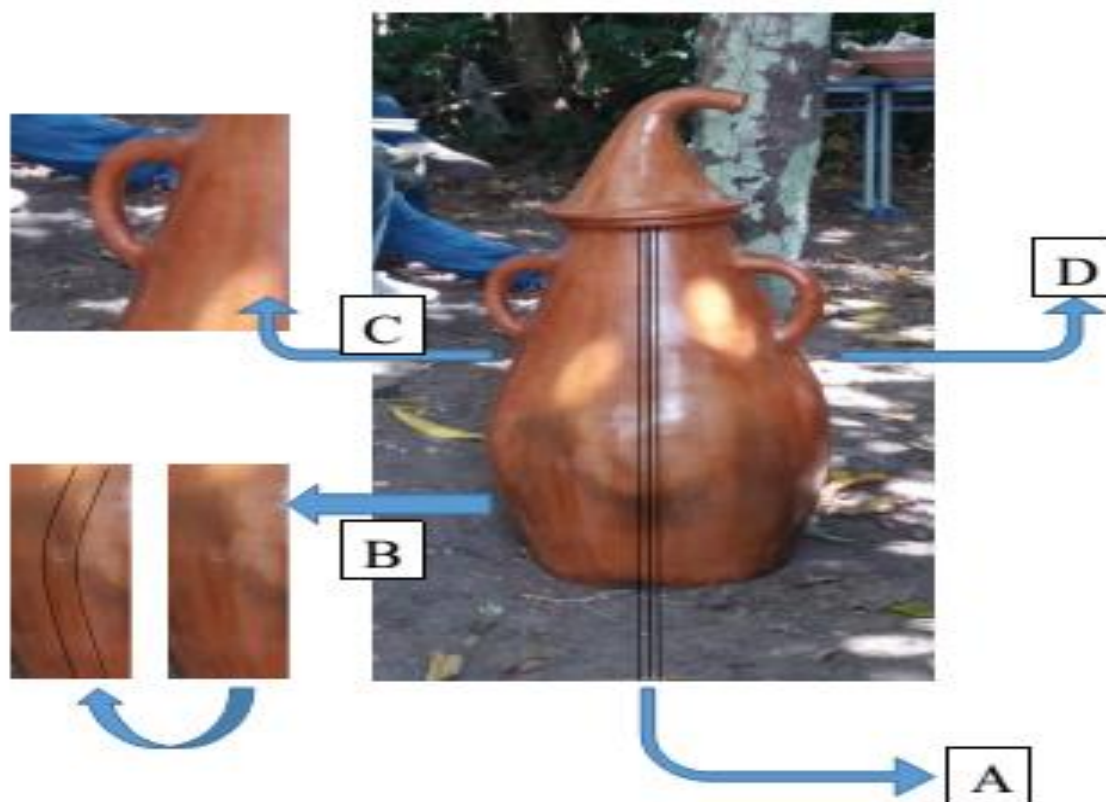


Im 16 Fonte – Acervo pessoal

Josias explica que mesmo com auxílio de suas ferramentas, o acabamento ainda continua artesanal e que o mesmo só utiliza as ferramentas quando tem uma encomenda muito grande de peças, “eu gosto mesmo é de pegar na argila e ir construindo as coisas, assim me sinto melhor, porque foi desse jeito que aprendi com minha mãe“ (Josias, informação verbal). O ceramista desenvolveu novas metodologias para construir suas peças e isso lhe proporcionou criar peças com formatos que só ele constrói na região. Com auxílio de suas mãos Josias vai construindo e reconstruindo seus saberes.

Observamos que Josias expõe saberes etnomatemáticos relacionados à simetria quando conseguimos visualizar os padrões simétricos construídos por ele, mesmo que isso para ele seja apenas o controle para que suas peças não saiam tortas. Josias nos explica que “Eu geralmente visualizo a peça primeiro em minha mente, dormindo ou acordado, dessa forma já tenho calculado na mente mesmo, o tamanho da peça, sua largura, e quanto de barro vou usar. (...) aí depois eu só tenho cuidado de construir com as mãos a mesma peça que vi na

mente” (Informação verbal). Nessa perspectiva, ele constrói suas peças seguindo padrões simétricos que são estabelecidos primeiro em sua mente e, posteriormente, continuados com suas mãos no barro como podemos observar no esquema a seguir (Im 17).



Im 17 Fonte – Acervo pessoal

A partir do esquema formado encontramos relações simétricas presentes no saber etnomatemático de Josias, no ponto “A” conseguimos estabelecer o eixo de simetria, parte muito importante no processo de construção da peça, “se os dois lados da peça não ficarem iguais a peça fica bamba e não fica em pé direito ” (Josias, informação verbal) e desse modo as noções de simetria visualizadas na mente do ceramista são expostas na peça. No ponto “B” observamos o padrão de translação estabelecido pelo ceramista, esse padrão em formato de curva (parábola) se repete e completa uma volta completa ao redor da peça, dando um efeito harmônico em toda a estrutura da cerâmica. No ponto “C” encontramos um movimento de rotação que partindo do raio que se origina no eixo simétrico central se estende até o ponto “D”, onde por sua vez o ponto “D” apresenta uma simetria de reflexão, que está bem caracterizada através do eixo de simetria representado pela linha tracejada. Este tipo de simetria é bem comum na cerâmica caeteuara, pois como o próprio ceramista Josias

(Informação verbal) comenta, “sempre que construo minhas peças, tento imaginar e construir os dois lados como se fosse o mesmo, assim eu já sei de cabeça a medida de um lado e do outro e o formato também”.

De acordo com o elucidado acima, as explicações de família Furtado sobre suas peças, mostram que o ceramista busca essa harmonia própria de simetria, a fim de construir uma peça que tenha a mesma distância do centro para as laterais, se preocupando com as combinações perfeitas tanto de largura como de altura que mesmo sem acessórios como calculadora, compasso, fita métrica ou algo do segmento, o impede de exercer seu ofício e expressar saberes etnomatemáticos de diversas origens em seu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante nossas pesquisas observamos que os artesãos acompanhados na pesquisa não possuem um conceito formado de geometria ou simetria, de translação, de rotação ou de reflexão, porém isso não os impede de construir peças de diversas formas, tamanhos e utilidades. As racionalidades matemáticas ligadas à geometria são estabelecidas primeiro em sua mente para posteriormente serem moldadas em cada peça, mostrando que os saberes etnomatemáticos dos ceramistas estão diretamente ligados aos seus sentidos, já os conceitos de simetria são expressos por eles de forma intuitiva, no momento em que vão construindo suas peças, pois para conseguirem construir cada detalhe da cerâmica caeteuara, vão realizando voltas completas na peça, normalmente imaginam o melhor tamanho do modelo visto em sua mente, e nessa lógica matemática própria do ceramista as dimensões e eixos de simetrias também já vão sendo construídas e por fim produzem uma peça onde um lado praticamente reflete o outro. O ceramista ainda expressa noções de proporção e cálculos mentais bem elaborados, pois apenas se utilizando da visão e do tato consegue determinar a quantidade de argila que cada peça necessita, assim como a quantidade de peças que uma porção de argila pode se transformar, mostrando que seus saberes etnomatemáticos vão além de conhecimentos geométricos e simétricos e que possuem uma forma própria de serem construídos e repassados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. São Paulo: Livraria da Física. 2010.

ASCHER, M. and R. **Ethnomathematics. History of Science.** ASCHER, 1986.

BARTON, B. **Dando sentido a Etnomatemática: Etnomatemática fazendo sentido.** IN: RIBEIRO: José Pedro Machado; DOMITE, Maria do Carmo Santos; FERREIRA, Rogério(organizadores). Etnomatemática: papel, valores e significado. São Paulo: Zouk, 2004.

BIEMBEGUT, Maria Salett. **Modelagem Matemática & implicações no ensino e na aprendizagem da Matemática.** Blumenau, 2 Ed. Edfurb. 2004.

D'AMBRÓSIO, U. **Etnomatemática: Um Programa.** Educação Matemática em Revista, Blumenau, n. 1, p. 5-11, 1993.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática.** São Paulo: Editora Ática, 1998.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Sociedade, cultura, matemática e seu ensino.** São Paulo: Educação e Pesquisa, 2005.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: Elo entre as tradições e a modernidade.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 112 p.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática e Educação.** In: KNIJNIK, Gelsa. et all (orgs). Etnomatemática: currículo e formação de professores. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MORIN, Edgar. **O Método 4: As ideias: vida, costumes, organização.** 6 ed. Porto Alegre: Sulina. 2011.

FARIAS, Carlos Aldemir. MENDES, Iran Abreu. **As culturas são as marcas das sociedades humanas.** In: MENDES, Iran Abreu. FARIAS, Carlos Aldemir (Org.). Práticas Socioculturais e Educação Matemática. São Paulo: Livraria da Física. 2014.

FERREIRA, E. S. **Por uma Teoria da Etnomatemática.** Bolema, Rio Claro, v.22, p.30- 35, 1991.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia.** 6º Edição, São Paulo: Editora Ática, 1998.

GERDES, P. **Sobre o conceito de Etnomatemática.** [S.l.], 1989. Tradução da primeira parte da introdução ao livro Estudos Etnomatemáticos, em alemão, ISP (Maputo) - KMU (Leipzig).

GERDES, Paulus. **Da etnomatemática a arte-design e matrizes cíclicas.** Horizonte: Autêntica editora, 2010.

GERDES, Paulus. **Geometria Sona de Angola. Volume 2: Explorações educacionais e matemáticas de desenhos africanos na areia.** ISTEG. Belo Horizonte. Boane, Moçambique. 2014.

KNIJNIK, Gelsa. **Pesquisa em Etnomatemática: apontamentos sobre o tema.** In: Anais do Congresso Brasileiro de Etnomatemática. 3. 2008. Niterói. 2008.

MIARKA, Roger. **Etnomatemática: do ôntico ao ontológico**. 2011. 427 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro. 2011.

MOREIRA, Darlinda. **Etnomatemática e mediação de saberes matemáticos na sociedade global e multicultural**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Etnomatemática. 3. Niterói. 2008.

ROSA, Milton; OREY, Daniel Clark. **Aproximações da Etnomatemática com o programa de pesquisa de Lakatos**. In: Encontro de Etnomatemática do Rio de Janeiro, 1, 2014. Anais do Encontro de Etnomatemática do Rio de Janeiro, 2015.

STEWART, Ian. **Uma História da Simetria na Matemática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

TAVARES, Margarida M. R. et al. **Diagnóstico do Potencial Turístico. Municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Tracuateua**. Estado do Pará: CPRM/ Primaz, Seicom, 1998.

VERGANI, Teresa. **Matemática & Linguagem**. Pandora Edições, Imagem e Comunicação. Lisboa: Largo da Graça, 2002.

VERGANI, Teresa. **Educação Etnomatemática: o que é?**. Natal: Flecha do tempo, 2007.

RESENHA

**Recensão ao livro *Viva, Senhor Presidente*, Lisboa, Folio Exemplar, 2017,
de Simion Doru Cristea**

Romance filosófico,” *Viva, Senhor Presidente*” de autoria de Simion Doru Cristea, descreve num estilo fino, espontâneo, direto e emocional, sem pomposidades de frases, mas privilegiando uma escrita inteligível, as várias e dispares concepções do mundo e as soluções para todas elas.

A par de um fino jogo literário e da depuração da linguagem, o autor deixa escapar em certos momentos cenas ou episódios que podem transparecer como demasiado minuciosos, mas que o leitor as interpretará como a vivência do autor em certos momentos da sua vida. Sente-se ao longo de toda a obra a necessidade vital de quem a pensou e escreveu de apontar caminhos, orientações, de nos fazer acordar da letargia da vida, de nos empenharmos viva e activamente na construção de um mundo onde cada um seja dono dos seus atos, se aperceba que deve tomar decisões e lutar pela sua efetivação, ao invés de esperar que alguém o faça por ele. De facto, o Presidente a quem damos vivas e a quem saudamos diariamente é aquele que vive intrinsecamente connosco e através de nós, apenas pelo simples facto de que cada um tome consciência que o assumir das responsabilidades individuais e colectivas está em cada ser. Cada um dos capítulos da obra *Viva, Senhor Presidente*, de autoria de Simion Cristea revela-nos modelos de índole filosófica sobre a concepção do mundo, as suas configurações utópicas, o amor universal, a marca da inteligência humana que pode e deve suplantar os modelos civilizacionais que ao longo do tempo histórico tanto elevaram como colocaram a marca humana ao nível da bestialidade.

A articulação discursiva da personagem/personagens que nos fazem viver com eles e através deles o sonho/realidade encaminha-nos para uma terapêutica complexa, mas ao mesmo tempo tão simples e verdadeira, culminando com a revelação da chave do romance no capítulo “Irmandade”, ao questionar a razão da permanente conflitualidade religiosa. Com efeito, de um modo acentuado nele se conjugam o silêncio e a fala, as tensões humanas, mas é a partir dele que ecoa a voz genuína, forjada a partir das muitas vozes que entre a crista da onda e o tapete de espuma, encena e desentranha os seus mares.

De uma forma imprevista mas brilhante, o autor e o leitor convivem com personagens sem nome, apenas as reconhecem e lhes são familiares pelos cargos que ocupam ao longo dos vários capítulos. E aqui, justamente, uma lembrança à epigrafe da

obra de Saramago, *Ensaio sobre a cegueira*: “*Conheces o nome que te deram, mas não conheces o nome que tens.*” O que significa eu ser Maria, António ou outro nome? Quem sou eu, de facto? Simion Cristea leva-nos a acreditar que devemos estar mais interessados na pedra do que na escultura acabada, a pedra que vamos modelando e que ao longo do livro saberemos como todas as matérias que constituem o saber universal estão incluídas nos seus longos capítulos e são apreendidas numa forma séria, mas leve ao mesmo tempo, evitando que a leitura seja morosa e pesada.

De um modo particularmente interessante, o autor, também ele fazendo parte desde o início da prole da Associação Internacional de Paremiologia, irá revelá-la num dos doze capítulos, a saber o capítulo “ Sorriso Internacional “, numa escrita de iniciação e louvor da sabedoria proverbial universal, fazendo jus aos trabalhos desenvolvidos pelos membros desta Associação e sobretudo ao carácter firme e sólido do seu Presidente, aqui nomeado Embaixador.

Neste romance, todas as personagens e, por conseguinte, nós próprios, encontramos a salvação, exatamente porque almejamos e conseguimos quebrar a muralha que nos separa, ir mais além seguindo a conduta que as personagens nos revelam. Quando a nossa visão interior se abre, os nossos horizontes alargam-se, cada um de nós está totalmente ligado ao universo e à vida. O poder mora dentro de nós no sentido da expansão dos horizontes da nossa consciência, somos Presidentes na totalidade da palavra.

Maria João Coutinho, CLEPUL

17/04/2018

ENSAIOS ETNOFOTOGRAFICOS

PAMONHA: TRAÇO CULTURAL NA ALIMENTAÇÃO DE TAUARI

Savana Cristina Lima Cardoso¹
Daniel dos Santos Fernandes²

O uso de imagens em pesquisas acadêmicas tem levantado bastantes questões no que diz respeito a importâncias do uso das imagens em pesquisas, uma vez que por meio da imagem a memória passa a ser revisitada, pois a imagem evoca uma série de imagens, formando dessa forma uma espécie de narrativa visual. Boris Kossoy (2009 p.161) alega,

O fragmento da realidade gravado na fotografia representa o congelamento do gesto e da paisagem, e, portanto, é a perpetuação de um momento, em outras palavras, da memória: memória do indivíduo, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana, da natureza. A cena registrada na imagem não se repetirá jamais.

A imagem assume um papel importante, sendo desta forma vista como fonte de documentação, permitindo desde modo que a imagem seja congelada naquele momento em que foi registrada, nesse sentido a imagem representa a perpetuação de um momento, em outras palavras, da memória, seja ela individual ou coletiva. Baseado nessa perspectiva, o presente ensaio busca valorizar as imagens como narrativas visuais, capazes de revelar saber e conhecimento na Amazônia paraense.

A pesquisa foi realizada em uma vila chamada Tauari - município de Capanema/PA, nela acompanhei o processo da feitura das pamonhas derivada do milho, sendo que a feitura delas foi feita no roçado³ de milho de uma senhora chamada Francisca Lima e de seu filho Enoque Lima, família está que reside na comunidade de Tauari. O roçado de milho do qual visitei fica distante da casa dos donos, cerca de 2 km de distância da casa deles, e pelo fato da distância, eles construíram uma barraca provisória para passarem o dia quando for necessário.

O processo de feitura das pamonhas foi feito pela dona Francisca e seu Enoque, nesse caso a tarefa de fazer as pamonhas é dividida entre eles, sendo que o papel do homem é primeiro colher o milho, e logo em seguida descascar. E para que fique melhor de tirar a casca do milho, ele corta a cabeça do milho com um facão, assim fica mais fácil de descascar,

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPGLSA) – Universidade Federal do Pará - Campus Universitário de Bragança. Email: savana292010@hotmail.com

² Este texto não se configura como um trabalho etnográfico escrito. A partir das experiências em campo dos autores, em estudos e investigações em comunidades pesqueiras e ribeirinhas das microrregiões do Baixo Tocantins, Salgado e Bragantina, no Estado do Pará (Brasil), no período de 2000-2014, pretende-se o desenvolvimento de reflexões de caráter mais teórico acerca dos conceitos de saber e conhecimento, sem, no entanto, deter-se em exaustivas descrições e narrações etnográficas, o que não é apanágio da proposta. Vide Fernandes (2007 e 2011) e Fernandes e Silva Júnior (2015). 2 Professor e Coordenador de Pesquisa das Faculdades Ipiranga (PA), Doutor em Antropologia (Universidade Federal do Pará, 2008), Associado Efetivo da Associação Brasileira de Antropologia. Email: dasafe@msn.com.

³ A roça diz respeito a um terreno em que eles usam para o cultivo da mandioca, feijão, arroz, milho, entre outros, em outras palavras o roçado faz referencia uma área para o cultivo de plantações.

depois que ele corta a cabeça do milho, ele passa tirar as cascas com as mãos. Depois de descascadas, o homem leva o milho para a barraca, vale ressaltar que essa barraca é coberta com palhas, a barraca é bem simples, não é coberta nos lados, mas serve para proteger as pessoas do sol e da chuva. Essa barraca fica bem próxima ao milharal, e foi justamente nessa barraca que eles prepararam as pamonhas.

Após seu Enoque alocar o milho para a barraca, cabe à mulher o papel maior da feitura das pamonhas, a senhora senta-se em um pequeno banco para relar o milho até se transforma numa massa homogênea. É importante mencionar que o ralador é feito da lata de óleo, funciona dessa forma como uma espécie de reciclagem.

Após o milho ser transformado em massa, a senhora começa a despejar a massa numa espécie de saco confeccionado da própria casca de milho, depois que ela despeja a massa nesse recipiente, ela amarra com um fio feito também da casca do milho, é necessário amarrar esse saco, para que assim a massa não derrame no momento do cozimento. Depois de amarrados, as pamonhas são colocadas numa panela grande junto com água, sendo que o cozimento dura cerca de 30 minutos. Após esse processo de cozimento, as pamonhas são tiradas da panela com água, e colocadas numa vasilha prontas para serem saboreadas.

O processo de feitura das pamonhas se tornou um ritual e uma tradição para essas pessoas, uma vez que a prática da preparação das pamonhas é comum entre eles. A pamonha dessa forma se tornou parte da culinária dessas pessoas, representando símbolos de uma prática cultural, que por sua vez é concebido pela alimentação.

Dessa forma a perspectiva é a da História da Alimentação e o alimento será tomado como prática cultural, ou seja, como sistema de valores que estrutura a percepção e a postura dos indivíduos no cotidiano e, portanto, é fundamental no que se refere à sua identidade e à identidade de seu grupo, ainda que passe despercebido pelos sujeitos (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2000).

A culinária dessa forma é vista como um dos modos pelos quais as identidades assumem a materialidade. A comida típica não é qualquer comida; representa experiências vividas, representa práticas culturais, representa o passado e, ao fazê-lo, o coloca em relação com os que vivenciam o presente. E ainda manifestam a potência dos saberes da cultura da Amazônia paraense.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano: artes de fazer. v. 2. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KOSSOY, Boris. Fotografia & História. 2ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da unicamp, 1990, p. 423.

















SABERES E TRADIÇÃO: A CERÂMICA CAETEUARA DA COMUNIDADE FAZENDINHA

Dione Vieira Salis¹
Damiana Barros Nascimento²
João Paulo Martins Sarmiento³
Flávio Leonel Abreu Silveira⁴

Este ensaio é resultado de uma pesquisa de campo realizada como requisito de avaliação final para a disciplina Antropologia Visual e da Imagem, do Curso de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia. O *locus* desta experiência foi a Comunidade Fazendinha, situada à margem esquerda do rio Caeté, distante 5 km da sede do município de Bragança, nordeste paraense.

A Comunidade Fazendinha tem a sua organização sociocultural ligada ao trabalho junto às olarias – e a produção artesanal de diversos tipos de objetos como telhas e tijolos, bem como de utensílios e adornos para a casa, manutenção de roças e a pesca, junto aos cursos d'água da região. Percebe-se a predominância da religiosidade católica, neste caso, com a expressiva devoção à padroeira da localidade: Nossa Senhora do Carmo, mas há, contudo, um forte vínculo dos moradores com São Benedito, o mais popular do município, reverenciado nos festejos da Marujada⁵. Quanto à educação formal, a comunidade dispõe de uma única escola que oferta do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, o que faz com que os jovens após o término desse nível de ensino tenham que se deslocar da localidade a fim de estudarem em escolas na sede do município.

O ensaio em questão tem por objetivo mostrar alguns aspectos relativos aos saberes e fazeres utilizados na produção de peças cerâmicas artesanais. Neste caso, da chamada cerâmica caeteuara – pois, como dito antes, a comunidade situa-se às margens do rio Caeté -, envolvendo, assim, práticas que são tradicionalmente mantidas desde o surgimento da comunidade.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, Universidade Federal do Pará/UFPA- Campus Bragança-PA. E-mail: dionesalis@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, Universidade Federal do Pará/UFPA- Campus Bragança-PA. E-mail: damicom2@gmail.com

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, Universidade Federal do Pará/UFPA- Campus Bragança-PA. E-mail: joaoqlegal@yahoo.com.br

⁴ Doutor em Antropologia Social. Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia. Universidade Federal do Pará/UFPA- Campus Bragança-PA. E-mail: flabreu@ufpa.br

⁵ Marujada: Festa popular, iniciada pelos escravos em 1798, no dia 3 de setembro 2017, comemorou 219 anos.

O percurso metodológico utilizado para a elaboração deste ensaio priorizou visitas a algumas famílias e a coleta de dados, por meio de diálogos e registros fotográficos⁶ a partir de uma rápida, mas intensa, experiência etnográfica de convívio com alguns moradores “da Fazendinha”.

Nota-se que a principal atividade econômica da comunidade se configura na produção de cerâmica de tijolos, telhas e artesanatos diversos, produzidos a partir da matéria-prima barro. A produção destes artefatos está ligada à herança e ao repasse de saberes e fazeres vinculados à identificação de áreas, da coleta e do tratamento da argila encontrada, naturalmente, nas paisagens regionais. Neste sentido, de acordo com o Senhor Antônio Maria, a sua experiência pessoal com o manejo da argila remete aos conhecimentos repassados a ele por seu avô, senhor de descendência portuguesa que dominava a arte de manuseá-la, no torno, à época, movido à força humana. Inicialmente, as pessoas faziam peças grandes. Entre elas destacam-se os potes, mas também, sabe-se que produziam canos para tubulações subterrâneas e tijolos utilizados na cidade de Bragança. Atualmente, os artesãos vendem suas produções na localidade, assim como em eventos (feiras artesanais, exposições de cerâmicas) e no comércio bragantino.

Conforme Silva e Costa (2009, p. 86), a economia amazônica baseada na extração de recursos naturais, indica que “a Fazendinha está inserida nesse contexto, e se destaca como importante polo de extração de argila, dentre as 18 comunidades da Bacia do Caeté, que sobrevivem, basicamente, de recursos naturais, tais como, a pesca, a agricultura e o extrativismo”. Trata-se, desta forma, de uma prática de manejo da argila que apresenta forte presença regional, portanto, insere-se num conjunto de tradições ligadas a saberes e fazeres que vinculam os seus moradores ao seu lugar de pertencimento (Certeau, 1994), por intermédio das ações modeladoras da matéria (Bachelard, 1998), e cujas práticas vêm se transformando ao longo do tempo.

Os relatos dos artesãos quanto à produção das peças elaboradas indicam um complexo jogo social que envolve conhecimentos que dinamizam a cultura local, os quais obedecem às seguintes etapas: primeiramente, retira-se a argila de locais específicos nas paisagens caeteuaras, que após passar por um processo de limpeza manual, a fim de se eliminar qualquer elemento - raiz ou pedaço de pau - que prejudique a feitura da peça, até o ponto de ser encaminhada à modelagem no torno, que pode ser manual, e também, elétrico, como podemos observar no local. Depois de modeladas, as peças passam por um período descanso

⁶ Todas as imagens foram obtidas pelos autores em diferentes momentos do trabalho de campo.

de aproximadamente dois dias, quando secam em prateleiras. A finalização ocorre com “a queima” dos artefatos nos fornos de barro, existentes nas diversas moradias da Comunidade.

Algumas famílias de artesãos utilizam a semente do urucuri para marcarem as suas peças – o que caracterizaria, em parte, o artesanato local -, além do óleo da andiroba com o qual fazem o acabamento final, quando podem utilizar argilas de diferentes tonalidades.

Outras famílias, por sua vez, utilizam grafismos feitos manualmente para decorar as peças confeccionadas. Estes elementos, que seriam característicos da região, contribuem para criar certa identidade artesanal, que seria uma referência àquela comunidade em particular, que merece ser melhor estudado.

Finalmente, considerando os saberes adquiridos e utilizados na produção das peças artesanais da cerâmica caeteuara produzidas na Comunidade Fazendinha, percebemos que a tradição resulta da sensibilidade própria à “imaginação criadora”⁷ dos artesãos, materializada no gesto de modelar a argila, e que se expressa enquanto uma forma ético-estética – porque tanto aponta para o sentimento quanto às relações de estarem juntos – dos habitantes da localidade na confecção de coisas, quanto uma narrativa imagética ligada a essas mesmas coisas cuja sensibilidade nos afeta (Favret-Saada, 2005) e reverberam em nossas formas de perceber a artes do fazer na Amazônia, intimamente ligadas ao cotidiano das famílias que constituem a Comunidade da Fazendinha, no contexto do Salgado Paraense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, G. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano. Artes de fazer**. V. 1. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FAVRET-SAADA, J. **Ser afetado**. *Cadernos de Campo*, São Paulo, 13, 155-161, 2005.

ROCHA, A. L. C. “**Antropologia das formas sensíveis: entre o visível e o invisível, a floração de símbolos**”. *Horizontes Antropológicos*, 1(2): 85-92, 1995.

SILVA, I. R. ; COSTA, L.P. R. M. **Exploração de Argila em Fazendinha e os Impactos Socioambientais** (Amazônia, Brasil) *Revista de Gestão Costeira Integrada*, 9(2):85-90 (2009). < Disponível em www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-119_Silva.pdf> Acesso dia 30 de agosto de 2017.

⁷ Para usarmos uma imagem bachelardiana utilizada por Rocha (1995).















VÍDEOS ETNOGRÁFICOS

BELÉM, CIDADE APAIXONANTE**BELEM, PASSIONATE CITY****SINOPSE**

Uma história de amor por Belém e em Belém contada através de imagens e músicas. Pedro chega à cidade para encontrar Helena. Ele toma um Uber e admira a Avenida Presidente Vargas até chegar à Praça da República onde a encontra. Enquanto isso, um menino vê o momento exato em que uma manga madura cai da árvore sobre um carro estacionado. Ele se aproxima do carro porque quer a manga, mas rapidamente é suspeito de tentativa de furto pelo dono do carro. A situação chama a atenção do casal e eles discutem com a pessoa, defendendo o menino.

SYNOPSIS

A love story for Belem and in Belem told through images and songs. Pedro arrives in the city to meet Helena. He takes an Uber and glazes the Presidente Vargas Avenue until arriving at Republica Square where he meets her. Meanwhile, a boy sees the very moment when a ripe mango falls from tree on a parked car. He approaches the car because he wants the mango but is soon suspected of attempted theft by the vehicle's owner. The situation draws the couple's attention and they argue with the person, defending the boy.

FICHA TÉCNICA

Roteiro, Direção e Edição: Claudia Vidal

Direção e Produção de Elenco: Carol Magno

Assistentes de Direção e Imagens: Carlos Potiguar e Deborah Torres

Elenco: Renan Coelho (Pedro), Carol Magno (Helena), Claudia Vidal (Motorista do Uber), Sebastião Conceição (Dono do carro) e Paulo Rodrigues (Menino).

Músicas: “Bela Belém” (Pedrinho Cavalléro e Jorge Andrade), “Paixão Atemporal” (Pedrinho Cavalléro e Jorge Andrade), “Mysteries” (Dan Lebowitz).

CREDITS

Screenplay, Direction and Edition: Claudia Vidal

Direction and Casting Production: Carol Magno

Directing Assistants and Images: Carlos Potiguar and Deborah Torres

Cast: Renan Coelho (Pedro), Claudia Vidal (Uber driver), Sebastião Conceição (Car's owner), Carol Magno (Helena) and Paulo Rodrigues (Boy).

Music: “Bela Belém” (Pedrinho Cavalléro and Jorge Andrade), “Paixão Atemporal” (Pedrinho Cavalléro and Jorge Andrade), “Mysteries” (Dan Lebowitz).

LINK PARA ACESSO

<https://youtu.be/rt6OQPEXACw>

NOVA REVISTA AMAZÔNICA

E-mail

novarevistaamazonica.ufpa@gmail.com

Revista online

<http://novarevistaamazonica.blogspot.com.br>

Publicação ISSU

<http://issu.com>

Facebook:

<https://www.facebook.com/Nova-Revista-Amaz%C3%B4nica-952827164854220/>

Youtube

https://www.youtube.com/channel/UCYpomIB1KqC6_n3mCjl7TDw



**SABER E CONHECIMENTO NA
AMAZÔNIA PARAENSE**

